

Poder Executivo
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



A NOSSA UNIVERSIDADE



2017 RELATÓRIO DE GESTÃO

Campo Grande, MS - Março/2018





Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições orientações contidas no sistema e- Contas, da IN TCU nº 63/2010 e alterações, da DN TCU nº 161/2017 e da DN TCU nº 163/2017.

Campo Grande, 12 de Março de 2018

Reitor:

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitor:

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Pró-Reitores:

Ana Rita Barbieri Filgueiras – **PROAES**
Antônio José Ângelo Motti – **PROGEP**
Augusto Cesar Portella Malheiros – **PROADI**
Dulce Maria Tristão – **PROPLAN**
Marcelo Fernandes Pereira – **PROECE**
Nalvo Franco de Almeida Junior – **PROPP**
Ruy Alberto Caetano Correa Filho – **PROGRAD**

Diretores de Câmpus:

Aguinaldo Silva - **CPAN**
Andreia Cristina Ribeiro- **CPAR**
Auri Claudionei Matos Frübel- **CPAQ**
Cláudia Carreira da Rosa- **CPPP**
Daniel Henrique Lopes – **CPNV**
Eliene Dias de Oliveira- **CPCX**
Kleber Augusto Gastaldi - **CPCS**
Solange Fachin- **CPNA**
Daniel Henrique Lopes - **CPNV**
Cláudia Carreira da Rosa- **CPPP**
Osmar Jesus Macedo– **CPTL**

Diretores de Escola:

José Carlos de Jesus Lopes - **ESAN**

Diretores de Faculdades:

Fabricio de Oliveira Frazilio- **FAMEZ**
Henrique Mongelli- **FACOM**
Ynes da Silva Félix- **FADIR**
Maria Ligia Rodrigues Macedo - **FACFAN**
Ordalia Alves de Almeida - **FAED**
Paulo Zarate Pereira- **FAODO**
Robert Schiaveto de Souza - **FAENG**
Vera Lúcia Penzo Fernandes - **FAALC**
Vivina Dias Sol Queiroz – **FACH**
Wilson Ayach– **FAMED**

Diretores de Institutos:

Albert Schiaveto de Souza- **INBIO**
Dorotéia de Fátima Bozano - **INFI**
Lincoln Carlos Silva de Oliveira - **INQUI**
Luciana Contrera – **INISA**
Patrícia Sândalo Pereira - **INMA**

Diretores de Agências:

Luciano Gonda - **AGETIC**

Valdir Souza Ferreira – **AGINOVA**

Secretarias Especiais:

Elton Bezerra Arriero – **SEORC**

Rose Mara Pinheiro – **SECOM**

Marize Terezinha Lopes Pereira Peres – **SEAVI**

Edna Scremin Dias – **SEDFOR**

1. APRESENTAÇÃO.....	16
1.1 Estrutura do Relatório de Gestão	17
1.2 Principais realizações no exercício	18
1.3 Principais dificuldades para a realização dos objetivos	21
2. VISÃO GERAL.....	23
2.1 Finalidades e competências	25
2.2 Organograma	26
2.3 Macroprocessos finalísticos.....	27
2.4 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	30
2.5 Ambiente de atuação	33
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	40
3.1 Planejamento Organizacional	41
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	41
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	53
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	54
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	55
3.3 Desempenho Orçamentário	57
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	57
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	84
3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	84
3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	93
3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	98
3.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	99
3.3.6 Informações sobre a realização das receitas	100
3.3.7 Informações sobre a execução das despesas	101
3.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	104
3.4 Desempenho operacional.....	105
3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	106
3.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	111
3.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	117
4.GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	118
4.1 Descrição das estruturas de governança	119
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna	119
4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	122
4.4 Gestão de riscos e controles internos.....	123
5.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	127
5.1 Gestão de pessoas	128
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	128
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	132
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	133
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	134
5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	136
5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	137
5.2.1 Gestão da frota de veículos	137
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	140
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	141
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	145
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	147
5.3 Gestão da tecnologia da informação	148
5.3.1 Principais sistemas de informações	151
5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	153

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	154
6.1 Canais de acesso do cidadão.....	155
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	164
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	165
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	165
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	171
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	174
7.1 Desempenho financeiro no exercício.....	175
7.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	183
7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão	183
7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	187
7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	187
7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	187
7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	189
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	190
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	191
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	193
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	193
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	200
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	205
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	206
8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	207
ANEXOS E APÊNDICES	208
ANEXO I -DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	209
PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	241
PARECER DO COLEGIADO	264
RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	267
DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	281
Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	282
Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	284
Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	286
Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	288
Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	289
Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	290
Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	291

LISTA DE ABREVIATÕES E SIGLAS

AG	Alunos regularmente matriculados na graduação
AGE	Alunos Equivalentes Da Graduação
AGETIC	Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação
AGINOVA	Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais.
AGTI	Alunos Da Graduação Em Tempo Integral
AGU	Advocacia Geral da União
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APEV	Auxílio à Participação em Eventos
APG	Alunos na pós-graduação
APGTI	Alunos Da Pós-Graduação Em Tempo Integral
APITT	Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
AR	Alunos de residência médica
ARP	Ata de Registro de Preços
ARTI	Alunos de Residência Médica em Tempo Integral
AUD	Auditoria Interna da UFMS
BEP	Base de Estudo do Pantanal
BGU	Balanço Geral da União
BNC	Base Nacional Comum curricular
BSE	Sistema de Boletim de Serviços da UFMS
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAP	Coordenadoria de Administração de Pessoal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CAS	Coordenadoria de Assistência a Saúde
CATMAT	Sistema de Catalogação de Material
CC	Conceito de Curso
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCHS	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CD	Conselho Diretor
CDR	Coordenadoria de Recrutamento e Desenvolvimento
CEI	Clínica Escola Integrada
CEM	Coordenadoria de Energia e Manutenções Gerais
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
CF	Constituição Federal
CFC	Coordenadoria de Gestão Financeira e Contábil
CFP	Coordenadoria de Apoio à Formação de Professores
CGC	Coordenadoria de Gestão de Convênios
CGD	Comitê de Governança Digital
CGM	Coordenadoria de Gestão de Material
CGO	Coordenadoria de Gestão Orçamentária
CGRC	Comitê de Segurança, Riscos e Controles
CGU	Controladoria Geral da União

CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CI	Comunicação Interna
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAD	Coordenação Administrativa
COE	Comissão de Estágios
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONDESA UD	Consultar Desequilíbrio de Equação de Auditor (Funcionalidade do SIAFI)
COUN	Conselho Universitário
CPACE	Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções.
CPACI	Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Impedimentos
CPAN	Câmpus do Pantanal.
CPAQ	Câmpus de Aquidauana
CPAR	Câmpus de Paranaíba.
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPCS	Câmpus de Chapadão do Sul
CPCX	Câmpus de Coxim.
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPI	Coordenadoria de Planejamento Institucional
CPNA	Câmpus de Nova Andradina
CPNV	Câmpus de Naviraí
CPO	Coordenadoria de Projetos e Obras
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPP	Câmpus de Ponta Porã
CPQ	Coordenadoria de Pesquisa
CPTL	Câmpus de Três Lagoas.
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSV	Coordenadoria de Serviços
CTEI	Centro Tecnológico de Eletrônica e Informática
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEL	Departamento de Engenharia Elétrica
DIACC	Divisão de Acompanhamento de Convênios
DIAS	Divisão de Atenção Integral ao Servidor
DIAV	Divisão de Acompanhamento e Avaliação
DICEC	Divisão de Celebração de Acordos, Convênios e Congêneres
DIDOC	Divisão de Documentação Institucional
DIGC	Divisão de Gestão de Custos
DIGE	Divisão de Gestão da Informação
DINS	Divisão de Desenvolvimento Institucional
DIST	Divisão de Segurança do Trabalho
DITRA	Divisão de Transporte
DN	Decisão Normativa

DOU	Diário Oficial da União
DTA	Departamento de Tecnologia de Alimentos e Saúde Pública
DVP	Demonstrações de Variações Patrimoniais
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
ED	Elemento de Despesa
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EFREI	Ecole D'Ingeniurdes Technologies de L'INformation et de la Communication
EGD	Estratégia de Governança Digital
EJ	Empresas Juniores
e-MEC	Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEX	Encontro de Extensão Universitária
e-OUV	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
EPP	Empresa de Pequeno Porte
ESAN	Escola de Administração e Negócios
SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
EXT	Programa de Extensão Universitária com fluxo contínuo
FAALC	Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FACFAN	Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
FACH	Faculdade de Ciências Humanas
FACOM	Faculdade de Computação
FADEMS	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul
FADIR	Faculdade de Direito
FAED	Faculdade de Educação
FAENG	Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
FAMED	Faculdade de Medicina
FAMEZ	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO	Faculdade de Odontologia
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura.
FCC	Função Comissionada de Coordenação de Curso
FETEC	Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul.
FG	Função Gratificada
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FONAITE C	Fórum de Capacitação da Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do MEC
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia.
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
GNSS	Estação Global Navigation Satellite System
GPE	Grau de Participação Estudantil
GRP	Government Resource Planning
GRU	Guia de Recolhimento da União
GT	Grupo de Trabalho
HU	Hospital Universitário
HUMAP	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian

HV	Hospital Veterinário
ICTP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IEC	International Electrotechnical Commission
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFGO	Instituto Federal Goiano
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IN	Instrução Normativa
INBIO	Instituto de Biociências
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFI	Instituto de Física
INISA	Instituto Integrado de Saúde
INMA	Instituto de Matemática
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INQUI	Instituto de Química
INTOSAI	Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras
IPEV	Incentivo à Participação em Eventos
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
ISBN	International Standard Book Number
ISO	International Organization of Standardization
ISSN	International Standard Serial Number
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
LAPEX	Laboratório de Patologia Experimental
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTDA	Sociedade do tipo limitada
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MCASP	Manual de Contabilidade do Setor Público
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
ME	Microempresa
MEC	Ministério da Educação
MEJ	Movimento das Empresas Juniores
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério Público
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MPS.BR	Melhoria do Processo de Software Brasileiro
MPS-SW	Modelo de Referência MPS para Software
MS	Mato Grosso do Sul
MUARQ	Museu Arqueológico
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBR	Norma Brasileira aprovada pela ABNT
NGP	Nova Gestão Pública

NHU	Núcleo de Hospital Universitário
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI	Orçamento de Investimento
OTRS	Open Technology Real Services
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAS	Programa de Assistência a Saúde
PASSE	Programa de Avaliação Seriada Seletiva
PBE	Programa Brasileiro de Etiquetagem
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEE	Plano Estadual de Educação
PET	Programa de Educação pelo Trabalho
PF	Polícia Federal
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIME	Pantanal Incubadora Mista de Empresas da UFMS
PJ	Pessoa Jurídica
PLANFOR	Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMBOK	Project Management Body of Knowledge, conjunto de práticas na gestão de projetos organizado pelo instituto PMI
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Pessoa com necessidades especiais
PNE	Plano Nacional de Educação
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
PRO PET	Projeto Parceria: Educação e Trabalho
PROADI	Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROECE	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esportes
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROFE	Programa de Fomento a Eventos
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROJUR	Procuradoria Jurídica

PROLIND	Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica
PROMISAS	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.
PROPP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
QP	Quantidade Prevista
QR	Quantidade Realizada
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAP	Restos a Pagar
REGDOC	Registro de Documentos da UFMS
REGGIO	Sistema de Gestão de Restaurante Universitário
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RJU	Regime Jurídico Único
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RMO	Registro Mensal de Ocorrências
RPA	Recibo de Pagamento Autônomo
RPNP	Restos a pagar não processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RTR	Reitoria
SC	Sem Conceito
SEARQ	Seção de Arquivo
SEB	Secretaria de Educação básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica
SED	Secretaria Estadual de Educação
SEDFOR	Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores
SEFIP	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SEREX	Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste
SESu	Secretaria de Educação Superior
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas
SG-PR	Secretaria Geral da Presidência da República
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SICERT	Sistema de Gerenciamento de Certificados
SICON	Sistema de Convênios da UFMS
SICONV	Sistema de gestão de Convênios
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SIGPÓS	Sistema de Gestão da Pós-graduação
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAS	Sistema para Gestão do Programa de Assistência a Saúde Suplementar
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISCAD	Sistema Acadêmico
SISCONSE RV	Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TDC	Termos de Cooperação com Recursos Descentralizados
TED	Termos de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJ	Tribunal de Justiça
TRS	Open Technology Real Services
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
TVU	TV Universidade
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade jurisdicionada
UNAPI	Universidade Aberta à Pessoa Idosa
UNB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIVIR	Universidade Virtual de Roraima
UO	Unidade Orçamentária
UPAG	Unidade Pagadora
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ação/Subtítulos – OFSS	57
Quadro 2 – Ações do Orçamento de Investimento	80
Quadro 3 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 154054	84
Quadro 4 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 150160: Programa de Assistência à Saúde	85
Quadro 5 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 150161: Campus de Coxim	91
Quadro 6 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 154067: Campus de Três Lagoas	92
Quadro 7- Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores - UO 26283, com exceção da UG 154357	93
Quadro 8- Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores - UO 154357	93
Quadro 9- Restos a Pagar por ano de inscrição e elemento de despesa	94
Quadro 10- Restos a Pagar não processados	94
Quadro 11- Restos a Pagar – restos a pagar não processados UG 154357	96
Quadro 12- Restos a Pagar por elementos de despesas e fonte de recursos UG 154357	96
Quadro 13- Restos a Pagar – restos a pagar não processados UG 150160	96
Quadro 14- Restos a Pagar por elementos de despesas e fonte de recursos UG 150160	97
Quadro 15- Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	98
Quadro 16- Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	98
Quadro 17- Realização das receitas	100
Quadro 18- Despesas totais por modalidade de Contratação – UO: 26283	101
Quadro 19- Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – UO: 26283	102
Quadro 20- Concessão de Suprimento de Fundos	104
Quadro 21- Utilização do Suprimento de fundos	104
Quadro 22- Classificação dos gastos com suprimento de fundos	104
Quadro 23- Indicadores de Desempenho	106
Quadro 24- Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002	111
Quadro 25- Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002	112
Quadro 26- Relatório de procedimentos instaurados	122
Quadro 27- Relatório de procedimentos encaminhados para julgamento	122
Quadro 28- Relatório de procedimentos julgados	122
Quadro 29- Relatório de procedimentos anulados administrativamente	123
Quadro 30- Elementos de Controles Internos adotados na UFMS	125
Quadro 31- Força de Trabalho da UPC	128
Quadro 32- Distribuição da Lotação Efetiva	128
Quadro 33- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	129
Quadro 34- Despesas do Pessoal	132
Quadro 35- Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	134
Quadro 36- Composição do Quadro de Estagiários	135
Quadro 37- Frota de Veículos	138
Quadro 38- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	141
Quadro 39- Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	142
Quadro 40- Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	145
Quadro 41- Informações sobre imóveis locados de terceiros	147
Quadro 42- Força de Trabalho da área de TI	149
Quadro 43- Descrição dos Projetos de TI	150
Quadro 44- Sistemas Institucionais	151
Quadro 45- Quantitativo de acadêmico público alvo da Educação Especial Matriculado.	172
Quadro 46- Atendimento: Acessibilidade 2017 – 1º Semestre	173
Quadro 47- Atendimento: Acessibilidade 2017 – 2º Semestre	173
Quadro 48- Despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas e Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	175
Quadro 49- Desempenho Financeiro JAN a MAR MOVIMENTO ACUMULADO – MÊS (R\$)	177
Quadro 50- Desempenho Financeiro ABR a JUN	178
Quadro 51- Desempenho Financeiro JUL a SET	179
Quadro 52- Desempenho Financeiro OUT a DEZ	181
Quadro 53- Demonstrativos da arrecadação de receita própria.	185
Quadro 54- Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2017	186
Quadro 55- Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2017	186
Quadro 56- Determinações e Recomendações feitas pelo TCU	192

Quadro 57- Servidores Ativos e Inativos com Reposição ao Erário.....	193
Quadro 58- Pensionistas com Reposição ao Erário	199
Quadro 59- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos JAN a ABR	200
Quadro 60- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos MAI a AGO	201
Quadro 61- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos SET a DEZ	203
Quadro 62- Despesas com publicidade	206
Quadro 63- Fornecedores e Contas a Pagar – por Unidade Gestora Contratante	222
Quadro 64- Fornecedores em aberto UG 154357	222
Quadro 65- Os oito maiores fornecedores em aberto da UG 154054.....	222
Quadro 66- Data de Liquidação referente aos maiores credores	223
Quadro 67- Bens Imóveis: composição.....	223
Quadro 68- Bens Imóveis de Uso Especial	224
Quadro 69- Bens Móveis: composição.....	224
Quadro 70- Composição do ativo intangível	225
Quadro 71- Software de vida útil definida	226
Quadro 72- Software de vida útil indefinida	227
Quadro 73- Reavaliação	228
Quadro 74- Obrigações Contratuais: Composição.	229
Quadro 75- Obrigações Contratuais: Unidade Gestora Contratante.	229
Quadro 76- Os dez maiores contratados do Órgão registrados no SIAFI.....	230
Quadro 77- Saldo real dos contratos vigentes do órgão com exceção da ug 150160	230
Quadro 78- Saldo real dos contratos de serviços vigentes na ug 150160	231
Quadro 79- Provisões: Composição	232
Quadro 80- Acumulado do exercício 2017 dos depósitos nas contas vinculadas referentes riscos trabalhistas: .	232
Quadro 81- Restos a Pagar Processados do órgão durante o exercício.	234
Quadro 82- Restos a pagar processados por unidade gestora	234
Quadro 83- Restos a Pagar Não Processados do órgão	234
Quadro 84- Restos a pagar não processados por unidade gestora	235
Quadro 85- Restos a pagar processados (rpp) e não processados (rnp) inscritos e reinscritos para o exercício de 2018.....	236
Quadro 86- Receitas derivadas e originárias - comparativo	239
Quadro 87- Entradas advindas da LOA.....	239
Quadro 88- Desembolsos	239
Quadro 89- Fluxo de Caixa	240
Quadro 90- Geração de Caixa	240
Quadro 91- Ações planejadas no PAINT 2017	245
Quadro 92- Composição do Quadro de Servidores Inativos	284
Quadro 93- Instituidores de Pensão	285
Quadro 94- Atos Sujeitos ao Registro do TCU	285
Quadro 95- Atos Sujeitos a Comunicação do TCU.....	285
Quadro 96- Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	285
Quadro 97- Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	286
Quadro 98- Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio.....	291
Quadro 99 - Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UFMS, tendo a UFMS como Executora/Anuente e não enquanto concedente de recursos as referidas Fundações.	295

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Estrutura do Relatório de Gestão

No presente documento é apresentado o Relatório de Gestão da UFMS - 2017, no qual são analisados e destacados os desafios, avanços e aspectos relevantes da gestão da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da UFMS durante o exercício de 2017.

Estruturado em capítulos conforme a ordem estabelecida no Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União – e-Contas – e na Decisão Normativa TCU nº 161/2017, o Relatório de Gestão tem como objetivo consolidar informações compiladas dos relatórios setoriais das Unidades da UFMS e dos sistemas de informações gerenciais disponíveis, com vistas a relatar as práticas de gestão para efeito de prestação de contas aos Órgãos de Controle Interno e Externo e transparência dos serviços ofertados à sociedade.

A arquitetura do documento observou a sequência das informações constantes no Sistema de Prestação de Contas e foi realizada a numeração dos capítulos e quadros em algarismo arábico, de acordo com a ordem correspondente; o formato exigido em relação à denominação dos tópicos e especificações dos demonstrativos, com exclusão dos quadros ou campos em branco, justificados no item ou subitem. No caso dos capítulos que não possuem estrutura padronizada, optou-se pela organização das informações em forma de demonstrativos de fácil entendimento.

Resumidamente, o Relatório de Gestão contém nove capítulos e um conjunto de anexos e apêndices, referenciados pelo TCU que versam sobre:

Elementos pré-textuais, que contém a equipe de gestão, o sumário e a lista de abreviações e siglas que antecedem o conteúdo do relatório de gestão propriamente dito e que auxiliarão a leitura pelos usuários das informações;

1) Apresentação do Relatório, que contém uma apresentação sucinta do relatório de gestão, abordando especialmente sua estrutura e pontos da gestão do exercício que mereçam destaque, para posterior detalhamento no corpo do relatório;

2) Visão Geral da Universidade, que engloba os itens sobre finalidades e competência, macroprocessos finalísticos, normas e regulamentos de criação e funcionamento, e ambiente de atuação;

3) Planejamento Organizacional e Resultados, que contém o planejamento organizacional com ênfase nas áreas estratégicas definidas e objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019), realinhado no ano de 2017 e seus resultados, o desempenho orçamentário e sua execução física e financeira, e apresentação e análise dos indicadores de desempenho;

4) Governança, Gestão de Risco e Controles Internos, que contempla a estrutura de governança, a atuação da Auditora Interna, as atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos, e as atividades de gestão de riscos;

5) Áreas Especiais da Gestão, que contém as áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o cumprimento da missão e dos objetivos da Universidade, detalhando a gestão de pessoal, gestão de patrimônio financeiro e infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade;

6) Relacionamento com a Sociedade, que contém os canais de comunicação da Universidade com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral, destacando os canais de acesso ao cidadão, carta de serviços ao cidadão, mecanismos de transparência das informações, e as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações institucionais;

7) Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, que contém o desempenho financeiro de 2017, as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior, o tratamento contábil do patrimônio e de ativos e passivos, a sistemática de apuração dos custos na universidade e os demonstrativos contábeis;

8) Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle, que contém o

tratamento dado as determinações e recomendações do TCU e do Controle Interno, as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário, as conformidades do cronograma de pagamentos de obrigações, e as informações sobre publicidade e propaganda; e

9) Anexos e Apêndices que contém documentos e informações de elaboração da Universidade ou de terceiros úteis à compreensão do relatório ou exigidos pelas normas do Tribunal de Contas da União na prestação de contas, em especial, as demonstrações contábeis, pareceres, rol de responsáveis e declarações de integridade e as informações sobre projetos desenvolvidos com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - Fapec.

1.2 Principais realizações no exercício

As ações realizadas no exercício de 2017 estão relacionadas diretamente a execução das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme detalhamento apresentado no capítulo “Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional”, no item “Planejamento Organizacional” e subitem “Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício”.

As principais ações nas seis áreas estratégicas do PDI são apresentadas abaixo:

1. Ensino de Graduação e Pós-graduação

Em relação ao Ensino de Graduação, destacamos as seguintes ações:

1.1. Ampliação do contingente de alunos matriculados na graduação, totalizando 1.776 novos alunos matriculados;

1.2. Redução de 8,55% na evasão de alunos em relação ao ano de 2016;

1.3. Melhoria da taxa de sucesso da graduação com aumento de 6,6% no ano de 2017 e na elevação da média dos conceitos preliminares de curso de graduação;

1.4. Criação de duas novas formas de ingresso de alunos nos cursos de graduação (Vestibular próprio e Programa de Avaliação Seriada – PASSE), sendo destinado para o ingresso em 2018, 70% das vagas para seleção via SISU e 30% das vagas por vestibular próprio da UFMS.

1.5. Criação de sistema de confirmação de interesse em ingressar na UFMS em função de classificação via SISU, maximizando a eficiência na formação das turmas ingressantes;

1.6. Criação do processo seletivo de ingresso em vagas remanescentes a partir aplicação de notas do ENEM obtidas nos últimos cinco últimos anos;

1.7. Aprimoramento dos processos seletivos de movimentação interna dos alunos de graduação da UFMS;

1.8. Aprimoramento da eficiência do preenchimento de vagas ociosas com unificação de editais de seleção por Transferência Externa, Refugiados e Portadores de Diploma;

1.9. Implantação do curso de graduação em Administração no Campus de Naviraí (CPNV); Administração no Campus de Chapadão do Sul (CPCS), Ciências Contábeis e Engenharia de Produção no Campus de Nova Andradina (CPNA) e Educação Física (Bacharelado) e Matemática (Licenciatura), no turno noturno, na Cidade Universitária.

1.10. Acompanhamento e consolidação dos cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) / CAPES-MEC.

1.11. Criação de sistemas de emissão de históricos e demais documentos acadêmicos online.

1.12. Organização do calendário acadêmico da graduação para término do ano letivo de 2017 no ano civil de 2017, evitando-se atrasos na formação dos alunos, e aprovação e Calendário para 2018, único para graduação e pós-graduação.

Em relação ao Ensino de Pós-graduação destaca-se:

1.13. Consolidação e melhoria dos cursos de pós-graduação stricto sensu como

resultado da Avaliação Quadrienal da CAPES (resultado em dezembro de 2017);

1.14. Implantação dos mestrados acadêmicos em Antropologia Social, Ciências Contábeis e Engenharia Elétrica;

1.15. Implantação dos mestrados profissionais em Filosofia e Química em rede nacional;

1.16. Implantação do doutorado em Ensino de Ciências;

1.17. Implantação de 15 cursos de pós-graduação lato sensu nas seguintes especializações: Atenção Básica em Saúde da Família; Educação Física Escolar; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Mídias na Educação e Relações Étnico-Raciais; Gênero e Diferenças no contexto do ensino de história e cultura brasileiras; Gestão Jurídica; MBA gestão de Negócios; Ciências Ambientais; Linguística Aplicada e Ensino de Línguas; Docência, Linguagens e Tecnologias Educacionais; História; MBA em Gestão Estratégica das Organizações; Interdisciplinar em Humanidades e Patologia e Cirurgia da Coluna Vertebral;

1.18. Consolidação dos cursos de Residência Médica e Multiprofissional, com fornecimento de estrutura adequada na pró-reitoria competente.

1.19. Criação do Fórum Permanente dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação, para otimização da gestão acadêmica e melhoria do ensino.

1.20. Aumento do número de alunos matriculados na pós-graduação em 11,20% no ano de 2017.

2. Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional

2.1. Ampliação dos projetos de pesquisa, extensão e inovação oportunizando acréscimos qualitativos da graduação e da pós-graduação;

2.2. Revisão das normas regulamentadoras das relações entre a UFMS e as Fundações de Apoio;

2.3. Incremento dos recursos para financiamento de projetos de pesquisa e extensão com recursos próprios da UFMS;

2.4. Financiamento para realização de eventos acadêmicos promovidos pelos docentes dos cursos de graduação e de pós-graduação da UFMS;

2.5. Fortalecimento e expansão das atividades culturais e esportivas na Cidade Universitária e nos Campus da UFMS;

2.6. Consolidação de projetos de inovação tecnológica, sendo assinados 59 contratos de parceria com instituições públicas e privadas; criadas 2 empresas juniores; depositados 27 pedidos de patentes no INPI e 18 pedidos de registro de software no INPI;

2.7. Incremento de 20,72% do número de artigos científicos publicados em periódicos e as ações de integração dos cursos de graduação e pós-graduação com a educação básica, principalmente pelo evento Integra-UFMS e PIBID;

2.8. Realização do evento 1o INTEGRA-UFMS que integra a apresentação dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação financiados pela UFMS, Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para tornar público os resultados para a sociedade sul-mato-grossense.

2.9. Publicação de normatização relativa a criação e a organização das empresas juniores vinculadas ao programa UFMS Junior;

2.10. Criação da AGINOVA, como uma agência para maximização do atendimento a comunidade acadêmica e a sociedade por meio de projetos de Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional.

3. Atenção ao estudante

3.1. Revisão e definição das normas de ações do Programa de Assistência Estudantil da UFMS que estabeleceu a ampliação e os critérios para a concessão dos auxílios permanência;

alimentação; creche; moradia e participação de eventos, entre outros;

3.2. Ampliação de benefícios aos estudantes com vulnerabilidade social;

3.3. Criação de uma política integrada e única de uso do Restaurante Universitário para atender à Cidade Universitária e os campus da UFMS. Os restaurantes universitários de Campo Grande e Três Lagoas tiveram novas licitações. Com os recursos oriundos do PNAES, houve subsídios maiores aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, que, independentemente do campus onde estuda, pode utilizar os restaurantes pagando R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Os estudantes não vulneráveis pagam o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos). Ambos restaurantes servem refeições no almoço e no jantar, em conformidade com as orientações nutricionais, atendendo 12.448 acadêmicos.

3.4. Fortalecimento das ações para a saúde física e mental e de atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades, atendendo 478 estudantes, sendo realizados: atendimentos psicológicos individuais e para grupos; encaminhamentos em saúde física e mental; atendimento educacional; eventos e aulas com interpretação em Libras; distribuição de kits de materiais acessíveis; tradução de editais em Libras, entre outros;

3.5. Reestruturação do Programa de Recepção dos Calouros da UFMS; com atividades em todos os campus e na Cidade Universitária.

3.6. Implementação da verificação das cotas de ingresso dos estudantes de graduação, de forma a proteger o interesse dos cotistas e coibir fraudes; com fortalecimento na formação dos avaliadores e construção com comunidade acadêmica.

3.7. Reestruturação da Política de Estágio para os estudantes da UFMS; com culminância na implantação da Semana do Estágio, Emprego e Carreira na UFMS;

3.8. Criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Secretarias de Atendimento ao Estudante (SECAE) nos nove campus da UFMS, além de local de atendimento próximo dos alunos na Cidade Universitária, de forma a maximizar o acompanhamento dos acadêmicos.

3.9. Implementação da identidade estudantil, com unificação do documento para acesso aos serviços como Biblioteca, Restaurante universitário e Transporte na universidade.

4. Infraestrutura

4.1. Modernização infraestrutural viabilizada pela ampliação, revitalização e manutenção das Unidades de Administração Central e Setorial, e o apoio logístico na manutenção, ampliação e suporte dos sistemas (infraestrutura de equipamentos, sistemas de informações e gerenciais e transporte).

4.2. Concentração dos investimentos para finalizar as obras iniciadas na gestão anterior da UFMS, além da revitalização e melhoria da infraestrutura física dos Unidades/blocos do: Mercado Escola; Restaurante Universitário; Medicina/FAMED, Subestações Elétricas do Setor I da Sede, do CPNV e CPAQ; Galpão e Baías da FAMEZ; Prédio da Nutrição; da Unidade VI (drenagem); Unidade VII; Glaucê Rocha e Estádio Moreninho, além da Iluminação elétrica das Quadras esportivas.

4.3. Incremento dos investimentos na infraestrutura de Tecnologia da Informação da UFMS por meio da Agetic, revitalizando 20 Unidades da UFMS, expandindo a rede Eduroam a 30 novas Unidades/blocos, além do desenvolvimento de 15 sistemas de informações para a UFMS.

4.4. Aquisição de equipamentos de videoconferência para todas as unidades acadêmicas, com objetivo de economizar recursos com diárias e passagens e otimizar o tempo dedicado a universidade.

4.5. Maximização de uso da infraestrutura da universidade, com uso compartilhado dos espaços físicos, mediante estudo técnico, propiciando a suspensão de locação de imóveis, com consequente melhoria da identidade institucional e redução de custos para a instituição.

5. Eficiência da Gestão

5.1. Realinhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS, instrumento que tem como pressuposto básico a dinamicidade do processo de planejamento e o fortalecimento da gestão estratégica;

5.2. Reestruturação administrativa da UFMS com a extinção dos Centros e criação das Faculdades e Institutos.

5.3. Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades capazes de promover a eficiência administrativa e práticas inovadoras de trabalho, em interface amigável e que tem como principais características e funcionalidades: a) Redução do tempo de realização das atividades; b) Permissão de atuação simultânea de várias unidades em um processo, mesmo distantes fisicamente; c) Acesso remoto por meio de microcomputadores, notebooks e smartphones; d) Acesso de usuários externos, que permite consultas e outras operações relacionadas a processos (como, por exemplo, assinatura de documentos); e f) funcionalidades gerenciais, como: controle de prazos, ouvidoria, estatísticas da unidade, tempo do processo, base de conhecimento, pesquisa em todo teor, acompanhamento especial, inspeção administrativa, modelos de documentos, textos padrão, assinatura em bloco, acesso externo, entre outros;

5.4. Fortalecimento e expansão da transparência das ações desencadeadas no âmbito da UFMS possibilitando acesso da comunidade as decisões, realizações e informações dos resultados. Neste contexto foram realizadas: 1) as transmissões online das reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade onde são debatidos e aprovados os temas relevantes para o funcionamento da Universidade; 2) a implantação no portal da UFMS do link TRANSPARÊNCIA onde constam as seguintes Abas: UFMS dados Abertos; UFMS Financeira; UFMS – Governança de Bolsas e UFMS – Participativa; 3) Disponibilização no portal da UFMS dos Planos, relatórios e Editais e outras informações relevantes que possibilitem a comunidade o acesso a informação;

5.5. Revisão de Normas e Procedimentos a fim de agilizar e modernizar a estrutura organizacional da Universidade foram implantados novas Unidades de Administração Setorial, com o desmembramento e extinção dos Centros. Também foram redefinidos normas e procedimentos como: a) de distribuição de recursos orçamentários (matrizes de alocação de recursos); b) Gestão de Bolsas e auxílios; c) Uso de Espaços Físicos, entre outras;

5.6. Modernização da gestão financeira e orçamentária a fim de possibilitar o alcance de 98,54% das metas de execução orçamentária em relação aos limites orçamentários e de modo geral a execução financeira que liquidou 96,10% dos valores empenhados;

5.7. Capacitação de servidores da UFMS em parceria com a CGU em mapeamento de processos e riscos.

5.8. Revisão técnica dos contratos continuados, com finalidade de adequá-los ao orçamento disponível e à prestação de serviços com qualidade.

5.9. Implementação de matriz acadêmica que contempla indicadores para descentralização dos recursos para unidades acadêmicas de acordo com critérios técnicos e total transparência.

5.10. Instituição do Plano de Governança de Bolsas e Auxílios em projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, estímulo à inovação e em programas de Assistência Estudantil na UFMS e desenvolvimento de sistema para seu gerenciamento.

1.3 Principais dificuldades para a realização dos objetivos

Durante o ano de 2017, os principais desafios foram:

Alinhamento e formação da equipe atual no primeiro ano de gestão da administração central da UFMS;

Unificação do calendário acadêmico da UFMS que foi alterado em função das greves dos anos anteriores;

Falta de planejamento de liberação dos limites orçamentários pelo MEC, de forma parcelada em razão da recessão da economia brasileira;

Liberação de limites de investimento às vésperas do último dia de prazo para emissão de nota de empenho; entre outros fatores que impossibilitaram a execução de reformas e revitalizações em salas de aula e laboratórios de ensino, dentro do exercício de 2017;

Cancelamento de licitações programadas pela gestão anterior por recomendação do TCU e da Auditoria Interna da UFMS;

Redução do volume de receitas próprias e o grande volume de recursos não processados e inscritos em restos a pagar.

2. VISÃO GERAL

Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MEC – Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: UFMS			
Código SIORG: 827	Código LOA: 26283	Código SIAFI: 154054	
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 15.461.510/0001-33	
Principal Atividade: Educação		Código CNAE: 85	
Telefones/Fax de contato:	(067) 3345.7975	(067) 3345.7977-FAX	
Endereço eletrônico: reitoria@ufms.br			
Página da Internet: http://www.ufms.br			
Endereço Postal: Cidade Universitária – Caixa Postal 549 – CEP. 79070-900 – Campo Grande - MS			
Identificação das Unidades Orçamentárias consolidadas			
Nome	Situação	UO	SIORG
UFMS	Ativa	26283	827
Núcleo do Hospital Universitário	Ativa	26401	16542
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
154064	Câmpus de Aquidauana		
154065	Câmpus do Pantanal		
154067	Câmpus de Três Lagoas		
150161	Câmpus de Coxim		
150162	Câmpus de Paranaíba		
151068	Câmpus de Chapadão do Sul		
151069	Câmpus de Nova Andradina		
151070	Câmpus de Ponta Porã		
151071	Câmpus de Naviraí		
150160	Programa de Assistência à Saúde do Servidor		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
-----	-----		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-----		-----	

2.1 Finalidades e competências

O retorno social e o valor estratégico que a produção de conhecimento aporta à sociedade têm sido considerados na emancipação de um ensino superior polivalente, inclusivo e eficiente. As universidades são os ativos fundamentais para viabilizar a universalidade dos direitos fundamentais à cidadania e oferecer insumos e quadros profissionais para arrojarem o setor produtivo; são os espaços mais abrangentes para discutir a contextualidade do patrimônio científico e intelectual.

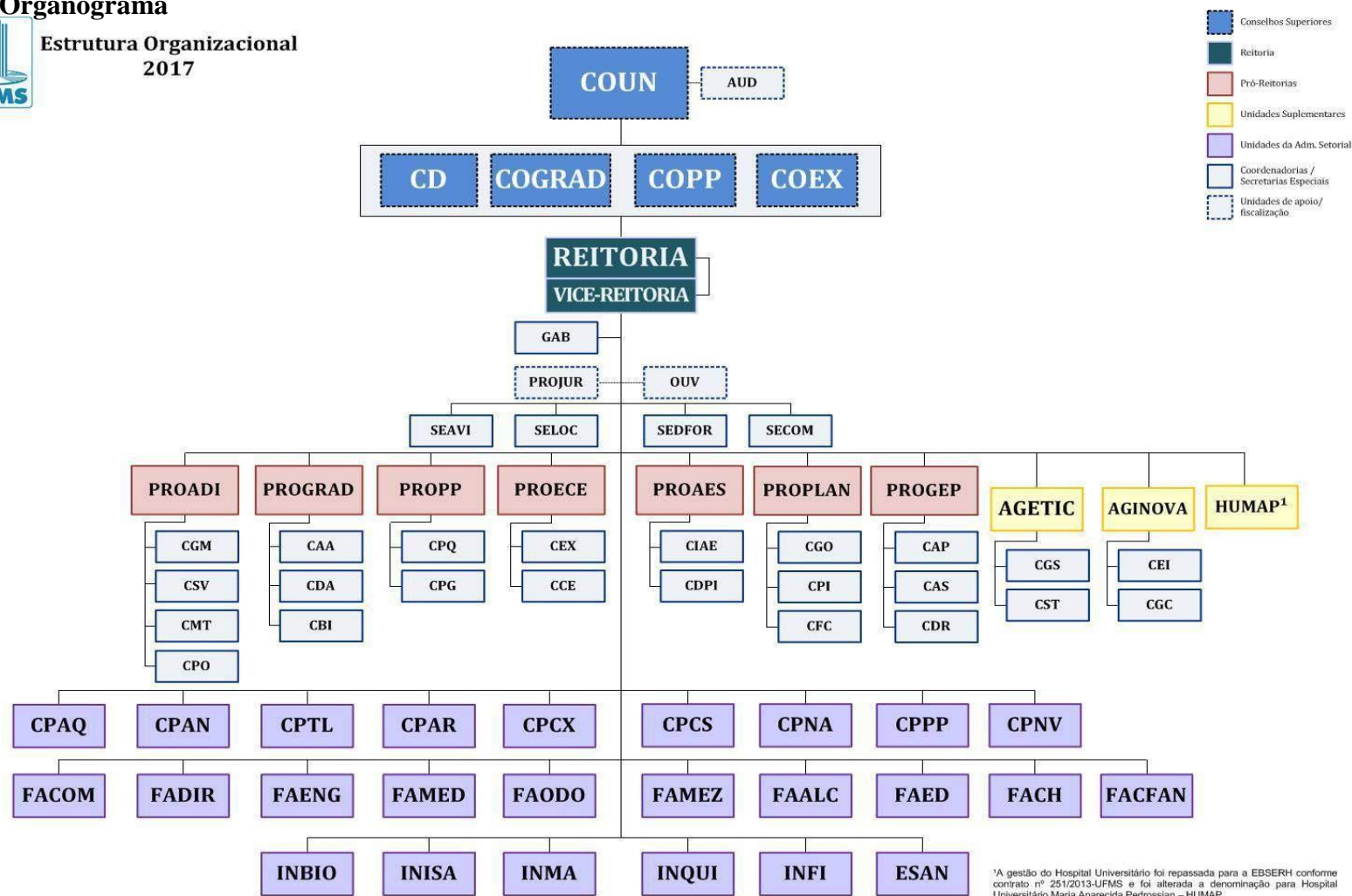
No contexto da educação superior no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais, é notória como a responsabilidade formativa das universidades tem abarcado contornos que envolvem problemas de um país que, embora aponte como uma das maiores economias mundiais, ainda enfrenta desafios sérios para nivelar adequadamente a distribuição de renda e o acesso aos serviços de educação e saúde. As universidades têm um papel supra significativo no esforço pela diminuição dos desequilíbrios de bem-estar social, com a geração de oportunidades de aprendizado para todas as camadas sociais e a estruturação de bases para um desenvolvimento amplo e contínuo.

Difundindo e aplicando conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, da sociedade sul-mato-grossense, a UFMS, apoiada em uma gestão efetiva e modernizada, vem consolidando as suas finalidades acadêmicas, científicas e sociais, disponibilizando por meio de seus cursos de graduação, de seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, bem como também das atividades extensionistas e serviços comunitários de atenção à saúde, as condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

Buscando sempre desempenhar uma articulação consistente, arrojada e punjante entre a academia e o meio social, dois enfoques são estratégicos e relevantes: “globalização”, impondo pensamento amplo, universal, e “individualização”, estimulando o desenvolvimento de competências para liderar, administrar e transformar o conhecimento em ativo social indispensável a uma cidadania plena e sustentável. Abarcado em tais pressupostos, as Competências Institucionais estão, regimental e estatutariamente, assim estipuladas:

- Gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;
- Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada;
- Contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, artístico e cultural por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, considerando o pluralismo de ideias;
- Educar para o desenvolvimento sustentável;
- Assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas;
- Participar da formulação das políticas nacionais;
- Assegurar a gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; e
- Assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição.

2.2 Organograma

Estrutura Organizacional
2017

DINS/CPI/PROPLAN

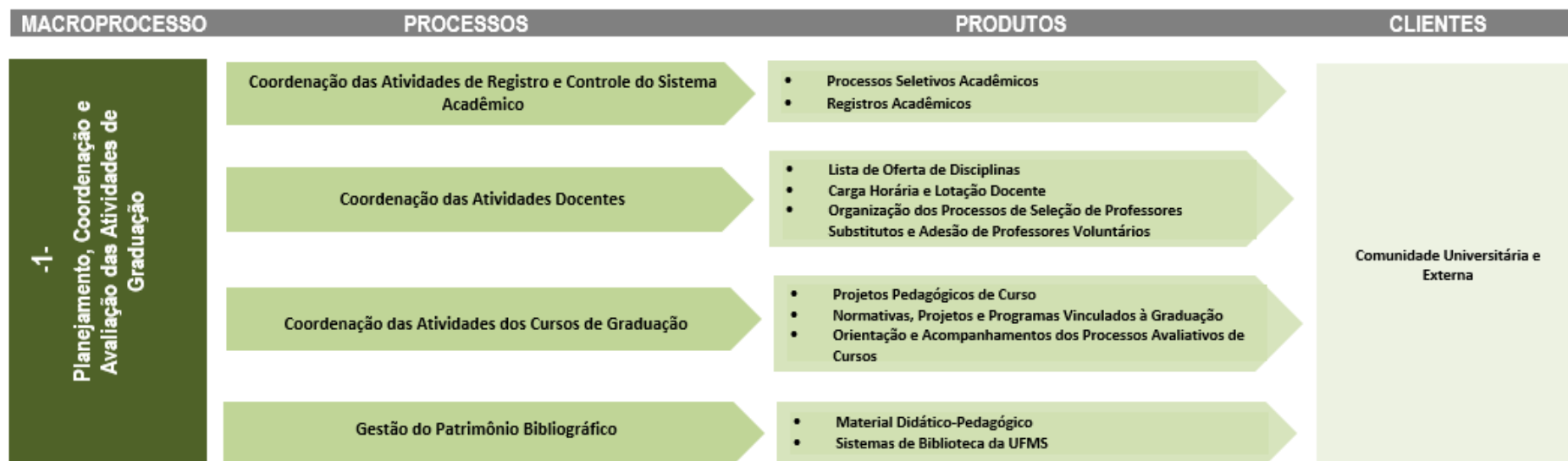
2.3 Macroprocessos finalísticos

A gestão de processos é uma abordagem multidisciplinar que objetiva melhorar a eficiência das atividades desenvolvidas em um ambiente de negócios, ao oportunizar a observação sistemática da consistência e do valor dos resultados do conjunto dessas atividades para o desempenho organizacional. Assim exposto, a gestão de processos ou BPM (Business Process Modeling) é fundamental para subsidiar a construção das estratégias com as quais a organização pretende marcar a qualidade, a eficácia e efetividade dos seus serviços ou produtos.

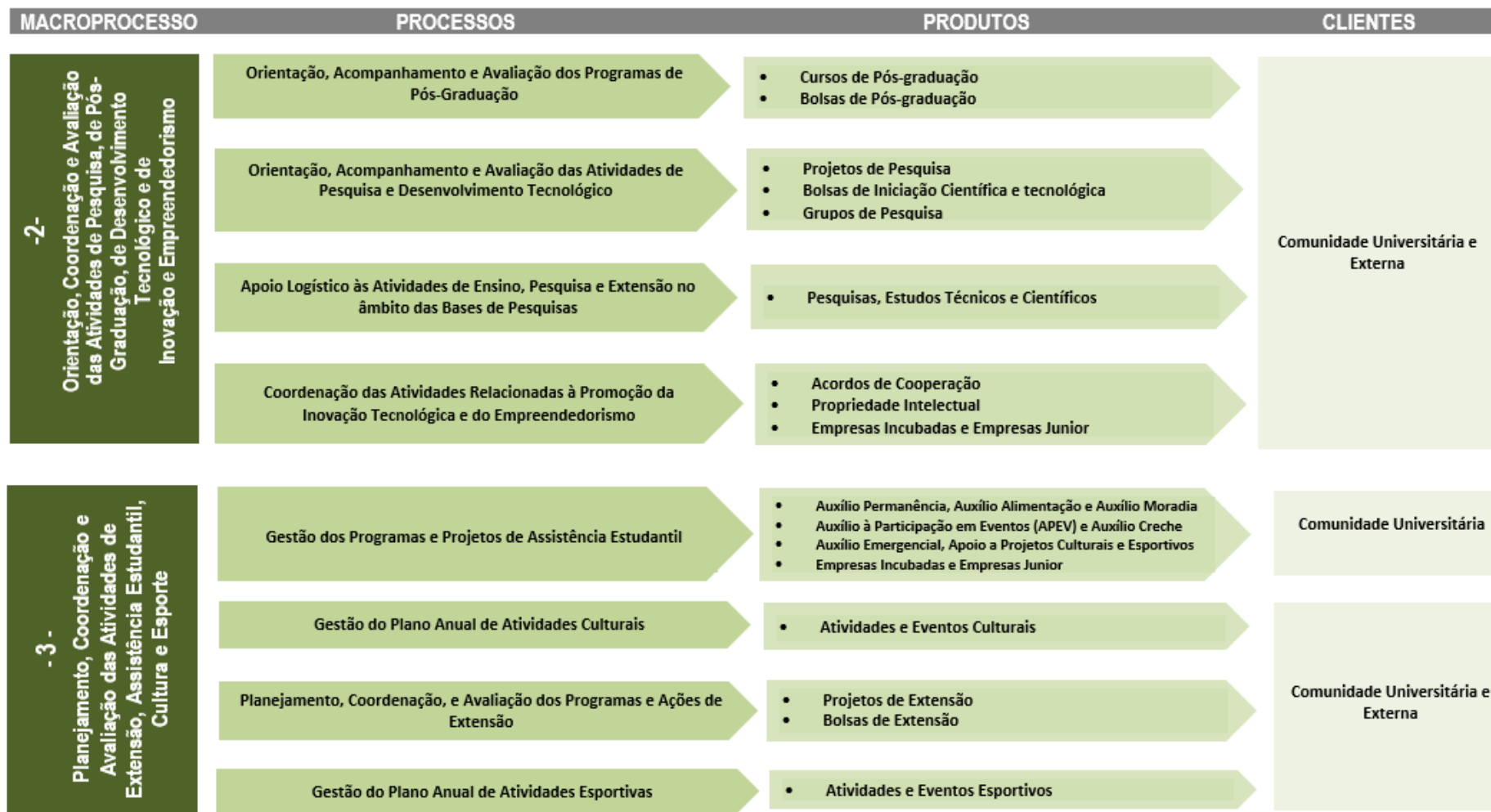
A organização dos macroprocessos é um dos pontos críticos na gestão dos processos, em que pese a complexidade de mensurar as atividades que mais significativamente afetam a estruturação dos recursos empregados nas diversas funções da organização. Nesse sentido, identificar e analisar, numa sucessão lógica e objetiva, atividades específicas que aportam valor às partes interessadas exige uma reflexão cuidadosa acerca da cultura, dos recursos, da visão e da missão organizacional. A mensuração das interfaces existentes em cada atividade de valor tornar-se-á mais realista, contribuindo assertivamente com a consolidação da gestão de processos.

O mapeamento dos macroprocessos realizado pela UFMS resultou de ampla consulta das atividades que a compõem, permitindo contextualizar a universidade em níveis gerenciais distintos, gerar a necessária visão sistêmica e oportunizar a definição de um conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento institucional adequadamente integrado à sua função social. Com efeito, a abordagem holística evidente na Cadeia de Valor aporta maior eficiência à gestão universitária e por isso maximizar os resultados da instituição e os benefícios à sociedade. Oportuno frisar que os macroprocessos da UFMS se submetem a análises periódicas a fim de melhorar a sua eficácia para uma melhor governança para atender a missão institucional.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS



Continua



Fonte: Proaes, Proece, Prograd e Propp. Adaptado. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

2.4 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 6.674 de 05/07/1979	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Estatuto da UFMS – Resolução COUN nº 35/2011 Regimento Geral da UFMS – Resolução COUN nº 78/2011	
Altera a Estrutura Organizacional da UFMS - Resolução COUN nº 02/2017	
Aprova a criação e implantação do Instituto de Biociências - Resolução COUN nº 21/2017 Aprova a criação e	
implantação do Instituto Integrado de Saúde - Resolução COUN nº 22/2017 Aprova a criação e implantação da	
Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição - Resolução COUN nº 23/2017	
Aprova a criação e implantação da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação - Resolução COUN nº 24/2017	
Aprova a criação e implantação da Faculdade de Educação - Resolução COUN nº 25/2017	
Aprova a criação e implantação da Faculdade de Ciências Humanas - Resolução COUN nº 26/2017	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Resoluções do Conselho Universitário:	
Nº	ASSUNTO
03	Estabelece as rotinas e os procedimentos para criação de Unidade da Administração
012	Altera a nomenclatura das Unidades pertencentes à Estrutura Organizacional da PROGEP, aprovada pela Resolução nº 2, Coun, de 20 de janeiro de 2017
018	Aprova a extinção do CCBS e do CCHS, a partir de 27 de março de 2017
019	Aprova a alteração de lotação de Unidade Administrativa Setorial do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do CCHS para ESAN
030	Vincula Cursos, ao Instituto de Biociências
031	Vincula cursos, à Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
032	Vincula Cursos de Graduação, ao Instituto Integrado de Saúde
033	Vincula Cursos de Graduação à Faculdade de Ciências Humanas
034	Vincula Cursos de Graduação à Faculdade de Educação
035	Vincula Cursos de Graduação à Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
056	Altera a Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Gestão Financeira e Contábil da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
060	Atribui o nome de Poeta Manoel de Barros às dependências onde se localiza a Biblioteca do Câmpus do Pantanal
Resoluções do Conselho Diretor:	
Nº	ASSUNTO
03	Manifesta favoravelmente pela alteração da Estrutura Organizacional da UFMS
04	Manifesta favoravelmente pela aprovação das normas de estabelecimento das rotinas e dos procedimentos para criação de Unidade da Administração
09	Define os critérios de codificação dos Órgãos Colegiados e das Unidades integrantes da estrutura organizacional da UFMS
025	Manifesta favoravelmente pela alteração da nomenclatura das Unidades pertencentes à Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
026	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Reitoria
027	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação
028	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Agência de Desenvolvimento, de Inovação e de Relações Internacionais
029	Fixa as competências da Auditoria Interna

030	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional das Unidades da Administração Setorial
031	Fixa as competências dos Gabinetes e das Secretarias, unidades integrantes das estruturas organizacionais das Pró-Reitorias
032	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
033	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
034	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte
035	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
036	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Graduação
037	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
038	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
040	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Faculdade de Direito
041	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
042	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Faculdade de Odontologia
059	Manifesta-se favoravelmente pela mudança de lotação de Unidade Administrativa Setorial do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do CCHS para ESAN
060	Opina favoravelmente pelos projetos de criação e implantação das Unidades da Administração Setorial, em função da extinção do CCBS
061	Manifesta-se desfavoravelmente ao recurso contido no processo nº 23104.002114/2017-88, contra a decisão do Conselho de Centro do CCHS que aprova o projeto de criação da FACH
062	Opina favoravelmente pelos projetos de criação e implantação das Unidades da Administração Setorial, em função da extinção do CCHS
064	Manifesta-se favorável à extinção do CCBS e do CCHS, a partir de 27 de março de 2017
071	Altera o anexo da Resolução nº 32, de 6 de março de 2017, que trata das competências da Divisão de Almoxarifado da Coordenadoria de Gestão de Materiais
072	Altera o anexo da Resolução nº 37, de 6 de março de 2017, que trata das competências da Divisão de Execução Financeira e da Divisão de Análise e Controle
076	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional do Instituto Integrado de Saúde
077	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional do Instituto de Biociências
078	Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
088	Altera as competências das Unidades subordinadas à Coordenadoria de Gestão de Materiais da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura, fixadas pela Resolução nº 32, de 6 de março de 2017
108	Altera as competências da Divisão de Conservação e Urbanismo e da Divisão de Planejamento de Obras e Sustentabilidade, fixadas pela Resolução nº 32, de 6 de março de 2017

119	Altera as competências da Secretaria Especial de Avaliação Institucional, objeto da Resolução nº 26, CD, de 6 de março de 2017
274	Permite o uso do espaço Físico da Policlínica Prof. Fernando Alves Machado, pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul Agepen
Resoluções do Conselho de Graduação:	
Nº	ASSUNTO
056	Aprova a Tabela de Equivalência de disciplinas entre a Matriz Curricular aprovada pela Resolução nº 220, Coeg, de 23 de agosto de 2012; e a aprovada pela Resolução nº 5, Coeg, de 13 de janeiro de 2014, do Curso de Pedagogia – Licenciatura do CCHS
063	Altera a redação e acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 27 da Resolução nº 269, de 1º de agosto de 2013, que aprovou o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação Presenciais da UFMS
064	Aprova alterações, na Resolução nº 107, de 16 de junho de 2010, que aprovou o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS
065	Aprova o Calendário Acadêmico, ano letivo de 2017, para os cursos de graduação, na modalidade a distância, da UFMS
66	Aprovar Calendário Acadêmico, ano letivo de 2017, para os cursos presenciais da UFMS
269	Fixar os pesos e as notas mínimas das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio
636	Aprova as Normas para Realização de Projetos de Ensino de Graduação, nos termos desta Resolução
638	Estabelece as Normas Complementares para a Renovação de Matrícula dos Cursos de Graduação Presenciais da UFMS
640	Estabelece o percentual de vagas para ingresso nos Cursos de Graduação da UFMS, no período compreendido entre 2018 e 2019
693	Propõe alterações no Calendário Acadêmico, ano letivo de 2018, para os cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu da UFMS
Resoluções do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação:	
Nº	ASSUNTO
218	Estabelece as Normas Regulamentadoras para Formação Pós-Graduada com Titulação Simultânea em dois Países, no âmbito da UFMS
220	Estabelece as Normas Regulamentadoras dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas Modalidades Multiprofissional e Uniprofissional (Premus), no âmbito da UFMS
240	Estabelece as Normas Regulamentadoras para o Armazenamento e Uso de Material Biológico Humano da UFMS
279	Regulamenta o Programa de Pós-Doutorado no âmbito da UFMS
301	Aprova as Normas para Pós-Graduação Stricto Sensu da UFMS
Resoluções do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis:	
Nº	ASSUNTO
06	Estabelece as Normas Regulamentadoras das Ações de Extensão da UFMS

2.5 Ambiente de atuação

A expansão da oferta em educação superior no Brasil tem sido consistente, sobretudo, nas últimas décadas. A ideia de universidade continua mobilizando a pauta da governabilidade em nível local e nacional, repercutindo o crescimento do contingente de indivíduos com acesso ao ensino superior. Muito embora as prioridades do investimento público adotadas recentemente, em que áreas como educação e saúde sofreram contingenciamento orçamentário por parte do governo federal, ainda assim, é possível observar a evolução da quantidade de instituições de ensino superior (IES) atuando no país e da taxa bruta de matrículas na educação superior; por outro lado, a taxa de escolaridade líquida da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos continua baixa.

Mudanças de expressão foram alcançadas pelo país no contexto da democratização do ensino superior; com efeito, em uma economia emergente como a do Brasil, ampliar o acesso ao conhecimento acadêmico e profissional, é, disparadamente, uma conquista singular; entretanto, o país ainda é marcado por uma dissoluta desigualdade social. Nesses termos, o campo educacional tem se tornado cada vez mais um importante componente na construção de estratégias para o desenvolvimento da sociedade em seus mais amplos aspectos. De fato, considerando ser a educação um direito social e um bem público, é por meio dela que toda a trajetória em busca da equidade e cidadania deve passar.

Os princípios que demarcam o escopo de uma instituição de ensino, sobretudo as públicas, são sempre relacionados à democracia; nesse sentido, a sua atuação deve considerar todas as dimensões que contornam os espaços em que está inserida, sob o risco de não encontrar a sintonia necessária para consolidar os propósitos da instituição e justificar a razão da sua existência. Isto posto, reconhecer os condicionantes do ambiente como um fator de impacto consiste, antes, em identificar as potencialidades e vulnerabilidades que devem ser coligidas no quadro de objetivos e metas que a instituição sublinha para alcançar a sua missão, depois, em buscar consolidar-se uma entidade indispensável ao exercício da cidadania. Concebendo o ambiente de atuação nesses termos, a UFMS procura manter-se sempre atenta às vocações vigentes e potenciais e às singularidades que permeiam a abrangência de sua atuação, para que, da maneira mais assertiva possível, cumpra a sua função social.

Situada em um Estado que possui um dos mais importantes ecossistemas do mundo, o bioma Pantanal, e que faz fronteira com outros Estados e países, a saber, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bolívia e Paraguai, a UFMS é reconhecidamente uma instituição supranecessária ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Com uma extensão territorial de 357.145,836 quilômetros quadrados, o Estado supera dois milhões e quinhentos mil habitantes distribuídos em seus setenta e nove municípios; com uma economia marcadamente agropecuária, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,7621 e uma pluralidade cultural em razão de uma população composta de imigrantes vindos principalmente dos estados de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, também de outros países, como Alemanha, Itália, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta importantes fatores de transformação e mudanças que têm levado a um dinamismo econômico excepcional, com integração à economia brasileira. Possui uma diversidade de oportunidades e desafios, onde a presença de instituições de ensino, pesquisa e extensão constitui-se um ativo valioso para a compreensão e atendimento das demandas da sociedade, do mercado de trabalho e da própria contemporaneidade. O desafio de interpretar as mudanças ocorridas em campos tão diversos, bem como lidar com suas pressões, coloca a difusão do conhecimento como condição básica para estruturar um

¹ De acordo com o Radar IDHM divulgado em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro. Vide <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/11/indice-de-desenvolvimento-humano-de-ms-cresce-255-em-4-anos.html>. Acesso em 07/02/2018.

desenvolvimento equilibrado, amplo e sustentável.

Nesse sentido, a UFMS por reconhecer a necessidade de atender com eficácia e transparência as exigências do seu entorno, pois possui forte senso de pertencimento social, permanece em alerta quanto à sua finalidade de gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da competitividade e qualidade de vida da sociedade em geral e, em particular, dos cidadãos sul-mato-grossenses. Para tal finalidade, desde 1962 tem expandido e fortalecido as suas funções acadêmicas, científicas e sociais, propiciando e disponibilizando, por meio de seus cursos de graduação e de seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

Neste processo de inserção, buscando superar uma realidade no campo da educação, em que das trinta e quatro instituições de ensino superior¹ que atuam no Estado de Mato Grosso do Sul, apenas quatro (UFMS, UFGD, UEMS e IFMS) são de acesso gratuito, sendo a UFMS a maior delas, reforçando assim o seu compromisso para fortalecer a sua missão e valor sociais por meio da oferta de cursos presenciais e a distância de graduação e de pós-graduação, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, considerando, para tanto, o perfil socioeconômico local para melhor enfrentar os desnivelamentos reais e potenciais². Imbuída do papel de articuladora, orientadora, motivadora e inspiradora de atitudes e atividades, a UFMS empreende sua marca num contexto de democracia, responsabilidade e consciência social, diante de dois enfoques: “globalização”, impondo pensamento amplo, universal, e “individualização”, estimulando o desenvolvimento de competências para liderar, administrar e transformar o conhecimento em qualidade de vida.

As particularidades que caracterizam o Estado de Mato Grosso do Sul e a sua localização no Cone Sul têm gerado pesquisas e cursos para atender a uma demanda oriunda de instituições públicas e privadas de ensino do próprio Estado e de outros Estados e países circunvizinhos. Vista essa inserção de outra perspectiva, além do critério geográfico, considera-se o fato da UFMS ser uma Universidade Pública que oferece, também, ensino, pesquisa e extensão e assistência na área da saúde, principalmente pelo Hospital Universitário (HUMAP), pelas Faculdades de Medicina (FAMED), de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) e de Odontologia (FAODO). E ações que demonstram o seu relevante papel no cenário da região Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso do Sul. Por sua extensão e localização geográfica, é um polo de desenvolvimento e um promissor mercado de trabalho, Mato Grosso do Sul constitui-se num espaço que vem sendo mapeado em sua rica diversidade linguística, cultural e étnica, decorrente de um variado processo de povoamento determinante do desenvolvimento de variedades e variantes linguísticas e de práticas artístico-culturais heterogêneas, cujo estudo vem sendo propiciado, por exemplo, pelos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Música. Também se evidencia a preocupação da UFMS com a diversidade nos conteúdos curriculares com a preservação ambiental, especialmente nos cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Geografia, Turismo e Turismo e Meio Ambiente, promovendo um sólido entendimento das dimensões socioambientais e contemporâneas, cuja especificidade legitima a sua busca pela inserção local, regional, nacional e internacional. Destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação (PPGEC-UFMS), único programa Nota 6 da CAPES em Mato Grosso do Sul.

Na formação de docentes para o ensino básico e superior, a UFMS oferece cursos de

¹ Extraído do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2015) – Sindicato dos Mantenedores do Ensino Superior (SIMESP).

² A capilaridade do ensino superior é uma das diretrizes que norteiam o processo de inserção da UFMS no em Mato Grosso do Sul e estados fronteiriços; nesse sentido, os Câmpus presentes nos municípios de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, além de Campo Grande, representam a consolidação desse pressuposto.

licenciatura em diferentes áreas de conhecimento, além de promover diversas ações que visam aprimorar a formação acadêmica destes profissionais, tais como o oferecimento de cursos de capacitação e formação continuada de professores da educação básica das redes estadual e municipal e dos docentes da UFMS; a implementação do curso de formação inicial de docentes da UFMS a partir de 2017; a integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS por meio do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life); a implantação da Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (Sedfor) em 2017; a representação da UFMS como membro efetivo no Observatório Estadual do Plano Estadual de Educação – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE); a participação da UFMS junto à Secretaria de Estado de Educação para as discussões da Base Nacional Comum curricular (BNC); participação do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente.

A interação com a sociedade também se estende nos atendimentos prestados pelos projetos dos cursos de Educação Física, Nutrição, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Odontologia e Psicologia, pela disseminação e transferência de conhecimentos mediante atividades de pesquisa e de extensão vinculadas a programas interdisciplinares, práticas de ensino, estágios curriculares e extracurriculares e de outras atividades complementares oferecidas à comunidade.

Por outro lado, o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma grande vocação pecuária, o que exige grande número de profissionais envolvidos nas cadeias de produção. Atualmente, o Estado é um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, há uma forte demanda de zootecnistas e médicos veterinários, espaço que pode ser preenchido pela atuação de profissionais formados nos cursos de Medicina Veterinária e de Zootecnia da FAMEZ da UFMS. Alguns condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul também demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados (licenciados ou bacharéis) nos diversos campos das chamadas ciências humanas. Nesse sentido, cita-se, o intercâmbio direto do Estado com países vizinhos componentes do Mercosul, a viabilização do gasoduto Bolívia–Brasil e os esforços para inserir o Estado no circuito turístico nacional e internacional.

Os programas de pós-graduação oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, solidificando o conhecimento dos complexos problemas e potencialidades dos ecossistemas, apresentando e implementando novos modelos de desenvolvimento sustentável, orientados por uma racionalidade ambiental e uma expansão antipredatória das atividades turísticas e econômicas. No campo das Ciências Exatas, deve-se considerar o fato de que a formação adequada de mão-de-obra qualificada é fundamental e estratégica para o desenvolvimento de qualquer região do país e do mundo, seja para o domínio de novas tecnologias, na área das engenharias, da computação e da informática, ou para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, com inserção regional, nacional e internacional nas áreas de física, matemática e química.

Os cursos de Sistemas de Informação, Matemática e Ciência da Computação, também, desempenham um importante papel neste contexto, por meio de iniciativas que promovem a inclusão digital, com a oferta de cursos de informática básica, realização de provas e competições, além de projetos de suporte e estruturação de telecentros, em parceria com outras instituições. Pode-se destacar, ainda, as ações desenvolvidas na área de Educação a Distância, cujos indicadores dão visibilidade quanto ao papel social representado pela UFMS nos vários municípios do Estado, como Água Clara, Bataguassú, Bela Vista, Camapuã, Campo Grande, Costa Rica, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste. Nos municípios limítrofes com o país vizinho, o Paraguai, com uma população caracterizada pela diversidade de etnias e de línguas, os cursos oferecidos na modalidade a distância possuem alunos índios

matriculados; ainda, por meio do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que é ofertado por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), promove-se a disseminação do conhecimento em amplos eixos culturais.

No que diz respeito à Mobilidade Acadêmica Internacional, a UFMS é signatária do consórcio Erasmus Mundus - Projeto Euro-Brazilian Windows +, por meio do qual celebra-se a parceria com as seguintes instituições: Universidade do Porto, Portugal; Technische Universität Dresden, Alemanha; Universitat Politècnica de València, Espanha; Université de Rouen, França; Université Lille, França; Universas degli studi di Roma "La Sapienza", Itália; Riga Technical University, Letônia; Università ta' Malta, Malta; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal e Uppsala Universitet, Suécia. Com relação à celebração de instrumentos jurídicos internacionais: Bolívia – Universidad Autónoma Gabriel René Moreno; Canadá – Université du Québec em Outaouais e Universidade de Manitoba; Colômbia – Universidad Pedagógica Nacional; Cuba – Universidad de Matanzas; Espanha – Universidad Complutense de Madrid, Universidade de Santiago de Compostela, Universidade de Salamanca e Universitat Autònoma de Barcelona; Estados Unidos – Universidade de Washington e Universidade de Kentucky; França – Université de Lille, Université de Toulon, Université d'Avignon / EFREI – Ecole D'Ingeniurdes Technologies de L'INformation et de la Communication; Itália – Università Degli Studi di Torin e Politécnica de Turim; Japão – National University Corporation Kochi University; Portugal – Universidade do Porto (Erasmus +) e Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Importante destacar que outros instrumentos jurídicos não mencionados estão em fase de celebração final para posterior divulgação.

Consciente da relevância que exerce como organização que promove a competitividade e a disseminação do conhecimento científico e social, a UFMS continua fortalecendo a sua atuação para além da academia a fim de propiciar recursos de valor a todos os seus interessados. Nesse sentido, a UFMS desenvolve atividades como forma de contribuir para a formação de uma sociedade do conhecimento, como, a exemplo:

Base de Estudos do Pantanal (BEP), localizada na margem do Rio Miranda, na região denominada “Passo do Lontra” a 132 km de Corumbá, desenvolve atividades na área de ensino, extensão e pesquisa, onde o ensino de graduação consta de programas de aulas práticas de campo dos cursos da UFMS; na pós-graduação a BEP tornou-se de fundamental importância para as atividades de campo e desenvolvimento dos projetos de dissertação e de tese; serve também como um pólo de Educação Básica para crianças ribeirinhas. Os projetos de extensão consistem de cursos e treinamento de pessoal nas diferentes áreas do conhecimento relativos ao Pantanal. Desse modo, a BEP constitui-se um posto avançado de apoio aos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas no Pantanal e na região;

Base de Estudos de Bonito (BEB), localizada no município de Bonito que foi eleito o melhor destino de ecoturismo do Brasil, contém uma estrutura de salas de aula e auditórios que oferece cursos de graduação e especialização na modalidade EAD para a sociedade da região. A região surpreende pelas belíssimas paisagens naturais, rios de águas cristalinas, praias de águas doces, cachoeiras, cavernas, grutas, dolinas e abismos.

Projeto Educação Empreendedora na UFMS, implantado em 2017 em parceria com o Sebrae-MS, objetiva identificar os princípios para a construção do aprendizado e do conhecimento que promova o empreendedorismo nas UFMS, elaborar e avaliar ações estratégicas para sensibilizar e promover um modelo de empreendedorismo acadêmico, visando desenvolver novas práticas de ensino e aprendizado por meio de projetos voltados a novos produtos e serviços;

Projeto Empreendendo: Uma Alternativa na Formação de Alunos/as em Conclusão do Ensino Médio de Escolas Públicas, tem por objetivo fomentar o empreendedorismo para jovens de escolas públicas como alternativa de formação, por meio de conceitos teóricos, estudos de casos e dinâmicas junto aos participantes;

Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME), possui como característica principal fornecer a novas empresas o suporte inicial para o seu desenvolvimento, ou seja, disponibilizar espaço para produção de seus produtos, atendimento a clientes além de fornecer cursos de capacitação para uma gestão saudável das empresas incubadas. A PIME tem por objetivos apoiar a formação e consolidação de empresas mistas caracterizadas pelo conteúdo inovador e contribuição para o desenvolvimento do mercado brasileiro e internacional de modo a assegurar seu fortalecimento e melhoria do seu desempenho, desenvolver na UFMS e na comunidade externa uma cultura empreendedora;

Empresas Juniores (EJ) criadas por alunos de graduação, devendo ser sempre ligada a um ou mais cursos de graduação ou a cursos técnicos. O objetivo das empresas juniores é promover a melhor experiência de mercado aos alunos graduandos na instituição à qual ela é vinculada. Por esse objetivo entende-se fomentar o crescimento pessoal e profissional do aluno membro, por meio do oferecimento de serviços de qualidade e a baixo custo ao mercado. Dessa forma, além de atingir seu próprio objetivo, as EJs contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo em sua região. Em alta escala, o Movimento das Empresas Juniores (MEJ) contribui com uma importante parcela no desenvolvimento empresarial e econômico do país;

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ICTP) é um programa de extensão da UFMS que presta consultoria para o desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária – EES, nos municípios de Mato Grosso do Sul. É uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado pelo quadro: docente, acadêmico e técnico, buscando assim, socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena;

Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT) é responsável pelo gerenciamento, proteção e transferência das tecnologias desenvolvidas no âmbito da UFMS. Atende aos professores, pesquisadores, alunos e técnicos da UFMS, além de instituições e empresas parceiras em pesquisa. Conta com equipe técnica especializada para realizar pedidos de patentes, registro de programa de computador, marcas e outros tipos de proteção por propriedade intelectual. A proteção por propriedade intelectual, tarefa da APITT, é o primeiro passo para que os resultados das pesquisas cheguem à sociedade. Através da transferência da tecnologia desenvolvida pela universidade, é gerada a inovação, com novos produtos e processos no mercado;

Museu Arqueológico (MUARQ) da UFMS tem como meta institucional realizar pesquisas sobre o passado arqueológico de Mato Grosso do Sul, buscando entender e explicar os diversos processos pretéritos de povoamento humano no território estadual, isto é, as origens e as relações homem-ambiente na pré-história, bem como os processos etnoarqueológicos de formação das etnias indígenas que existiram e existem em Mato Grosso do Sul;

Fazenda Escola, situada no município de Terenos, contribui para as atividades práticas dos

cursos de Medicina Veterinária e de Zootecnia da FAMEZ da UFMS; possui estruturas para atividades práticas, além de desenvolvimento de pesquisas e extensão relacionadas à pecuária sul- mato-grossense;

Hospital Veterinário (HV), localizado em Campo Grande, oferece atendimento clínico-médico a animais de pequeno e grande porte por meio de alunos, residentes e profissionais; a taxa para atendimento possibilita pessoas de baixa renda tratar seus animais. O objetivo principal do HV é de que ele seja uma extensão das atividades de ensino para que os acadêmicos e recém-formados possam colocar em prática o que aprenderam em sala de aula;

Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap), localizado em Campo Grande e construído na década de setenta, é um núcleo de ensino, pesquisa e atendimento a sociedade, voltado para a formação de recursos humanos na área de saúde. Com o passar do tempo, o Humap se tornou referência estadual em doenças infecto-contagiosas e procedimentos de alta complexidade no tratamento de pacientes com HIV, TRS, diagnose, cirurgia cardiovascular, hemodiálise e neurologia, além de gestação de alto risco, urologia, tratamento com tomografia e litotripsia ligados ao Sistema Único de Saúde. Desde 2013, o HUMAP tem sua gestão cedida a empresa pública Ebaserh.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) viabiliza a formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras. O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso;

Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) o qual se destina a fomentar grupos de aprendizagem em áreas estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo por pressupostos a inserção das necessidades dos serviços em saúde pública como fonte de produção de conhecimento e pesquisa;

Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) promove o fomento e a cooperação técnico-científica e cultural entre as instituições de ensino e pesquisa, em âmbito internacional, nas áreas de educação e cultura;

Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores, onde, além da oferta de educação superior na modalidade a distância, oferece cursos de capacitação, atualização e formação continuada para professores das redes de ensino da educação básica e para a UFMS;

Programa Escola de Conselhos promove inúmeras atividades voltadas ao aperfeiçoamento e qualificação da participação da sociedade na definição e controle das políticas públicas de atendimento e defesa dos direitos humanos e da cidadania, em especial dos atores que compõem a rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Além de uma série de atividades voltadas ao apoio e assessoria técnica aos órgãos e instituições que atuam na área, a Escola de Conselhos tem se ocupado da formação teórico-prática das pessoas que compõem colegiados da área da infância, com vistas a uma atuação consequente quando de seus envolvimento nos processos de elaboração, de acompanhamento e controle das políticas públicas;

Serviço de Atendimento Psicossocial (Saps) e Clínica de Psicologia, localizada na Cidade Universitária e nos Câmpus de Paranaíba (CPAR) e Câmpus de Pantanal (CPAN), promove acompanhamento psicológico gratuito para alunos e servidores da universidade e à comunidade;

Farmácia Escola, localizada na Cidade Universitária promove dispensação de medicamentos e atenção farmacêutica para alunos e servidores da universidade e à comunidade;

Clínica Escola Integrada (CEI) é uma unidade integrante do Instituto Integrado de Saúde (INISA), que tem por finalidade promover ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interdisciplinaridade em especial dos cursos de enfermagem, fisioterapia e nutrição, nas formas de linhas de cuidado e por meio de atividades de educação em saúde. Na clínica são desenvolvidos os seguintes projetos que atende à população: Universidade Aberta à Pessoa Idosa- UNAPI; Intervenção Sensorio-Motora Precoce para Bebês; Saúde do Atleta; Atendimento Nutricional Ambulatorial; Avaliação e Acompanhamento Nutricional dos Servidores da UFMS Portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis;

Núcleo e Seção de Práticas Jurídicas, na Cidade universitária e nos campus do Pantanal (CPAN) e de Três Lagoas (CPTL), desenvolve atividades como aula teórica e prática (Direito Civil e Direito Penal) com acompanhamento de audiências; elaboração de estrutura de desenvolvimento de audiências envolvendo processo de conhecimento (procedimentos ordinários); projetos de extensão com atendimento comunitário; projetos de ensino, orientações e pesquisas jurídicas em monografias e trabalhos de conclusão de curso; e orientações e relatórios de atividades complementares;

Herbários localizados nos Câmpus de Pantanal (CPAN), de Três Lagoas (CPTL) e no Instituto de Biociências (INBIO), onde se encontra um importante acervo de pesquisa para todas as áreas de conhecimento que utilizam os vegetais (exsicatas) em seus estudos. Os herbários são parceiros do Projeto Re flora, coordenado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o qual se destina a resgatar as imagens dos espécimes da flora nacional e das informações a eles relacionadas. Atualmente, o herbário situado na sede possui aproximadamente 27000 exsicatas, sendo o maior herbário da instituição e também o maior do Estado. Os espécimes pertencentes a este acervo representam a grande biodiversidade da flora do Estado, oriundos do Pantanal, do Cerrado e do Chaco brasileiro. O herbário da CPAR, por sua vez, é o único do Estado que tem uma xiloteca associada ao seu acervo. Xiloteca é uma coleção de amostras de madeira identificadas em nível de espécie. São de elevada importância, já que a madeira é um dos recursos naturais mais abundantes e valiosos do Brasil, exigindo, para a sua exploração adequada e sustentável um manejo consciente.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em conjunto com o amplo panorama que acerca o setor do ensino superior, emerge-se todo o portfólio de produtos e serviços demandados às organizações educativas. Diante de expectativas sociais crescentes, instada a fornecer os recursos necessários à construção de um futuro inovador, profuso e coeso, a Universidade tem procurado superar modelos de gestão ostensivamente ineficazes com a reformulação de seus sistemas, suas estratégias de governança pública e da sua própria cultura; instituindo novos arranjos gerenciais para a administração universitária. Mudanças necessárias para que a Universidade assuma seu papel de aceleradora do aprimoramento em nível individual e organizacional.

Nesse novo quadro de realidade e modernidade, a UFMS renovou sua estratégia de gestão e governança; reestruturou o suporte organizacional para lidar com as iniciativas de caráter modernizante e inovadoras. A gestão da UFMS tem assumido a responsabilidade de consolidar, em todas as instâncias, modelos de gestão fortemente alicerçados no planejamento estratégico teórico e tecnicamente fundamentado, na avaliação de resultados e, por fim, mas não menos importante, na revitalização do sentido de entidade/utilidade pública com verdadeiro valor social. São também dignas de nota as iniciativas adotadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, o que facilitou e enriqueceu o constructo analítico para elaboração das estratégias elegidas para colocar a UFMS em posição de destaque quanto à sua capacidade formativa de saberes e à sua competência gerencial.

Tais estratégias, por sua vez, estão atualmente consolidadas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019³, o qual consta estruturado em eixos temáticos com diretrizes e metas para cada ano no horizonte de tempo estipulado para o Plano (apresentados em tela, o exercício 2017), que abrangem políticas administrativas, pedagógicas, estruturais e sociais; ele representa ainda, além de um atendimento formal- legal, uma ética pública e um compromisso com os princípios da racionalidade administrativa na busca pela maximização dos benefícios entregues à sociedade.

³ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 está alojado no endereço eletrônico: <http://novopdi.ufms.br/>

Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional

ÁREA ESTRATÉGICA: 1- ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
1.1 - Consolidar o Ensino Graduação e Pós-Graduação	Ampliar o contingente de alunos matriculados na graduação.	10%	11%	<p>O contingente de alunos matriculados na graduação cresceu 11%, em relação ao ano anterior. Em 2017 foram matriculados 17.566 alunos de graduação, conta 15.790 no ano de 2016. As ações que viabilizaram esta ação foram:</p> <p>Aprimoramento do Processo Seletivo de Movimentação Interna, contemplando duas classes de movimentação: (1) entre cursos homônimos, e; (2) entre cursos da mesma área de conhecimento;</p> <p>Aprimoramento de processos para preenchimento de vagas ociosas, com a unificação e ampliação dos editais de seleção por Transferência Externa, Refugiados e Portadores de Diploma, sendo contempladas, no caso das transferências externas, duas classes: (1) entre cursos homônimos, e; (2) entre cursos da mesma área de conhecimento;</p> <p>Implementação de inscrição gratuita e simplificada para os processos seletivos de vagas ociosas, possibilitando a participação de muito mais estudantes potenciais;</p> <p>Criação de novos cursos, aumentando o potencial de alunos matrículas nos cursos da UFMS;</p> <p>Criação da Lista de Espera da UFMS, para aceleração e melhoria do processo de preenchimento das vagas do Sisú;</p> <p>Criação do Processo de Seleção para Vagas Remanescentes após as chamadas do SISU para estudantes que tenham feito Enem nos últimos 5 anos.</p>	2032	20RK 8282
	Aumentar a taxa de sucesso da graduação.	2%	6,6%	<p>A taxa de sucesso aumentou em 6,6% passando de 41,54 % no ano anterior para 44,28% no ano em curso. As principais medidas adotadas foram:</p> <p>Melhoria do acesso às informações acadêmicas do discente para seu próprio acompanhamento e planejamento no curso, mediante a implementação, do módulo de matrícula on line e o de emissão de documentos acadêmicos através do SISCAD, por exemplo, do histórico escolar;</p> <p>Autorização para oferta diferenciada de disciplinas, permitindo que formandos pudessem cumprir disciplinas em horários concentrados, ampliando as oportunidades de cumprimento de disciplinas e pré- requisitos aos discentes;</p> <p>Melhoria do atendimento na oferta de disciplinas em cursos de graduação, por meio da realização de concursos para contratação de professores efetivos e substitutos, em atendimento a todas as demandas justificadas e analisadas;</p> <p>Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) visando a eliminação do excesso de pré-requisitos para facilitar a trajetória dos discentes nos cursos e diminuição da retenção. Os Projetos de Ensino, ações dos grupos PET e as Monitorias realizaram ações que contribuíram para maior aprovação nas disciplinas e adesão aos Cursos.</p>	2032	20RK 8282

ÁREA ESTRATÉGICA: 1- ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
1.1 - Consolidar o Ensino Graduação e Pós-Graduação	Elevar a média geral do CPC dos cursos de graduação.	40%	46,67%	<p>No ciclo avaliativo (2014-2016) foram avaliados 105 cursos sendo 49 obtiveram conceito igual ou maior que 4, ou seja 46,67% do total de cursos. No ciclo 2011-2013 foram avaliados 101 cursos dos quais 52 obtiveram conceito 4 ou superior, ou seja 51,49% obtiveram nota considerada boa nos padrões de qualidade do indicador. Se comparamos as variações dos ciclos houve um decréscimo 9,36%.</p> <p>a) Para tanto, as ações realizadas para alcançar a meta tiveram relação direta com o Enade (principal composição do CPC), conforme listadas a seguir: reuniões e materiais de orientação aos coordenadores para enquadramento dos cursos e inscrições dos discentes, sensibilização para participação consciente no Exame e resposta ao Questionários dentro do Cronograma previsto, e ampla divulgação dos procedimentos do Enade através do site e acompanhamento dos cursos;</p> <p>b) Para os procedimentos relativos aos Conceitos de Curso, resultantes das visitas in loco, as principais ações realizadas foram: organização de procedimentos relativos à recepção de 10 visitas in loco que resultaram em um curso com nota 5, sete cursos com nota 4 e apenas dois cursos com nota 3;</p> <p>c) Orientação quanto aos procedimentos de preenchimento dos formulários do PPC e de informações do curso que antecedem as visitas in loco e são avaliados pela comissão do Inep. Esses procedimentos são fundamentais para</p> <p>d) Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e informação de cursos novos. Em 2017, a UFMS avançou na porcentagem de cursos com avaliação muito boa (maior ou igual a 4), em relação a 2016</p>	2032	20RK 8282
	Ampliar o contingente de alunos matriculados da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.	4%	11,20%	<p>O contingente de alunos matriculados na pós-graduação cresceu 11,20%, em relação ao ano anterior. Em 2017 foram matriculados 2.244 alunos de pós-graduação, contra 2.018 no ano de 2016. As ações que viabilizar esta ação foram:</p> <p>Aumento de vagas e criação de novos cursos;</p> <p>a) Exigência e acompanhamento do planejamento estratégico dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;</p> <p>b) Elaboração de novas normas para os PPGs e para os pós-doutorandos;</p> <p>c) Reuniões in loco nos PPGs para melhor acompanhamento da evolução dos programas;</p> <p>d) Elaboração de normas de cotutela;</p> <p>e) Implantação do Fórum de coordenadores;</p>	2032	20RK 8282
	Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação lato-sensu.	6	15	Foram ofertados 15 cursos de especialização os quais ofertaram 1.773 vagas no ano de 2017 número superior em relação a 2016 que foi de 46 vagas, sendo: Atenção Básica em Saúde da Família; Educação Física Escolar; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Mídias na Educação e Relações Étnico-Raciais; Gênero e Diferenças no contexto do ensino de história e cultura brasileiras; Gestão Jurídica; MBA gestão de Negócios; Ciências Ambientais; Linguística Aplicada e Ensino de Línguas; Docência, Linguagens e Tecnologias Educacionais; História; MBA em Gestão Estratégica das Organizações; Interdisciplinar em Humanidades e Patologia e Cirurgia da Coluna Vertebral.	2032	20RK 8282

continua

continuação

ÁREA ESTRATÉGICA: 1- ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
1.1 - Consolidar o Ensino Graduação e Pós-Graduação	Aumentar a taxa de sucesso da pós-graduação.	82%	67% (*)	(*) Em razão das defesas de teses do ano de 2017 se prolongarem durante o ano de 2018 a meta fica prejudicada. A taxa de sucesso de 2016 foi de 81%, superior em 1,25% a taxa de 2015 que foi de 80%. As principais medidas adotadas para elevar a taxa de sucesso foram: a) Exigência e acompanhamento do planejamento estratégico dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu; b) Elaboração de novas normas para os PPGs e para os pós-doutorandos de cotutela; c) Reuniões in loco nos PPGs para melhor acompanhamento da evolução dos programas; d) Implantação do Fórum de coordenadores	2032	20RK 8282
	Elevar a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.	0%	3,86%	A média do conceito de curso de pós-graduação foi elevada em 3,68%, passando de 3,63 em 2016 para 3,77 no ano de 2017. As principais medidas adotadas para elevar esta média foram: a) Orientação aos PPGs nos processos de reconsideração; b) Análise dos dados dos PPGs para o encaminhamento do Coleta Capes; c) Exigência e acompanhamento do planejamento estratégico dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu; d) Elaboração de novas normas para os PPGs; para os pós-doutorandos e de cotutela; e) Reuniões in loco nos PPGs para melhor acompanhamento da evolução dos programas; f) Implantação do Fórum de coordenadores.	2032	20RK 8282

ÁREA ESTRATÉGICA: 2 - PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
2.1- Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em âmbito Nacional e Internacional	Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2.	5%	20%	As publicações de artigos científicos cresceram 20,72% passando de 797 no ano de 2016 para 961 no ano de 2017. As principais medidas adotadas para elevar a taxa de sucesso foram: Políticas de orientação aos PPGs quanto aos gastos do PROAP para publicações; Auxílio financeiro da PROPP aos PPGs sem PROAP (profissionais, cursos em rede e cursos novos)	2032	20RK
	Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.	7%	58%	Os projetos de pesquisa com fomento cresceram 68% passando de 43 em 2016 para 68 em 2017. As principais medidas adotadas para aplicar esta meta foram: Divulgação e orientação sobre os Editais de fomento externos (FUNDECT e CNPq) Incentivo e facilitação no cadastro de projetos com fomento de pessoas jurídicas	2032	20RK
	Elevar a quantidade de ações extensionistas com fomento externo.	8%	-17%	As ações de extensão com fomento externo decresceram 17%, passando de 41 em 2016 para 34 em 2017, em razão da não disponibilização de editais para financiamento de projetos de extensão (PROEXT e FUNDECT). Em relação aos projetos com financiamento interno houve um aumento de 191% no ano, passando de 68 ações para 198 em 2017. O investimento interno nas ações de extensão passou de R\$ 270 mil em 2016, para R\$ 900 mil em 2017, representando aumento de 233%.	2032	20RK 20GR
	Aumentar os acordos de cooperação, convênios, parcerias, cooperações, transferência ou licenciamento de tecnologia no âmbito nacional e internacional.	15	59	No ano de 2017 foram firmados 59 acordos de cooperação, convênios e congêneres, número superior ao ano de 2016 que foi de 27. Estes números foram ajustados em função da modificação da norma que desobrigou a celebração de acordos de cooperação para realização dos estágios dos cursos de graduação da UFMS.	2032	20RK
	Ampliar os registros de patentes e de software.	11%	350%	Foram depositados no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), 27 pedidos de patente e 18 pedidos de registro de software totalizando 45 pedidos no ano de 2017, número superior ao de 2016 que totalizou 10 pedidos.	2032	20RK
	Elevar o número de empresas júnior e de incubadas.	20%	33,33%	A meta cresceu 33,33% em relação a 2016, passando de 6 para 8 empresas júnior criadas/ incubadas, sendo: 2 Empresas Júniores (EngeFour Júnior e Effectus Júnior) e 1 empresas graduada e 5 incubadas (Brew One Equipamentos Cervejeiros; Datasight; Nexstreet; Oficina de Inventor e RoboGeeks) .	2032	20RK
	Elevar a quantidade de pessoas atendidas com serviços, cursos e programas de atendimento à população externa.	5%	15%	As ações de extensão na sede e nos Campus beneficiaram 15 mil pessoas no ano de 2017, número 15% superior ao ano de 2017 que beneficiou 13 mil pessoas. Destaca-se, também, o fornecimento de certificados de extensão a 6.314 pessoas.	2032	20RK 20GR
	Aumentar as ações de integração dos cursos de graduação e pós-graduação com a educação básica.	6	24	Foram realizadas vinte diferentes ações desenvolvidas na educação básica envolvendo escolas municipais e estaduais de Mato Grosso do Sul e estudantes das licenciaturas da UFMS, muitos participantes do Pibid; Realização do Integra (juntamente com FETEC-MS); Envolvimento de alunos dos PPGs na avaliação dos trabalhos da FETEC-MS; Realizadas uma Reuniões com a SED/UFMS e UNDIME; Participação no Fórum Estadual de Educação.	2032	20RK 20GR

ÁREA ESTRATÉGICA: 3 - ATENÇÃO AO ESTUDANTE						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
3.1 - Fortalecer Vivência e Inclusão Universitária Estudantil	Ampliar o número de auxílios da assistência estudantil aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica.	5%	40,76% ²	Os auxílios aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica cresceram passando de 3.575 em 2016 para 5.032 em 2017. As principais ações desenvolvidas foram: Revisão e definição das normas que estabelece as Ações do Programa de Assistência Estudantil, Editais de seleção, classificação e resultado final para os auxílios da assistência estudantil; Estabelecidos os fluxos de trabalho das áreas de atenção ao estudante; Foram concedidos aos estudantes os seguintes auxílios: 680 permanências (Edital PROAES nº10/2017); 1.569 alimentação; 487 Emergencial; 208 APEV; 13 PROMISAIS; 504 Moradia; 64 Creche; 37 PEU; 08 Atleta e 140 Mais Cultura; Foram concedidas 1.322 Bolsas Permanência (Edital anteriores a Resolução COUN nº 08/2018; Foram subsidiadas refeições nos Restaurantes Universitários a 12.448 estudantes;	2032	4002
	Ampliar o acompanhamento dos acadêmicos beneficiados com auxílios estudantis.	50%	80%	O total de acadêmicos beneficiados com auxílios estudantis cresceu 80% passando de 1.430 em 2016 para 2.577 em 2017, destacando-se: 792 atendimentos de demanda espontânea; 63 acompanhamentos de bolsistas; 1.575 entrevistas para o processo seletivo das ações de assistência estudantil; 147 atendimentos a bolsa permanência do MEC. Outras ações foram realizadas como: reuniões com coordenadores de cursos; reuniões com os Centros Acadêmicos e Atléticas para levantamento de demandas.	2032	4002
	Ampliar ações para a saúde física e mental, além do atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades.	10%	2,9% ³	Foram realizadas 9 ações para a saúde física e mental e de atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades, atendendo 478 estudantes, sendo: Atendimento psicológico individuais a 372 estudantes com 1.395 sessões; Realizadas 50 ações de psicologia para grupos (entre elas as palestras nas Recepções de Calouros, outras palestras para estudantes, grupos temáticos para discussões relativas à saúde física e mental, grupos de acolhimento, entre outros), abrangendo um público de aproximadamente 5577 estudantes; Viabilizados 56 encaminhamentos em saúde física e mental; Realizado atendimento educacional especializado a 37 acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades; Atendidos 12 eventos com interpretação em Libras; Realizado a tradução de 5 editais em Libras, Tradução de 3 eventos de posse de servidores; Promovida a criação da Comissão de Acessibilidade; e Realizada a distribuição de 13 kits de materiais acessíveis.	2032	4002

Continua

² Não foram consideradas as refeições subsidiadas nos Restaurantes Universitários (Cidade Universitária e Campus de Três Lagoas).³ Não foram considerados os atendimentos coletivos, apenas os individuais.

Continuação

ÁREA ESTRATÉGICA: 3 - ATENÇÃO AO ESTUDANTE						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
3.1 - Fortalecer a Vivência e Inclusão Universitária Estudantil	Ampliar ações afirmativas para a comunidade acadêmica.	4	5	Foram realizadas 5 ações afirmativas para a comunidade acadêmica, sendo: Criada a Comissão Permanente Consultiva de Ações afirmativas; Elaborado o Regulamento para Avaliação/Verificação da Veracidade da Autodeclaração de PPI; Realizado Seminário sobre diferenças de raça e etnia da UFMS, para formação dos membros para as bancas, capacitando 88 pessoas; Constituídas e realizadas 7 bancas de verificação da veracidade da autodeclaração de pessoa preta, parda ou indígena, que avaliaram 108 estudantes no ingresso do meio do ano. Promovido a análise de 35 processos relacionados à avaliação/verificação da veracidade da autodeclaração PPI.	2032	4002
	Ampliar o atendimento de acadêmicos beneficiados com estágio para viabilizar experiências profissionais.	1.800	2.978	Foram atendidos 2.978 acadêmicos, sendo: Acompanhados e gerados 1863 Termos de Compromisso de Estágio no Portal de Estágio e validados pela COE; Acompanhados 273 estudantes que participaram do Programa Vale Universidade; Viabilizado Seguro Acadêmico para 393 estudantes em estágio; Realizada a 1ª Semana de Estágio, Emprego e Carreira, com 519 participantes, 25 parcerias, com registro de 449 atendimentos.	2032	4002
	Ampliar o acompanhamento de egressos.	1.000	1660	Em 2017 foi iniciada a Consulta aos Egressos, por meio de um sistema eletrônico, com envio de e-mail aos egressos do ano de 2014. Envio de 1.909 e-mails, sendo que 1.660 Formulários de Consulta aos Egressos encaminhados por e-mail não reportaram erro. Os dados levantados estão em processo de análise. Desenvolvimento e implantação do Portal do Egresso (egresso.ufms.br). Consultas às Unidades para levantamento de egressos notáveis e personalidades formadas na UFMS. Estudos para o desenvolvimento da Política institucional de egressos da UFMS.	2032	4002
	Ampliar os programas e projetos relacionados as atividades culturais e esportivas voltadas aos acadêmicos	30%	-	Meta prejudicada por falta de dados comparativos de 2016. Em 2017 foram desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> 11 ações relacionadas as atividades de culturais beneficiando aproximadamente 64.229 pessoas (acadêmicos, servidores e comunidade, através dos seguintes programas, as quais destacamos: a) Semana Mais Cultura; b) Programa Mais Cultura; c) Festa Agostina; d) Programa Mais Cultura Interior, desenvolvido em oito Campus, com 16 projetos contemplados; e) Concurso de fotografias; f) Shows musicais nos Campus; g) Shows teatrais nos campus; h) Apresentações de danças; i) Concertos musicais; j) Eventos artísticos (Teatro Glauce Rocha); e k) Democratização do acesso as atividades culturais artísticas por meio de doações de ingressos para peças teatrais e stand up no Teatro Glauce Rocha. 11 ações relacionadas ao esportes beneficiando 23.797 pessoas as quais destacamos: a) Programa de Esporte Universitário; b) Programa de Esporte e Lazer da Cidade; c) Programa Bolsa Atleta; d) Curso de Formação de Atléticas, com atendimento a nove campus e Cidade Universitária; e) Democratização do acesso as atividades esportivas por meio de doações de ingressos para peças teatrais e stand up no Teatro Glauce Rocha; f) Participação em Jogos Universitários; g) Apoio a jogos Universitários, sendo um no Campus do Pantanal e outro na Cidade Universitária; h) Atendimentos no Ginásio Coberto com 301 reservas para atléticas/cursos, 494 projetos e 27 para servidores, totalizando 904 reservas; i) atendimentos no Estádio Pedro Pedrossian; j) Atendimentos no Ginásio Coberto com 616 reservas para atléticas/cursos, 434 projetos e 50 para servidores, totalizando 862 reservas; e l) Atendimentos complexo aquático. 	2032	20GR

ÁREA ESTRATÉGICA: 4 - INFRAESTRUTURA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
4.1 -Modernizar a Infraestrutura	Ampliar as revitalizações nas Unidades de Administração Central e Setorial.	20%	-	Devido a liberação intempestiva de recursos orçamentários por parte do Governo Federal, os processos de licitação sofreram atrasos para sua tramitação, não havendo tempo hábil para a realização da execução das ações planejadas para o ano de 2017, sendo excepcionalmente, postergadas para o ano de 2018.	2032	20KR 8282
	Aumentar a eficiência dos serviços em manutenção nas Unidades de Administração Central e Setorial.	20%	-10%	No ano de 2017 foram emitidas 5.447 ordens de serviços das quais foram atendidas 3.757, ou seja 68,98%, se comparado ao ano de 2016 no qual foram emitidas 4.913 ordens de serviços e atendidas 3.765, ou seja 76,64%, observamos que a eficiência ficou 10% menor. As ordens de serviços emitidas atenderam as seguintes áreas: a) Manutenção de sistemas elétricos; b) Manutenção de sistemas hidráulicos; c) Manutenção da Telefonia; d) troca de lâmpadas, luminárias; entre outras.	2032	20KR 8282
	Aumentar as adaptações para acessibilidade.	5	3	Em 2017 foram realizadas 6 adaptações para acessibilidade, enquanto que no ano de 2016 foram realizadas 3 adaptações. Foram as seguintes as adaptações para a acessibilidade realizadas: a) Rampa de acesso ao novo prédio da música (Setor 3 – Cidade Universitária); b) Rampa e escada de ligação entre o Novo Edifício e o Antigo da Química; c) Rampas de acesso, plataforma de elevação interna e banheiros acessíveis na SEDFORD; d) Passarela de acesso, elevador e banheiros acessíveis no Novo edifício do CPAR; e) Passarela de acesso entre os refeitórios do novo refeitório do RU; e f) Rampas de acesso do Anfiteatro do CPTL II.	2032	20KR 8282
	Ampliar o número de revitalizações em infraestrutura de tecnologia da informação	6	0	Não foi possível ampliar o quantitativo de revitalizações em infraestrutura de tecnologia da Informação em razão dos poucos recursos disponibilizados, mesmo assim em 2017 foram atendidas 20 Unidades com revitalizações na infraestrutura de tecnológica da informação, número inferior ao ano de 2016 que foi de 26 unidades/blocos atendidos.	2032	20KR 8282
	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais	7	15	Em 2017 foram implantados/aperfeiçoados 15 sistemas de informações da UFMS, sendo: 1) CKAN – dados abertos; 2- SEI; 3- Qlik View; 4- Portal do Ingresso; 5-REGGIO-Restaurante Universitário; 6-SISCAD - Emissão de documentos pelo acadêmico; 7 - SISCAD - PPC; 8 - SICERT; 9 - Aplicativo de Inventário; 10- Sistema de Inventário; 11-SIGPOS; 12 - Sistema de Seleção de Bolsistas; 13 -Solicitação de Identidade Estudantil; 14 Requerimento Online Acadêmico; e 15 - Requerimento Online Servidores.	2032	20KR 8282
	Ampliar o alcance da rede Eduroam	18	20	Foram atendidas 30 Unidades/blocos, na Sede e nos Campus, com a rede Eduroam em 2017, número superior ao ano de 2016 que atendeu 10 unidades/Blocos. (Na Sede foram atendidas as seguintes unidades: DTA; FAODO (Direção); CGM (Almoxarifado); -> ESAN (Sala de aula); SEDFOR; COAD/INBIO; FADIR; FARMACIA-ESCOLA; FAZENDA ESCOLA; PRATICA JURIDICA/FACH; BIOQUIMICA/INBIO; PARASITOLOGIA HUMANA, ANIMAL/INBIO; LAPEX/INBIO; DEL/FAENG; UNIDADE 13; UNIDADE 12; INQUI-Prédio Novo; PIME/MORENÃO; Mestrado em Psicologia e no interior: CPAN 1 - 2 blocos, CPAR - 1 bloco, CPCS - 3 blocos, CPNA - 2 blocos, CPCX - 2 blocos, CPNV – 1 bloco);	2032	20KR 8282
	Ampliar a capacidade de tráfego de dados na rede de internet da UFMS	9	8	Foi ampliada a capacidade de tráfego de dados na rede internet em 8 Unidades/blocos da Universidade em 2017. No ano de 2016 não foi realizada nenhuma ampliação. Foram as seguintes unidade/blocos (BEP teve upgrade - de 2 para 4 MBPS e o CPAQ-III foi para 6 MBPS (Atendidas pela operadora OI); CPAN - 100 MBPS; CPAQ-II - 100 MBPS; CPBO - 100 MBPS; CPNA - 100 MBPS;CPCS – 100 MBPS (atendidas RNP) e FAZENDA ESCOLA - TERNOS, link de rádio Netware - 20 MBPS (atendida pela Netware).	2032	20KR 8282

ÁREA ESTRATÉGICA: 5 - EFICIÊNCIA DA GESTÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
5.1 - Aperfeiçoar a Gestão Universitária	Ampliar o volume de receita própria. ⁴	15%	4,65%	<p>As receitas próprias cresceram 4,65% passando de R\$ 19.584.049,75 em 2016 para R\$ 20.494.373,22 em 2017. Este crescimento ficou aquém do esperado em razão dos seguintes fatores:</p> <p>a) Houve redução na arrecadação própria relacionada a inscrição em concurso público da ordem de 53,74% decorrente de transferência parcial da arrecadação e realização de concursos via Fundação de Apoio.</p> <p>b) Não foi computado o valor da arrecadação do Programa de Assistência à Saúde que arrecadou em 2017 R\$ 23.643.626,00), valor superior em 6,29 ao arrecadado em 2016 que foi de R\$ 22.244.848,76.</p> <p>Foram desencadeadas as seguintes ações:</p> <p>a) criação no portal da UFMS do link TRANSPARÊNCIA de ação específica para demonstrar a ARRECADAÇÃO PRÓPRIA; e</p> <p>b) acompanhamento e disponibilização mensal da arrecadação auferida.</p>	2032	20KR
	Alcançar a execução orçamentária efetivamente dos limites liberados para a UFMS.	98%	98,54%	<p>A execução orçamentária atingiu 98,54% sendo empenhados R\$ 793.966.286,01 do total do orçamento de R\$ 805.705.288,00, sendo que 1,46% corresponde as receitas próprias previstas e não arrecadadas. Foram desencadeadas as seguintes ações:</p> <p>a) criação no portal da UFMS do link TRANSPARÊNCIA de ação específica para demonstrar a EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017 e de subitens com a legislação, o orçamento da UFMS; a distribuição de recursos entre outros;</p> <p>b) Realização de reuniões técnicas orientadas ao sobre a tramitação orçamentária e o cronograma de atividades;</p> <p>c) acompanhamento e disponibilização mensal da execução orçamentária e saldos orçamentário das Unidades de Administração Setorial.</p>	2032	20KR
	Alcançar a execução financeira das ações orçamentárias.	80%	96,10%	<p>A execução financeira atingiu 96,10% do orçamento e dos Termos de Descentralização de Créditos sendo liquidados R\$ 778.065.653,44 do total empenhado de R\$ 809.638.313,35, sendo que:</p> <p>a) As despesas com pessoal empenhadas foram liquidadas em sua totalidade no exercício de 2017.</p> <p>b) Foram liquidados 24,32% das despesas com investimento e 75,68% foram inscritas em restos a pagar não processados devido ao grande volume de empenhos nos últimos meses do exercício.</p> <p>c) 85,83% das despesas com custeio foram liquidadas dentro do exercício financeiro e 14,17 foram lançadas em restos a pagar não processados.</p> <p>Outras ações desencadeadas objetivando elevar a execução financeira:</p> <p>a) Criação no portal da UFMS do link TRANSPARÊNCIA de ação específica para demonstrar a EXECUÇÃO FINANCEIRA DE 2017 e de subitens com a legislação, recursos empenhados; restos a pagar e saldo de empenhos.</p> <p>b) Realização de reuniões técnicas orientadas ao sobre a tramitação financeira e o cronograma de atividades;</p> <p>c) Acompanhamento e disponibilização mensal da execução financeira e saldos;</p> <p>d) Elaboração de normas referente a instrução de processos e a execução de despesas, suprimento de fundo e cartão de gestão; e</p> <p>e) Implantação da central de custos.</p>	2032	20KR

⁴ O termo "receita própria" compreende a captação de recursos via edital, convênios e congêneres bem como a captação gerada pela prestação de serviços (taxas, emolumentos, aluguéis e outros).

ÁREA ESTRATÉGICA: 5 - EFICIÊNCIA DA GESTÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
5.1 - Aperfeiçoar a Gestão Universitária	Reduzir o valor global dos contratos contínuos para funcionamento institucional.	5%	-1,00%	No ano de 2017 o valor global executado dos contratos contínuos foi de: R\$ 41.220.703,23, sendo portanto, superior aproximadamente a 1% do montante no ano de 2016. * Foram desencadeadas ações de repactuação de Contratos, baseado em análise situacional e aplicação de efficientização dos resultados, porém, com as novas edificações, ampliação nas instalações da UFMS para melhorar a acomodação da comunidade acadêmica, a elevação nos preços dos serviços, problemas técnicos estruturais (vazamentos), implicaram por acarretar um aumento nas despesas se comparado ao ano de 2016, porém, que poderia ter sido muito maior, se estudos e medidas preventivas não fossem tomadas a tempo para evitar gastos muito maiores; tais como: a implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI que reduziu substancialmente os custos com impressões, utilização de papel e otimização do tempo na tramitação dos processos.	2032	20KR
	Aumentar a eficiência da gestão de materiais.	10%	22,46%	No ano de 2017 foram 463 solicitações de aquisição de materiais 28,97% superior ao ano de 2016 que foram de 359. As ações desencadeadas para melhorar a eficiência da gestão de materiais aforam: a) Melhoria na comunicação interna b) Interação com as unidades demandantes c) Readequação de quadro de pessoal / perfil de chefias / capacitação de Diretores de Unidades Setoriais d) Melhoria nas orientações para instrução de processos	2032	20KR

ÁREA ESTRATÉGICA: 5 - EFICIÊNCIA DA GESTÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
5.2 - Fortalecer a Imagem Institucional	Ampliar o número projetos e programas de divulgação social e científica.	8	11	<p>Foram desenvolvidos 11 projetos/programas de divulgação social e científica, como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Implementação de programas radiofônicos de disseminação cultural em parceria com os cursos de Música e Letras na grade de programação da Rádio Educativa UFMS (programas Diálogos Musicais, Fronteiras da América e Letras&Livros) e implementação de programas radiofônicos em parceria com a sociedade civil, passando no decorrer de 2017 de 5.700 usuários em 01/01/2017 para 28.000 em 31/12/2017. b) Criação e implementação do perfil institucional na rede social Instagram, chegando em 2.200 usuários 31/12/2017. c) Criação e implementação do perfil institucional na rede social Twitter, chegando em 4.000 usuários 31/12/2017. d) Criação do newsletter institucional UFMS Informa, com 35 edições publicadas até 31/12/2017, atingindo via e-mail um volume de 24.300 usuários, sendo 5.100 técnicos e docentes e 19.200 discentes. e) Implementação do projeto de clipagem diária com levantamento da presença da UFMS na mídia, com a disponibilização de 230 relatórios aos gestores da Universidade até 31/12/2017. f) Implementação do projeto de balanço mensal de métricas da presença da UFMS na mídia e nas redes sociais, gerando 25 relatórios semanais de críticas na rede social Facebook e 6 relatórios mensais da presença da UFMS na mídia para subsídios dos gestores da instituição. g) Criação do projeto gráfico e editorial da Revista impressa de divulgação científica Candil UFMS, com periodicidade semestral e circulação prevista a partir do primeiro semestre de 2018. h) Criação do Concurso Fotográfico “UFMS Além dos Olhos” em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) e com a Seção de Arquivo (SEARQ/DIDOC/CSV/PROADI), elegendo a partir de júri e de votação popular nas redes sociais material iconográfico para os produtos de mídia institucional no ano de 2018, o que inclui o calendário institucional da UFMS. i) Implementação, a partir de convênio com a TV Pantanal MS, do projeto de transmissão ao vivo das reuniões colegiadas dos Conselhos Superiores da UFMS e de eventos institucionais. j) Implementação do canal institucional da TV Universidade na rede social Youtube e criação de novos quadros televisivos. k) Implementação de programas radiofônicos de disseminação cultural em parceria com os cursos de Música e Letras na grade de programação da Rádio Educativa UFMS (programas Diálogos Musicais, Fronteiras da América e Letras & Livros) e implementação de programas radiofônicos em parceria com a sociedade civil. 	2032	20KR

ÁREA ESTRATÉGICA: 5 - EFICIÊNCIA DA GESTÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	ALINHAMENTO PPA/LOA	
					PROGRAMA	AÇÃO
5.3 - Valorizar os Servidores	Realizar o dimensionamento de competências e da força de trabalho nas Unidades de Administração Central e Setorial.	5	0	Meta não realizada. Aguardando definição da metodologia pelo Ministério do Planejamento (MP) com a implantação do novo sistema SGP.	2032 2019	20KR 4572
	Ampliar o contingente de servidores capacitados e/ou qualificados.	40%	468,5%	O contingente de servidores capacitados e/ou qualificados passou de 225 em 2016 para 1.279 servidores em 2017. Os principais cursos ofertados foram: a) FONATEC - Capacitação Técnica das Auditorias Internas do Ministério da Educação; b) - Ambientação dos Novos Servidores aos Serviços da UFMS; c) - Capacitação SEI; d)- Capacitação do Sistema RMO (CPPP); e) - Congresso Brasileiro de Gestores e Membros de Concurso Público; f) - Congresso Centro Oeste de Compras Públicas; g) - Curso Específico de Tesouro Gerencial para Auditorias; h) Curso Tesouro Gerencial – Básico; i) Curso específico de SEI para SECACs; J) Curso sobre Processo Administrativo Disciplinar (CGU); k) Curso: Emissão de atos oficiais na UFMS; l) Gestão Tributária de Contratos e Convênios ;l) Mapeamento de Processos e Riscos – CGU; m) Plataforma de Cursos ALURA; n) Reflexões sobre Aposentadoria; o) SEI ADMINISTRAR; p) SEI IMPLANTAR; q) SISCOSERV na prática, com preenchimento do programa; e r) XIV curso sobre sistema de gestão de convênios - SICONV – portal dos convênios.	2032 2019	20KR 4572
	Ampliar o contingente de servidores docentes e Técnicos-Administrativos beneficiados com projetos de integração e qualidade de vida.	15%	22,50%	Foram beneficiados 588 servidores com os projetos/ações de integração e qualidade de vida em 2017 superando o quantitativo previsto na meta que era de 480 servidores, os projetos/campanhas desenvolvidos foram: a) Campanha Julho Amarelo - Mês da Conscientização das Hepatites Virais; b) Campanha Agosto Azul - Mês de Atenção à Saúde do Homem; c) Campanha Setembro Amarelo - Mês de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida; d) Campanha Outubro Rosa - Mês de Prevenção ao Câncer de Mama - Carreta do Hospital de Câncer de Barretos; e) Campanha Novembro Azul - Mês de Prevenção ao Câncer de Próstata f) Campanha Dezembro Vermelho - Mês de Combate à AIDS. No ano de 2016 a meta mensura o quantitativo de projetos/ações desenvolvidas a qual foi de 5 ações desenvolvidas.	2032 2019	20KR 4572

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Concebendo a miríade de objetivos que predomina na UFMS, bem como ainda as suas finalidades regimentais, uma dinâmica de atuação na qual perpassa todo o processo de alinhamento estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 vem, com efeito, oportunizando à UFMS expressivas melhorias na gestão universitária. Utilizando-se de uma abordagem que incentiva a participação dos diversos segmentos (atores) na construção de um futuro desejável para a universidade, o PDI representa a um só tempo o planejamento estratégico, a aprendizagem e a cultura organizacional, e, isto em conta, pode-se afirmar que o caminho em direção à maturidade gerencial coloca-se como realidade. Nesse contexto, buscando sempre aperfeiçoar sua base de valores, a UFMS tem assumido um papel ativo na consolidação das propostas de desenvolvimento institucional e, sobretudo, na implementação da estratégia, já que, consciente dos riscos inerente a uma implementação malsucedida, tem-se redobrado atenção nessa etapa do planejamento, tanto que, em 2017, o PDI foi submetido a um realinhamento⁵ estratégico para melhorar a conformidade entre a proposta estratégica, os planos de ação, os recursos e o contexto.

Nesta oportunidade, os gestores universitários sob o espectro do Conselho Diretor discutiram a coerência da Matriz Estratégica que compõe o PDI 2015-2019 com a realidade vigente. Assim, buscou-se contemplar as demandas da comunidade universitária numa proposta estratégica sólida, abrangente e factível de ser avaliada e monitorada. Para dar suporte aos desafios decorrentes em cada meta e indicador de desempenho pactuado no âmbito do PDI, a UFMS incentivou a colaboração interfuncional, em todos os níveis, de modo a criar um ambiente que favorecesse o intercâmbio de recursos, conhecimentos e responsabilidades, e, nesse sentido, pode-se afirmar que atualmente existe uma força-tarefa trabalhando para colocar a UFMS em patamares defensáveis em termos de resultados, transparência e ética, sendo uma instituição de referência nacional e internacional. De fato, todos os esforços para constituir uma cultura que valoriza a responsabilidade e a eficácia produziram as mudanças que há muito se faziam indispensáveis à gestão da universidade em aspectos fatais como controle, avaliação, incentivo e aprendizado.

Também no final do exercício de 2017, junto com o realinhamento do plano, já sumariamente abordado, houve a avaliação⁶ de resultado da Matriz Estratégica, em termos do nível de alcance das metas nela arroladas, bem como dos indicadores de desempenho de todas as áreas de atuação da UFMS (pesquisa, ensino, extensão e atividades administrativas). O objetivo da adoção desses instrumentos autoavaliativos consiste em possibilitar uma visão sistêmica da organização, pela qual se analisa o roteiro que ela determinou percorrer a fim de alcançar os objetivos estratégicos declarados; assim sendo, a conformidade estratégica conduz invariavelmente a questionamentos do tipo “a que ponto a estratégia está funcionando”; as respostas a essas interpelações conferem um material valioso diante do contexto atual da universidade pública, pelo que, realinhar a estratégia de uma organização é, antes de ter uma visão do futuro, reconhecer que nenhuma estratégia é eficaz para sempre.

Com efeito, o estágio vigente de implementação da estratégia na UFMS reflete todas as diretrizes pelas quais conduzimos nosso presente e nosso futuro, sempre ensejando, no bojo da gestão universitária, uma reflexão continuada para conhecer, aprimorar e consolidar a aprendizagem organizacional, mesmo porque, sabe-se que o caminho que leva à excelência é uma jornada, não um destino. Por último, a administração central da UFMS persiste em utilizar a avaliação anual dos resultados da sua proposta estratégica para interpretar aspectos como

⁵ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 realinhado está alojado no sítio: <https://proplan.ufms.br/files/2017/09/PDI-realinhado-2017.pdf>

⁶ A avaliação mencionada consubstancia o Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2017, o qual será disponibilizado para consulta pública logo que consolidado; contudo, as avaliações de exercícios anteriores podem ser visualizados no sítio: <https://proplan.ufms.br/2016/08/01/relatorio-de-avaliacao-pdi-2015-2019/>

qualidade, transparência, eficácia e eficiência no conjunto dos seus serviços, e dessa maneira melhorar a efetividade do processo decisório. Para 2018, com o cenário construído em 2017 de uma governança pública transparente e com foco em resultados, pretende-se celebrar Contratos de Gestão entre o Reitor e os gestores das Pró-Reitorias da administração central a fim de modernizar a Administração por Objetivos, estabelecendo compromissos periódicos com objetivos e metas de cada uma das áreas estratégicas da UFMS.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Considerando que o PDI 2015-2019 é o documento que identifica a UFMS, no que concerne à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver e, sobretudo, documento que oficializa o planejamento estratégico da instituição, e, considerando que o planejamento estratégico é uma proposta de ação que contempla os objetivos e metas de todas as áreas de atuação institucional, a abrangência estratégica do PDI é, de fato, percebida e praticada de forma extensiva, pois ele reflete todas as diretrizes contempladas em muitos documentos que reverberam as finalidades regimentais e estatutários da UFMS.

Diante destas colocações, efetivamente é possível verificar o alinhamento da proposta estratégica da instituição com, a exemplo, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o qual designa, dentre outras, a política e os princípios da graduação, da pós-graduação e da extensão universitária, com o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o qual designa o diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TI para atender com efetividade às necessidades da instituição, com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o qual se constitui um constitui-se no conjunto de diretrizes e ferramentas de planejamento, de execução, de monitoramento, de avaliação e de ações corretivas para oportunizar a excelência de gestão e a redução contínua de impactos ambientais de suas atividades. Em observância às normativas de órgãos externos, destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Lei Orçamentária Anual (LOA), acórdãos e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), dentre outras políticas e programas governamentais que afetam a gestão universitária.

O PDI seguramente aporta em suas diretrizes estratégicas o empreendimento que a UFMS tem feito na execução de procedimentos mais ajustados com as demandas de todos os estratos da sua comunidade, de modo que se possa efetivar a contribuição desta universidade no desenvolvimento das atividades socioeconômicas e ambientais locais, regionais e nacionais, sem prescindir, contudo, da sua função maior que é a disseminação do conhecimento. Nesse diapasão, os eixos norteadores, as áreas estratégicas, os objetivos e as metas estratégicas do PDI 2015-2019 tem interfaces e contemplam os princípios e propósitos de um vasto conjunto de interessados, pelo que, foram exatamente esses pressupostos que mobilizaram o constructo de metas e indicadores de desempenho presentes no referido plano. Por fim, é conveniente sublinhar que a construção do PDI foi uma oportunidade para colocar a universidade em condições de enfrentar os desafios de sua ambiência, assim como também de analisar a tangibilidade das suas vantagens.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Desde os primórdios da Nova Gestão Pública (NGP), a avaliação do desempenho é uma das suas etapas constitutivas, a qual consiste em um importante contraponto sobre a programação estratégica e os resultados daí alcançados; servindo assim para auxiliar os gestores a compreender como a sua tomada de decisão impacta positiva ou negativamente o desempenho organizacional e como os fatores exógenos podem implicar a sua efetividade gerencial. A avaliação dos resultados é precedida pelas etapas de monitoramento ou aferição dos resultados, nesse sentido, o estabelecimento dos indicadores de desempenho (de resultado, de processo ou de insumo) devem possuir características específicas conforme o ambiente organizacional, sob o risco de tornarem-se incomensuráveis. A prática avaliativa adotada pela UFMS consiste, atualmente, em um elemento-chave na gestão universitária pelo fato de aportar informações relevantes ao processo decisório dentro de contextos diversos.

Para respaldar os parâmetros que traduzem a performance tanto dos processos quanto das pessoas envolvidas, foi estabelecido um conjunto de metas e indicadores de desempenho no PDI 2015- 2019, no sentido de permitir análises mais aprofundadas sobre o efetivo comprometimento do corpo organizacional com as suas próprias decisões estratégicas. Os instrumentos de monitoramento e avaliação adotados pela UFMS procuram oferecer suporte ao processo de decisão em todos os níveis de responsabilidade, de modo que os gestores passam a acompanhar os indicadores de desempenho a eles relacionados e analisar a sua contribuição com a performance global da instituição.

Assumindo características particulares e buscando identificar com nitidez as fragilidades e potencialidades, os preceitos abarcadores do monitoramento e da avaliação dos planos estratégicos vigentes sintetizam o Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019⁷, o qual consiste em um documento que, anualmente, verifica a consistência da programação estratégica na universidade. Nessa acepção, as metas pactuadas no âmbito do PDI são avaliadas quanto à sua concretização, e indicadores de desempenho são analisados com base no comportamento que apresentam em determinados intervalos temporais e no impacto que seu resultado provoca no alcance dos objetivos da instituição.

A metodologia que envolve o processo de consolidação do Relatório de Avaliação do PDI desencadeia uma sequência de atividades ao longo da cadeia de processos inerente às áreas estratégicas da instituição, na qual, cada uma delas desenvolve ações de monitoramento e avaliação com horizontes mais curtos cujo propósito é realizar as conversões necessárias; nesse contexto, cabe aos gestores desenvolver parâmetros de desempenhos locais para acompanhar e avaliar a efetividade da sua gestão e, quando da oportunidade do realinhamento do PDI, que em geral ocorre anualmente, elaborar uma proposta estratégica consistente a ponto de envolver as pessoas não apenas pelos benefícios que ela potencialmente apresenta, mas, sobretudo, pelo caráter desafiador que ela inspira. A UFMS, conscienciosa da necessidade de intensificar processos de apoio à aprendizagem organizacional na busca pelo amadurecimento da sua gestão, utiliza ainda Sistemas de Informação Gerencial (SIG) disponibilizados pelo governo federal aos órgãos públicos, tais como Tesouro

Gerencial, Simec, Siafi, e-MEC, Sigepe, Siorg, Siconv, plataformas Censo e Sucupira, dentre outros, para acompanhar as atividades e, quando é o caso, as ações estratégicas nas áreas de pessoal, finanças, orçamento, estrutura organizacional, estrutura acadêmica e de cursos. Essas plataformas conferem uma visão abrangente da gestão universitária porque disponibiliza dados atualizados acerca de informações relevantes para a tomada de decisões em diversos níveis de decisão.

⁷ A avaliação mencionada consubstancia o Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2017, o qual será disponibilizado para consulta pública logo que consolidado; contudo, as avaliações de exercícios anteriores podem ser visualizados no sítio: <https://proplan.ufms.br/2016/08/01/relatorio-de-avaliacao-pdi-2015-2019/>

Em paralelo a estes sistemas, a UFMS possui plataformas próprias de gestão adaptadas às suas necessidades e finalidades, como por exemplo, dentre outros, o Sistema Acadêmico (Siscad), o Sistema de Gestão de Pós-graduação (Sigpos), Sistema de Gestão de Pessoal (SGP), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Plataforma para a Abertura de Dados e Difusão de Informações (CKAN), Painel de Análises (Qlik View), Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico (BSE), Sistema de Informação de Projetos (SIGProj), Sistema de Patrimônio, Sistema de Controle de Bolsas, Sistema de Compras, Sistema de Registro de Documentos (Regdoc), Registro Mensal de Ocorrências (RMO), o Sistema Reggio para registro e controle dos usuários do restaurante universitário.

Não obstante as iniciativas para conferir uma melhor gestão dos programas e ações desenvolvidos na UFMS, almejando sempre alcançar o melhor desempenho possível, ainda persiste a falta de um ambiente amplo e efetivamente voltado ao planejamento estratégico, ao monitoramento e à avaliação de resultados. Ainda assim, observa-se um maior comprometimento, em nível pessoal e organizacional, com os resultados que a instituição pode alcançar, e, nisso, muito contribuiu o propósito de aprimorar a tomada de decisão presente em cada um dos sistemas, ou sistemáticas, desenvolvidos. Além disso, a estrutura do PDI 2015-2019, a qual alinha metas a indicadores de desempenho, provocou uma contrapartida entre o programado e o realizado no contexto estratégico, ferramentas fundamentais para planejamento, avaliação e monitoramento das políticas públicas.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ação/Subtítulos – OFSS

UO: 26283

Quadro 1 – Ação/Subtítulos – OFSS

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo	
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - no Estado de MS						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União				Código	0089	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	154.955.078	174.949.115	174.443.976	174.443.976	174.443.976	0,00	0,00
	Execução Física						
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 0181

Foram realizados os pagamentos das aposentadorias e pensões solicitados pelos requerentes, que estavam de acordo com a legislação vigente e atendiam aos requisitos legais. Todos os pagamentos foram realizados por meio de folha de pagamento no SIAPE e importaram num montante de R\$ 174.443.976,00. Não houve recursos inscritos em restos a pagar. Os atos de aposentadorias após sua conclusão foram lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados ao citado Tribunal para a homologação do ato e a Controladoria Regional da União em MS para análise.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	0005					Tipo	
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - no Estado de Mato Grosso do sul						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código	-
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					Código	0901
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	1.692.976	1.648.632	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	--		-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 0005

Para esta ação não há meta física a ser alcançada. A execução orçamentária é uma atividade realizada pelos tribunais, portanto não executada pela Unidade Orçamentária.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	0536					Tipo	
Título	Pensões decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – Nacional						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código	-
Programa	Operações Especiais:	Outros	Código	0909	Tipo		
	Encargos Especiais						
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	73.488	73.488	68.428	68.428	68.428	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 0536

Para esta ação não há meta física a ser alcançada. Por decisão judicial foram empenhados, liquidados e pagos despesas no montante de recursos de R\$ 68.428,00 no exercício de 2017.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	00PW					Tipo	
Título	Contribuições e Anuidades à Organismos e Entidades Nacionais						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	-				Código	0910	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	70.000	70.000	41.059	41.059	41.059	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 00PW

No exercício de 2017 foi realizado o pagamento da anuidade da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, totalizando R\$ 41.059,00.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	20GK					Tipo	
Título	Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					Código	0803
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					Código	2032
Unidade Orçamentária	26283					Tipo	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	1.296.728	1.298.728	865.198	667.012	655.013	12.000,00	198.185
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta		Unidade medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	Iniciativa apoiada		Unid.	50	316	406	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	495.307,05	353.882,26	119.872,89	Iniciativa Apoiada		Unidade	2

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 20GK

As ações de extensão promoveram uma ampla integração dos estudantes com a sociedade, contribuindo para um repensar do processo acadêmico e consolidando uma formação não limitada a atividades desenvolvidas em salas de aula. A extensão agrega valor ao conhecimento científico, resultante do confronto com a realidade, democratiza o conhecimento acadêmico, promove a formação cidadã do corpo discente e viabiliza a participação efetiva da comunidade na atuação universitária. Além de instrumentalização desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A meta física prevista na LOA para o exercício de 2017 nesta ação era apoiar 50 iniciativas de extensão, e como resultado final foram executadas 406 ações de extensão aprovadas pelos editais EXT/2016, EXT/2017, PAEXT/2017 e PROFE.

Neste ano, um total de 26 discentes de graduação da UFMS tiveram a oportunidade de participar e apresentar trabalhos no VIII SEREX (Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste), realizado no período de 31 de julho a 2 de agosto de 2017, na Cidade Universitária em Dourados/MS. O tema deste ano foi “Extensão Universitária na Valorização das IES Públicas para o Fortalecimento da Sociedade da Região Centro-Oeste” e a organização ficou por conta da parceria UFGD e UEMS, assegurando a participação da UNB, UEG, UFG, UNEMAT, UFMT, UFMS, UNIVIR, IFMS, IFMT, IFGO e IFB. Outro momento significativo da extensão foi a realização do 10º ENEX, ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFMS, consistiu na apresentação pública de resultados de ações de extensão, realizadas nos dias 6 e 7 de novembro de 2017, como parte das atividades do INTEGRA UFMS, um grande evento de ciência, tecnologia e inovação. A apresentação de trabalhos pelos discentes de graduação foi realizada na modalidade banner, totalizando 175 trabalhos e envolvendo, além dos discentes apresentadores, muitos outros docentes e discentes que participaram como coautores, ouvintes e avaliadores.

No período de janeiro a dezembro do ano de 2017, foram desenvolvidas 406 ações de extensão, sendo 153 com financiamento interno da UFMS-EDITAL PAEXT/2017 e 45 do EDITAL PROFE/2017, 207 do EDITAL FLUXO CONTÍNUO-

EXT/2017 e 1 Programa PROEXT/2016/2017.

A ação Orçamentária abrange dois Planos Orçamentários: 1) Concessão de Bolsas de Pesquisa, extensão e monitoria aos estudantes que tinha meta prevista para 1.305 bolsas concedidas e foram realizadas 2.051 e 2) mais médicos que tinha uma meta e esta foi realizada.

Os fatores que contribuíram para o desencadeamento da ação foram a melhoria nos procedimentos internos; a interlocução com a comunidade universitária para qualificar as ações extensionistas; e a potencialização de financiamento das ações e avaliação dos resultados.

Os resultados foram o aumento considerável no número de acadêmicos contemplados com bolsa de extensão; e a ampliação do montante individual de financiamento das ações extensionistas com recursos da Instituição.

Um dos fatores que dificultou as ações foi o contingenciamento orçamentário no ano de 2017, que ensejou dificuldades no que diz respeito à liberação de limites orçamentários.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	20RK					Tipo	
Título	Funcionamento de instituições federais de ensino superior no Mato Grosso do Sul						
Descrição	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código	0841	
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código	2032	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processad.	Não Processad.
0054	63.897.796	63.897.796	60.618.548	47.572.368	47.368.207	204.160	13.046.180
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram	Realizado
0054	Estudante matriculado			Unid.	19.000	19.880	19.880
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	13.381.274	10.385.216	1.984.614	Estudante Matriculado		Unidade	19880

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 20RK

A meta física prevista na LOA para esta Ação no exercício de 2017 tinha como objetivo atender 19.000 alunos matriculados, a meta realizada foi de 19.880 alunos matriculados. Do montante de recursos orçamentários previstos na LOA foram comprometidos (empenhados) 94,87% e destes recursos foram liquidados 78,48% e inscritos em Restos a pagar não processados no exercício 21,52%. Os 5,17% dos recursos disponibilizados e não empenhados referem-se a fonte 250 – receitas própria, que foi prevista no orçamento mas teve sua arrecadação frustrada.

Nesta ação orçamentária está inserido o Plano de trabalho 0001 manutenções das Instituições Federais de Ensino Superior em Expansão, na qual a meta previa a disponibilização de 500 vagas, e foram disponibilizadas 585.

A operacionalização da ação tem como objetivo atender os alunos da graduação e pós-graduação, proporcionando melhores condições tanto no aspecto acadêmico como de infraestrutura física.

A distribuição orçamentária interna dos recursos desta ação é realizada por meio da adoção de um conjunto de critérios técnicos quantitativos e qualitativos dispostos em matrizes técnicas que definem as variáveis e indicadores para cada Unidade da Administração Setorial o montante de recursos de investimento e custeio, dentro dos recursos previstos na LOA, necessários a atender as demandas de crescimento e manutenção destas Unidades. São destinados recursos para readequação de espaços físicos, diárias e passagens, revitalização de laboratórios, manutenção das unidades, entre outros.

Os fatores que contribuíram para o alcance da ação foram: adequação do orçamento para atendimento às demandas decorrentes do crescimento da UFMS; a previsão orçamentária e financeira que possibilitou a execução da ação; a implementação de programas e ações para atendimento às demandas de custeio e investimentos, viabilizando a melhoria das condições de acesso a comunidade universitária

Os fatores que dificultaram a execução da ação foram os limites orçamentários disponibilizados de forma parcelada, além de liberação de parte dos limites orçamentários na véspera do último dia do prazo para emissão de notas de empenho.

Como principais resultados obtidos destacam-se as adequações das Unidades de Administração Setorial; aquisição e manutenção de equipamentos; modernização da infraestrutura das Unidades administrativas; Conclusão de obras; ampliação do Acervo Bibliográfico; Manutenção e expansão do programa de bolsas.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	4002					Tipo	
Título	Assistência ao estudante de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.						
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					Código	0841
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					Código	2032
Unidade Orçamentária	26283					Tipo	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	14.936.827	14.936.827	14.525.954	13.283.273	13.281.995	1.278,31	1.242.680
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0054	Benefício concedido		Unid.	8.056	8.056	18.108 ⁸ 29291 ⁹	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	2.097.171	1.713.904	347.490	Benefício Concedidos	Unidade	1.869	

Fonte: PROPLAN

⁸ Foi lançado Alunos Beneficiados em razão da meta na LOA ter sido lançada como Aluno Beneficiado e não foi realizado reprogramação

⁹ Benefícios Concedidos

Análise Crítica da Ação 4002

A meta física prevista na LOA para a Ação 4002 no exercício de 2017 previa a concessão de beneficiados concedido e não de alunos beneficiados. Por entendimento equivocado foi lançado na LOA a meta de 8.056 estudantes beneficiados. A meta realizada na ação foi 18.108 alunos beneficiados (lançada no SIMEC) importando no montante de 29.292 benefícios concedidos.

Já na meta financeira foram comprometidos (empenhados) 97,25% dos recursos disponibilizados e destes 91,44% foram liquidados e 8,56% foram lançados em restos a pagar não processados no exercício.

Associamos como fatores que contribuíram para a efetivação da ação:

Revisão dos programas com alteração conceitual de bolsas para auxílios, possibilitando ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica concorrer aos editais de extensão, pesquisa, monitoria dentre outros;

Aprovação da Resolução CD nº 59/2017 com criação de dois novos auxílios: creche e moradia;

Trabalho de equipe com melhor divulgação dos prazos e critérios para inscrição aos programas de assistência;

Elaboração de termos de referência para os restaurantes universitários de Campo Grande e Três Lagoas com valores inferiores aos praticados nos contratos anteriores;

Disponibilidade do crédito orçamentário na sua totalidade;

Estabelecimento de subsídios para refeições com valores diferentes para alunos com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio e formulação de uma política única de valores de refeições e acesso aos restaurantes universitários para todos os estudantes da UFMS.

Consideramos que os nossos maiores resultados se concentram na oferta das ações de caráter continuado (aproximadamente 90% do nosso recurso) ou seja, nos Auxílios Alimentação; Auxílio Apev; Auxílio Crech; Auxílio Emergencial; Auxílio Moradia; Auxílio Permanência; Bolsa Permanência; Restaurante Universitário; Bolsa Atleta; Bolsa PEU; Bolsa Mais Cultura e PROMISAES que totalizaram 18.108 de alunos beneficiados com recursos PNAES num montante de 29.291 benefícios concedidos.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	8282					Tipo	
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e ao atendimento das necessidades de manutenção, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Apoio à ações que visem à mobilidade estudantil, à criação de vagas especialmente em cursos noturnos e ao aumento de concluintes no ensino superior.						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					Código	0841
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					Código	2032
Unidade Orçamentária	26283					Tipo	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	10.995.387	10.995.387	10.993.688	2.670.425	2.525.476	144.948,62	8.323.263
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Projeto viabilizado			Unid.	7	7	12
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	15.875.389	12.697.946	709.227	Projeto Viabilizado		Unidade	7

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 8282

A meta física prevista na LOA para esta ação foi definida para viabilizar 7 projetos, e a meta realizada foi de 12 projetos viabilizados. Já na meta financeira foram comprometidos (empenhados) 99,98% dos recursos disponibilizados e destes somente 24,30% foram liquidados.

Faz parte desta ação orçamentária o PO-0001 – o Programa Mais Médicos onde foi previsto e realizado duas ações: Obras do curso de Medicina na Sede e no Câmpus de Três Lagoas. Também faz parte desta ação uma Emenda Individual para a viabilizar a construção do Centro de Comercialização de Alimentos Orgânicos da Agricultura Familiar - Projeto Mercado da Escola UFMS, no valor de R\$ 1.000.000,00 dos quais foi comprometido um montante de 99,83%.

O objetivo da ação em apoiar o aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física da instituição por meio de construção, adequação de infraestrutura física, aquisição de equipamentos, materiais de consumo e serviços, objetivando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor, tem sido plenamente atendidos ao contemplar toda a comunidade discente, da graduação e pós-graduação.

Os fatores que contribuíram foram a adequação do orçamento para atendimento às demandas decorrentes do crescimento da Instituição; a previsão orçamentária e financeira que possibilitou a execução da ação; a implementação de programas e ações para atendimento às demandas de custeio e investimentos, viabilizando a melhoria das condições de acesso a comunidade universitária.

Os fatores que dificultaram foram os limites orçamentários disponibilizados de forma parcelada, além da liberação de limites de investimento às vésperas do último dia de prazo para emissão de nota de empenho. Com a cota dos limites orçamentários impostos para a execução da ação, dificultou a expansão, melhorias e reformas em salas de aula e laboratórios de ensino.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	2004					Tipo	
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores- no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	40.608.286	40.678.286	35.074.918	29.512.527	29.511.906	621,32	5.562.391
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Pessoa beneficiada			Unid.	-	1.200	10.629
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	2.781.281	1.846.143	935.137	Pessoa Beneficiada		Unidade	550

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 2004

A meta física executada nesta Ação em 2017 abrangendo os três Planos orçamentários beneficiou 10.629 pessoas (servidores, pensionistas e dependentes), conforme discriminado nos planos abaixo. Do montante total de recursos de R\$ 40.678.286,00 foram comprometidos (empenhados) 86,22% e destes recursos foram liquidados 84,41%.

No PO 0001 – Assistência Médica e Odontológica Cívica – Complementação da União.

A meta física executada no ano de 2017 foi de 3.586 pessoas beneficiadas (servidores e pensionistas) com o ressarcimento de assistência à saúde. O montante total utilizado no ressarcimento foi de R\$ 9.838.378,17.

Foram atendidos os servidores com cadastros atualizados nos registros das pastas funcionais, além das informações de cadastro, também foram incluídos novos servidores com dependentes que apresentaram a documentação exigida e também tiveram seus cadastros atualizados nos registros das pastas funcionais. Os dados foram extraídos do SIAFI, SIAPE e Sistema de uso interno na UFMS.

No PO 0005 – Assistência Médica e Odontológica Cívica – Participação do Servidor.

Em 2017 foram destinados num montante de R\$ 18.182.817,22 com atendimento de 6.040 beneficiários com acesso à saúde suplementar: internações hospitalares, consultas médicas, atendimentos psicológicos, nutricional, fonoaudiólogos, fisioterapias, hidroterapias, terapias ocupacionais, internações em centro de reabilitação de dependentes químicos, tratamento odontológico inclusive implante e prótese dentária. Campanhas de prevenção à saúde e de conscientização da realização de exames periódicos serão feitas mensalmente durante o exercício de 2018, visando melhorias na saúde dos servidores e contribuindo com uma melhor qualidade de vida dos mesmos.

No PO 002 - Exames Periódicos – Cívica.

O total de servidores atendidos com essa ação foi de 1003, representando quase 31% dos servidores ativos. Foram atendidos servidores lotados na Capital e também nos Campus do Interior. Foram realizadas campanhas mensal de conscientização da prevenção e da importância de realização dos exames periódicos; Dos Servidores convocados quase a metade não comparece, em virtude da não obrigatoriedade. Porém o número tende a aumentar em virtude das campanhas de conscientização que serão realizadas em 2018;

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo	
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	1.817.568	1.987.227	1.966.258	1.966.258	1.966.258	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
054	Pessoa Beneficiada			Unid.	-	1.028	1.051
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	0.00	0.00	0.00	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 2010

Os pagamentos do auxílio pré-escolar a civis foram realizados de acordo com a legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos são realizados por meio de folha de pagamento no SIAPE. Foram concedidos 12.374 auxílios beneficiando em média 1031 servidores por mês.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo	
Título	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	109.956	117.702	115.102	115.102	115.102	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Pessoa Beneficiada			Unid.	-	-	110
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
- 0054 -	0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 2011

Os pagamentos do auxílio transporte foram realizados de acordo com a legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos são realizados por meio de folha de pagamento no SIAPE, sendo concedidos 1.347 auxílios transportes no ano, beneficiando em média 112 servidores por mês.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo	
Título	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	19.092.936	18.680.380	18.475.161	18.475.161	18.475.161	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo o/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Pessoa Beneficiada			Unid.	-	-	3.474
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo o/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 2012

Os pagamentos do auxílio-alimentação de civis são efetuados automaticamente na folha de pagamento pelo SIAPE e após a implantação do benefício em consonância com a legislação vigente. As demandas atendidas foram decorrentes de registros já realizados no SIAPE, assim como de novos cadastros decorrentes de nomeações de servidores. Foram concedidos 39.591 auxílios alimentação, uma média mensal de 3.299 servidores atendidos.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo	
Título	Pagamento de pessoal ativo da União - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	311.697.282	402.335.496	401.721.036	401.721.036	401.721.036	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
0054	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 20TP

Foram realizados os pagamentos de pessoal ativo da União em acordo com a legislação vigente e atendem os requisitos legais para efetivação de seus registros funcionais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE. Os atos de admissão após sua conclusão foram lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados à Controladoria Regional da União em MS para a análise do ato.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	4572				Tipo		
Título	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código	-		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo	
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	150.000	150.000	142.904	129.109	129.109	0,00	13.795
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Servidor capacitado			Unid.	350	350	1.321
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	14.500,50	4.734,81	9.765,69	Servidor Capacitado		Unidade	77

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 4572

A meta física prevista na LOA para esta ação era capacitar 350 servidores. A meta realizada foi de 1.321 servidores capacitados. Foram oferecidos eventos de capacitação com carga horária variando entre 40 até 180 horas.

Os fatores que contribuíram para a execução foram: a eficiência em atender os pedidos do setor de capacitação; os servidores têm sido críticos (de forma positiva) em relação às necessidades de capacitação; a implementação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que deu mais eficiência aos processos e gerou grande economia de impressões e de tempo.

Os fatores que dificultaram a execução foram: algumas demandas chegaram com pouco prazo para planejamento; as poucas autorizações para cursos promovidos pelos próprios servidores; e a demoraram para enviar as Notas Fiscais por parte das empresas contratadas.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	00M1					Tipo	
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	184.416	224.416	195.770	195.770	195.770	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054-	--			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054-	-	-	-	-		--	-

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 00M1

O auxílio funeral é concedido após solicitação e juntada da documentação conforme legislação vigente. No ano de 2017 foram contemplados com auxílio funeral às famílias de 25 servidores da UFMS.

O auxílio natalidade é concedido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto (criança que nasce sem vida). Se a parturiente (aquela que deu a luz) não for servidora, o auxílio será requerido pelo pai, na condição de servidor. No ano foram concedidos 91 auxílios natalidades importando num montante de R\$ 60.963,22.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	09HB					Tipo	
Título	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais - Nacional						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo						Código	-
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código	2109
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	57.009.750	73.656.808	73.195.701	73.195.701	73.195.701	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 09HB

A Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais foi realizada em todos os meses do ano de 2017. Vale salientar que o recolhimento da citada contribuição é realizado automaticamente pelo Sistema SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que controla a folha de pagamento dos servidores da União cabendo a Coordenadoria de Administração de Pessoal/PROGEP somente a informação dos valores para a apropriação da referida folha de pagamento.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	000Q					Tipo	
Título	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programa						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo						Código	-
Programa						Código	-
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	5.000	5.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054							

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 000Q

Não houve execução física.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	4641					Tipo	
Título	Publicidade de Utilidade Pública						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo						Código	-
Programa						Código	-
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	2.000	2.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054							

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 4641

Não houve execução física.

Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro 2 – Ações do Orçamento de Investimento

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação								
Código	20GK				Tipo			
Título	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso do Sul							
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero							
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				Código	0803		
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código	2032	Tipo	
Unidade Orçamentária	26283							
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
142.500	142.500	142.385	Iniciativa Apoiada	Unidade	50	316	406	

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 20GK

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

Identificação da Ação								
Código	20RK					Tipo		
Título	Funcionamento de instituições federais de ensino superior no Mato Grosso do Sul							
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código	0841		
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código	2032	Tipo	-
Unidade Orçamentária	26283							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
3.339.861	3.212.392	3.210.770	Estudante Matriculado	Unidade	19000	19880	19880	

Fonte: CGO/PROPLAN

Análise Crítica da Ação 20RK

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

Identificação da Ação							
Código	4002					Tipo	
Título	Assistência ao estudante de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul						
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código	0841	
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código	2032	Tipo -
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
64.136	64.136	63.836	Benefícios Concedidos	Unidade	8.056	8.056	18.108 ¹⁰ 29.291 ¹¹

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 4002

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

¹⁰ Foi lançado Alunos Beneficiados em razão da meta na LOA ter sido lançada como Aluno Beneficiado e não foi realizado reprogramação no SIMEC.

¹¹ Benefícios Concedidos

Identificação da Ação							
Código	8282					Tipo	
Título	Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.		Código	0841			
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		Código	2032	Tipo		
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.995.387	10.995.387	10.993.688	Projeto Viabilizado	Unidade	7	7	12

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica da Ação 8282

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Conforme já exposto anteriormente, a UFMS contou com um orçamento referente a todas as fontes de financiamento de R\$ 823.029.057,80, visando o funcionamento e manutenção das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção da infraestrutura física e laboratorial das unidades. Convém destacar que do valor acima, R\$ 805.705.288,00 são originários do próprio orçamento da UFMS e R\$17.323.769,80 são provenientes de Descentralizações de Crédito.

O montante relativo ao orçamento da Instituição esteve assim distribuído: 80,97% destinado a pessoal e encargos social; 17,24% a Outras Despesas Correntes e 1,79% a Investimentos. Em relação a origem das receitas percebe-se que 95,37% é proveniente do Orçamento da UFMS destinado diretamente pelo Tesouro Nacional e 4,63% é proveniente da captação de recursos diretamente arrecadados ou de convênios. Já em relação ao orçamento advindo de Descentralização de Crédito, 99,98% foi destinado a ações de Custeio e 0,02% a ações de Investimento.

Alguns fatores foram determinantes para a execução do orçamento, dentre os quais podemos destacar:

Contingenciamento de limites orçamentários: durante todo o exercício de 2017, a UFMS viu-se obrigada a rever seu planejamento orçamentário, em virtude da incerteza imposta pelo contingenciamento de limites. Os limites de custeio somente foram disponibilizados na íntegra no final do exercício, assim como os de investimento.

Atraso na liberação de limites orçamentários: Os limites foram sendo disponibilizados em uma proporção aquém daquela necessária, onde nos primeiros meses do ano, foram repassados apenas 1/18 avos daquilo previsto na Lei Orçamentária Anual, seguido de liberação parcelada dos limites ao longo do ano. Tal procedimento fez com que ocorressem atrasos nos pagamentos de contratos, o que gerou multas e juros, contribuindo sobremaneira com o desempenho orçamentário.

Atrasos em processos de licitação: Devido a contratemplos ocorridos em processos licitatórios e ao controle das contas públicas, a UFMS viu-se obrigada a alterar planejamentos executados, impactando desta forma a execução orçamentária.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 3 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 154054

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400 P	Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior				
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
154054	04089570000150	0,00	23.220,93	23.220,93	0,00
154054	31294086812	0,00	280,00	280,00	0,00
154054	05665338125	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	510001	0,00	121,32	121,32	0,00
154054	40636720187	0,00	30.181,59	30.181,59	0,00
154054	34028316000960	0,00	437,95	437,95	0,00
154054	15413826000150	0,00	117,29	117,29	0,00
154054	25654446134	0,00	244,68	244,68	0,00
154054	04653621179	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	154054	0,00	2.447.273,61	2.447.273,61	0,00
154054	110245	0,00	36.654,80	36.654,80	0,00
154054	05229689102	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
154054	00512530890	0,00	1.259,57	1.259,57	0,00
154054	02358874809	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00

154054	33808058153	0,00	380,04	380,04	0,00
154054	89067550159	0,00	350,00	350,00	0,00
154054	76535764000143	0,00	4.689,06	4.689,06	0,00
154054	36781037000141	0,00	15.446,04	15.446,04	0,00
154054	02322884618	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00
154054	51765551153	0,00	223,86	223,86	0,00
154054	06048539000105	0,00	2.027,79	2.027,79	0,00
154054	05845158125	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	01560929000138	0,00	329,88	329,88	0,00
Total		0,00	2.572.138,41	2.572.138,41	0,00

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica

Do valor total de passivo anterior, 95,15% representa despesas da folha de pagamento de pessoal, ativo e inativo, as quais dependem de autorização do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, não sendo da competência da Unidade tal gestão. Os demais reconhecimentos de dívidas tratam de despesas contratuais com valores estimados a menor (3,22%) como energia, água e esgoto, telefonia, publicação na imprensa oficial, combustível e coleta, tratamento e destinação de resíduos laboratoriais; despesas com diárias (0,08%) referente a viagens ocorridas no exercício de 2016 com o processamento pela unidade demandante somente no exercício seguinte, sendo vedado a inscrição em restos a pagar de tais despesas; despesas com bolsas/auxílios (0,19%) devido atrasos na entrega de relatórios técnicos junto a unidade Responsável pela ação; e despesa com ajuda de custo e ressarcimento de inscrição em curso (1,35%), onde o processamento ocorreu somente no exercício de 2017 devido a análise pelas unidades competentes terem concluídos somente no referido exercício. Todos os registros e autorizações fundamentam-se no Art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e do Art. 22 do Decreto nº 93872/1986.

Quadro 4 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 150160: Programa de Assistência à Saúde

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	11279377000148	0,00	2.850,20	2.850,20	0,00
150160	17366151149	0,00	3.612,00	3.612,00	0,00
150160	00493502858	0,00	1.073,60	1.073,60	0,00
150160	17746760104	0,00	2.223,65	2.223,65	0,00
150160	10507086104	0,00	2.800,00	2.800,00	0,00
150160	00197365000158	0,00	2.559,84	2.559,84	0,00
150160	03244141889	0,00	92,05	92,05	0,00
150160	14256053115	0,00	234,73	234,73	0,00
150160	25062166187	0,00	351,16	351,16	0,00
150160	46482490115	0,00	2.292,00	2.292,00	0,00
150160	20001380125	0,00	326,80	326,80	0,00
150160	11586297000135	0,00	375,00	375,00	0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	50091239168	0,00	1.405,10	1.405,10	0,00
150160	06121872000194	0,00	7.030,92	7.030,92	0,00
150160	03272689000100	0,00	40.024,89	40.024,89	0,00
150160	02165276861	0,00	195,50	195,50	0,00
150160	46458751168	0,00	540,00	540,00	0,00
150160	52893944191	0,00	760,06	760,06	0,00
150160	86945755000184	0,00	19.844,29	19.844,29	0,00
150160	09561647000167	0,00	1.979,89	1.979,89	0,00
150160	21639636000158	0,00	360,00	360,00	0,00
150160	03444465000120	0,00	87,11	87,11	0,00
150160	15463090000124	0,00	3.957,44	3.957,44	0,00
150160	01239170000196	0,00	6.609,74	6.609,74	0,00
150160	04311093001521	0,00	91.964,46	91.964,46	0,00
150160	04311093000479	0,00	812,34	812,34	0,00
150160	04311093000550	0,00	3.487,80	3.487,80	0,00
150160	04311093000983	0,00	366,49	366,49	0,00
150160	04311093001106	0,00	68,68	68,68	0,00
150160	73726457000151	0,00	1.521,00	1.521,00	0,00
150160	36811909000177	0,00	1.881,33	1.881,33	0,00
150160	05674172000245	0,00	3.889,42	3.889,42	0,00
150160	48054208120	0,00	94,13	94,13	0,00
150160	10341282000144	0,00	760,92	760,92	0,00
150160	95079556153	0,00	297,00	297,00	0,00
150160	10478534000181	0,00	1.635,63	1.635,63	0,00
150160	08257861000161	0,00	1.509,55	1.509,55	0,00
150160	13462457000160	0,00	8,62	8,62	0,00
150160	26406991000109	0,00	1.419,11	1.419,11	0,00
150160	04617928000170	0,00	919,20	919,20	0,00
150160	03267101000464	0,00	1.375,04	1.375,04	0,00
150160	01944057000101	0,00	5.045,62	5.045,62	0,00
150160	03304188000230	0,00	1.188,46	1.188,46	0,00
150160	03304188000907	0,00	2.700,24	2.700,24	0,00
150160	02289376981	0,00	148,32	148,32	0,00
150160	04524604000198	0,00	3.375,12	3.375,12	0,00
150160	14593607000137	0,00	1.847,60	1.847,60	0,00
150160	03595223000137	0,00	1.471,67	1.471,67	0,00
150160	14149869000107	0,00	1.540,00	1.540,00	0,00
150160	00860841000179	0,00	23.665,53	23.665,53	0,00
150160	03650457000130	0,00	489,07	489,07	0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	01640560000173	0,00	9.594,36	9.594,36	0,00
150160	37527256000161	0,00	1.348,52	1.348,52	0,00
150160	08655400000147	0,00	1.019,00	1.019,00	0,00
150160	17908719000128	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	10611892000110	0,00	2.255,30	2.255,30	0,00
150160	19401482000110	0,00	1.064,08	1.064,08	0,00
150160	04829533000131	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	07151171000160	0,00	41.529,85	41.529,85	0,00
150160	11869498000140	0,00	16.437,46	16.437,46	0,00
150160	18563203000151	0,00	2.118,20	2.118,20	0,00
150160	06280263000188	0,00	490,00	490,00	0,00
150160	21606213000131	0,00	6.320,65	6.320,65	0,00
150160	11735455000171	0,00	830,32	830,32	0,00
150160	15505738000188	0,00	1.392,62	1.392,62	0,00
150160	04933722000150	0,00	302,14	302,14	0,00
150160	11660731000180	0,00	38,73	38,73	0,00
150160	15312877000195	0,00	1.752,45	1.752,45	0,00
150160	04330300000190	0,00	4.331,83	4.331,83	0,00
150160	05669374000118	0,00	9.499,24	9.499,24	0,00
150160	05773829000140	0,00	164,22	164,22	0,00
150160	04017816000189	0,00	149,81	149,81	0,00
150160	12622832800	0,00	1.392,00	1.392,00	0,00
150160	36795844153	0,00	835,00	835,00	0,00
150160	03976519000106	0,00	1.717,02	1.717,02	0,00
150160	07023303000179	0,00	344,45	344,45	0,00
150160	02950579000189	0,00	91,77	91,77	0,00
150160	37563996000153	0,00	0,00	0,00	0,00
150160	33782798000120	0,00	713,73	713,73	0,00
150160	14400367000107	0,00	94,10	94,10	0,00
150160	17208404000178	0,00	4.245,29	4.245,29	0,00
150160	42137519100	0,00	527,04	527,04	0,00
150160	97276359115	0,00	360,00	360,00	0,00
150160	31184260125	0,00	767,40	767,40	0,00
150160	44475799104	0,00	119,83	119,83	0,00
150160	09053134000145	0,00	6.352,95	6.352,95	0,00
150160	20033346100	0,00	1.134,64	1.134,64	0,00
150160	42088119191	0,00	137,44	137,44	0,00
150160	37225943000122	0,00	95,00	95,00	0,00
150160	16811889000127	0,00	1.995,35	1.995,35	0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	73457368000157	0,00	375,00	375,00	0,00
150160	56164130115	0,00	7.908,00	7.908,00	0,00
150160	11843746000183	0,00	210,00	210,00	0,00
150160	06436571850	0,00	60,00	60,00	0,00
150160	07072581707	0,00	1.654,20	1.654,20	0,00
150160	08935574000163	0,00	2.897,95	2.897,95	0,00
150160	09346582000137	0,00	343,00	343,00	0,00
150160	03818685000176	0,00	2.367,00	2.367,00	0,00
150160	05889954000110	0,00	365,00	365,00	0,00
150160	01573625000105	0,00	207,00	207,00	0,00
150160	13250749000139	0,00	84,00	84,00	0,00
150160	13419470000136	0,00	700,00	700,00	0,00
150160	12627258877	0,00	553,39	553,39	0,00
150160	29395135115	0,00	372,30	372,30	0,00
150160	22081602000153	0,00	1.318,80	1.318,80	0,00
150160	01769376178	0,00	60,00	60,00	0,00
150160	32212100191	0,00	132,00	132,00	0,00
150160	00531358000140	0,00	882,04	882,04	0,00
150160	07021665000120	0,00	118.106,07	118.106,07	0,00
150160	05385600000139	0,00	15.114,00	15.114,00	0,00
150160	20452841000147	0,00	0,00	0,00	0,00
150160	60833910001230	0,00	24.933,06	24.933,06	0,00
150160	02320789000193	0,00	2.191,07	2.191,07	0,00
150160	01976296000143	0,00	91,40	91,40	0,00
150160	17503620153	0,00	1.231,00	1.231,00	0,00
150160	25024191153	0,00	480,00	480,00	0,00
150160	00051518139	0,00	383,60	383,60	0,00
150160	10914998000193	0,00	180,00	180,00	0,00
150160	00651850134	0,00	329,51	329,51	0,00
150160	59633352134	0,00	252,59	252,59	0,00
150160	20068476949	0,00	480,00	480,00	0,00
150160	14870441000159	0,00	1.082,39	1.082,39	0,00
150160	35616822191	0,00	1.508,80	1.508,80	0,00
150160	08037851869	0,00	3.061,50	3.061,50	0,00
150160	18884827000170	0,00	164,79	164,79	0,00
150160	08384990000110	0,00	17.254,96	17.254,96	0,00
150160	18464324000146	0,00	2.211,81	2.211,81	0,00
150160	01563691000102	0,00	9.187,22	9.187,22	0,00
150160	12337709000166	0,00	369,13	369,13	0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	09272155000151	0,00	845,02	845,02	0,00
150160	15575871000100	0,00	820,89	820,89	0,00
150160	00215335000127	0,00	830,02	830,02	0,00
150160	03350899000160	0,00	3.772,42	3.772,42	0,00
150160	15419617000113	0,00	1.086,61	1.086,61	0,00
150160	03912904000181	0,00	15,37	15,37	0,00
150160	00208207000156	0,00	1.946,42	1.946,42	0,00
150160	49002309104	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	44616481172	0,00	199,40	199,40	0,00
150160	05134552134	0,00	1.175,31	1.175,31	0,00
150160	18632939904	0,00	97,00	97,00	0,00
150160	24649985000149	0,00	208,00	208,00	0,00
150160	10607625000170	0,00	548,81	548,81	0,00
150160	03827565000135	0,00	2.296,51	2.296,51	0,00
150160	17877841850	0,00	6.164,50	6.164,50	0,00
150160	69699038187	0,00	36,00	36,00	0,00
150160	31202420125	0,00	450,08	450,08	0,00
150160	44751354191	0,00	142,98	142,98	0,00
150160	32162529149	0,00	486,77	486,77	0,00
150160	22718877120	0,00	3.866,70	3.866,70	0,00
150160	30595053149	0,00	988,00	988,00	0,00
150160	03585204000120	0,00	567,21	567,21	0,00
150160	24626194000101	0,00	3.840,00	3.840,00	0,00
150160	37396017000624	0,00	10.239,00	10.239,00	0,00
150160	20158084000101	0,00	2.016,40	2.016,40	0,00
150160	05513982000139	0,00	1.259,18	1.259,18	0,00
150160	05509241918	0,00	1.100,40	1.100,40	0,00
150160	03818678000174	0,00	79,58	79,58	0,00
150160	10578469000166	0,00	60,00	60,00	0,00
150160	00860254000180	0,00	5.928,11	5.928,11	0,00
150160	20816405115	0,00	1.295,04	1.295,04	0,00
150160	01971795000148	0,00	2.519,51	2.519,51	0,00
150160	03292735000124	0,00	555,00	555,00	0,00
150160	33102419000103	0,00	1.156,70	1.156,70	0,00
150160	37227048000147	0,00	53,99	53,99	0,00
150160	08862799845	0,00	2.919,72	2.919,72	0,00
150160	21131730000100	0,00	3.537,80	3.537,80	0,00
150160	02317841000152	0,00	738,00	738,00	0,00
150160	01601999000197	0,00	932,11	932,11	0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	00061036854	0,00	110,00	110,00	0,00
150160	23882084000130	0,00	408,00	408,00	0,00
150160	20004516168	0,00	82,00	82,00	0,00
150160	20500804000167	0,00	3.481,10	3.481,10	0,00
150160	09484736000157	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	76049272891	0,00	743,75	743,75	0,00
150160	10559198000100	0,00	2.038,38	2.038,38	0,00
150160	26822627000111	0,00	2.551,65	2.551,65	0,00
150160	37218427000170	0,00	665,25	665,25	0,00
150160	73407546000135	0,00	8.075,39	8.075,39	0,00
150160	02391109000122	0,00	20.316,54	20.316,54	0,00
150160	03121241000187	0,00	71.864,89	71.864,89	0,00
150160	07831071000185	0,00	975,25	975,25	0,00
150160	17811632000138	0,00	975,00	975,00	0,00
150160	05164281000131	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	17368936100	0,00	3.825,52	3.825,52	0,00
150160	01557891000144	0,00	635,00	635,00	0,00
150160	15137608000130	0,00	280,00	280,00	0,00
150160	18497711000189	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
150160	04709749000163	0,00	18.039,10	18.039,10	0,00
150160	19483315000165	0,00	785,40	785,40	0,00
150160	22719199168	0,00	1.909,14	1.909,14	0,00
150160	12934613000185	0,00	216,00	216,00	0,00
150160	21920508000188	0,00	2.817,00	2.817,00	0,00
150160	00834773000173	0,00	299,29	299,29	0,00
150160	92508006149	0,00	2.004,00	2.004,00	0,00
150160	03021401000116	0,00	753,70	753,70	0,00
150160	13662031604	0,00	60,00	60,00	0,00
150160	04022212000120	0,00	25.868,96	25.868,96	0,00
150160	18011299000145	0,00	196,00	196,00	0,00
150160	47581549100	0,00	3.706,02	3.706,02	0,00
150160	23099356115	0,00	536,48	536,48	0,00
150160	15598306115	0,00	105,00	105,00	0,00
150160	05981086000102	0,00	5.326,90	5.326,90	0,00
150160	01828575000160	0,00	731,73	731,73	0,00
150160	36817948000181	0,00	2.934,34	2.934,34	0,00
150160	21033978191	0,00	448,00	448,00	0,00
150160	20321757000194	0,00	1.325,00	1.325,00	0,00
150160	37574837000154	0,00	1.830,49	1.830,49	0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150160	24130506000183	0,00	700,00	700,00	0,00
150160	06068111000116	0,00	4.022,20	4.022,20	0,00
150160	37222395000187	0,00	16.610,65	16.610,65	0,00
150160	09674288000154	0,00	2.009,13	2.009,13	0,00
150160	01428111000166	0,00	1.479,50	1.479,50	0,00
150160	14312160000180	0,00	4.760,58	4.760,58	0,00
150160	15926819000151	0,00	482,23	482,23	0,00
150160	12321841000180	0,00	194,25	194,25	0,00
150160	24041968000124	0,00	770,40	770,40	0,00
150160	48046264172	0,00	718,00	718,00	0,00
150160	20276303172	0,00	225,00	225,00	0,00
150160	11838167000142	0,00	955,80	955,80	0,00
150160	06938779000177	0,00	2.142,43	2.142,43	0,00
150160	11304051000123	0,00	2.639,00	2.639,00	0,00
150160	02606072000102	0,00	432,00	432,00	0,00
Total		0,00	887.368,69	887.368,69	0,00

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica

Conforme justificativas da ordenadora de despesas da unidade gestora do Programa de Assistência à Saúde – PAS/UFMS os reconhecimentos de dívida de 2017 foram solicitados, na forma do artigo nº 37 da Lei nº 4.320/64 e da letra “a” do Art.22 do Decreto nº 93872 de 23/12/86, no total de R\$ 887.368,69, pois se trata de despesas com a folha de pagamento dos credenciados ao PAS/UFMS referente as competências de novembro e dezembro/2016. Tal solicitação justifica-se por se tratar de despesas que somente são apuradas após o envio do faturamento mensal dos Respetivos credenciados e após auditoria e processamento das contas na coordenadoria do Programa, motivo dos empenhos a menor inscritos em restos a pagar. Esta justificativa encontra-se assinada nos processos 23104.000034/2017-98 e 23104.000942/2017-81.

Quadro 5 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 150161: Campus de Coxim

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior			
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
150161	04579318170	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	02483881181	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	04634043190	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	42490003895	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	05936081192	0,00	238,92	238,92	0,00

150161	04596591113	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	01654685135	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	94675112153	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	02554611270	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	04942071160	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	05881602102	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	04991954185	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	02933010186	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	94573360115	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	01048438104	0,00	238,92	238,92	0,00
150161	81877269115	0,00	238,92	238,92	0,00
Total		0,00	3.822,72	3.822,72	0,00

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica

Conforme justificativas do ordenador de despesas da unidade gestora do Campus de Coxim, foi informado que a dívida consiste em 16 auxílios alimentação, referente ao mês de dezembro de 2016 e que o pagamento não foi efetuado devido a uma incorporação no lançamento da vigência desse auxílio no sistema de bolsas (GRP Educacional), os acadêmicos estão relacionados no edital PREAE nº 61 de 29/07/2016 e o reconhecimento com base legal no art. 37 da lei 4.320/64 e art. 22 do Decreto 93.872/86.

Quadro 6 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos UG 154067: Campus de Três Lagoas

Identificação da Conta Contábil						
Código SIAFI		Denominação				
213110400 P		Contas a Pagar - Credores Nacionais - Passivo Anterior				
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017	
154067	03982931000120	0,00	24.167,33	24.167,33	0,00	
Total		0,00	24.167,33	24.167,33	0,00	

Análise Crítica

Conforme reconhecimento de dívida pelo ordenador de despesas da unidade gestora do Campus de Três Lagoas no processo 23448.000092/2017-21, o valor refere-se a estimativa a menor do mês de dezembro do contrato 82/2016 entre UFMS e Empresa de Saneamento.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 7- Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores - UO 26283, com exceção da UG 154357

Restos a Pagar Não Processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	30.955.739,51	23.994.676,81	3.854.890,73	3.106.171,97
2015	5.836.632,17	4.238.036,96	277.271,45	1.321.323,76
2014	1.005.023,48	193.759,97	352.181,90	459.081,61
2013	475.328,15	0,00	475.328,15	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	248.329,52	248.329,52	0,00	0,00
2015	431.363,75	431.363,75	0,00	0,00
2014	41.200,05	41.200,05	0,00	0,00

Fonte: PROPLAN

Quadro 8- Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores - UO 154357

Restos a Pagar Não Processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2015	66.500,00	0,00	66.500,00	0,00
2014	893.708,41	3.660,00	32.034,62	858.013,79
2013	279.080,91	0,00	0,00	279.080,91
Restos a Pagar Processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	119.291,92	119.291,92	0,00	0,00
2013	509.035,49	0,00	0,00	509.035,49
2012	1.372.890,00	1.372.890,00	0,00	0,00

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica

A UFMS movimentou, durante o exercício de 2017, os restos a pagar dos exercícios anteriores e no encerramento a Administração decidiu por permanecerem vigentes para o exercício seguinte os saldos demonstrados, fundamentando-se no Decreto nº 7.654/2011, o qual altera o artigo 68 do Decreto nº 93.872/1986 (§ 3º, inciso II, alíneas b e c), tendo em vista tratar de execução iniciada, conforme § 4º, incisos I e II e próprio Decreto.

Como os restos a pagar do órgão durante o exercício de 2017 se dividiram em três unidades gestoras executoras, foram caracterizados sua execução de formas diferenciadas, conforme abaixo:

Unidade Gestora: 154054

Os restos a pagar processados (despesas liquidadas em um exercício e pagas em outro) foram pagos durante o exercício, não ocorrendo cancelamentos.

Os restos a pagar não processados, no decorrer do ano, ocorreram vários cancelamentos devido não entrega de materiais pelos fornecedores, nas quais foram abertos vários processos administrativos sancionadores, gerando consequentemente lançamentos de restrições aos fornecedores e aplicações de penalidades como multa, impactando com isso os setores envolvidos com as compras do exercício atual.

Abaixo demonstramos a execução dos restos a pagar durante o exercício de 2017 por ano de inscrição e por elemento de despesas:

Quadro 9- Restos a Pagar por ano de inscrição e elemento de despesa

Ano	ED	Descrição	RPNP Insc	RPNP Reinsc	RPNP Canc	RPNP Pagos	RPNP a Pagar
2013	39	Serviços PJ		13.878,03	13.878,03		0,00
2013	51	Obras		461.450,12	461.450,12		0,00
2014	37	Locação Mão Obra		80.000,00	80.000,00		0,00
2014	39	Serviços PJ		460.681,94	272.181,90	188.500,04	0,00
2014	51	Obras		464.341,54		5.259,93	459.081,61
2015	30	Material Consumo		145.887,93	20.785,32	88.583,10	36.519,51
2015	39	Serviços PJ		2.078.800,95	251.201,98	1.468.873,85	358.725,12
2015	51	Obras		3.258.108,60		2.443.970,38	814.138,22
2015	52	Mat. Permanente		337.883,71	5.284,15	236.609,63	95.989,93
2015	93	Indenizações		15.950,98			15.950,98
2016	30	Material Consumo	2.943.748,06		196.115,70	2.365.395,07	382.237,29
2016	33	Passagens	356.197,11		247.036,59	109.160,52	0,00
2016	36	Serviços PF	42.870,16		0,40	42.869,76	0,00
2016	37	Locação Mão Obra	146.840,75		146.840,75		0,00
2016	39	Serviços PJ	7.273.723,85		850.732,66	5.140.815,20	1.282.175,99
2016	47	Taxas	4.426,38		105,38	4.321,00	0,00
2016	51	Obras	5.260.019,94		205.310,30	3.659.659,70	1.395.049,94
2016	52	Mat. Permanente	12.146.632,11		1.273.611,66	10.826.311,70	46.708,75
Total			28.174.458,36	7.316.983,80	4.024.534,94	26.580.329,88	4.886.577,34

Fonte: PROPLAN

Dos valores que permaneceram inscritos no final do exercício R\$4.591.270,59 são os que foram reinscritos em restos a pagar não processados para o exercício de 2018. O valor de R\$ 295.306,75 foi inscrito em restos a pagar processado para o exercício de 2018, pois ocorreram as liquidações das despesas e não houve tempo hábil para o pagamento. Para melhor visualização, demonstramos a execução dos restos a pagar não processados durante o exercício de 2017 por elemento de despesas e fonte de recursos.

Quadro 10- Restos a Pagar não processados

Elemento	Fonte	Rpnp inscritos	Rpnp reins	Rpnp canc	Rpnp pagos	Rpnp a pagar
30	0100000000	497.856,80		2.935,59	459.145,21	35.776,00
30	0108000000	37.106,19		103,80	37.002,39	0,00
30	0112000000	1.968.595,86	145.700,38	132.451,39	1.667.762,98	314.081,87
30	0112915028	80.390,50		398,50	79.992,00	0,00
30	0112915061	5.134,46		2.113,40	3.021,06	0,00
30	0112915408	169.743,77		73.914,07	95.829,70	0,00
30	0118033904	256,60			256,60	0,00
30	0250154054	184.663,88	132,90	4.984,27	110.913,58	68.898,93
30	6153000000		54,65		54,65	0,00
33	0100000000	2.696,78		1.366,83	1.329,95	0,00
33	0108000000	36.774,93		23.465,16	13.309,77	0,00
33	0112000000	107.811,90		89.091,36	18.720,54	0,00
33	0112915028	33.266,96		17.950,88	15.316,08	0,00
33	0112915061	50.030,89		39.761,58	10.269,31	0,00
33	0112915408	16.577,88		10.527,30	6.050,58	0,00
33	0112915412	40.743,05			40.743,05	0,00
33	0118033904	6.472,06		6.472,06		0,00

Elemento	Fonte	Rpnp inscritos	Rpnp reins	Rpnp canc	Rpnp pagos	Rpnp a pagar
33	0250154054	61.822,66		58.401,42	3.421,24	0,00
36	0112000000	8.723,68		0,40	8.723,28	0,00
36	0112915028	14.535,00			14.535,00	0,00
36	0250154054	19.611,48			19.611,48	0,00
37	0112000000	146.840,75	80.000,00	226.840,75		0,00
39	0100000000	790.863,17	29.284,84	171.022,82	649.125,19	0,00
39	0108000000	53.468,98	769.648,04	1.715,79	497.730,20	323.671,03
39	0112000000	4.582.615,77	1.684.660,58	934.561,43	4.746.099,23	586.615,69
39	0112915019	269.947,69		19.966,12		249.981,57
39	0112915028	564.058,29		143.420,99	420.637,30	0,00
39	0112915061	3.283,68	540,00	1.230,68	2.593,00	0,00
39	0112915405		200,00	200,00		0,00
39	0112915408	791.587,51		3.716,86	307.237,83	480.632,82
39	0112915412	70.097,40		29.166,10	40.931,30	0,00
39	0118033904	2.913,90		2.913,90		0,00
39	0250154054	144.887,46		11.052,42	133.835,04	0,00
39	0312000000		11.165,41	11.165,41		0,00
39	6151000000		16.489,94	16.489,94		0,00
39	6153000000		41.372,11	41.372,11		0,00
47	0112000000	1.519,38		105,38	1.414,00	0,00
47	0112915028	2.907,00			2.907,00	0,00
51	0100000000	1.168.051,60	461.450,12	471.661,43	743.089,93	414.750,36
51	0112000000	3.653.148,23	3.722.450,14	155.083,43	5.062.084,00	2.158.430,94
51	0250154054	438.820,11		40.015,56	303.716,08	95.088,47
52	0100000000	1.342.269,30	2.700,00	190.063,42	1.154.905,88	0,00
52	0112000000	10.103.298,20	335.183,71	1.015.214,07	9.280.569,16	142.698,68
52	0112915061	105.284,47			105.284,47	0,00
52	0118033904	10.912,57			10.912,57	0,00
52	0250154054	584.867,57		73.618,32	511.249,25	0,00
93	0250154054		15.950,98			15.950,98
Total		28.174.458,36	7.316.983,80	4.024.534,94	26.580.329,88	4.886.577,34

Fonte: PROPLAN

Unidade Gestora 154357 (NHU)

A unidade gestora do Hospital Universitário vinculada ao órgão UFMS teve um período de transição referente ao contrato de Gestão Especial Gratuita nº 251/2013 celebrado entre UFMS e EBSEH expirado em 16/04/2016, onde a partir desse ano não seria executado nenhum orçamento, ficando somente a execução de restos a pagar até seu término.

Os restos a pagar processados foram liquidados em exercícios anteriores e continuam sem os devidos pagamentos, conforme justificativas da ordenadora de despesa da UG 154357:

O valor de R\$ 193.573,00: a liquidação da despesa foi efetuada em 26/04/2013 da empresa BIOTRONIK, empenho 2013NE800579, cuja decisão da ordenadora da UG 154357 em reinscrever, foi devido a empresa estar sendo alvo de auditoria interna, visando a validação dos créditos que o fornecedor faz jus, conforme processo 23447.000445/2013-79, fls. 58.

O valor de R\$ 315.462,49: a liquidação da despesa foi efetuada em 20/03/2015 da empresa Construtora Cerrado, empenhos 2013NE803091 e 2013NE803093, cuja decisão de reinscrever foi devido a rescisão de forma unilateral, sendo aplicadas diversas sanções contratuais e inclusive com ocorrências de multas e ainda, considerando a necessidade de proceder-se encontro de contas visando compensação de tais multas em razão do crédito disponível do mesmo, conforme processo 23447.001688/2014-24, fls. 892.

Os restos a pagar não processados, tiveram seus saldos permanecidos e reinscritos, por estarem com execução iniciada conforme os processos 23447.000563/2012-04, 000403/2014-39, 001340/2013-91, 001357/2014-75, 000946/2013-55 e 000563/2015-49.

Quadro 11- Restos a Pagar – restos a pagar não processados UG 154357

Ano	ED	Descrição	Rpnp insc	Rpnp reinsc	Rpnp canc	Rpnp pagos	Rpnp a pagar
2013	30	Mat. Consumo	0,00	279.080,91			279.080,91
2013	39	Serviços PJ	0,00				
2014	30	Mat. Consumo	0,00	858.013,79			858.013,79
2014	39	Serviços PJ	0,00	35.694,62	32.034,62	3.660,00	0,00
2015	30	Mat. Consumo	0,00	66.500,00	66.500,00		0,00
Total			0,00	1.239.289,32	98.534,62	3.660,00	1.137.094,70

Fonte: PROPLAN

Abaixo os restos a pagar da unidade gestora 154357 por elemento de despesas e fonte de recursos:

Quadro 12- Restos a Pagar por elementos de despesas e fonte de recursos UG 154357

Elemento	Descrição	Fonte	Rpnp reins	Rpnp canc	Rpnp pagos	Rpnp a pagar
30	Mat. Consumo	0100000000	140.007,00			140.007,00
30	Mat. Consumo	6151132466	69.073,93			69.073,93
30	Mat. Consumo	6153000000	994.513,77	66.500,00		928.013,77
39	Serviços PJ	6100002406				
39	Serviços PJ	6151002117	32.034,62	32.034,62		0,00
39	Serviços PJ	6151132586				
39	Serviços PJ	6153000000	3.660,00		3.660,00	0,00
52	Mat. Permanente	0151122883				
Total			1.239.289,32	98.534,62	3.660,00	1.137.094,70

Fonte: PROPLAN

Unidade Gestora 150160 (PAS/UFMS)

Por ser uma unidade gestora que administra os recursos dos arrecadados pelos seus usuários e também pela execução das despesas com os exames periódicos dos servidores da UFMS, tendo suas despesas por competência, os restos a pagar inscritos são exclusivamente para as despesas realizadas nos meses de novembro e dezembro, tendo seus saldos inscritos a maior cancelados no exercício seguinte (por ser despesa com a saúde é inscritos por estimativa), não ficando saldo para reinscrição, conforme quadro abaixo:

Quadro 13- Restos a Pagar – restos a pagar não processados UG 150160

Ano	ED	Descrição	Rpnp insc	Rpnp reinsc	Rpnp canc	Rpnp pagos	Rpnp a pagar
2016	35	Consultoria	38.939,41	0,00		38.939,41	0,00
2016	36	Serviços PF	445.378,94	0,00	229.331,85	216.047,09	0,00
2016	39	Serviços PJ	1.993.036,45	0,00	425.167,40	1.567.869,05	0,00
2016	47	Locação mão obra	87.061,04	0,00	85.471,73	1.589,31	0,00
2016	91	Sentenças	106.839,59	0,00	106.839,59		0,00
2016	93	Indenizações	110.025,72	0,00	88.326,72	21.699,00	0,00
Total			2.781.281,15	0,00	935.137,29	1.846.143,86	0,00

Fonte: PROPLAN

A seguir quadro por fonte de recursos e elemento de despesas:

Quadro 14- Restos a Pagar por elementos de despesas e fonte de recursos UG 150160

ED	Descrição	Fonte	Rpnp inscr.	Rpnp canc	Rpnp pagos	Rpnp a pagar
35	Consultoria	0250150160	38.939,41		38.939,41	0,00
36	Serviços PF	0112000000	7.946,54		7.946,54	0,00
36	Serviços PF	0250150160	437.432,40	229.331,85	208.100,55	0,00
39	Serviços PJ	0112000000	82.822,11		82.822,11	0,00
39	Serviços PJ	0250150160	1.910.214,34	425.167,40	1.485.046,94	0,00
47	Locação MO	0112000000	1.589,31		1.589,31	0,00
47	Locação MO	0250150160	85.471,73	85.471,73		0,00
91	Sentenças	0250150160	106.839,59	106.839,59		0,00
93	Indenizações	0250150160	110.025,72	88.326,72	21.699,00	0,00

Fonte: PROPLAN

3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 15- Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	UFMS					
UG/GESTÃO:	154054/15269					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	287.538	782.449
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	287.538	782.449

Fonte: www.convenios.gov.br/siconv/ListarRepases/ListaDeRepasesOBsConfluoEfeituadas
<https://acesso.serpro.gov.br/HOD10/jsp/logonID.jsp>
 Compilado por: AGINOVA

Quadro 16- Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	UFMS					
UG/GESTÃO:	154357/15269					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação/Termo de Execução Descentralizada	-	1	-	-	2.000.000,00	-
Totais	-	1	-	-	2.000.000,00	-

Fonte: AGINOVA

Obs.: TED realizado pela UFMS (UG/GESTÃO – 154054/15269), porém como os recursos foram repassados a UG/GESTÃO 154357/15269 – NHU, e devido a inviabilidade de execução de recursos através referida UG, uma vez que não mais os servidores do NHU poderiam realizar os procedimentos operacionais no SIAFI, foi deliberado pela RTR, que fosse procedida a efetivação operacional do TED pela UFMS, porém as unidades da UFMS realizaram a operacionalização/processamento dos recursos da 154357/15269 para UG/GESTÃO 155124/26443 - EBSEH, processo administrativo nº 23104.004203/2016-88.

Análise Crítica

Considerando as orientações apresentadas para a elaboração da análise crítica e o resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios, observa-se que não houve a formalização de convênios e congêneres nos quais a UFMS atua como concedente de recursos no ano de 2017 por força da limitação orçamentária imposta pelo Governo Federal, limitando até o encerramento final dos instrumentos firmados que se deu no exercício de 2016.

3.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A estrutura organizacional da UFMS prevê as seguintes unidades e a equipe de pessoal responsável pela elaboração, acompanhamento e prestação de contas de contratos, convênios e congêneres:

1. Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura
 - Coordenadoria de Gestão de Materiais
 - Divisão de Gestão de Contratos
2. Agência de Desenvolvimento, de Inovação e de Relações Internacionais
 - Coordenadoria de Gestão de Convênio
 - Divisão de Celebração de Acordos, Convênios e Congêneres
 - Divisão de Acompanhamento de Convênios.
3. Pró-reitoria de Planejamento, orçamento e Finanças
 - Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
 - Divisão de Execução Financeira Seção de Suporte Financeiro

Ressalte-se que dentro da área de competência de cada Unidade e de acordo com a legislação vigente é realizada a elaboração dos instrumentos, acompanhamento, avaliação e prestação de contas. São utilizados sistemas para acompanhamento dos contratos, convênios e congêneres, entre os quais cita-se o SIMEC e o SICOM de uso interno.

3.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 17- Realização das receitas

REALIZAÇÃO DAS RECEITAS			PREVISÃO 2017	RECEITA ARRECADADA		ACRÉSCIMO EM %
				2016	2017	
RECEITA PATRIMONIAL	13100111	Aluguéis e Arredamentos	1.039.530,00	806.029,56	503.869,22	-37,49%
	13210011	Remuneração de Depósitos Bancários	51.301,00	5.212,51	5.793,45	11,15%
RECEITA DE SERVIÇOS	16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.093.720,00	1.406.782,82	1.836.748,62	30,56%
	16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.776.355,00	1.506.580,51	696.960,50	-53,74%
	16300211	Serv. Assist Saúde Suplementar	30.138.466,00	22.244.848,76	23.643.626,00	6,29%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17300011	Transferências dos Municípios e suas Entidades	180.000,00	0,00	28.359,58	100,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19100911	Multas e Juros Previstos em Contrato	0,00	0,00	10.576,33	100,00%
	19220611	Restit. de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	28.690,04	39.078,78	36,21%
	19229911	Outras Restituições	0,00	115.107,41	191.702,60	66,54%
ALIENAÇÃO DE BENS	22130011	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	99.838,80	88.295,72	-11,56%
TOTAL			37.279.372,00	26.213.090,41	27.045.010,80	3,17%

Fonte: Tesouro Gerencial

As principais fontes de arrecadação do órgão, excluindo a arrecadação destinada ao Programa de Assistência à Saúde por tratar de valores de seus beneficiários, são as receitas decorrentes de inscrições em processos seletivos com concursos, vestibular e pós-graduação (R\$ 696.960,50), seguido de projetos de extensão (R\$ 511.401,63) e aluguéis / autorização de uso de espaço físico (R\$ 503.869,22). Observa-se uma queda na arrecadação das receitas decorrentes de inscrições em concursos e processos seletivos devido a realização de editais de seleção de concurso e residências médicas / multiprofissionais por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

Obs.: Demais análises encontram-se nas notas explicativas (item balanço orçamentário).

3.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 18- Despesas totais por modalidade de Contratação – UO: 26283

Unidade Orçamentária: UFMS				Código UO: 26283				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.902.228,06	3,97	35.785.446,24	5,09	30.621.766,01	3,94	35.542.686,72	5,05
a) Convite	0,00	0,00	92.534,24	0,01	0,00	0,00	92.534,24	0,01
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	158.019,68	0,02	0,00	0,00	158.019,68	0,02
c) Concorrência	144.948,62	0,02	2.854.884,07	0,41	0,00	0,00	2.853.053,01	0,41
d) Pregão	30.504.810,32	3,92	32.680.008,25	4,64	30.369.296,89	3,91	32.439.079,79	4,61
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	252.469,12	0,03	0,00	0,00	252.469,12	0,03	0,00	0,00
2.Contratações Diretas (h+i)	19.707.201,81	2,53	16.415.266,66	2,33	19.607.214,21	2,52	16.409.696,66	2,33
h) Dispensa	9.360.884,07	1,20	9.413.444,61	1,34	9.306.379,97	1,20	9.413.444,61	1,34
i) Inexigibilidade	10.346.317,74	1,33	7.001.822,05	0,99	10.300.834,24	1,32	6.996.252,05	0,99
3.Regime de Execução Especial	3.791,97	0,00	0,00	0,00	3.791,97	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	3.791,97	0,00	0,00	0,00	3.791,97	0,00	0,00	0,00
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	650.423.789,19	83,59	577.162.615,08	82,02	650.423.789,19	83,64	577.162.615,08	82,05
k) Pagamento em folha	649.360.714,04	83,46	576.162.995,81	81,88	649.360.714,04	83,50	576.162.995,81	81,90
l) Diárias	1.063.075,15	0,14	999.619,27	0,14	1.063.075,15	0,14	999.619,27	0,14
5.Outros	77.028.642,41	9,90	74.343.973,83	10,56	77.014.517,65	9,90	74.343.973,83	10,57
6.Total (1+2+3+4+5)	778.065.653,44	100,00	703.707.301,81	100,00	777.671.079,03	100,00	703.458.972,29	100,00

Fonte: PROPLAN

Quadro 19- Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – UO: 26283

Unidade Orçamentária: UFMS					Código UO: 26283		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1.Pessoal	649.360.714,04	576.162.995,81	649.360.714,04	576.162.995,81	0,00	0,00	649.360.714,04	576.162.995,81
319011	383.057.312,07	340.755.525,29	383.057.312,07	340.755.525,29	0,00	0,00	383.057.312,07	340.755.525,29
319001	151.763.120,44	125.569.553,98	151.763.120,44	125.569.553,98	0,00	0,00	151.763.120,44	125.569.553,98
319113	73.224.954,63	66.338.175,29	73.224.954,63	66.338.175,29	0,00	0,00	73.224.954,63	66.338.175,29
Demais elementos grupo	41.315.326,90	43.499.741,25	41.315.326,90	43.499.741,25	0,00	0,00	41.315.326,90	43.499.741,25
2.Juros Encargos Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesa Corrente	145.862.818,98	135.741.715,79	125.199.550,04	122.334.378,33	20.663.268,94	13.407.337,46	107.136.607,24	122.088.499,87
339039	54.216.251,70	46.178.093,64	38.798.187,61	37.053.083,34	15.418.064,09	9.125.010,30	38.680.357,47	36.813.026,84
339037	19.119.368,32	18.224.239,27	17.867.821,11	18.077.398,52	1.251.547,21	146.840,75	17.813.317,01	18.077.398,52
339046	17.934.862,04	18.276.079,74	17.934.862,04	18.276.079,74	0,00	0,00	17.934.862,04	18.276.079,74
339018	12.294.360,97	10.289.063,99	12.294.360,97	10.289.063,99	0,00	0,00	12.282.360,97	10.289.063,99
339093	11.378.161,61	11.756.153,38	11.089.877,05	11.646.127,66	288.284,56	110.025,72	11.089.877,05	11.646.127,66
339048	10.106.368,17	9.422.579,99	10.106.368,17	9.422.579,99	0,00	0,00	10.106.368,17	9.422.579,99
Demais elementos grupo	20.813.446,17	21.595.505,78	17.108.073,09	17.570.045,09	3.705.373,08	4.025.460,69	17.042.781,54	17.564.223,13
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesas	Empenhadas		Liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4.Investimentos	14.414.780,33	22.758.329,72	3.505.389,36	5.209.927,67	10.909.390,97	17.548.402,05	3.360.440,74	5.207.476,61
449052	9.099.294,11	14.231.532,23	3.098.471,62	2.084.900,12	6.000.822,49	12.146.632,11	3.098.471,62	2.084.900,12
449051	4.694.547,02	8.367.326,28	397.417,74	3.107.306,34	4.297.129,28	5.260.019,94	252.469,12	3.105.475,28
449039	620.939,20	159.471,21	9.500,00	17.721,21	611.439,20	141.750,00	9.500,00	17.101,21
Demais elementos grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PROPLAN

Obs.: os valores dos quadros acima são consolidados Créditos Originários e Créditos de Movimentação

Análise Crítica

Demonstramos nas tabelas acima, a execução das despesas do órgão, sob duas perspectivas:

A 1ª tabela, por modalidade de licitação, onde o percentual indicado refere-se a despesa em relação ao total das despesas, sendo que esta equivale a 100%. Corresponde à análise vertical da despesa liquidada e da despesa paga no exercício. Por ser um demonstrativo das despesas liquidadas, não se tem justificativas para uma análise horizontal, que compare os dois exercícios, mesmo na análise vertical o maior grupo de liquidação é de pessoal, pois as despesas são liquidadas mensalmente.

Como podemos verificar nessa tabela, ocorreu um aumento de aproximadamente 9,56% em relação as despesas liquidadas de 2016 e um aumento de aproximadamente 9,07% em relação as despesas empenhadas do ano anterior. O exercício seguiu o mesmo ritmo do exercício anterior, diferenciando-se apenas entre as modalidades de contratação.

Os “outros” (item 5) refere-se à modalidade não se aplica com exceção da folha e suprimento que já estão demonstrados separadamente. Desses 22,16% são despesas de recursos próprios do Programa de Assistência à Saúde da UFMS.

A 2ª tabela demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa.

Mesmo tendo um aumento de 1,95% em inscrições de restos a pagar e levando em consideração que ocorreu um aumento como informado acima nos recursos empenhados, o exercício teve um crescimento e temos expectativas de melhor execução para 2018.

3.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 20- Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Cartão de Pagamento do Governo Federal		Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	Conta Tipo B	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total
2017	154054	UFMS		0	0,00	2	5.651,64
2016	154054	UFMS		0	0,00	0	0,00

Fonte: SIAFI

Elaboração: CFC/PROPLAN

Quadro 21- Utilização do Suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	154054	UFMS	0	0,00	2	0,00	3.791,97	3.791,97
2016	154054	UFMS	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Elaboração: CFC/PROPLAN

Quadro 22- Classificação dos gastos com suprimento de fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa		Total
154054	UFMS	339030 Material de Consumo	10	Mat. Odontológico	858,00
			19	Mat. Acondic. e Embalagem	466,00
			24	Mat. Manutenção de Bens Imóveis / Instalações	700,92
			25	Mat. Manutenção Bens Móveis	1.273,65
			26	Mat. Elétrico e Eletrônico	493,40
Total					3.791,97

Fonte: SIAFI

Elaboração: CFC/PROPLAN

Análise Crítica

O órgão não utiliza suprimento de fundos por meio da concessão de conta tipo B. No exercício de 2016 não houve concessão de suprimento de fundos e no exercício de 2017 foi concedido o valor de R\$ 5.651,64 apenas na modalidade fatura e estritamente para atendimento de despesas de pequeno vulto que não puderam aguardar o processo normal de aquisição (licitação).

O Suprimento de Fundos foi concedido para duas unidades: Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, sendo que a execução ocorreu de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

3.4 Desempenho operacional

Os resultados obtidos pela UFMS na condução dos objetivos definidos no planejamento estão relacionados na Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional (no subitem 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício), inclusive vinculando cada meta às ações orçamentárias alinhadas com o PPA/LOA.

As principais dificuldades enfrentadas pela UFMS para a consecução dos objetivos já foram abordadas em vários tópicos desse Relatório, principalmente no Capítulo 2, na seção que trata sobre as principais dificuldades para a realização dos objetivos e, de forma mais específica, na coluna “Realizações da Unidade” da Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional citada no parágrafo anterior.

A análise dos indicadores desenvolvidos pela UFMS será feita no item 4.5 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho, onde observa-se na coluna “Desempenho” o resultado, o significado e a análise dos resultados de cada indicador desenvolvido.

Além disso, em cada capítulo ou quadro desse Relatório foi feita uma análise que, de alguma forma, aborda o que está sendo solicitado nesse item.

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentamos em seguida os indicadores implementados em 2017 e seus correspondentes macroprocessos.

Quadro 23- Indicadores de Desempenho

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Ensino de Graduação Presencial	Percentual Variação de Alunos Matriculados na Graduação	$ID = [(\sum \text{matriculas a.c} / \sum \text{matriculas a.a}) - 1] \times 100$	Demonstra a variação do número de alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS. Consubstanciado por análises sobre o contingente das matrículas de alunos por curso, consorciado a outros indicadores como o de evasão e da taxa de sucesso, podemos estabelecer estratégias para desencadear ações que possibilitem preenchimento das vagas ociosas: através de transferências interinstitucionais; portadores de diploma e melhoria nos processos seletivos ou mesmo através de novos cursos.	$ID = [(17.566/15.790) - 1] \times 100$ $ID = 11,25\%$	Observa-se um crescimento de 11,25% no quantitativo de alunos matriculados em relação a 2016. Importante ressaltar que a variação da ampliação se deu em função do aprimoramento do processo seletivo de movimentação interna e do processo de ocupação das vagas ociosas com unificação e ampliação de editais de preenchimento.
	Percentual de Variação da Evasão	$ID = [(\sum \text{de vagas de evasão 1 ano corrente} / \sum \text{de vagas de evasão 1 ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra a variação da evasão, portanto, quanto menor o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar os estudos de identificação e mitigação dos fatores que desencadeiam tal evento, auxiliar a programação da oferta de cursos de graduação e o desenvolvimento de ações para melhorar a resolutividade dos programas de fortalecimento do desempenho acadêmico e dos cursos de graduação.	$ID = [(3.292/3.023) - 1] \times 100$ $ID = 8,90\%$	O contingente de vagas de evasão (vagas dos excluídos) aumento 8,90% em 2017. Esse crescimento pode ser reflexo da ampliação das matrículas (ingressos e transferências de outras IES) . As coordenações de curso têm sido orientadas a acompanhar as matrículas e identificar os motivos da desistência dos alunos.

Continua

Continuação

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Ensino de Graduação Presencial	Percentual de Ocupação ² das Vagas Ociosas Reofertadas	$Id = (\sum \text{de vagas ociosas ocupadas} / \sum \text{de vagas ociosas reofertadas}) \times 100$	Demonstra o percentual de vagas ociosas que foram ocupadas sobre o contingente de vagas ociosas, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se esse indicador para mensurar a eficácia das ações empreendidas para corrigir tal evento, subsidiar estudos e ações corretivas futuras.	$Id = (1.265 / 4.422) \times 100$ $Id = 28,60 \%$	O preenchimento de vagas ociosas reofertadas chegou a 28,60 % em 2017. Cumpre destacar que as vagas ociosas têm sido ofertadas através de editais específicos, entretanto, a procura por transferência externa ou portadores de diplomas é muito pequena na maioria dos cursos que têm vagas ociosas reofertadas.
	Desempenho dos Cursos de Graduação na Avaliação INEP3	$Id = (\sum \text{de cursos com conceito 4 ou 5} / \sum \text{de cursos avaliados}) \times 100$	Demonstra o percentual de cursos que obtiveram avaliação maior que 4 (considerada boa nos padrões de qualidade) no Conceito Preliminar de Curso (CPC), ou Conceito de Curso (CC), portanto. Utiliza-se o indicador para analisar a performance dos cursos de graduação nas avaliações externas e para subsidiar a política de fortalecimento da graduação.	$Id = (49 / 105) \times 100$ $Id = 46,67\%$	No ciclo avaliativo (2014-2016) foram avaliados 105 cursos sendo 49 obtiveram conceito igual ou maior que 4, ou seja 46,67% do total de cursos. No ciclo 2011-2013 foram avaliados 101 cursos dos quais 52 obtiveram conceito 4 ou superior, ou seja 51,49% obtiveram nota considerada boa nos padrões de qualidade do indicador. Se comparamos as variações dos ciclos houve um decréscimo 9,36%.

Referência: Ano Corrente (2017). Ano Comparado (2016).

Notas: (1) Considera o contingente de evasão as vagas decorrentes de jubilação, desistência, reprovação, transferência para outras IES, solicitação do aluno de exclusão por outros motivos. (2) Considera as vagas ociosas ocupadas no ano corrente, sobre o contingente total de vagas ociosas reofertadas através de editais. (3) Considera os cursos submetidos à avaliação dos ciclos/ENADE (2011- 2013 e 2014 a 2016) para a obtenção do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e/ou Conceito de Curso (CC), desconsiderando do cômputo os cursos que não obtiveram conceito (SC).

Fonte: PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Extensão e Apoio Estudantil	Percentual de Variação das Ações de Extensão	$Id = [(\sum \text{de ações de extensão do ano corrente} / \sum \text{de ações de extensão do ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra o percentual de variação das ações de extensão desenvolvidas, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para, junto a outros, referenciar a eficácia das ações que viabilizam uma maior inserção do meio acadêmico à materialidade da vida social em suas variadas interfaces e a consolidação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.	$Id = [(406/245) - 1] \times 100$ Id=65,71%	O indicador apresentou um acréscimo de 65,71% no total de ações de extensão desenvolvidas em relação ao ano de 2016, esse acréscimo foi motivado pelo aumento do fomento interno de projetos e ações que viabilizassem maior qualidade de vida e visibilidade para a instituição.
	Percentual de Atendimento da Demanda dos Programas de Apoio Estudantil	$Id = (\sum \text{de solicitações atendidas no ano corrente} / \sum \text{de solicitações no ano corrente}) \times 100$	Demonstra o percentual de atendimento dos benefícios solicitados, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar as políticas de apoio estudantil no que respeita a sua eficácia de atendimento e aperfeiçoamento acadêmico e outros aspectos correlacionados.	$Id = (2.143/5.415) \times 100$ Id= 39,58%	A demanda dos programas de apoio estudantil obteve 39,58% de atendimento. Observa-se neste indicador que 60% das solicitações não foram atendidas e destes 53% ficaram na fila de espera e os outros 7% foram desclassificados por razões diversas, tais como não atendimento dos requisitos de renda mínima, falta de documentos, decadência de prazos, etc.

Referência: Ano Corrente (2017). Ano Comparado (2016).

Notas: (1) Considera os programas de apoio estudantil: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e Ações de Assistência a Saúde (2) Benefícios referentes aos programas de apoio estudantil: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e Ações de Assistência a Saúde Fonte: PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Pós-graduação e Pesquisa	Percentual de Alunos Matriculados na Pós-graduação	$ID = [(\sum \text{matriculas a.c} / \sum \text{matriculas a.a}) - 1] \times 100$	Demonstra o percentual de alunos matriculados nos cursos na Pós-graduação da UFMS. Consorciado a outros indicadores como: a) a taxa de sucesso dos cursos; b) aos conceitos dos cursos; e c) evasão, pode-se estabelecer estratégias para medir a efetividade e eficiências dos cursos stricto sensu visando o atendimento do mercado.	$ID = [(2.244/2.018) - 1] \times 100$ Id= 11,20%	Observa-se um crescimento de 11,20% no quantitativo de alunos matriculados em relação a 2016. Este crescimento foi resultante da ampliação do número de vagas e de novos cursos.
	Média Conceitual dos Cursos de Pós-graduação	$ID = \text{Soma das notas dos cursos de pós-graduação} / \sum \text{dos cursos de pós-graduação}$	Demonstra a média conceitual dos cursos de pós-graduação, portanto, quanto maior o valor do indicador (escala de 0 a 7), melhor é o seu desempenho. O indicador é utilizado para subsidiar a política de fortalecimento da Pós-graduação.	$ID = 215 / 57$ Id = 3,77	Em 2017, com as ações desencadeadas para fortalecer a pós-graduação na UFMS, o indicador apresentou uma média de 3,77. Em relação ao ano anterior 3,64 o indicador teve um acréscimo de 3,86%.

Referência: Ano Corrente (2017). Ano Comparado (2016).

Notas: (1) Considera as notas conferidas pela CAPES aos cursos de pós-graduação, inclusive os profissionalizantes e em rede nacional. Fonte: PROPLAN

Macroprocesso	Indicador	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Gestão Patrimonial e Financeira	Percentual de Execução Orçamentária em investimentos.	$(\text{Orçamento empenhado}1 / \text{Recursos Orçamentários}2) \times 100$	Demonstra o percentual de execução do orçamento destinado à Instituição, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor é o seu desempenho. Esse indicador é utilizado para subsidiar as políticas de gestão financeira das despesas de capital, aportando, ainda, informações sobre a efetividade dos fluxos de processos internos afetos à gestão supramencionada.	$\text{Id} = (\text{R\$ } 14.414.780 / \text{R\$ } 14.418.515) \times 100$ Id= 99,97%	Em 2017 foi possível a execução de 99,97% do orçamento disponível para as despesas com ampliação da infraestrutura Institucional e aquisição de material permanente. Do Orçamento empenhado foram liquidados R\$ 3.505.389,36 ou seja somente 24,32% em razão dos limites orçamentários de investimentos terem sido liberados somente no final do exercício, e ainda, grande parte dos recursos terem sido destinados a obras de infraestrutura que demandam mais de um exercício para sua execução.

Referência: Ano Corrente (2017). Ano Comparado (2016).

Notas: (1) Considera o empenho das Despesas de Investimento no exercício de 2017 e . (2) Considera os recursos orçamentários destinados pelo Governo Federal (LOA) no Grupo de Despesas 4 – Investimentos o Termos de Transferências Descentralizados – TDC em 2017.

Fonte: PROPLAN

3.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Os Indicadores de Gestão estabelecidos pela Decisão nº 408/2002 – PLENÁRIO e Acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 – PLENÁRIO do TCU, e de acordo com as orientações para o cálculo contidas na versão TCU/SESu/MEC/SFC revisada em janeiro/2011, encontram-se identificados conforme abaixo:

Quadro 24- Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2013	2014	2015	2016	2017
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	386.345.335,25	404.368.494,36	429.340.885,55	554.812.729,54	616.599.156,40
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	351.274.946,94	378.318.087,62	417.535.382,48	560.067.483,45	610.103.007,01
Número de professores equivalentes	1.195,50	1.239,50	1.266,00	1.306,50	1.336,00
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.886,50	2.802,75	2.695,00	2.369,25	2.184,25
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.678,75	1.879,25	1.779,00	1.835,25	1.665,50
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	14.799,00	15.639,00	15.659,00	16.448,00	17.536,00
Total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1.453,00	1.546,00	1.632,00	1.656,00	1.869,00
Alunos de residência médica (AR)	117,00	116,00	125,00	130,00	135,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	19.423,52	19.972,69	20.437,01	20.741,22	23.032,70
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	12.155,54	12.517,58	12.995,71	12.551,30	13.919,00
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	2.906,00	3.092,00	3.264,00	3.312,00	3.738,00
Número de alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	234,00	232,00	250,00	260,00	270,00

Fonte: PROPLAN

Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Quadro 25- Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	Exercícios				
	2013	2014	2015	2016	2017
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	17.122,56	17.357,34	17.925,79	22.819,39	22.802,63
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	15.568,27	16.239,13	17.432,89	23.035,51	22.562,40
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,79	12,78	13,04	12,34	13,42
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,30	5,65	6,13	6,81	8,21
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,11	8,43	9,28	8,79	10,76
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,41	2,26	2,13	1,81	1,63
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,40	1,52	1,41	1,40	1,25
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,82	0,80	0,83	0,76	0,79
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,09	0,09	0,094	0,09	0,10
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,50	3,51	3,61	3,50	3,65
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,01	4,09	4,13	4,28	4,29
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	51,59	44,60	40,59	41,54	44,28

Fonte: PROPLAN

Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

Com o objetivo de analisar os resultados obtidos pela UFMS sobretudo aos objetivos e à função social da instituição em relação aos indicadores de desempenho preconizados pela Decisão de número 408/2002 do Tribunal de Contas da União, realizar-se-á análise sumária dos indicadores primários, no período de 2013 a 2017. A definição dos indicadores é apresentada a seguir:

Custo Corrente com HU (Hospital Universitário) – apresenta um crescimento de 59,60% na série temporal de 2013 a 2017. A maior ampliação percentual do indicador ocorreu no ano de 2016 com 30,45%, em relação ao ano anterior, motivado pelo crescimento das despesas com a folha de pessoal e encargos sociais, sendo que os outros elementos tiveram o crescimento moderado. Nos demais anos em análise os índices do custo corrente seguiram um crescimento estável. No custo corrente com o Hospital Universitário somente foram computadas os Termos de Execução Descentralizados - TED, as demais despesas correntes totais da Unidade Gestora - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP, não foram computados em razão deste estar vinculada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- Ebaserh.

Custo Corrente sem HU (Hospital Universitário) – apresenta um crescimento de 73,68% na série temporal de 2013 a 2017. No comparativo ano a ano observa-se que a variação de 7,70% registrada em 2014 foi a menor variação; em contrapartida a maior variação de crescimento da série de 32,88% ocorreu em 2016. O crescimento do indicador teve impacto em razão do aumento das despesas com a folha de pessoal e encargos sociais.

Número de Professores Equivalentes – observa-se um crescimento de 11,75% na série temporal. A adesão ao processo de expansão teve como contrapartida a ampliação do Banco de Professor Equivalente de forma a garantir a oferta de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos existentes, na forma pactuada com o MEC. Entretanto, os quantitativos autorizados de professor equivalente vêm se mantendo constantes com variações de aproximadamente 3%. Ressaltando que a tendência desse indicador é estabilizar a partir do momento da consolidação da Instituição.

Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospital Universitário) – apresenta um decréscimo de 24,33% na série temporal impulsionada pela transferência da Gestão do Hospital Universitário para a EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, pela redução da contratação de servidores terceirizados e pelo grande volume de aposentadorias de servidores que ainda não tiveram reposição.

O aumento das contratações verificadas no período 2013 e 2014 tiveram por intenção atender a demanda por profissionais de nível técnico, haja vista que em razão da ampliação dos serviços ofertados pela UFMS, à comunidade universitária, faz-se necessário garantir um corpo Técnico-Administrativo compatível com as necessidades reais e potenciais, pautado tal contingenciamento nas diversas posições de trabalho demandadas. Nos demais anos percebe-se claramente a tendência que aponta a redução de pessoal.

No período de 2015 a 2016 foi realizado um ajuste em relação ao relatório anterior em razão de terem sido computados os servidores terceirizados do HUMAP/EBESERH, sendo que o número de funcionários equivalentes com HU reduziu de 2.865,25 para 2.369,25, número este já ajustado e justificado no Sistema SIMEC.

Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospital Universitário) – observa-se uma estabilização do número de servidores. Entretanto, podemos observar o ano de 2014 foi o que apresentou o maior aumento percentual comparado ao ano anterior: 11,94% em razão das contratações que tiveram por intenção atender à demanda por profissionais de nível técnico (efetivos e terceirizados) para atender as demandas dos serviços ofertados pela UFMS. Já no ano de 2016 houve um decréscimo de 9,25% impulsionado pela redução dos servidores terceirizados e pelo aumento do número de aposentadorias que ainda demandam de reposição.

Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG) – observa-se que o crescimento do indicador é de 18,49% na série temporal, com o ano de 2017 apresentando o maior aumento, qual seja 6,61%. Em 2017 verifica-se um aumento da AG devido a redução da taxa média de evasão e a ocupação de vagas ociosas, resultante das melhorias implementadas nos processos de movimentação interna e de seleção para ingresso

Total de Alunos na Pós-graduação Stricto Sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG) – observa-se um crescimento de 28,63% na série temporal. No ano de 2017, houve o maior crescimento do período que foi de 12,86% em razão do oferecimento de novos programas de pós-graduação ou pela ampliação das vagas nos programas existentes.

Alunos de Residência Médica (AR) – na série temporal considerada observa-se crescimento de 15,38%. Os percentuais estão em conformidade com a programação de vagas destinadas, anualmente, às IFES, realizada pelo Ministério da Saúde, de modo que à UFMS compete o gerenciamento das vagas que lhe foram designadas.

Número de Aluno Equivalente da Graduação (AGE) – apresenta crescimento de 18,58% no período. Maior índice foi obtido em 2017, 11,05%, com crescimento constante nos demais, entre 1,63% a 2,83%. Este crescimento se deu em razão da criação de novos cursos e no aumento do ingresso nas vagas remanescentes e/ou ociosas, além de ser resultado direto de estratégias de combate à evasão e de divulgação dos cursos, que apresentaram melhoria de qualidade.

Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI) – apresenta crescimento de 14,51% no período. O ano de 2017 foi o ano que teve o maior aumento 10,90%. No ano de 2016 houve uma queda de 3,42 em razão do declínio de 6,67 no número de alunos ingressantes e 1,94% de alunos concluintes. Nos demais anos obtivemos um crescimento moderado na faixa de 3,00%.

Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI) – apresenta crescimento de 28,63% na série temporal. Este percentual indica que houve uma maior oferta das vagas nos cursos de pós-graduação, com destaque para o ano de 2017 que obteve o maior percentual que foi de 12,86%.

Número de Alunos Tempo Integral de Residência Médica (ARTI) – observa-se crescimento de 15,38% no quinquênio. Os percentuais estão em conformidade com a programação de vagas destinadas, anualmente, às IFES, realizada pelo Ministério da Saúde, de

modo que à UFMS compete o gerenciamento das vagas que lhe foram designadas.

O Quadro “Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N. 408/2002” abrange:

Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente – apresenta um crescimento de 33,17 % na série temporal em questão. A maior ampliação percentual do indicador ocorreu no ano de 2016 com 28,50%, em relação ao ano anterior. Este aumento foi motivado pelo crescimento das despesas de custeio, especificamente as despesas com a folha de pessoal e encargos sociais. Em contrapartida no ano de 2017 o indicador teve um decréscimo de 1,01 em relação ao custo corrente de 2016 em razão da ampliação do número de alunos equivalentes. Observa-se, também, que no custo corrente somente foram computadas os Termos de Execução Descentralizados - TED, as demais despesas correntes totais da Unidade Gestora - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP, não foram computados em razão deste estar vinculada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- Ebaserh.

Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente – apresenta-se um crescimento de 44,93%. Nos anos 2014, 2015 e 2016 houve um crescimento de 4,31%, 7,35% e 30,90% nessa ordem, o que pode corresponder ao número mais modesto de alunos equivalentes no período. No ano de 2017 houve decréscimo no índice para 1,13 em razão do aumento do número de alunos equivalentes. Em contrapartida, os custos correntes foram motivados pelo aumento das despesas com pessoal e encargos sociais.

Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente – expressa a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor. Na série temporal considerada houve um acréscimo de 4,93% no indicador, tendo como destaque o ano de 2017 com crescimento de 8,75% em razão da redução da taxa média de evasão, da ocupação das vagas ociosas, seja por transferências e/ou por portadores de cursos superior e pelo oferecimento de mais vagas no decorrer dos anos anteriores.

Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com e sem HU – expressa a produtividade e a eficiência dos servidores do quadro permanente da instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário. O indicador (com HU) evidenciou um acréscimo de 54,91% na série temporal, impulsionado por um lado pelo aumento de alunos em razão do preenchimento das vagas ociosas e oferecimento de mais vagas e, por outro lado, pela transferência da Gestão do Hospital Universitário para a EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, pela redução da contratação de servidores terceirizados e pelo grande volume de aposentadorias de servidores que ainda não tiveram reposição. Desconsiderando o HU, o indicador apresentou um acréscimo de 18,11% no período em questão, tendo o ano de 2017, evidenciado a maior média da série temporal que foi de 22,41%, conforme razões já citadas.

Funcionário Equivalente com e sem HU/ Professor Equivalente – mede a relação entre a quantidade de funcionários equivalentes e a quantidade de professores equivalentes. Na série temporal o indicador (com HU) evidenciou um decréscimo de 32,37%, enquanto o indicador sem o HU registrou um decréscimo de 10,71%. Este decréscimo é evidenciado pela diminuição da contratação de funcionários terceirizados e pela não reposição automática das aposentadorias de servidores na situação sem HU e pela transferência da Gestão do Hospital Universitário para a EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que passou a gerenciar seus terceirizados.

Grau de Participação Estudantil (GPE) – expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade da integralização curricular; representa, ainda, o quantitativo de alunos que estão cursando regularmente seus cursos em relação ao total de alunos matriculados na graduação. Isso significa que quanto maior for o resultado desse indicador maior é a regularidade dos estudantes na sua formação. Na série temporal considerada este indicador teve um decréscimo de 3,66%. Oportuno destacar que a variação nos resultados do GPE no período em questão corresponde às reorganizações nas grades curriculares dos cursos de graduação, que se mostraram necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas ao longo da formação acadêmica.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG) - expressa o quantitativo de estudantes da pós-graduação no contexto de alunos da UFMS. Na série temporal o indicador obteve um crescimento de 11,11% no quinquênio.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação –reflete a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) segundo avaliação da Capes. No período analisado, o indicador evidenciou um crescimento de 4,29%. No ano de 2016 ocorreu o único decréscimo da série temporal considerada, que foi de 3,05%, este resultado pode ser atribuído à criação de novos programas de pós-graduação os quais iniciam com conceito 3 e, desse modo, impactaram negativamente no resultado do indicador.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) – mede a qualidade do corpo docente, quando sua tendência é aumento, indica um investimento da qualificação do corpo docente, seja por meio de bolsas ou da contratação de professores substitutos para a vaga do docente em processo de qualificação. A qualificação também resultará no aumento de despesas, pois resulta em progressão na carreira de servidor. Na série temporal, este indicador teve um acréscimo de 6,98%. Oportuno destacar que a variação nos resultados do GPE no período em questão corresponde às reorganizações nas grades curriculares dos cursos de graduação, que se mostraram necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas ao longo da formação acadêmica.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) – mede o percentual de alunos que conseguiram concluir os estudos no prazo de duração do curso. Observa-se que o indicador apresentou um decréscimo de 14,17% no quinquênio (2013-2017). A queda ao longo dos anos, 2013 a 2015, pode ser resultante do aumento da oferta de vagas no ensino superior e também pela mudança do perfil dos ingressantes nos últimos anos, apresentando dificuldades do acadêmico concluir o curso dentro da duração padrão, o aumento dos trancamentos de matrículas decorrente da crescente oferta de condições para mobilidade estudantil nacional e internacional. A partir do ano de 2015 observa-se o início da reversão do quadro de queda do indicador em razão da ação da UFMS em desenvolver ações e programas voltados ao preenchimento das vagas ociosas e ao desenvolvimento de monitoria de ensino e auxílio aos estudantes. Muitos cursos têm procurado desenvolver ações em conjunto com a área de assistência estudantil para atender os alunos ingressantes e consequentemente buscando reduzir a evasão e a retenção.

3.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A UFMS não possui contratos cujos projetos ou programas sejam financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito ou agências governamentais estrangeiras.

4.GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura organizacional da UFMS, regulamentada no Art. 10 do Estatuto da UFMS, compreende:

- I. os Conselhos Superiores;
- II. as Unidades da Administração Central;
- III. as Unidades da Administração Setorial;
- IV. as Unidades Suplementares; e
- V. a Assembléia Universitária

Os Conselhos Superiores da UFMS, já mencionados no item 1.3, são: I- o Conselho Universitário; II- o Conselho Diretor; III- o Conselho de Graduação; IV- o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; e V- o Conselho de Extensão, Cultura e Esporte.

As Unidades da Administração Central, anteriormente citadas no item 1.3, são: I- a Reitoria; II- a Vice-Reitoria; e III- as Pró-Reitorias.

As Unidades da Administração Setorial são formadas pelos: I- Câmpus; II- Faculdades; III- Institutos e IV – Escolas.

A Unidade de Administração Setorial é a unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.

As Unidades Suplementares são aquelas com finalidades culturais, técnicas, assistenciais, esportivas, recreativas, para prestação de serviço e apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão e serão vinculadas à Reitoria, conforme disposto no Regimento da UFMS.

A Assembleia Universitária constituirá fórum de debates de assuntos relevantes de âmbito estadual, nacional e internacional, e de entrega de títulos e dignidades universitárias aprovadas pelo Conselho Universitário.

A Auditoria Interna da UFMS, unidade responsável pela promoção do controle da legalidade e legitimidade dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, está vinculada administrativamente a Reitoria e tecnicamente a Secretaria Federal de Controle Interno.

A Procuradoria Jurídica da UFMS é a unidade responsável pela promoção das atividades de consultoria jurídica relacionadas com a administração universitária geral, bem como das questões judiciais perante qualquer foro ou Juízo.

A Ouvidoria da UFMS é a unidade responsável pelo pós-atendimento dos serviços institucionais, constituindo um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Instituição, com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados pela Universidade.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Instrução Normativa/SFC nº 03/2017 estabelece que a auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

A unidade de Auditoria Interna (AUD/Coun) da UFMS possui regulamento próprio e específico, aprovado pela Resolução COUN nº 70, de 25 de setembro de 2014, que define sua missão, responsabilidades, atribuições, composição e estrutura, bem como a formalização de políticas de funcionamento da unidade de auditoria interna. Atualmente, a unidade está subordinada diretamente ao Conselho Universitário, conforme Resolução (Coun) nº 8, de 23 de março de 2016, preservando a independência dos trabalhos desenvolvidos, que é uma das diretrizes das normas internacionais de auditoria e em conformidade com o Decreto nº

3.591/2000.

O planejamento das atividades desenvolvidas pela AUD/Coun está consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria (Paint), que contém a programação das ações desenvolvidas pela Unidade baseada em análise dos riscos associados aos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão.

Os trabalhos da unidade são executados de acordo com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A AUD/Coun possui autonomia para determinar o escopo dos trabalhos e a aplicação das técnicas necessárias para a consecução dos objetivos da auditoria, e possui o grau de independência necessário para o desempenho de suas atribuições com a imparcialidade almejada, pois os auditores também fiscalizam atividades de gestão realizadas pelas unidades e servidores integrantes da Reitoria, não havendo qualquer influência dos gestores nos trabalhos realizados.

Além disso, o trabalho desenvolvido é preventivo, de modo a evitar eventuais penalidades dos órgãos de controle aos gestores e mácula nas Contas da Universidade, o que, por si só, já coloca o dirigente máximo na posição de maior interessado nos resultados alcançados, conferindo à Auditoria Interna a maior autonomia e independência possível para a eficácia dos trabalhos.

Destarte, o próprio regulamento da unidade, aprovado pela Resolução COUN nº 70, de 25 de setembro de 2014, já definiu as responsabilidades do Chefe da Auditoria Interna perante os conselhos superiores, estabelecendo garantia de acesso aos referidos conselhos, bem como a garantia de autoridade necessária para o desempenho de suas atribuições, conforme os dispositivos abaixo:

O artigo 23 estabelece que o Chefe da Auditoria Interna, com autorização do Plenário, poderá ter voz nas reuniões dos Conselhos Superiores para opinar em assuntos sobre a adequação e a efetividade dos controles interno administrativos, gestão de riscos e demais assuntos afetos a sua competência. De acordo com os incisos VIII e IX do art. 11, é de competência do Chefe da Auditoria representar a Auditoria Interna perante o Conselho Superior e demais Órgãos e Unidades descentralizadas e subsidiar os Conselhos Superiores e o Reitor, fornecendo informações que visem auxiliar nas tomadas de decisões.

Demonstra-se, assim, a existência de elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), e os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

Em respeito aos termos da Portaria CGU nº 915, de 25 de abril de 2014, e ao Regulamento da Auditoria Interna, a indicação para nomeação do titular da unidade de Auditoria Interna é submetida à Controladoria-Geral da União - CGU pelo dirigente máximo da entidade, após aprovada pelo Conselho Diretor, acompanhada do Curriculum Vitae, do qual deverão constar, além da formação acadêmica:

- os cargos e empregos eventualmente ocupados na Administração Pública, com o detalhamento das atividades desempenhadas;
- as áreas de atuação, o tempo de permanência e a descrição das atividades executadas e projetos mais relevantes desenvolvidos, com destaque para os efetuados no âmbito da entidade, quando houver;
- a descrição, o conteúdo programático e a carga horária de cursos realizados nas áreas de auditoria pública, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, ou correlatas;

- comprovação de experiência de, no mínimo, dois anos em atividades de gestão pública, de auditoria, preferencialmente pública, de finanças públicas ou de contabilidade pública; e
- comprovação de carga horária de, no mínimo, quarenta horas em curso de auditoria pública realizado nos últimos 2 anos que antecedem à indicação para nomeação ou designação da titularidade do órgão de auditoria interna.

Ressalta-se que, além dos auditores, o Chefe da Auditoria Interna também é responsável pelas auditorias efetivadas, a quem cabe orientar e coordenar os trabalhos, assinando, ao final, os relatórios juntamente com os auditores.

A estrutura atual de recursos humanos da AUD/Coun, que reflete, em grande medida, sua atuação, contou no exercício de 2017 com cinco Auditores, já incluindo o chefe titular da unidade, uma Administradora e uma Contadora, que exercem as funções de Auditoras, e uma Assistente em Administração. Um auditor esteve licenciado de suas atividades por três meses em gozo de licença para capacitação, sendo realizada a redistribuição de um servidor a partir de agosto de 2017, e ainda ocorreu a licença de um servidor para cuidar de pessoa da família a partir de dezembro de 2017.

Embora a Universidade possua nove Campus fora da Cidade Universitária, não existem unidades ou subunidades descentralizadas da Auditoria Interna, de forma que a mesma equipe, dentro de sua capacidade, executa os trabalhos relativos aos demais Campus.

Durante os trabalhos de auditoria, é autuado um processo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e disponível a quem se interessar ou necessitar de maiores esclarecimentos sobre os documentos que fundamentaram as opiniões ali exaradas. Neste processo, constam todos os papéis de trabalho e justificativas encaminhadas pelas unidades auditadas, bem como as providências referentes às recomendações emitidas.

Na elaboração dos relatórios de auditoria são feitas recomendações, as quais são encaminhadas para cada setor analisado para conhecimento e para a adoção de providências, e, também, à Reitoria e à Controladoria Geral da União – CGU para conhecimento, em atendimento ao art. 12 da Instrução Normativa da CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

Almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a Auditoria Interna orienta a implementação de medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas no decorrer dos trabalhos, dando prazo para a adoção das providências mediante Plano de Ação, onde a unidade informa quando e quais medidas serão implementadas para mitigar as falhas apontadas, ainda que parcialmente, bem como justificativas a respeito do que não venha a ser integralmente implementado.

As constatações da Auditoria que implicam em descumprimento às determinações do TCU feitas à UFMS são destacados nos relatórios, alertando-se os agentes responsáveis que a reincidência do descumprimento poderá ensejar a aplicação de penalidades pelos órgãos de controle.

Da mesma forma, sempre que a constatação implicar em situações de risco elevado para a Instituição, em termos de impacto e probabilidade que possam vir a afetar os objetivos institucionais, busca-se soluções mediante reuniões com as autoridades responsáveis e com o Reitor da UFMS, alertando-os sobre as consequências da não implementação de tais recomendações, sobretudo quanto a danos ao erário ou à imagem institucional, e eventuais penalidades dos órgãos de controle.

A Auditoria Interna tem direito a voz nas reuniões do Conselho Universitário para tratar dos Relatórios de Auditoria realizados, dando conhecimento a todos os seus membros sobre o teor dos trabalhos desenvolvidos e as orientações preventivas indicadas e registradas pela Auditoria.

As recomendações atendidas e as pendentes de atendimento são consolidadas no Relatório Anual da Auditoria Interna, a ser apreciado em Reunião do Conselho Universitário,

e posteriormente encaminhados à CGU/MS. O acompanhamento das recomendações não atendidas, ou de cumprimento futuro, permanece no exercício seguinte e é verificado nas fiscalizações posteriores. Adicionalmente, é publicado mensalmente no site da auditoria interna o Relatório Gerencial, contendo a situação das recomendações da Auditoria Interna.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As informações relativas aos processos disciplinares instaurados na UFMS alimentam, primordialmente, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU- PAD, instituído no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal por meio da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, a qual determinou a obrigatoriedade do uso do referido sistema por todos os órgãos e entidades que os compõem.

Durante o exercício de 2017, foram registrados, no sistema CGU-PAD, as sindicâncias investigativas e os processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da UFMS, os quais foram cadastrados, de maneira geral, em observância aos prazos estabelecidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007.

O relatório de procedimentos instaurados por assunto, resultado dos julgamentos, e fases cadastradas no exercício será apresentado no item “Relatório de instância ou área de correição”. A tabela abaixo representa o quadro resumo dos procedimentos instaurados, julgados e anulados durante o exercício de 2017:

Quadro 26- Relatório de procedimentos instaurados

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	
UFMS	
Período	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado	Número de procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	11
Total de Ritos Sumários	2
Total de Sindicâncias	33
Total de Procedimentos	46

Fonte: CGU/PAD

Quadro 27- Relatório de procedimentos encaminhados para julgamento

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO	
UFMS	
Período	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado	Número de procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	17
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	30
Total de Procedimentos	48

Fonte: CGU/PAD

Quadro 28- Relatório de procedimentos julgados

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS	
UFMS	
Período	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado	Número de procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	11
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	28
Total de Procedimentos	39

Fonte: CGU/PAD

Quadro 29- Relatório de procedimentos anulados administrativamente

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	
UFMS	
Período	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado	Número de procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	2
Total de Procedimentos	5

Fonte: CGU/PAD

Cabe ressaltar que ainda não existe uma unidade organizacional ou comissão permanente responsável pelos processos de correição, porém, houve designação de um Assessor Especial do Reitor para tratar de assuntos de Corregedoria. Os processos instaurados nas modalidades de sindicância são acompanhados pelas comissões designadas em cada Unidade da UFMS, e os processos administrativos disciplinares na Reitoria da UFMS.

Os processos são cadastrados após a publicação do ato instaurador no Boletim de Serviços Eletrônico da UFMS, e durante os trabalhos realizados pelas comissões, que encaminham as informações necessárias sobre os processos à unidade de Auditoria Interna, a quem cabe a atualização, o lançamento dos dados, e a digitalização de documentos no sistema CGU/PAD.

Com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, a partir de setembro/2017, o acompanhamento dos processos disciplinares e o registro no sistema se tornou mais célere, visto que uma das maiores dificuldades no cumprimento dos prazos da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 era o envio intempestivo das informações ou do processo pelas diversas Unidades espalhadas nos Campus da UFMS.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

A UFMS ainda não desenvolveu formalmente a política de gestão de riscos para a avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades institucionais pelos setores envolvidos. Todavia, por meio da Portaria nº 160, de 14 de fevereiro de 2017, o Reitor da UFMS instituiu o Comitê de Segurança, Riscos e Controles – CGRC - destinado ao assessoramento da Administração no que tange à adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da UFMS.

O CGRC é composto pela Administração Central da UFMS e se reúne periodicamente para tratar de assuntos correlatos a sua finalidade. Em 1º de setembro de 2017, na primeira reunião ordinária, o Comitê reuniu-se para responder o Levantamento Integrado de Governança Organizacional- ciclo 2017, proposto pelo Tribunal de Contas da União, que se trata de um questionário auto avaliativo com temas como Liderança, Estratégia, Accountability, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Contratações e Resultados Finalísticos.

Por meio das respostas desses questionamentos foram detectadas algumas fragilidades na necessidade de ações mais eficientes para diagnosticar e avaliar os riscos envolvidos nos processos estratégicos, e para aperfeiçoar o desempenho das atividades, a UFMS tem investido em diversas frentes na busca de melhorias. Como processo de gestão de riscos, as instâncias internas da UFMS utilizam-se de ferramentas de controle a fim de assegurar maior eficácia de suas atividades, contribuir para a melhoria do desempenho organizacional, e reduzir os riscos identificados.

Destacam-se como principais medidas a realização de treinamentos e capacitações para fins específicos de divulgação e esclarecimento sobre os procedimentos utilizados no dia-

a-dia das atividades de diversos setores e o aprimoramento dos sistemas de informação, bem como sobre mapeamento de processo com foco na melhoria contínua e visão sistêmica.

Observa-se, também, que o processo de reestruturação organizacional UFMS ocorrido em março de 2017 permitiu um nível razoável de segregação de funções, sobretudo na distribuição de competências entre as Coordenadorias e suas respectivas Divisões ou setores, que são responsáveis por controlar e executar pontualmente determinadas ações institucionais, além da criação de Agências e Secretarias Especiais, com foco em ações transversais de interesse institucional.

Como ponto forte dos controles internos, têm-se o tratamento das informações e a comunicação. O portal da UFMS dispõe de todos os documentos que regem a instituição, permitindo que a sociedade também contribua para a melhoria dos controles internos. No Boletim de Serviços Eletrônico são publicados todos os atos oficiais da UFMS. Todas as reuniões dos conselhos superiores são transmitidas ao vivo pela internet, permitindo que a comunidade acadêmica acompanhe as discussões de interesse institucional.

A partir de 01/08/2017 o Sistema Eletrônico de Informações passou a funcionar efetivamente em todas as Unidades da UFMS. O SEI é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

Por meio da Resolução nº 71, de 12/09/2017, o Conselho Universitário aprovou o realinhamento dos objetivos, metas e indicadores constante do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019, levando-se em conta os compromissos sociais, as finalidades institucionais e o atendimento com qualidade e eficácia da demanda pelos serviços em educação superior. A nova Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional permitirá que a gestão concentre seus esforços nas áreas de maior risco que impactam as atividades finalísticas e os objetivos institucionais.

Quadro 30- Elementos de Controles Internos adotados na UFMS

ELEMENTOS DE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS NA UFMS	
Ambiente de Controle	
<p>A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</p> <p>Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UFMS são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</p> <p>A comunicação dentro da UFMS é adequada e eficiente, e atinge o público-alvo.</p> <p>Existe código formalizado de ética ou de conduta.</p> <p>Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais e divulgados nas páginas institucionais.</p> <p>Existem sistemas desenvolvidos internamente para facilitar desempenho de atividades operacionais, com a devida capacitação de seus usuários.</p> <p>Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação de servidores dos diversos níveis da estrutura da UFMS na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou normativos internos.</p> <p>As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades e publicadas em atos oficiais.</p> <p>Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UFMS.</p> <p>Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UFMS.</p>	
Avaliação de Risco	
<p>Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.</p> <p>Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</p>	
Procedimentos de Controle	
<p>Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UFMS, ainda que não fossem formalmente estabelecidas, em sua maioria.</p> <p>As atividades de controle adotadas pela UFMS: são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de médio prazo; possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação; são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.</p> <p>A alta Administração se reúne regularmente para tratar dos riscos relevantes que possam comprometer a integridade do órgão e o alcance das metas e dos objetivos organizacionais.</p>	

ELEMENTOS DE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS NA UFMS	
Informação e Comunicação	
<p>A informação relevante para UFMS é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas, e são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.</p> <p>A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UFMS é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.</p> <p>A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UFMS, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</p> <p>A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UFMS, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.</p> <p>A UFMS possui Boletim de Serviços Eletrônico, onde são publicados diariamente os atos oficiais, e possui ferramentas de pesquisa de fácil utilização para o público geral.</p> <p>As reuniões dos conselhos superiores são transmitidas ao vivo pela internet, e amplamente divulgadas.</p> <p>Todas as informações orçamentárias e financeiras estão disponíveis na transparência ativa do órgão, subsidiando o acompanhamento dos gestores e ordenadores de despesas.</p>	
Monitoramento	
<p>O sistema de controle interno da UFMS é monitorado eventualmente para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. De maneira geral, os controles instituídos têm sido considerados adequados e efetivos pelas avaliações realizadas, e contribuído para a melhoria das ações.</p> <p>As metas e indicadores constantes no PDI são monitorados anualmente.</p> <p>A unidade de auditoria interna elabora o seu Plano Anual de Atividades baseado nas maiores áreas de riscos e mantém diálogo com a alta Administração para tratar das constatações de fragilidades encontradas no exercício de suas atribuições.</p> <p>Os sistemas desenvolvidos internamente nas atividades operacionais emitem relatórios gerenciais, possuem ferramentas que impedem fraudes ou inconsistência de registros, e são constantemente atualizados para se adaptarem às necessidades institucionais.</p>	

Fonte: Auditoria Interna

5.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 31- Força de Trabalho da UPC

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3358	3384	146	262
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	3358	3384	146	262
1.2.1 Servidores de Carreira vinculada ao órgão	3358	3356	146	262
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	19	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros Órgãos e esferas	-	9	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	151	231	186
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3358	3535	377	448

Fonte: PROGEP

Quadro 32- Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	1958	1424
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4 + 1.1.5)	1958	1424
1.1.2 Servidores de Carreira vinculada ao órgão	1940	1416
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	11	7
1.1.5. Servidores requisitados de outros Órgãos e esferas	7	1
2. Servidores com Contratos Temporários		151
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1958	1575

Fonte: PROGEP

Quadro 33- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	71	71	81	84
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	71	71	81	84
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	70	70	81	82
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1		2
1.2.3. Servidores de Outros Órgão e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0	0	0
1.2.5. Sem Vinculo	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	273	273	305	290
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	272	272	305	290
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
2.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0	0	0
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso	149	149	60	53
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	149	149	60	53
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
3.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
3.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0	0	0
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2 + 3)	493	493	446	427

Fonte: PROGEP

Análise Crítica

A carreira docente está estruturada em conformidade com o que determina as Leis nºs 12.772/12 e 12.863/13 e a do pessoal Técnico-Administrativo em educação, regulamentada pela Lei 11.091/2005 e outros instrumentos legais (internos e externos) que estabelecem normas de capacitação, regimes de trabalho, progressão funcional, entre outros.

Atualmente, a UFMS possui 3.384 servidores efetivos e 352 servidores terceirizados/contratados, ou seja, aproximadamente 90% da força de trabalho da UFMS e de pessoal efetivo, sendo que 1.958 fazem parte da Carreira Técnico-Administrativa em Educação, 1.426 da Carreira Docente. Do total de servidores terceirizados 201 são decorrentes da extinção dos cargos das classes “A”, “B” e alguns da “C” da carreira Técnico-Administrativa e 151 professores contratados por tempo determinado.

Dos 3.384 servidores efetivos da UFMS, 1.426 estão lotados em unidades responsáveis pelos macroprocessos finalísticos e o restante, 1.958, se encontram em unidades e subunidades descentralizadas. Dos 352 servidores terceirizados/contratados, 151 estão envolvidos nos macroprocessos finalísticos.

Considerando ao que emana a Lei nº 12.772/12 quanto às classes da Carreira de Magistério Superior está estruturada em 5 classes, A, B, C, D e E, onde a classe A possui as denominações de Adjunto A (se portador do título de doutor), Assistente A (se portador do

título de mestre) e Auxiliar (se graduado ou especialista). Além disso, o ingresso ocorre sempre no vencimento da classe A.

A UFMS tem como praxis o estímulo à exigência de titulação mínima de doutor (conforme art. 8º, §2º da Lei 12.772/12), mas o dispensa desta titulação quando há a necessidade para suprimimento da vaga como emana o §3º da mesma Lei com abertura com mestrado ou especialização. O regime de trabalho de tempo integral, com dedicação exclusiva para os concursos realizados, excetuando-se casos devidamente justificados, que obedecem ao que preconiza a legislação e normatização vigente.

A progressão na Carreira Docente ocorre levando-se em consideração tempo de serviço, avaliação da chefia imediata e produção acadêmica por professor da Classe Auxiliar, Assistente A ou Adjunto A até a Titular, passando pelas Classes de Assistente, Adjunto e Associado.

As Normas Gerais para a Capacitação do Docente Integrante da Carreira do Magistério Superior são regidas pela Resolução CD nº 132, de 25 de julho de 2017. O projeto Pró-Doutoral da UFMS, também conhecido como Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR), foi aprovado pela CAPES em 2009, permitindo que docentes que desejem realizar seus cursos de pós-graduação em instituições distantes, no mínimo, a 500 km da IES de origem, possam solicitar bolsas de auxílio financeiro. Em 2017, 24 servidores da Carreira Docente obtiveram progressão por titulação, ou seja, concluíram cursos de pós-graduação a nível de mestrado ou Doutorado, além disto 472 docentes obtiveram progressão por avaliação de desempenho acadêmico.

Em 2017, a UFMS deu continuidade ao desenvolvimento da sua política de qualificação do corpo docente, com o acompanhamento da CPPD, alinhada ao planejamento estratégico institucional. Desta forma, foram capacitados 86 servidores recém empossados na carreira docente, em treinamento ocorrido no Campus Central (Campo Grande), além de ter concedido auxílio para participação em congressos, encontros e seminários.

Já a Carreira Técnico-Administrativa está estruturada em 5 Níveis de Classificação – A, B, C, D e E; 4 Níveis de Capacitação – I, II, III e IV; e 39 padrões de vencimento básico, justapostos com intervalo de 1 padrão entre os níveis de capacitação e 2 entre os níveis de classificação. Atualmente a UFMS possui 71 servidores ocupantes da Classe “A”, 85 na Classe “B”, 365 na Classe “C”, 919 na Classe “D” e 518 na Classe “E”. Todos os cargos das classes “A”, “B” e quase a totalidade da “C” estão em extinção, ou seja, não são mais oferecidas vagas através de concurso público, sendo que os concursos são realizados para a contratação de servidores para ocuparem cargos da Classe “D” (nível médio) e Classe “E” (nível superior).

A UFMS tem incentivado a capacitação do corpo Técnico-Administrativo da UFMS, buscando promover um conjunto de ações e programas permanentes voltados para a interação da tríade trabalho x servidor x instituição. Neste contexto, estão previstas ações voltadas à reciclagem dos servidores Técnico-Administrativos em áreas prioritariamente ligadas às atividades profissionais; programa de habilitação formal visando ao desenvolvimento do servidor; Treinamento Introdutório para os servidores em início de atividades; programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento das áreas administrativas; cursos em gestão pública destinados a qualificar os servidores e capacitá-los para exercerem funções de chefia e direção; critérios para afastamentos para pós-graduação em que a prioridade seja para as linhas de desenvolvimento institucional. Em 2017, foram capacitados 1.279 servidores da Carreira Técnico- Administrativa, sendo que 350 obtiveram progressão por nível de Capacitação e 156 servidores técnico-administrativos obtiveram incentivo por nível de qualificação, ou seja, concluíram cursos de educação formal acima do mínimo exigido pelo cargo (graduação até doutorado).

A UFMS, no ato de posse de servidores solicita o preenchimento da Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções, em que o servidor declara se possui ou não outros

vínculos e seu respectivo horário de trabalho, a qual é objeto de análise da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções (CPACE). Anualmente, a unidade de Auditoria Interna procede às apurações e/ou acompanhamento de indícios de acumulação indevida solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo.

A Auditoria Interna juntamente com a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos da UFMS tem verificado os casos de acumulação dos servidores da UFMS, utilizando entre outros instrumentos a Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções que os servidores entregam ao tomar posse, tal declaração tem-se mostrado de grande utilidade, tendo em vista que a Instituição não possui acesso a informações de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas acerca da acumulação de cargos de seus servidores. Em 2017, a Auditoria fez parcerias com outros órgãos públicos, entre eles, o Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde, para ter acesso a sistemas que fornecem dados a respeito de outros vínculos (públicos ou privados) que porventura os servidores da UFMS ocupam.

Foram desenvolvidas ações que promovem a qualidade de vida no trabalho tais como: visitas domiciliares/hospitalares a ativos, aposentados e pensionistas; acompanhamento de licenças médicas prolongadas; acompanhamento de dependentes Químicos; avaliação de servidores em estágio probatórios com avaliação abaixo da média; atendimentos individuais a demandas pessoais e laborais.

Destaca-se, também a preocupação com as condições ambientais de trabalho dos servidores, promovendo as vistorias nos locais onde são analisados itens tais como: luminosidade, nível de ruído, ergonomia, presença de agentes ou substâncias nocivas à saúde, riscos de acidente de trabalho, além de distribuir rotineiramente EPIs visando a diminuição dos acidentes de trabalho.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 34- Despesas do Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	221.293.334,40	3.761.854,13	42.223.471,25	13.368.515,80	0,00	9.059.423,89	2.329.102,43	238.681,23	562.386,57	292.836.769,70
2017	316.199.438,76	4.445.918,19	54.867.329,54	29.694.375,08	0,00	12.388.813,99	3.214.587,48	17.233,71	534.196,33	421.361.893,08
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488,08	227,37	0,00	0,00	715,45
2017	0,00	0,00	2.003,08	87.671,20	0,00	0,00	2.622,05	0,00	0,00	92.296,33
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	0,00	0,00	0,00	1.765,17	0,00	0,00	2.794,85	0,00	0,00	4.560,02
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus										
2016	2.710.346,24	0	428.972,14	145.372,86	0	123.176,22	28.259,89	0	0	3.436.127,35
2017	8.796.023,25	194,28	1.465.585,71	573.039,06	0	221.675,54	61.525,10	0	12.164,74	11.130.207,68
Servidores com Contrato Temporário										
2016	4.957.412,58	0,00	436.723,40	15.832,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.409.967,99
2017	4.577.430,08	0,00	350.400,81	11.687,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.939.518,10

Fonte: PROGEP

Obs.: Sobre o item que trata dos servidores de carreira vinculados ao Órgão da Unidade: (2016 - R\$ 292.836.769,70 e 2017 - R\$ 421.361.893,08), temos a informar que a presente diferença refere-se, além do aumento do quadro em si, dos reajustes salariais ocorridos em 2017 para docentes (em 01/01/2017 e 01/08/2017) e para técnicos (em 01/01/2017) e progressões. Nos valores que correspondem a 2016 não estão incluídos os servidores RJU desta UFMS que exercem suas atividades no HUMAP, diferentemente dos valores de 2017 que correspondem a UPAG 1144 - unificada UFMS e HUMAP.

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas foram:

- Elevação no quantitativo de aposentadorias em virtude das mudanças previstas na legislação previdenciária;
- Uma grande quantidade de servidores que estão na iminência de se aposentar são ocupantes de cargos em extinção (Classes, “A”, “B”, quase a totalidade da Classe “C” e alguns da Classe “D”)
- A perspectiva de que não abrirá novas vagas para o incremento do número de servidores nos órgãos de sua esfera e a falta de garantia de ao menos promover a reposição dos que estão saindo atualmente;
- Possibilidade de Aumento da Mão-de-obra terceirizada;
- Absenteísmo;
- Falta de Motivação dos Servidores Efetivos

A intensificação de ações para realizar o mais breve possível o Dimensionamento da Força de Trabalho resultou na parceria com a Escola Superior de Administração e Negócios – ESAN/UFMS e já foram escolhidas algumas unidades piloto para aplicação dos primeiros questionários. Espera-se que com a conclusão dos trabalhos do Dimensionamento, a UFMS consiga realocar sua força de trabalho para o melhor atendimento das necessidades institucionais, atenuando e minimizando desta forma a carência de servidores que já é sentida e que possivelmente aumentará consideravelmente. Aliada a esta ação foi intensificado a gestão junto ao MEC e ao MP para incrementar o efetivo de servidores e pelo menos garantir a reposição daqueles que estão saindo. Desta forma, acreditamos que além estabilizar os problemas relacionados a carência de pessoal, evitaremos consequentemente o aumento considerável a mão-de-obra terceirizada, combatido veemente pelos órgãos de controle interno e externo.

Buscado promover a qualidade de vida no trabalho são desenvolvidos os projetos: visitas domiciliares/hospitalares a ativos, aposentados e pensionistas; acompanhamento de licenças médicas prolongadas; acompanhamento de dependentes químicos; avaliação de servidores em estágio probatórios com avaliação abaixo da média; atendimentos individuais a demandas pessoais e laborais, além do acompanhamento aos servidores admitidos na vaga de PCD na UFMS e que se declaram com deficiência, visando atender as suas necessidades e buscando na medida do possível, tornar os ambientes adaptados para a completa inserção no mercado de trabalho. Somado a isto, outras ações de prevenção a acidentes de trabalho foram incentivadas, tais como: distribuição de EPIs, fazendo vistorias nos ambientes e verificando os locais insalubres e perigosos, tomando as devidas providências para minimizar os riscos.

Em 2017 foi dada continuidade a reestruturação administrativa da UFMS. Como fruto deste trabalho, definiu-se que até meados de 2018 a área de Assistência à Saúde que está instalada em local distinto ao prédio principal da Progep seria agregada, possibilitando desta forma uma vivência mais próxima da realidade e dos desafios da área de Recursos Humanos e proporcionando maior unificação das ações e decisões. Desta forma, as unidades administrativas subordinadas foram beneficiadas, pois devido a maior proximidade percebeu-se uma significativa melhora na agilidade na tramitação dos processos. Em particular, citamos a nova Divisão de Capacitação e Qualificação, antiga Divisão de Educação Continuada, que vem sendo estruturada para atender de forma ainda mais efetiva os servidores da UFMS, não apenas os servidores da carreira Técnico-Administrativa, como ocorria anteriormente, mas igualmente os servidores da carreira Docente. Todos estes esforços em proporcionar qualidade de vida no trabalho, minimizar os riscos e valorizar as pessoas, além dos benefícios diretos de cada ação, visam sem dúvida nenhuma proporcionar maior motivação ao servidor da UFMS, fazendo com que as pessoas trabalhem com mais alegria e entusiasmo.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 35- Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante													
Nome: PROADI/RTR													
UG/Gestão: UFMS						CNPJ: 15.461.510/0001-33							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividade		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2017	V	O	02/2017	10.398.803/0001-08 99	06/02/2017	05/02/2019	0	0	0	29	0	0	Ativo Prorrogado
2017	V	O	03/2017	10.398.803/0001-08	06/02/2017	05/02/2018	0	0	0	50	0	0	Ativo Prorrogado
2017	L	O	05/2017	78.533.312/0001-58	30/03/2017	29/03/2018	0	339	0	6	0	0	Ativo Prorrogado
2014	V	O	122/2014	04.731.108/0001-05	04/10/2014	03/04/2017	0	0	0	23	0	0	Encerrado
2014	V	O	42/2014	04.731.108/0001-05	26/03/2014	20/12/2017	0	0	0	0	0	0	Encerrado
2017	V	O	92/2017	10.398.803/0001-08	19/12/2017	18/12/2018	0	0	0	52	0	0	Ativo Prorrogado
2011	V	O	93/2011	10.398.803/0001-08	20/12/2011	19/03/2017	0	0	0	64	0	0	Encerrado
2017	V	O	93/2017	67.803.726/0010-24	20/12/2017	20/12/2018	0	0	0	24	0	0	Ativo Prorrogado
2011	V	O	95/2011	10.398.803/0001-08	20/12/2011	05/02/2017	0	0	0	0	0	0	Encerrado
2011	V	O	96/2011	10.398.803/0001-08	20/12/2011	19/12/2017	0	0	0	0	0	0	Encerrado
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: PROGEP

Quadro 36- Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estagio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	22	21	22	26	177.494
1.1 Área Fim	22	21	22	26	177.494
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	22	21	22	26	177.494

Fonte: PROGEP

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais em 2017.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos

Legislação Que Regula a Constituição e a Forma de Utilização da Frota de Veículos

- Lei nº 1.081/1950
- Lei nº 9.327/1996
- Lei nº 12.619/2012
- Instrução Normativa MARE nº 09/1994
- Decreto nº 99.658/1990
- Decreto nº 5.992/2006
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02 e 03/2008
- Decreto 6.403/2008
- Resolução CD/UFMS nº 71/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 33/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 34/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 35/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 36/2013

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

No âmbito da UFMS, tal atividade é tratada como uma atividade meio, que oferece suporte às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Tal atividade se torna relevante se consideramos a estrutura multicampi da UFMS, com 09 campus e 09 polos de educação a distância localizados em cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul. São constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas e materiais para atender atividades relacionadas às atividades fins da UFMS tais como: aulas práticas fora do campus, visitas técnicas, atividades de coletas e de execução de projetos de pesquisa, aulas presenciais nos polos de educação a distância, atividades de extensão, dentre outras. Os serviços de transportes de pessoas e bens também se mostram essenciais para o bom desenvolvimento de outras atividades de apoio da UFMS, tais como serviços de protocolo, aquisição de bens e serviços, recursos humanos, limpeza do campus e atividades de manutenção.

Devido à diversidade de atividades institucionais, há a necessidade de veículos com características técnicas próprias para atender atividades específicas. Desta forma, na frota da UFMS é possível encontrar veículos dos mais diversos tipos, desde veículos próprios para o transporte individual de passageiros até máquinas pesadas (como tratores e retroescavadeira), passando por veículos de transporte de cargas, de transporte coletivo, adaptados para serviços de vigilância e de uso misto. Para fins de categorização, as caminhonetes de uso misto foram classificadas como veículos de transporte de cargas leves, embora também sejam utilizadas no transporte de pessoas.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos

Os veículos oficiais da UFMS são destinados exclusivamente ao atendimento do serviço público e classificados, de acordo com as normas emitidas pelo MPOG, para fins de utilização, nas seguintes categorias:

- I – 1o Grupo IV/A - veículos destinados ao transporte de servidores a serviço.
- II – 2o Grupo IV/B - veículos destinados ao transporte de materiais, subdivido em:
 - a) Grupo IV/B-1 - transporte de carga leve;
 - b) Grupo IV/B-2 - transporte de carga pesada.

- III – 3o Grupo IV/C-4 - veículos utilizados em atividades relativas a coleta de dados.
 IV – 4o Grupo IV/D - veículos destinados ao transporte coletivo.
 V – 5o Grupo IV/E-1 - veículos destinados ao transporte individual especial.
 VI – 6o Grupo IV/F - veículos classificados como outros veículos.

Quadro 37- Frota de Veículos

GRUPOS DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR GRUPO	MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA	CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DE FROTA (R\$)
Grupo IV/A	36	11.576	4,41	54.444,65
Grupo IV/B-1	44	9.409	10,20	116.244,35
Grupo IV/B-2	4	9.670	11,25	35.146,87
Grupo IV/D	37	10.275	5,48	213.206,73
Grupo IV/E-1	4	16.522	4,50	12.252,69
Grupo IV/F	16	35.682	16,88	32.467,97
UFMS	150	10.238	8,44	464.472,26

Fonte: PROADI

Razões de Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação

Os principais fatores relacionados à opção pela constituição de frota própria e a não opção pela locação estão relacionados tanto a fatores internos da Instituição quanto ao seu ambiente externo. No âmbito interno, apontamos a grande diversidade de atendimentos realizados, que vão desde transporte de pessoas e documentos a transporte de cargas vivas e equipamentos. Com o intuito de atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão, a UFMS possui veículos dos mais diversos tipos, como tratores para atendimento da fazenda escola, campus localizados no interior e da Base de Estudos do Pantanal, ônibus coletivo para atendimento de projeto de extensão com a comunidade, caminhonetes de uso misto, ônibus rodoviários e micro-ônibus para viagens de estudo, apenas para ficar em poucos exemplos.

Outro fator refere-se à continuidade dos serviços que financeiramente inviabiliza a locação e terceirização. Por vezes é necessário que os serviços de transporte sejam disponibilizados 24 horas por dia, como no caso de viagens de campo para pesquisa.

Essas características diversificadas de transportes, aliadas à estrutura multicampi da UFMS, acabam por impedir que o mercado seja capaz de atender de forma competitiva todas as opções de serviços demandados. A maior parte das empresas de locação de veículos contatadas na cidade de Campo Grande-MS informou ter dificuldade em oferecer serviços sob as condições acima exemplificadas, ainda mais se levado em consideração a quantidade de municípios em que a UFMS está presente.

Estrutura de Controle de Que a UJ Dispõe Para Assegurar Uma Prestação Eficiente e Econômica do Serviço de Transporte

A UFMS regulamentou, através da Resolução CD nº 71/2013, os procedimentos para o uso dos veículos oficiais. Cabe destacar que tal resolução vem sendo aperfeiçoada com o passar do tempo. Os parâmetros sob os quais os veículos podem ser utilizados ficaram mais transparentes. Também foram definidas as responsabilidades das unidades responsáveis pelos serviços de transporte.

A consolidação do sistema on-line para requisição de serviços, inclusive os de transportes, trouxe mais transparência nos critérios adotados para o agendamento de veículos. O controle de custos relacionados ao abastecimento e manutenção dos veículos é realizado por meio de obtenção de dados no sistema on-line da empresa contratada para gestão de frotas e

abastecimento.

A eficiência no uso dos veículos oficiais foi um dos focos no ano de 2017. Medidas como otimização das rotas e utilização dos veículos mais novos e menos poluentes continuaram a ser implementadas.

Além disto, tivemos outros fatores que contribuíram nos gastos relacionados à frota da UFMS:

- *Caracterização da frota:* A maior parte da frota da UFMS é a diesel, sendo que o diesel S10 tem sido mais utilizado conforme avança o plano de renovação da frota. Embora este combustível seja menos poluente quando comparado ao diesel normal, seu preço também é mais elevado.
- *Aumento do preço dos combustíveis:* Os preços dos combustíveis variaram ao longo de 2017 de acordo com dados da ANP, o preço médio da gasolina no Estado de Mato Grosso do Sul passou de R\$ 3,59 em janeiro para R\$ 4,035 em dezembro. No mesmo período, o valor médio do diesel comum foi de R\$ 3,19 para 3,589 e o diesel S10 de R\$ 3,34 para R\$ 3,841.
- *Manutenção da frota:* Alguns veículos da UFMS, sobretudo os mais antigos e de uso especial, foram alvos de reparos onerosos, porém justificáveis, em virtude do uso específico a que são destinados (casos do caminhão caçamba, veículos utilitários usados em situações de grande adversidade, máquinas pesadas e agrícolas, veículos destinados à proteção patrimonial, etc.). Com a liberação de recursos durante o ano várias manutenções foram realizadas.
- *Aumento da demanda:* Com a expansão das atividades fins da Instituição (ensino, pesquisa e extensão) e criação de novos cursos e campus ao longo dos últimos anos, os serviços relacionados à logística e transporte foram afetados, havendo uma maior demanda a ser suprida.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas Contratada de Terceiros

A UFMS não possui veículos automotores contratados de terceiros, sendo toda sua frota própria.

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental continuou a ser um dos focos na gestão da frota no ano de 2016 e 2017. A adoção de veículos menos poluentes foi realizada ao longo do ano. Em relação ao descarte de materiais, as manutenções são realizadas numa ampla rede de prestadores de serviços, sendo tais prestadores os responsáveis pelo manejo dos resíduos descartados dos veículos. Também foi efetuada ação no âmbito do Plano de Logística Sustentável no sentido de regulamentar a aquisição de veículos mais econômicos, adotando a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) na aquisição de veículos do ciclo otto (veículos movidos à gasolina e/ou álcool). Destaca-se que não houver novas aquisições em 2017.

Manutenção da Frota

A manutenção da frota dos veículos da UFMS é realizada através de fornecedores credenciados na rede da empresa SH Informática Ltda, utilizando para tanto o sistema Taurus Card de Gestão de Frotas. Dentro do plano de manutenção, temos duas classificações: a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

A manutenção preventiva tem por objetivo verificar e controlar as condições de uso do veículo, tomando medidas necessárias que garantam o seu pleno funcionamento antes que tais veículos venham a se danificar. Em geral, como princípio institucional é garantir que os veículos tenham boas condições de segurança, conforto e confiabilidade. Assim sendo, os utilizadores do veículo são orientados a conferir as condições básicas para movimentação dos

veículos, tais como: nível e validade dos fluídos de lubrificação, de arrefecimento e hidráulicos, entre outros; validade de filtros; condições gerais da suspensão dos veículos (verificação de barulhos anormais ou outros sinais de desgaste); verificação da integridade do sistema de freios, entre outros.

Também são classificadas como manutenções preventivas aquelas denominadas revisões, em geral realizadas nas concessionárias autorizadas pelos fabricantes dos veículos. Em geral, estas revisões têm por objetivo garantir o pleno funcionamento do veículo e são realizadas no período em que a garantia do fabricante está vigente.

Algumas verificações que não são passíveis de serem realizadas pelos motoristas são realizadas pela Divisão de Transportes ou pelos responsáveis pela frota em outras unidades da UFMS. Nestas verificações são apuradas as informações sobre alguns componentes que necessitam de substituição antes que ocorra o esgotamento total de sua vida útil, tais como correias sincronizadoras, outras correias de uso geral, polias tensoras e rolamentos, evitando assim prejuízos maiores, tanto em termos de segurança quanto em termos financeiros, caso haja a quebra destas peças.

A manutenção corretiva da frota da UFMS visa reparar os defeitos apontados pelos utilizadores dos veículos. Tais defeitos podem advir do desgaste natural do veículo ou de fatores externos, tais como: condições adversas de uso; má utilização; acidentes de trânsito, etc. Desta forma, quando o veículo é encaminhado para o setor responsável pelos veículos das unidades é realizado um diagnóstico inicial do defeito, sendo então o veículo encaminhado para uma oficina credenciada para elaboração de um diagnóstico completo do problema a ser resolvido. Também existem esforços no sentido de acompanhar nas oficinas credenciadas a realização dos trabalhos de manutenção, garantindo a exatidão do diagnóstico com o procedimento corretivo adotado.

Tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, é de fundamental importância o envolvimento do utilizador do veículo, tendo em vista o tamanho e a diversidade da frota da UFMS, bem como a estrutura de gerenciamento disponível.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A UFMS, atendendo diretrizes pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos. No ano de 2017 não foram incorporados novos veículos à frota da UFMS.

A opção que se tem feito para a política para de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso adotada pela UFMS é de alienação dos bens classificados como antieconômicos. Tais veículos receberam tal classificação seja pelos valores envolvidos no seu conserto (valor da manutenção superior a 50% do valor do veículo); seja por conta do rendimento precário do veículo por conta do seu uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência, conforme o Parágrafo Único do Art. 3º do Decreto 99.658/90.

Foram alienados por meio de leilão público 4 veículos em 2017. Tais veículos foram classificados como inservíveis para uso da Instituição, sendo sua manutenção no patrimônio da UFMS considerada como antieconômica.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 38- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF Mato Grosso do Sul	24	23
	Campo Grande	5	5
	Aquidauana	3	3
	Bonito	1	1
	Chapadão do Sul	2	2
	Corumbá	3	3
	Coxim	1	1
	Naviraí	1	1
	Nova Andradina	2	1
	Paranaíba	2	2
	Ponta Porã	1	1
	Terenos	1	1
	Três Lagoas	2	2
Subtotal Brasil		24	23
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		24	23

Fonte: PROADI

Quadro 39- Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

UG	Cidades	RIP do imóvel	RIP de utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154054	Campo Grande Setor I	9051.00162.500-8	9051.00069.500-2 9051.01111.500-2	21	3	67.820.915,59	*31/12/17	69.492.544,62	0,00	377.812,31
154054	Campo Grande Setor II	9051.00164.500-9	9051.00071.500-3	21	3	37.996.479,57	*31/12/17	44.493.662,34	0,00	68.536,89
154054	Campo Grande Setor III	9051.00167.500-5	9051.00076.500-0	21	3	13.813.919,24	*31/12/17	13.770.535,39	0,00	98.064,28
154054	Campo Grande Policlínica Odontológica	9051.00163.500-3	9051.00070.500-8	21	4	98.239,91	16/05/16	425.665,60	0,00	
154054	Campo Grande Carandá Bosque	9051.01177.500-2	9051.01178.500-8	21	3	9.778.615,60			0,00	
154054	Aquidauana Unidade I	9021.00022.500-4	9021.00011.500-4	21	3	1.475.120,38			0,00	40.321,86
154054	Aquidauana Unidade II	9021.00032.500-9	9021.00033.500-4	21	3	6.393.001,22			0,00	7.801,03
154054	Aquidauana Buraco da Ester	9021.00039.500-7	9021.00040.500-2	21	3	43.000,00			0,00	
154054	Bonito	9043.00020.500-4	9043.00021-500-0	21	3	121.500,00			0,00	
154054	Chapadão do Sul unid. 1	9787.00001.500-7	9787.00002.500-2	21	3	4.647.023,35			0,00	
154054	Chapadão do Sul unid. 2	9787.00003.500-8	9787.00004.500-3	21	3	35.107,82			0,00	
154054	Corumbá Unidade I	9063.00134.500-9	9063.00055.500-0	21	3	5.000.999,56	*31/12/17	5.112.814,56	0,00	2.168,25
154054	Corumbá Anfiteatro	9063.00184.500-1	9063.00185.500-7	21	3	3.556.060,10			0,00	
154054	Corumbá Base de Estudos do Pantanal - BEP	9063.00133.500-3	9063.00056.500-5	21	3	1.117.787,16			0,00	
154054	Coxim	9065.00039.500-9	9065.00040.500-4	21	3	4.088.977,91			0,00	
154054	Naviraí	9113.00029.500-8	9113.00030.500-3	21	3	282.973,88			0,00	
154054	Nova Andradina	9123.00041.500-0	9123.00042.500-6	21	3	2.566.105,72	04/04/16	7.878.162,26	0,00	
154054	Nova Andradina unid. 2	9123.00057.500-8	9123.00058.500-3	21	3	118.872,00			0,00	
154054	Paranaíba	9125.00021.500-8	9125.00022.500-3	21	3	3.088.520,61	*31/12/17	5.897.529,72	0,00	
154054	Paranaíba unid.2	9125.00042.500-2	9125.00043.500-8	21	3	1.153.628,80			0,00	
154054	Ponta Porã	9131.00143.500-6	9131.00040.500-6	21	3	4.135.533,65			0,00	
154054	Terenos	9159.00010.500-2	9159.00001.500-3	21	3	1.577.513,90			0,00	
154054	Três Lagoas Unidade I	9165.00102.500-7	9165.00018.500-0	21	3	1.235.706,37			0,00	
154054	Três Lagoas Unidade II	9165.00065.500-7	9165.00019.500-6	21	3	8.238.233,81	*31/12/18	15.438.601,58	0,00	8.767,10
Total									0,00	603.471,72

Fonte: PROADI

Obs.: *Data de atualização do valor do imóvel devido a novas incorporações.

Regime:

1 – Aquicultura
2 – Arrendamento
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta

7 – Comodato
8 – Disponível para Alienação
9 – Em processo de Alienação

13 – Entrega – Adm. Federal Direta
14 – Esbulhado (Invadido)
15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)

19 –
20 – Locação para Terceiros
21 – Uso em Serviço Público

4 – Cessão – Outros
5 – Cessão – Prefeitura e Estados
6 – Cessão Onerosa

10 – Em regularização – Cessão
11 – Em regularização – Entrega
12 – Em regularização – Outros

16 – Irregular – Cessão
17 – Irregular – Entrega
18 – Irregular – Outros

22 – Usufruto Indígena
23 – Vago para Uso

Estado de Conservação:

1 – Novo
2 – Muito Bom

3 – Bom
4 – Regular

5 – Reparos Importantes
6 – Ruim

7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não há Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UFMS.

Análise Crítica

Os imóveis sob a responsabilidade da UFMS, em sua maioria, dispõem do competente registro no sistema de gerenciamento dos imóveis de uso especial da união e encontram-se de acordo com as determinações legais pertinentes.

Em relação ao procedimento que vise à adequação de seus reais valores de mercado, ainda no exercício de 2015, foi solicitada à Secretaria de Patrimônio da União - SPU a realização da avaliação dos imóveis desta UFMS. Em primeiro momento obtivemos resposta positiva para a solicitação da realização da avaliação nos Campus, foi então encaminhado a SPU todas as informações referentes aos imóveis desta UFMS, e foi então no exercício de 2016, realizado a Avaliação do imóvel do Campus de Nova Andradina pelo SPU.

Com base na avaliação realizada pelo SPU, a UFMS realizou a avaliação do imóvel da Policlínica Odontológica localizada na Rua Candido Mariano, 269 Vila Perseverança. Esta avaliação foi validada pela Homologação do SPU em 25/06/16.

Para o exercício de 2017, devido a mudanças de metodologia de avaliação, foram retomadas as solicitações junto à SPU a realização da avaliação dos imóveis desta UFMS, que devem se efetivar para o exercício de 2018.

Conforme informações da Coordenadoria de Projetos, Obras e Sustentabilidade foram incorporadas em Campo Grande Setor 01, Campo Grande Setor 02, Três Lagoas Unidade 02, Paranaíba Unidade 01 e Corumbá (CPAN) Unidade 01, as obras e instalações que foram concluídas no exercício de 2017, e as instalações de elevadores concluídas em anos anteriores que não haviam sido incorporadas.

O terreno doado pela Prefeitura Municipal de Bonito para implantação do campus da UFMS naquela cidade, teve seu registro lançado no Sistema Spiunet em 23/11/2017, terreno com área de 4 ha 7.780 m² (área da escritura de 6 ha 7.480 m²), conforme Escritura Pública de Doação lavrada no livro 72, folhas 229/229vs, no Cartório do 1 Ofício de Notas e Registro Civil da Comarca de Bonito, e matrícula nº 11.790 (matrícula anterior nº 9.073) no Cartório do 1 Ofício de Registro de Imóveis de Bonito. A área da escritura de doação foi retificada por meio do serviço de georreferenciamento executado pela empresa Geodésia Serviços Topográficos e Ambientais Ltda, conforme processo nº 23104.005879/2014-27. Lançado no sistema do Spiunet foi criado o número de RIP do Imóvel 9043.00020.500-4 e RIP de Utilização 9043.00021.500-0. Foi incorporado também em 23/11/2017 o terreno doado pela Prefeitura de Nova Andradina com área de 6,35 ha, conforme Escritura Pública de Doação lavrada no livro 128, folhas 293 / 293vs, no Cartório do 2 Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Nova Andradina, e matrícula nº 20.963 do Cartório do 1 Serviço Registral de Imóveis de Nova Andradina. Lançado no sistema do Spiunet foi criado o número de RIP do Imóvel 9123.00057.500-8 e RIP de Utilização 9123.00058.500-3.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 40- Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

CONTRATOS DE CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIO	CARACTERIZAÇÃO DA CONCESSÃO				
		FORMA DE SELEÇÃO	FINALIDADE	PRAZO DE CESSÃO	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO	(VALOR ANUAL)
1 - CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO						
022/2016	Caixa Econômica Federal	-----	Instalação de um posto de atendimento bancário.	03.05.2016 a 02.05.2018	Espaço físico com área total de 374,71m² no Campus de Campo Grande	R\$ 66.406,20
12/2007	Banco do Brasil	-----	Construção e instalação de um posto de atendimento bancário.	24.04.2007 A 24.04.2017	Espaço físico com área total de 369,75m² no Campus de Campo Grande	Em processo de análise
11/2016	Bradesco S.A.	-----	Instalação de uma agencia bancária.	08.03.2016 a 07.03.2021	Espaço físico com área total de 288 m² no Campus de Campo Grande	R\$ 180.000,00
80/2016	Sicredi União		Instalação de um posto de atendimento comunitário (PAC)	18.10.2016 a 17.10.2036	Espaço físico com área total de 397,82 m² no Campus de Campo Grande	R\$ 39.494,28
12/2012	Weverton Nunes Lindoca 023929793162	Concorrência	Exploração de lanchonete	05.06.2012 a 04.06.2017	Espaço físico com área total de 62,67 m² no Campus de Campo Grande – Unidade VI	R\$ 29.319,36
45/2015	Eduardo Almeida Jonas 46563849172	Concorrência	Exploração de lanchonete	27.04.2015 a 26.04.2017	Espaço físico com área total de 158 m² no Campus de Campo Grande – Unidade XI	R\$ 13.388,16
65/2014	Valter Guensuke Shiroma - MEI	Concorrência	Exploração de serviço de reprografia	22.05.2014 a 22.05.2018	Espaço físico com área total de 16,32 m² no Campus de Campo Grande	R\$ 18.168,72
72/2003	Grêmio Esportivo do Hospital Veterinário	----	Instalação da sede da entidade.	08.10.2003 a 07.10.2023	Espaço físico com área total de 12x15m² no Campus de Campo Grande	R\$ 1.193,04
01/2017	Fagner Leandro Gonçalves Nascimento	Concorrência	Exploração de serviço de cantina/lanchonete	26.01.2017 a 25.01.2018	Espaço físico com área total de 67,76m² no Campus de Paranaíba	R\$ 8.532,00
04/2017	Valdinei Ferreira de Lima 86495674104	Concorrência	Exploração de serviço de cantina/lanchonete	08.03.2017 a 08.03.2018	Espaço físico com área total de 16m² no Campus de Naviraí	R\$ 5.181,00
07/2017	Mirian Bueno 44850891187	Concorrência	Exploração de serviço de cantina/lanchonete	17.04.2017 a 16.04.2018	Espaço físico com área total de 16,30m² no Campus de Ponta Porã	R\$ 9.000,00

CONTRATOS DE CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIO	CARACTERIZAÇÃO DA CONCESSÃO				
		FORMA DE SELEÇÃO	FINALIDADE	PRAZO DE CESSÃO	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO	(VALOR ANUAL)
33/2016	Sicredi União MS	----	Construção e instalação de um Posto de Atendimento Cooperativo - PAC	11.07.2016 a 10.07.2036	Espaço físico com área total de 190m² no Campus de Campo Grande	18.000,00
10/2012	Silas Pedroso de Souza 02423476140	Concorrência	Exploração de serviço de cantina/lanchonete	29.05.2012 a 28.05.2018	Espaço físico com área total de 13,05 m² no Campus de Nova Andradina	2.515,08
37/2017	Mario Gomes da Silva- Industrial Foods-EPP.	Pregão	Exploração de serviço de Restaurante Universitário	14.08.2017 a 13.08.2018	Espaço físico com área total de 1.050,82 m² no Campus de Campo Grande	109.200,00
38/2017	Alessandro Pinheiro de Oliveira 01225689155.	Concorrência	Exploração de serviço de reprografia	27.07.2017 a 26.07.2018	Espaços físicos com área total de 15m² e 16,10m² no Campus de Três Lagoas	10.546,25
52/2017	E.A. Dias-ME	Pregão	Exploração de serviço de Restaurante Universitário	02.10.2017 a 01.10.2018	Espaço físico com área total de 227,38m² no Campus de Três Lagoas	31.488,00
78/2015	Marlene Dresch Marchi-Me	Concorrência	Exploração de serviço	05.08.2016 a 04.08.2018	Espaço físico com área total de 11,87m² no Campus de Chapadão do Sul	1.338,84
40/2015	Fundação De Apoio a Pesquisa, Ensino e à Cultura - Fapec	---	Aplicação dos exames teóricos do DETRAN/MS	22.04.2015 a 21.04.2017	Sala de aula com capacidade para 50 Alunos	2.400,00
15/2016	Emerson A. Gonçalves-Me	Concorrência	Exploração de serviço de lanchonete	07.11.2016 a 06.11.2017	Espaço físico com área total de 70 m² no Campus do Pantanal	6.240,00
90/2011	F.C.A. Comércio E Eventos Ltda	Pregão	Exploração de serviço de Restaurante Universitário	21.11.2011 a 13.08.2017	Espaço físico com área total de 1.050,82 m² no Campus de Campo Grande	38.002,92
86/2015	Arena Distribuidora e Comercio Eireli EPP	Pregão	Exploração de serviço de Restaurante Universitário	17.08.2015 a 30.09.2017	Espaço físico com área total de 227 m² no Campus de Três Lagoas	21.518,76
73/2014	Maria Mercedes da Silva 25469088120	Concorrência	Exploração de serviço de lanchonete	18.06.2014 a 17.06.2017	Espaço físico com área total de 16,30 m² no Campus de Ponta Porã	16.907,28
56/2014	APS Almeida e Almeida Ltda Me	Concorrência	Exploração de serviço de reprografia	14.05.2014 a 13.05.2017	Espaços físicos com área total de 15m² e 16,10m² no Campus de Três Lagoas	6.842,88

CONTRATOS DE CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIO	CARACTERIZAÇÃO DA CONCESSÃO				
		FORMA DE SELEÇÃO	FINALIDADE	PRAZO DE CESSÃO	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO	(VALOR ANUAL)
2 – TERMOS DE CESSÃO						
01/2015	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS	---- -	Instalação de uma torre de radio e serviços de internet no campus de Nova Andradina e instalação de Rack de parede com um link para transmissão de dados ao IFMS	04/03/2015 à 03/03/2020	Espaço Físico com área total medindo 1.150m2 no Campus de Nova Andradina	Gratuito
01/2016	Universidade de São Paulo	---- --	Instalação da Estação Global Navigation Satellite System (GNSS).	21/12/2016 à 20/12/2021	Espaço Físico com área total medindo 16x30m2 no Campus de Naviraí	Gratuito

Fonte: PROADI

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 41- Informações sobre imóveis locados de terceiros

Contrato nº	Locador	Objeto	Vigência	Valor Anual
92/2009	Alice de Moura Battaglin	Locação de imóvel sito à rua Sebastião Lima, 1275, Jardim São Bento, para funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da UFMS.	03/11/2009 à 02/06/2017	37.299,36

Fonte: PROADI

Análise Crítica:

Houve a necessidade de locação de imóvel de terceiros para que o funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas pudesse ser implementado, haja vista não haver espaço físico adequado para o funcionamento deste na Cidade Universitária. O imóvel locado recebeu a manutenção necessária – limpeza de caixas d'água, troca de lâmpadas e reatores, recarga de extintores de incêndio, pinturas, instalações e adequações de divisórias, instalações de aparelhos de ar condicionado, por parte da UFMS, assim como reformas e manutenção das edificações em função do desgaste com o tempo foram efetuadas por parte da UFMS. O contrato foi rescindido entre as partes em 02.06.2017, como determinação da atual gestão da UFMS a fim de realizar ajustes financeiros, sendo destinado um novo local na Cidade Universitária para implantação do Núcleo de Práticas Jurídicas.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

O gerenciamento de serviços de TI na UFMS é realizado pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC), que trabalha com três principais áreas de atuação:

1. Suporte ao cliente: nesta área são gerenciados os chamados que são realizados por meio do sistema OTRS (Open Technology Real Services). O chamado é realizado por meio do OTRS e a Divisão de Suporte ao Cliente redireciona o chamado para área correta.
2. Infraestrutura e gerência de TIC: esta área é responsável pelo gerenciamento dos servidores e de infraestrutura de comunicação da UFMS. A maioria dos serviços de TI desta área é realizado baseando-se no PDTIC. Entretanto, alguns atendimentos aos usuários finais são realizados por meio do OTRS.
3. Desenvolvimento de software: os serviços mais simples como mudança de senha, cadastro de usuários é realizado por meio do OTRS. A manutenção e desenvolvimento de software são realizados de acordo com as demandas do PDTIC. O desenvolvimento de software segue o modelo MPS-BR.

Com a reestruturação administrativa da UFMS realizada em 2017, criou-se a AGETIC em substituição ao NTI, com o fortalecimento de sua estrutura criando três coordenadorias de acordo com as áreas de atuação.

O Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da UFMS está fundamentado nos seguintes compromissos:

- Atender aos direcionamentos estratégicos da UFMS, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Manter o alinhamento com as diretrizes do governo federal, contribuindo para o alcance de metas estabelecidas pela Estratégia de Governança Digital (EGD 2016-2019) do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP).
- Adotar normas, práticas e modelos de TI reconhecidos nacional e internacionalmente, como:
 - Modelos de governança Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit);
 - Information Technology Infrastructure Library (ITIL);
 - Modelo de Melhoria de Processos do Software Brasileiro (MPS.BR);
 - Project Management Body of Knowledge (PMBOK);
 - Normas de qualidade relacionadas a TI (NBR/ISO 12.207, NBR/ISO 9126, ISO/IEC 17.799, NBR/ISO 20.000, NBR/ISO 27002); e
 - Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No ano de 2017 foi criado o Comitê de Governança Digital (CGD) da UFMS, de acordo com o Decreto 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Dessa forma, a partir de 2017, a UFMS conta com este Comitê para planejamento e avaliação dos recursos de TI da UFMS, um modelo mais eficiente e eficaz para governança de TI.

A força de trabalho da área de TI é composta pelos seguintes servidores

Quadro 42- Força de Trabalho da área de TI

Cargo	Quantidade	Formação Exigida	CH
Analista de TI	39	Graduação na área de TI	40h
Técnico em TI	40	Ensino Médio Técnico na área de TI	40h
Assistente de TI	5	Ensino Fundamental	40h
Estagiários	14	Cursando graduação na área de TI	20h

Fonte: AGETIC

Destaca-se que não há empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na UFMS e nem para a AGETIC.

Quadro 43- Descrição dos Projetos de TI

PROJETO	RESULTADOS ESPERADOS	ALINHAMENTO COM PDTIC	VALORES DESPENDIDOS	PRAZOS
Migração da plataforma do e-mail para Zimbra	Melhoria de interface e serviços de e-mail	Migração do e-mail institucional para a plataforma Zimbra	R\$ 0,00	Jan/2017
Implantação de servidores de licenças	Servidor para gerenciar licenças de software	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Mar/2017
Reestruturação do Ambiente de Servidores Virtuais	Melhorar o desempenho das aplicações	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Dez/2016
Aquisição de equipamentos de processamento de dados e armazenamento para o datacenter	Melhorar o desempenho de aplicações existentes e implantação de novas aplicações	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 1.008.580,00	Dez/2016
Implantação do serviço de anti-virus	Garantir mais segurança para as estações de trabalho da UFMS	Aquisição de softwares	R\$ 103.250,00	Fev/2017
Planejamento e execução da infraestrutura de redes	Melhorar a conectividade das unidades	Implantação de cabeamento na sede e nos campi	R\$ 553.795,70	Dez/2016
Implantação do serviço de conferência web (mconf)	Possibilitar reuniões entre os diversos campi da UFMS	Ampliação da infraestrutura de videoconferência da UFMS	R\$ 0,00	Dez/2016
Implantação do serviço de gerenciamento de diretórios	Gerenciamento dos usuários da rede de dados da UFMS	Integrar a autenticação do passaporte com AD	R\$ 0,00	Nov/2016
Hospedagem de sites institucionais da UFMS	Oferecer sites para as diversas unidades da UFMS com a finalidade de divulgar as informações institucionais	Implementação e manutenção de sites institucionais	R\$ 0,00	Jul/2016
Desativação dos servidores do tipo torre do datacenter	Melhorar a organização do datacenter da UFMS	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Fev/2017
Aquisição de ativos de rede	Melhorar a conectividade na rede de dados da UFMS	Aquisição de ativos de rede	R\$ 559.582,16	Dez/2016
Aquisição de computadores para a UFMS	Melhorar os serviços administrativos e os laboratórios da UFMS	Aquisição de computadores, notebooks, tablets e demais dispositivos computacionais para usuários	R\$ 2.705.028,90	Dez/2016
Implantação do Módulo de PPC no SISCAD	Registro dos PPCs no SISCAD	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Set/2016
Implantação do Sistema de Contratos	Melhoria no gerenciamento dos contratos da UFMS	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Out/2016
Melhorias no sistema de Pós-graduação	Melhorias na interface e novas funcionalidades do Sistema de Pós-Graduação	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Em andamento
Certificação no Nível G do MPS-SW	Melhorar o processo de desenvolvimento de software da UFMS	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Set/2016

Fonte: AGETIC













5.3.1 Principais sistemas de informações

Os sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais são:

Quadro 44- Sistemas Institucionais

SISTEMAS INSTITUCIONAIS							
SIGLA	DESCRIÇÃO	NEGÓCIO	U	M	A	C	
SISCAD	O Sistema Acadêmico de Graduação visa auxiliar docentes e discentes da instituição no gerenciamento e consulta de informações relacionadas a disciplinas. Principais funcionalidades: Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de Notas; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais.	PROGRAD					
SIGPOS	O Sistema de Controle da Pós-Graduação visa a gestão e controle dos dados de pós-graduação da UFMS. Principais funcionalidades: Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais.	PROPP					
SGP	O Sistema de Gestão de Pessoal tem por objetivo integrar as coordenações da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho, disponibilizando de forma on-line informações de todos os servidores da UFMS. Principais funcionalidades: Gestão de Pessoas e geração de relatórios.	PROGEP					
PATRIMONIO	O Sistema de Patrimônio e manter a relação de patrimônios que a universidade adquire, bem como os seus valores e depreciações, administrar inventários e realizar incorporações. Principais funcionalidades: Gestão Patrimonial; Emissão de Termo de Responsabilidade; Transferência de bens; Depreciação; Incorporações; Rastreamentos; e Relatórios Gerenciais.	PROADI					
COMPRAS	O Sistema de Compras visa permitir o registro todos os processos de compra, que inclui a aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, bem como a contratação de serviços. Principais funcionalidades: Manter Itens de Material e Serviço do Catálogo; Importar dados de Material do CATMAT; Requisitar Inclusão de Itens no Catálogo pela Lotação; Incluir Licitação no ComprasNet via Integração; Cadastrar Pré-Empenho; dentre outros.	PROADI					
RMO	O Sistemas de Registro Mensal de Ocorrências foi concebido com o objetivo de atender a necessidade de registrar as frequências, atrasos, horas extras e adicionais noturnos dos servidores da UFMS. Principais funcionalidades: Impressão de Folhas de Frequência; Solicitação; Autorização de Horas Extras; Lançamento de Ocorrências; Relatório Mensal de Ocorrências; Recebimento de Folhas; Exportação para o SIAPE.	PROGEP					
GRU-UFMS	O Sistema de Gerenciamento de GRUs oferece funcionalidades para configuração, registro, emissão e gestão das guias recolhidas. Principais Funcionalidades: Registra recolhimento; Registrar Guia; Emitir GRU; Importa arquivos de retorno Banco do Brasil; Importa arquivos de retorno SIAFI; Relatórios Gerenciais;	PROADI					

SISTEMAS INSTITUCIONAIS							
SIGLA	DESCRIÇÃO	NEGÓCIO	U	M	A	C	
BSE	O Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico permite dar publicidade à seus atos administrativos, controlando as publicações oficiais. Principais Funcionalidades: Template de documentos oficiais; Geração de Boletim de Serviço; Busca otimizada nos documentos; Envio de email; Área pública de pesquisa; Gerenciamento de publicação de documentos.	REITORIA					
SIPAS	O Sistema de Controle do Plano de Saúde visa controlar os serviços oferecidos pelo Plano de Saúde oferecido pela UFMS. Principais Funcionalidades: Lançamento de guias; Faturamento de guias; Gestor de prestadores; Gestor de beneficiários; Gestor de procedimentos e outras despesas;	PROGEP					
REGGIO	O Sistema de Gestão de Restaurante Universitário realiza o controle de consumo dos alunos que possuem desconto no Restaurante Universitário da UFMS. Principais Funcionalidades: Cadastro de acadêmico bolsista; Cadastro de categorias de desconto; Relatórios gerenciais; Ativação do consumo via CPF e Senha;	PROAES					

U – Vida útil	A – Abrangência	M – Manutenibilidade	C – Criticidade
 Menos de um ano	 Toda a UFMS	 Alta demanda de manutenções	 O negócio para em uma semana
 Entre um e três anos	 Mais de uma unidade	 Um único setor	 Demanda moderada
 Mais de três anos		 Baixa demanda	 O negócio não para em um mês
			 O negócio não para

Fonte: AGETIC

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A UFMS adota políticas de sustentabilidade ambiental através do seu Sistema de Governança da Sustentabilidade a partir do desencadeamento, acompanhamento, avaliação e controle de ações contempladas em seu Plano de Gestão de Logística Sustentável, o que envolve a educação continuada em sustentabilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e licitações sustentáveis, redução das emissões de gases poluentes pela logística de pessoal e material, efficientização do consumo de energia elétrica e de água e esgoto e de práticas e iniciativas de sustentabilidade e do uso eficiente do gasto público.

Os resultados dessas ações são avaliados e revistos anualmente por uma Comissão Gestora e apresentadas à sociedade através de audiências públicas. Pela ampla presença da instituição nas mais diversas regiões do estado e por estar inserida territorialmente em dois importantes biomas (Cerrado e Pantanal), a abrangência e o escopo do Sistema de Governança da Sustentabilidade representam importantes desafios para a política e gestão da sustentabilidade ambiental da universidade.

A UFMS realiza, através de empresa terceirizada, a separação e a mensuração dos resíduos recicláveis e resíduos comuns em todas as áreas de atuação. Posteriormente, os resíduos recicláveis são encaminhados para cooperativa formada por pessoas de baixa renda e os resíduos comuns são enviados para disposição final em aterros sanitários municipais.

Atualmente, a instituição realiza estudos para contemplar e incluir gradativamente itens sustentáveis em suas aquisições de bens móveis e de material de consumo.

A UFMS adotou o seu Plano de Gestão de Logística Sustentável através da Resolução nº 124, de 09 de outubro de 2014 – Conselho Diretor. O PLS da UFMS está disponível para consulta pública no site <https://proadi.ufms.br/coordenadorias/projetos-e-obras/ufms-sustentavel/pls/> e abrange completamente os critérios estabelecidos no art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, na criação, na execução, no controle e na avaliação dos Planos de ação.

Anualmente, os resultados do PLS são avaliados e deliberados pela Comissão Gestora através da emissão de relatórios disponibilizados no site da UFMS. As metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores estão no Relatório Consolidado dos Planos de Ação 2017 que segue abaixo:

[https://proadi.ufms.br/files/2015/02/Anexo_resolucao_180_2016_Plano-de-ação-PLS-2017.pdf](https://proadi.ufms.br/files/2015/02/Anexo_resolucao_180_2016_Plano-de-acao-PLS-2017.pdf)

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

As demandas da Ouvidoria possuem naturezas diversas e surgem das mais variadas necessidades ou motivações. São oriundas tanto da comunidade interna como da comunidade externa da universidade buscando atendimento em suas demandas.

Conforme Manual de Ouvidoria Pública (publicado pela CGU), está entre as atribuições das Ouvidorias públicas, ouvir e compreender as diferentes formas de manifestação dos cidadãos; reconhecer os cidadãos, sem qualquer distinção, como sujeitos de direitos; qualificar suas expectativas de forma adequada, caracterizando situações e identificando os seus contextos, para que o Estado possa utilizá-las como oportunidades de melhoria na gestão; dar tratamento adequando às demandas apresentadas pelos cidadãos; demonstrar os resultados produzidos em razão da participação social, produzindo relatórios gerenciais capazes de subsidiar a gestão pública.

Nesse contexto, temos de um lado, parte carecedora de atenção, informação e em busca da satisfação de sua necessidade e, de outro lado, a universidade, que por meio desse amplo canal de acesso estabelece diálogo com os demandantes, sempre objetivando satisfazer suas demandas, sejam elas de solicitação de informações, de interveniência na resolução de conflitos, denúncias, críticas, entre outras. Daí a importância de se estar atento para a variedade de manifestações que se sucedem e da forma que se posicionará o órgão diante desses questionamentos e inquietações.

O Ouvidor, para dar cabo de suas atividades (entre elas o de possibilitar o exercício da cidadania), de forma mais eficiente, ágil e efetiva, estabelece contato com os solicitantes, faz encontros pessoais e diretos com as pessoas envolvidas, sejam elas interessados primários, sejam servidores técnico-administrativos, alunos, professores, órgãos colegiados, coordenadores de curso, diretores de campus, pró-reitores etc., agindo sempre pró-ativamente, dispondo-se a atender as demandas providas das mais diversas origens. Toda estrutura que possibilita sua atuação é fornecida pela própria universidade e está à disposição da Ouvidoria, que deve explorá-la livremente, isso se consubstanciando num ponto forte na facilitação e desempenho de suas atividades.

O principal e mais utilizado canal de acesso à Ouvidoria da UFMS se dá por meio do sistema informatizado de acesso, pela internet, e que está colocado à disposição dos usuários no portal da UFMS, por meio do link <http://ouvidoria.sites.ufms.br/> que direcionará o demandante à página do E-OUV, sistema utilizado pelas Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Neste sistema on line, o cidadão poderá optar entre variados tipos de demanda (denúncia, reclamação, solicitação, sugestão, elogio), isso em um ambiente virtual de fácil acesso e de manuseio simples e intuitivo. Desse modo, é possível, a qualquer tempo, invocar a Ouvidoria seja por meio de solicitações, sugestões, reclamações, denúncias ou elogios. O usuário pode se valer também de telefone fixo institucional para falar diretamente com a Ouvidoria ou agendar atendimento pessoal com o Ouvidor, possibilitando ao usuário maior integração com a Universidade e atendimento personalizado.

Os atendimentos são todos canalizados, direta ou indiretamente, para o Sistema da Ouvidoria que gerencia dados dos usuários e o histórico de suas demandas, de modo que todo atendimento permanece sempre documentado. Com efeito, Ouvidoria da UFMS pode ser acessada por carta no endereço postal Ouvidoria da UFMS, Avenida Costa e Silva, S/N – Cidade Universitária, CEP 79.070-900, Campo Grande/MS, por e-mail (ouvidoria.rtr@ufms.br), pelo Sistema Informatizado da Ouvidoria, por Ofício ou Comunicado Interno e, como já ressaltado, de forma presencial, independentemente da natureza da demanda. Conforme quadro e gráficos abaixo, apresentamos a totalização das demandas e também, percentualmente, cada tipo de solicitação:

As demandas da Ouvidoria da UFMS

Com o objetivo de melhor compreensão das demandas recebidas pelo sistema eletrônico da Ouvidoria, foram coletados quadros demonstrativos, conforme o tipo, o caráter da solicitação e o tipo de solicitante. A seguir os quadros estão discriminados e acompanhados dos comentários pertinentes a cada um e de forma acumulada:

Quadro geral de estatísticas do Sistema e-OUV

Figura 1 - Dados Gerais - Ano de 2017



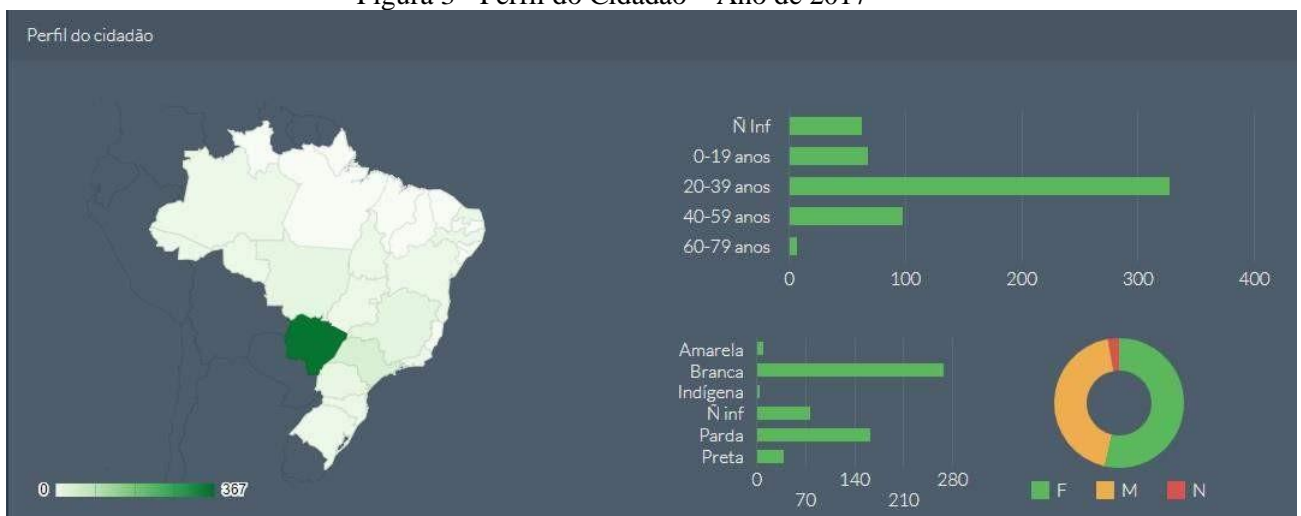
Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Figura 2 - Por Tipo de Demanda e Assunto – Ano de 2017



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Figura 3 - Perfil do Cidadão – Ano de 2017



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Figura 4 - Tempo de Atendimento – Ano de 2017



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

“e-SIC” Serviço de Informação ao Cidadão da LEI DA ACESSO À INFORMAÇÃO

Além do e-OUV, a Ouvidoria utiliza como sistema para recebimento de solicitações “O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)” que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

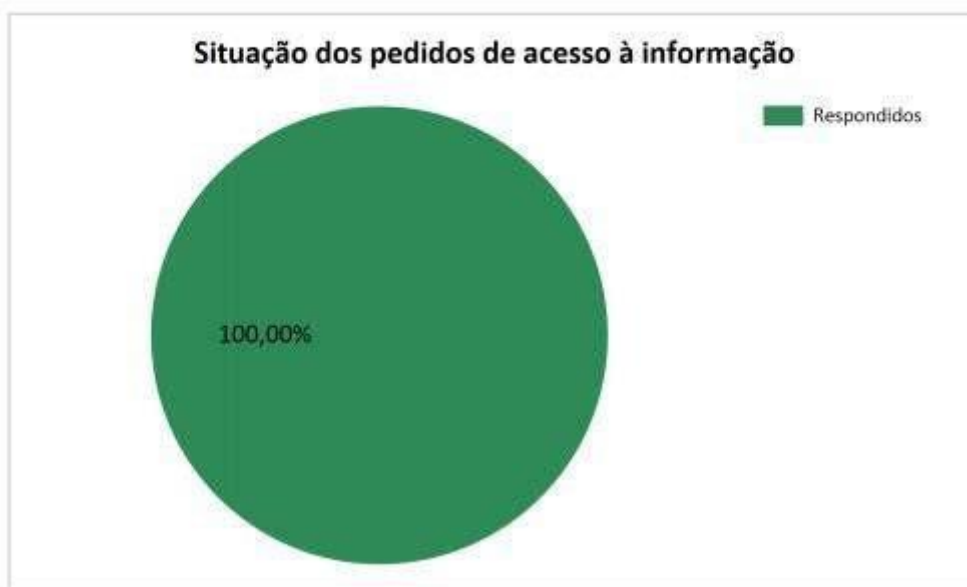
A UFMS sendo um órgão institucional do Poder Executivo pode ser instada por este canal de acesso por qualquer cidadão a procura de informações públicas referentes a instituição através do link da CGU : <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>, onde o cidadão interessado se cadastra e faz o seu pedido de informação diretamente à Universidade que é respondido pelo Gestor. Os pedidos têm prazo de 20 dias para resposta, prorrogáveis por mais 10 dias. Estes trâmites estão sob a responsabilidade da Reitoria, da Assessoria da Reitoria e da Ouvidoria/RTR.

A Lei 12.527/ sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, bem como a lei 13.460/17.

Quadro geral de estatísticas do Sistema e-SIC

Figura 5 - Situação Pedidos de Acesso - Ano 2017

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	215



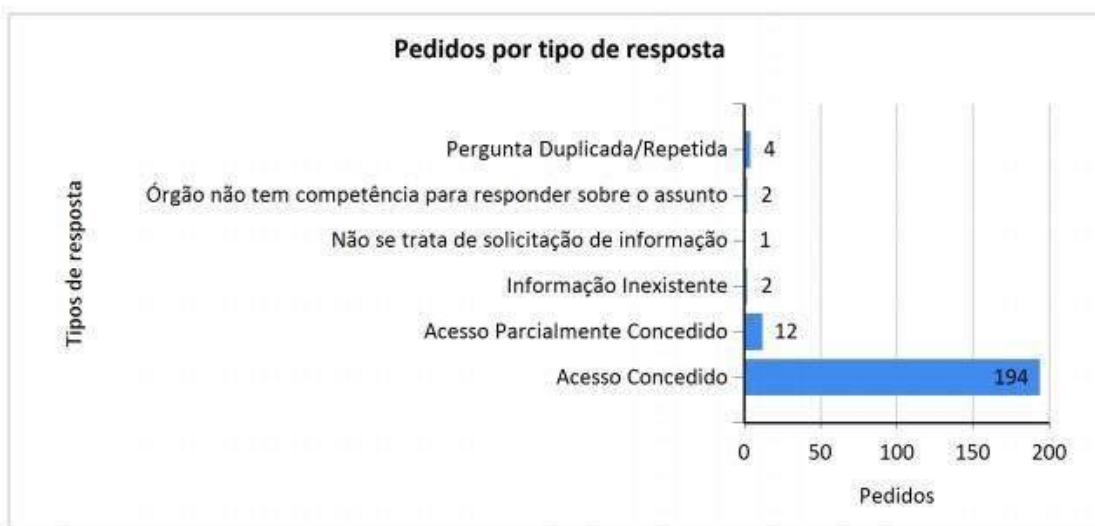
Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 6 - Tipo e Tempo de Resposta – Ano 2017

Tempo médio de resposta: 12,77 dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
0	0,00%



Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
TOTAL:	0	0,000%	0,00%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 7 - Características dos Pedidos – Ano 2017

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	426	Total de solicitantes:	168
Perguntas por pedido:	1,98	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	7
		Solicitantes com um único pedido:	141
Temas das solicitações (Top 10)			
Categoria e assunto		Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação superior		173	80,47%
Educação - Profissionais da educação		8	3,72%
Governo e Política - Administração pública		7	3,26%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso		4	1,86%
Trabalho - Profissões e ocupações		4	1,86%
Governo e Política - Fiscalização do estado		3	1,40%
Economia e Finanças - Administração financeira		3	1,40%
Educação - Gestão escolar		3	1,40%
Educação - Legislação educacional		2	0,93%
Educação - Assistência ao estudante		2	0,93%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 8 - Negativa de Acesso – Ano 2017

Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
TOTAL:	0	0,000%	0,00%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por <u>email</u>)	213	99,07%
Buscar/Consultar pessoalmente	1	0,47%
Correspondência física (com custo)	1	0,47%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 9 - Perfil dos Solicitantes – Ano 2017

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	167	99,40%
Pessoa Jurídica	1	0,60%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AC	1	0,60%	1
AL	1	0,60%	1
AM	2	1,20%	2
BA	1	0,60%	1
CE	7	4,19%	16
DF	5	2,99%	8
GO	6	3,59%	6
MG	10	5,99%	10
MS	50	29,94%	63
MT	1	0,60%	1
PA	5	2,99%	9
PB	2	1,20%	2
PE	3	1,80%	3
PI	2	1,20%	3
PR	9	5,39%	11
RJ	3	1,80%	3
RN	1	0,60%	1
RO	6	3,59%	6
RS	6	3,59%	6
SC	4	2,40%	6
SE	3	1,80%	3
SP	17	10,18%	23
TO	3	1,80%	3
<u>Não Informado</u>	19	11,38%	25

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 10 - Perfil dos Solicitantes Pessoa Física – 2017

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	48,50%
F	46,71%
<u>Não Informado</u>	4,79%

Escolaridade	
Ensino Superior	29,34%
Mestrado/Doutorado	24,55%
Pós-graduação	22,75%
Ensino Médio	16,77%
<u>Não Informado</u>	5,99%
Ensino Fundamental	0,60%

Profissão	
Servidor público federal	29,94%
Estudante	17,37%
Outra	14,97%
Professor	10,18%
<u>Não Informado</u>	9,58%
Servidor público estadual	4,79%
Servidor público municipal	4,79%
Pesquisador	4,19%
Empregado - setor privado	1,80%
Jornalista	1,20%
Empresário/empreendedor	0,60%
Profis. Liberal/autônomo	0,60%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 11 - Perfil dos Solicitantes Pessoa Jurídica – Ano 2017

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Sindicato / Conselho profis.	100,00%

Totalização do e-SIC e e-OUV e fluxo das demandas

Somados os atendimentos dos sistemas e-OUV e e-SIC, em 2017 realizamos 1.019 atendimentos ao cidadão usuário. Impõe-se um fluxo diferente a cada demanda e avalia-se que envolva diferentes momentos em seu processo. Inicia-se com o recebimento e primeira análise da manifestação, sua procedência, tratamento é dado à questão com o encaminhamento

(trâmite) do procedimento da sua origem na Ouvidoria até ao setor ou setores internos responsáveis pela avaliação ou resposta, instaura-se procedimentos internos com rotinas próprias destes, providencia-se respostas intermediárias ao solicitante e assim por diante, até finalmente chegar-se ao deslinde total da solicitação com a finalização do procedimento todo com a resposta ou informação ao solicitante e aos setores envolvidos. Uma manifestação iniciada, transformada em procedimento, pode ter inúmeros desdobramentos e demandar muitas interveniências do Ouvidor e de setores internos ou, de outro lado, quando singela a questão, uma resposta circunstanciada pelo Ouvidor.

O fortalecimento da imagem da UFMS e dos seus valores institucionais se tornam possíveis por meio de uma busca constante pelo estabelecimento de uma comunicação eficaz e eficiente, pautada na ética e no profissionalismo, consoante com os princípios da cidadania e afinada com as tendências e aprimoramentos dos serviços prestados pela Universidade estando a Ouvidoria na busca de melhor atender a comunidade acadêmica.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Todas as instituições ou unidades jurisdicionadas integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, que também prestem serviços de atendimento direto ao cidadão, devem registrar também a existência de algum instrumento semelhante à Carta de Serviços ao Cidadão, caso disponível, bem como os procedimentos utilizados para sua correspondente divulgação e o endereço na Internet no qual seu conteúdo pode ser acessado. A UFMS já tem a sua Carta de Serviços ao Cidadão e está disponível no portal oficial da UFMS:

<https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais-e-relatorios/carta-de-servicos-ao-cidadao/>

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela organização pública para informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos. Tem como princípios fundamentais:

- Participação e Comprometimento
- Informação e Transparência
- Aprendizagem
- Participação do Cidadão

Sustenta-se nas seguintes Premissas:

- Foco no cidadão
- Indução do controle social

A Carta tem por finalidade:

- Melhorar a relação da Administração Pública com os cidadãos.
- Divulgar os serviços prestados pelas organizações públicas com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade.
- Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia.
- Garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

Benefícios da Carta:

- Ao implantar a Carta de Serviços, a organização pública ajustará sua atuação às expectativas dos cidadãos. Nesse sentido, serão visíveis os benefícios tanto para o cidadão quanto para a organização e a sociedade.

Público-alvo da Carta:

- Cidadãos que demandam e utilizam os serviços ou produtos das organizações públicas.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFMS está sendo atualizada e aperfeiçoada por integrantes da Comissão de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Portaria nº 284/RTR de 22 de março de 2017.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Destacamos que a Ouvidoria da UFMS executou sua função por intermédio do sistema fornecido pelo Governo Federal, anteriormente usava-se sistema próprio e nele havia ferramentas de análise de satisfação do cidadão-usuário. Com a mudança de plataforma, atualmente utiliza-se o site oficial e nele não existe a princípio ferramenta para análise de avaliação de e acesso ao sistema. Em contato com Controladoria Geral da União foi informado que este ano de 2018 será implantado o sistema para análise de satisfação do cidadão-usuário.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A UFMS em busca de dar publicidade as suas informações, disponibiliza em seu site (www.ufms.br) para acesso do cidadão os Relatórios de Gestão, Documentos Oficiais, Dados Institucionais, além de links para outros sites e sistemas institucionais e sites e sistemas do Governo Federal.

- Relatórios de Gestão:
 - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Relatórios de Gestão
 - Link: <https://www.ufms.br/universidade/relatorios/relatorios-de-gestao/>
 - Conteúdo: Neste endereço estão disponíveis os relatórios de gestão do ano 2000 a 2015.
- Documentos Oficiais
 - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Documentos Oficiais
 - Link: <https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais/>
 - Conteúdo: Neste endereço estão disponíveis os seguintes documentos:
 - Manual de identidade Visual
 - Manual de Competências
 - Projeto Pedagógico Institucional – PPI/UFMS
 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI
 - Cronograma financeiro das obras
 - Regimento | Estatuto | Manual de Atos
 - Carta de Serviços ao Cidadão
 - REUNI
 - Plano de Desenvolvimento Institucional
 - Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS
 - Estatísticas 2009 – 2011
- Dados Institucionais

- Menu Principal > Institucional
- Conteúdo: Neste endereço estão disponíveis informações institucionais como Localização, Endereço e Telefones, Informações sobre a Reitoria e Pró-reitorias;
- Sistemas Institucionais para Consulta Pública
 - Menu Principal > Serviços
 - Conteúdo: Nesse endereço estão disponíveis sistemas que possuem consulta pública:
 - Boletim de Serviço – consulta a atos normativos da UFMS
 - Link: <https://bse.ufms.br/>
 - Sistema de Contratos – consulta pública a contratos da UFMS.
 - Link: <https://sistemas.ufms.br/sicon/consulta-publica>
 - Registro de Documentos – consulta pública ao tramite de documentos da UFMS.
 - Link: https://sistemas.ufms.br/regdoc3/consulta_publica
 - Informações de Ensino – consulta pública a Dirigentes da UFMS.
 - Link: <http://sien.ufms.br/dirigentes/busca>
 - Menu Principal > Ingresso > Concursos
- Sistema de Concursos – Consulta e inscrição de editais de Seleção.
Link: <https://www.concursos.ufms.br/>
- Sites Institucionais para Consulta Pública
 - Menu Principal > Serviços > Outros Serviços > Licitações
 - Conteúdo: Licitações da UFMS informadas no site da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
 - Link: <https://proadi.ufms.br/category/licitacoes/>
- Sistemas do Governo Federal – Relatório de Auditoria da CGU
 - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Relatório de Auditoria da CGU
 - Conteúdo: Página de acesso ao sistema de relatórios de auditoria da CGU onde é possível consultar todos os relatórios de auditoria da UFMS.
 - Link: <http://auditoria.cgu.gov.br/public/relatorio/consultar.jsf?windowId=9db>
- Sistemas do Governo Federal – Acórdãos TCU
 - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Acórdãos TCU
 - Conteúdo: Página de acesso ao sistema de acórdãos do TCU onde é possível consultar os acórdãos da UFMS.
 - Link: <https://www.ufms.br/universidade/relatorios/acordaos-tcu/>
- Sistemas do Governo Federal – Portal da Transparência
 - Página Principal > Seção “Conheça a UFMS” > Portal da Transparência
 - Conteúdo: Link de acesso para o portal da transparência do Governo Federal.
 - Link: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
- Sistemas do Governo Federal – e-SIC
 - Menu Principal > Serviços > Outros Serviços > Pedido de Informação – e-SIC
 - Conteúdo: Link de acesso ao portal do e-SIC para o Serviço de Informação ao Cidadão.
 - Link: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>

RELAÇÃO UFMS – COMUNIDADE

A imagem da UFMS junto à comunidade se deve, em grande parte, ao perfil do profissional formado e pela qualificação de seu corpo docente e técnico. Os indicadores de

qualidade dos cursos oferecidos que fortalecem essa imagem são referendados pela procura de estagiários, egressos, demanda existente para os cursos de pós-graduação. A UFMS, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, apresenta uma intensa relação com a comunidade, descrita nas seções seguintes.

A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE

A UFMS é a maior instituição de ensino superior e de pesquisa de Mato Grosso do Sul, daí sua posição estratégica para o desenvolvimento de uma política de Ciência e Tecnologia na região Centro-Oeste do país. Como instituição de referência e liderança no cenário regional, a Universidade deve também consolidar-se como vanguarda na política de Comunicação Social e de Divulgação Científica. Deve, portanto, servir de referência para outras instituições a partir de suas estratégias e linguagens para a comunicação com seus públicos diretos e com a sociedade de maneira geral, sempre prezando pelos conceitos da inovação, da universalidade, do interesse público e da pluralidade de ideias, bem como pelos princípios constitucionais basilares da gestão pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Entende-se que o desenvolvimento de ações comunicacionais em uma instituição de ensino superior pode contribuir para a formação de uma sociedade civil cada vez mais atuante. Sendo local de expressiva produção científica, por meio de canais de comunicação adequados é possível não só sensibilizar a opinião pública, mas disseminar conhecimento.

Com vistas a melhorar a difusão, a socialização e a aplicação dos conhecimentos promovidos no interior da Universidade, zelando pelo pluralismo de ideias, conforme os próprios princípios expressos no Estatuto da instituição, estabeleceu-se desde fevereiro de 2017, com a Resolução nº 2/2017, do Conselho Universitário, a Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM), integrando as áreas de comunicação institucional, assessoria de imprensa, gerenciamento de mídias sociais, radiodifusão educativa (Rádio Educativa UFMS e TVU), planejamento e identidade visual, além das atividades da Editora UFMS.

A implantação de uma comunicação integrada, fruto da interlocução da comunicação institucional, da comunicação interna e da política editorial e de divulgação científica da instituição, prevê estratégias de comunicação voltadas ao público interno da Universidade, uma vez que os personagens internos devem ser considerados importantes agentes multiplicadores da imagem da UFMS, e também ao público externo.

A Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica da UFMS, criada em 2017, produz os seguintes documentos:

- Produção jornalística no site institucional (www.ufms.br); Canal televisivo universitário (TVU);
- Rádio Educativa UFMS;
- Mídias sociais (Facebook, Twitter e Instagram);
- Setor específico que divulga as principais ações, projetos e atividades da Instituição; Desenvolvimento de pesquisas interativas;
- Programas de relacionamento com a comunidade; e
- Ações de divulgação específica de temas universitários de grande interesse da comunidade em geral, como concursos, processos seletivos e a divulgação de vagas remanescentes na Instituição.

Discorre-se, a seguir, sobre alguns programas que retratam as estratégias e os recursos da comunicação interna e externa da Universidade:

Os programas de relacionamento com a comunidade:

A UFMS mantém algumas parcerias e ações com o objetivo de criar e fortalecer mecanismos de interação com a comunidade acadêmica e com a comunidade em geral.

Ação 1: Eventos

A UFMS realiza anualmente diversos eventos direcionados às comunidades interna e externa. A Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM) costuma oferecer o suporte necessário na área de comunicação para incrementar as ações de divulgação dos mesmos, por meio da produção de textos jornalísticos, que são inseridos no site da Universidade e distribuídos via mailing para a imprensa, produção de material gráfico (folder, cartaz) e eletrônico (vídeos institucionais), além da cobertura que resulta em matérias para a newsletter, Rádio, TVU e mídias sociais. Também tem oferecido transmissão ao vivo via mídias sociais a partir de um convênio específico para a ação. O seu objetivo é a produção jornalística e intercâmbio de informações entre a Universidade e a comunidade em geral. O seu público-alvo é formado pela comunidade acadêmica e pela comunidade em geral.

Ação 2: Produção de folderes e de vídeos institucionais

A SECOM produz materiais institucionais que são distribuídos para os câmpus, faculdades e institutos da UFMS. Os vídeos e os folders são utilizados em eventos organizados por diversos setores, tendo uma temática variada. O seu objetivo é produzir material institucional gerando uma matriz informativa. O seu público-alvo é formado pela comunidade acadêmica e pela comunidade em geral.

O programa de relacionamento com a comunidade científica:

A Universidade tem como uma das principais diretrizes o desenvolvimento de pesquisas. Concentrando uma produção de conhecimento que colabora para o desenvolvimento regional e contribui para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, a divulgação destes trabalhos, seja para um público-alvo específico ou para toda a comunidade, é de suma importância. Para tanto, no Portal da UFMS existe um canal específico para a divulgação da produção científica. Por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica há maior consolidação na divulgação de pesquisas para publicações específicas de jornais, sites e emissoras de televisão. O seu objetivo é difundir a produção científica da Universidade, contribuir na popularização da ciência, fortalecer o desenvolvimento regional. O seu público-alvo é formado pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa.

A imagem pública da UFMS nos meios de comunicação social:

Como maior universidade pública do Estado, a UFMS atende significativa demanda de atendimento junto à imprensa. Isso porque vários servidores da Instituição desenvolvem pesquisas ou são referências em suas áreas de atuação profissional. Além disso, a Universidade apresenta programas e projetos com forte engajamento social e voltados para o atendimento da comunidade. Dessa forma, a geração de matérias jornalísticas junto aos meios de comunicação contribui para a disseminação de uma imagem institucional positiva.

Nos casos de atendimento a demandas negativas, a SECOM adota uma política de transparência com relação aos fatos, disponibilizando informações pelos canais institucionais como o site, a newsletter, assim como na programação da TVU e da Rádio; e também pelos canais externos – mídia em geral.

Em 2017, entre janeiro e novembro, a partir da implantação de levantamento da repercussão da UFMS na mídia, constatou-se a publicação de 3.726 notícias referentes à instituição (incluindo notícias sobre eventos realizados no Teatro Glauce Rocha, no Estádio Pedro Pedrossian e no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian). O balanço é fruto

de um levantamento diário de clipagem junto aos meios de comunicação. Dos itens identificados, 1.858 foram classificados como de repercussão positiva, enquanto 1.683 tiveram repercussão neutra e 185 de repercussão negativa. No que tange exclusivamente o âmbito das notícias referentes à UFMS (excluídas as manifestações sobre o Teatro Glaucê Rocha, o Estádio Pedro Pedrossian e no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian), constata-se o volume de 2.467 notícias, sendo 1.650 de repercussão positiva, 727 de repercussão neutra e 90 de repercussão negativa.

A comunicação comprometida com a Missão da UFMS:

A comunicação institucional é efetiva e se manifesta por meio da divulgação jornalística e das ações elencadas a seguir que propiciam o desenvolvimento de canais de comunicação adequados para a transmissão de informações para os públicos interno e externo.

A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFMS

A Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM) substituiu, após um processo de reestruturação administrativa da UFMS, a antiga Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) ligada à Reitoria até janeiro de 2017. A partir da resolução no. 2/2017 aprovada pelo Conselho Universitário (COUN), em 20 de janeiro de 2017, a SECOM foi instituída com o objetivo de estabelecer diálogo entre o órgão público e a sociedade, privilegiando uma gestão comunicacional ampla e transparente, de modo a atingir e atender todo o seu espectro de interlocução.

Atualmente a SECOM é composta por quatro divisões: Divisão de Jornalismo e Mídias Sociais; Divisão de Planejamento Visual e Produção Gráfica; Divisão de Radiodifusão Educativa; e Divisão de Editora Universitária.

Os meios de COMUNICAÇÃO utilizados pela UFMS:

A UFMS disponibiliza uma newsletter semanal que atinge um número de 24.375 pessoas, sendo 5.107 técnicos e docentes e 19.268 alunos; programação quinzenal veiculada na TV Universitária (TVU); atualização diária do portal da UFMS; e utilização das mídias sociais (Facebook e Instagram) para aumentar e melhorar a interação entre seus públicos.

A TVU - TV Universitária

A programação da TV Universitária da UFMS é exibida pelo canal 14 NET - canal compartilhado com outras duas instituições privadas de ensino superior do Estado, além de disponibilizar seu conteúdo em canais das redes sociais Youtube e Facebook. Atualmente, a TVU conta com sete programas (Todas as Artes, Programa de Entrevista, Jornal da UFMS, TVU Especial, Dica de Livro e Dica de Saúde). A atualização da programação é quinzenal e durante os intervalos são inseridos materiais institucionais, principalmente, serviços que a Universidade oferece para toda a comunidade.

A TVU tem por objetivo: produção jornalística e institucional e difusão dos serviços prestados à comunidade pela Universidade.

O público-alvo da TVU é formado pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa.

O Portal da UFMS

A proposta é produzir conteúdo institucional de interesse das comunidades interna e externa. O portal conta com possibilidades midiáticas como inserção de áudio e imagem. As notícias contemplam o tripé ensino, pesquisa e extensão e o objetivo é fomentar por meio de um canal ágil e dinâmico a divulgação de conteúdos institucionais.

O público-alvo é formado pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa.

A Newsletter - UFMS Informa

A Newsletter “UFMS Informa” foi criada em 2017 em substituição ao Jornal UFMS, com o objetivo de divulgar ações, projetos e atividades da Universidade para a comunidade universitária, semanalmente, via e-mail institucional. A Newsletter atinge um número de 24.375 pessoas, sendo

5.107 técnicos e docentes e 19.268 alunos.

A Newsletter também atingiu o objetivo de economia de custo frente ao Jornal UFMS, que tinha uma impressão de 3 mil exemplares por mês, no valor de R\$ 60 mil reais/ano.

Mídias Sociais

A Internet, antes vista apenas como mais um meio de comunicação, hoje possui papel fundamental na vida das pessoas, seja para se comunicar, buscar informações, reclamar e criticar. Com a evolução desse meio e a necessidade de uma comunicação mais rápida entre os usuários, surgiram as mídias sociais, que permitem a criação de novos grupos sociais a partir do ambiente online.

A SECOM intensificou o uso das mídias sociais para aumentar e melhorar a interação entre seus públicos.

Facebook

Considerada a maior e mais importante rede social atualmente, o Facebook se destaca pelo volume de usuários que alcança. Por meio dele é possível fazer postagens sem limites de caracteres, além de inserir fotos e vídeos das ações realizadas pela UFMS. Em novembro de 2016, o Facebook da UFMS tinha 4.746 seguidores. Em novembro de 2017, o Facebook conta com 27.589 seguidores, totalizando 22.843 novos seguidores no período de um ano.

Instagram

O Instagram é um aplicativo gratuito que permite aos usuários compartilhar fotos e vídeos.

A interatividade desse aplicativo acontece por meio de curtidas e comentários dos usuários.

A SECOM introduziu o uso do Instagram a partir de fevereiro de 2017. Em novembro de 2017 conta com 2.195 seguidores.

O fluxo comunicacional da UFMS:

Por meio de reuniões de trabalho periódicas e da divulgação das ações, pelos responsáveis dos setores institucionais, o fluxo comunicacional se mantém de forma adequada.

A disponibilização da informação no âmbito da UFMS

A informação disponibilizada para os usuários é feita seguindo os preceitos técnicos e éticos da comunicação. É completa e clara, pois para a divulgação atende-se o preceito de isenção e checagem dos dados com todas as fontes envolvidas. É possível manter-se a atualização diária das informações em canais específicos como o portal, circulares internas, produção de cartazes e peças informativas, livretos institucionais, entre outros.

A comunicação interna

Os canais de comunicação tradicionais, como a newswetter, portal e TV são pautados com a ajuda de toda a comunidade. Por meio de e-mail específico (acs.secom@ufms.br) a comunidade interna pode encaminhar sugestões e formular críticas sobre as notícias veiculadas. As ações e eventos divulgados nesses canais, também são divulgados nas mídias sociais (Facebook e Instagram).

Estratégias de comunicação voltadas ao público interno da Universidade são fundamentais. Levando em consideração que o objetivo de um plano de comunicação é a consolidação de uma imagem, os personagens internos devem ser considerados importantes agentes multiplicadores da imagem da UFMS. Além de atuar diretamente na interface com a mídia, a SECOM – por meio de suas quatro divisões – deve destinar ações para um trabalho pedagógico interno a fim de abrir perspectivas e unir visões fragmentadas, comuns no universo das organizações.

A divulgação da informação para o âmbito externo

A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da Instituição (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, os regulamentos sobre a admissão, a titulação oferecida, a lista de currículos diretivos e docentes, os incentivos e as bolsas para estudantes, o valor da inscrição, os serviços, os procedimentos burocráticos etc.), pois as informações divulgadas atendem aos preceitos do jornalismo e possibilitam ao usuário ter acesso às informações completas, claras e atualizadas.

Nos casos em que a divulgação das informações ainda deve ser feita de forma parcial, disseminam-se os dados com as orientações sobre os endereços eletrônicos, os telefones ou os outros meios para que os usuários possam obter mais informações ou tirar dúvidas.

A avaliação do cumprimento das metas e objetivos do Setor

As ações e os projetos previstos pelo setor estão disponibilizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UFMS), que possui entre seus objetivos “consolidar a imagem da UFMS junto à sociedade”. A avaliação é feita com os recursos humanos do setor e também na apresentação de relatório final das atividades à direção da Instituição.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

As ações para garantir acessibilidade na instituição concentraram-se nas seguintes áreas: educacional/atitudinal, tecnologias assistivas e física/estrutural. Conforme disposto pela Lei nº 13.146/2015, pode-se citar as seguintes ações desenvolvidas para garantia de acessibilidade no ano de 2017:

Educacional/atitudinal

Instituição de Comissão Permanente de Acessibilidade;

Tradução e interpretação para Língua Brasileira de Sinais – Libras para promover acessibilidade na comunicação institucional, tendo como público docentes, discentes, técnicos e comunidade externa;

Tradução e interpretação para Libras para realização de matrículas; Tradução e interpretação para Libras de editais da instituição;

Tradução e interpretação para Libras de eventos e trabalhos de conclusão de curso; Acompanhamento educacional de acadêmicos público-alvo da Educação Especial; Divulgação das ações da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas;

Apoio na recepção de acadêmicos ingressantes; Acompanhamento educacional em sala de aula;

Orientação a família e docentes quanto a necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência;

Encaminhamentos de acadêmicos a outros profissionais e/ou unidades da UFMS.

Tecnologias Assistivas

Levantamento de demanda e solicitação de materiais assistivos para o público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno do

espectro autista);

Orçamento para a aquisição de materiais de tecnologia assistiva não presentes em ata.

Física/estrutural

Instituição de Comissão Permanente de Acessibilidade;

Levantamento de necessidades de sinalização na UFMS para elaboração de ata de comunicação visual;

Encaminhamentos de solicitações de adequações para acessibilidade física;

Aquisição de equipamentos para acessibilidade;

Encaminhamentos e apoio técnico para a elaboração de totens de orientação e sinalização para acessibilidade física.

Quadro 45- Quantitativo de acadêmico público alvo da Educação Especial Matriculado.

UNIDADES		Tipo de Deficiência								
	P.C	Cegueira	Aut. Inf.	Sind. Asp.	B. V	Surdez	D.A	D.F	D.I.M	A.H.
FAED					30		02	05		
INMA					01	01				01
FACOM					31		01	07	01	01
FAMEZ					5		01			
FAENG					29		01	02		01
FAALC	01	01			14		01	04		04
INFI					02					
INBIO					01					01
FACFAN			01		07	01		01		
INQUI					02			01	01	
INISA					03					
FACH					11		01	01		02
ESAN	01	01			30	01	04	03	01	01
CPAN	02			01	18			03		01
CPAQ	01				15		02			
CPAR		01			09			03		
CPCS					04					
CPCX					16			04		
CPNA					06		01	03		
CPNV					06		01			
CPPP					06			01	01	
CPTL					43	01	06	05	01	01
Característica do público alvo da Educação Especial					Quantidade de alunos					
Deficiência auditiva (D.A)					21					
Surdez					04					
Deficiência visual - Baixa visão (B.V)					289					
Deficiência visual – Cegueira					03					
Deficiência física (D.F)					43					
Deficiência intelectual/mental (D.I.M)					05					
Autismo Infantil					01					
Síndrome de Asperger					01					
Altas habilidades/ Superdotação (A.H)					13					

Fonte: PROAES

Obs.: Sobre a deficiência visual há equívocos nas informações, pois verificamos que muitos alunos se autodeclararam por apresentar algum tipo de limitação visual corrigida por lentes. A fim de correção destes dados, a UFMS realizou alguns procedimentos de ajuste, mas ainda sem sucesso.

Quadro 46- Atendimento: Acessibilidade 2017 – 1º Semestre

UNIDADE	Atendimento Educacional Especializado para alunos 2017/1					
	Nº alunos atendidos		Atendimento Mensal	Nº atendimentos Tradutores interpretes/ Libras		
				Diário	Mensal	Eventos
FAED	Gagueira	1	4	4	80	06
INMA	Surdez	1	8	4	80	
	Altas Habilidades	1				
FACOM	Outros	2	8	0	0	
FAMEZ	Dislexia	1	4	0	0	
	Outros	1				
FAENG	Deficiência Física	1	4	0	0	
FADIR	Outro	1	4	0	0	
INFI	Outros	2	8	0	0	
FACFAN	Outros	2	8	0	0	
INQUI	Deficiência Física	1	4	0	0	
FACH	Altas Habilidades	1	8	0	0	
	Outro	1				
ESAN	-	0	0	4	80	
UFMS	TOTAL	16	64	12	240	06

Fonte: PROAES

Quadro 47- Atendimento: Acessibilidade 2017 – 2º Semestre

UNIDADE	Atendimento Educacional Especializado para alunos 2017/2					
	Nº alunos atendidos		Atendimentos Mensal	Nº atendimentos Tradutores interpretes/ Libras		
				Diário	Mensal	Eventos
FAED	Gagueira	1	4	4	80	08
INMA	Surdez	1	12	4	80	
	Altas Habilidades	1				
	Múltiplas Deficiências	1				
FACOM	Outros	2	8	0	0	
FAMEZ	Dislexia	1	8	0	0	
	Outros	1				
FAENG	Deficiência Física	1	4	0	0	
FADIR	Outro	1	4	0	0	
INFI	Outros	2	8	0	0	
FACFAN	Outros	2	8	0	0	
INQUI	Deficiência Física	1	4	0	0	
FACH	Altas Habilidades	1	8	0	0	
	Outro	1				
ESAN	-	0	0	4	80	
CPAQ	Paralisia Cerebral	1	4			
UFMS	TOTAL	18	72	12	240	08

Fonte: PROAES

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O capítulo a seguir tratará sobre a execução orçamentária e financeira da UFMS relative ao exercício de 2017, onde serão demonstradas as despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas e Inscritas em restos a pagar Não Processados e arrecadação de receita própria bem como as Demonstrações contábeis exigidas em lei.

No exercício de 2017, a UFMS contou com um montante de R\$ 823.029.057,80 referente às despesas relacionadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e manutenção da infraestrutura física da Universidade, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nas ações orçamentárias previstas na LOA e nas receitas extra orçamentárias, sendo 79,26% destinados às despesas do grupo Pessoal e Encargos; 18,99% a Outras Despesas Correntes e 1,75% ao grupo Investimentos.

7.1 Desempenho financeiro no exercício

Quadro 48- Despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas e Inscritas em Restos a Pagar Não Processados

	NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	151.763.120,44	151.763.120,44		151.763.120,44
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	19.695.739,76	19.695.739,76		19.695.739,76
319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	5.509.496,44	5.509.496,44		5.509.496,44
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.058.613,48	1.058.613,48		1.058.613,48
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	383.057.312,07	383.057.312,07		383.057.312,07
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	6.796,89	6.796,89		6.796,89
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.233.291,95	9.233.291,95		9.233.291,95
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.353.054,14	2.353.054,14		2.353.054,14
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.395.823,52	2.395.823,52		2.395.823,52
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.163,30	20.163,30		20.163,30
319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.049.022,99	1.049.022,99		1.049.022,99
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENT.	73.218.157,74	73.218.157,74		73.218.157,74
319192	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	121,32	121,32		121,32
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	524.421,52	524.421,52		524.421,52
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.155.014,87	2.155.014,87		2.155.014,87
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.063.075,15	1.063.075,15		1.063.075,15
339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	12.294.360,97	12.294.360,97		12.282.360,97
339020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	291.288,48	291.288,48		291.288,48
339030	MATERIAL DE CONSUMO	4.800.675,56	2.204.591,10	2.596.084,46	2.184.783,05
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	35.774,00	690,00	35.084,00	690,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	746.209,20	544.558,41	201.650,79	499.074,91
339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	456.127,17	416.444,78	39.682,39	416.444,78
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.842.133,04	2.030.130,33	812.002,71	2.030.130,33
339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	19.119.368,32	17.867.821,11	1.251.547,21	17.813.317,01
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	53.792.251,70	38.411.306,81	15.380.944,89	38.293.476,67
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	17.934.862,04	17.934.862,04		17.934.862,04
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	12.544,30	10.107,99	2.436,31	10.107,99
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	10.106.368,17	10.106.368,17		10.106.368,17
339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE	113.029,02	113.029,02		113.029,02
339059	PENSOES ESPECIAIS	68.427,96	68.427,96		68.427,96

NATUREZA DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	44.916,67	44.916,67		44.916,67
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.054.897,51	1.054.897,51		1.054.897,51
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.330.074,73	11.089.877,05	240.197,68	11.089.877,05
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ (INTRA)	424.000,00	386.880,80	37.119,20	386.880,80
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA- ORCAMENT.	6.568.256,92	6.549.824,50	18.432,42	6.549.824,50
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.654,80	36.654,80		36.654,80
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES	48.086,88		48.086,88	
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	620.939,20	9.500,00	611.439,20	9.500,00
449051	OBRAS E INSTALACOES	4.694.547,02	397.417,74	4.297.129,28	252.469,12
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.099.294,11	3.098.471,62	6.000.822,49	3.098.471,62
TOTAL		809.638.313,35	778.065.653,44	31.572.659,91	777.671.079,03

Fonte: PROPLAN

Quadro 49- Desempenho Financeiro JAN a MAR MOVIMENTO ACUMULADO – MÊS (R\$)

NATUREZA DESPESA		JAN/2017			FEV/2017			MAR/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	10.764.065,17	10.764.065,17	100,00%	21.706.391,54	21.706.391,54	100,00%	32.886.079,76	32.886.079,76	100,00%
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.477.598,51	1.477.598,51	100,00%	2.971.020,08	2.971.020,08	100,00%	4.471.631,06	4.471.631,06	100,00%
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	422.280,49	422.280,49	100,00%	897.196,66	897.196,66	100,00%	1.280.988,94	1.280.988,94	100,00%
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	66.277,47	66.277,47	100,00%	133.304,32	133.304,32	100,00%	204.319,41	204.319,41	100,00%
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	29.918.902,96	29.918.902,96	100,00%	58.721.326,46	58.721.326,46	100,00%	89.173.800,36	89.173.800,36	100,00%
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	501,69	0,00	0,00%	501,69	501,69	100,00%	1.489,41	995,55	66,84%
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	629.247,41	629.247,41	100,00%	1.268.151,78	1.268.151,78	100,00%	1.782.712,34	1.782.712,34	100,00%
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	194.674,78	194.674,78	100,00%	388.653,00	388.653,00	100,00%	582.631,22	582.631,22	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	210.854,43	210.854,43	100,00%	212.569,69	212.569,69	100,00%	220.404,42	220.404,42	100,00%
319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS									
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	69.095,96	0,00	0,00%	69.095,96	69.095,96	100,00%	232.437,27	232.437,27	100,00%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.642.497,36	5.641.180,40	99,98%	11.202.462,92	11.202.462,92	100,00%	16.798.743,12	16.798.743,12	100,00%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES									
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	44.661,18	44.661,18	100,00%	90.359,06	90.359,06	100,00%	133.860,57	133.860,57	100,00%
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	169.369,45	169.369,45	100,00%	344.842,78	344.842,78	100,00%	520.986,16	516.744,38	99,19%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.470,30	2.470,30	100,00%	22.841,44	20.164,34	88,28%	53.993,10	53.993,10	100,00%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	99.929,24	0,00	0,00%	1.101.919,08	109.271,24	9,92%	2.406.953,78	1.633.862,36	67,88%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	13.358,13	0,00	0,00%	28.166,26	14.808,13	52,57%	42.474,39	29.116,26	68,55%
339030	MATERIAL DE CONSUMO				13.831,61			154.733,73	74.460,17	
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.									
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO							11.714,92	11.714,92	
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA				38.939,41	38.939,41		77.878,82	77.878,82	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	13.529,32	13.529,32	100,00%	34.019,59	34.019,59	100,00%	214.815,94	214.815,94	100,00%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	757.341,66	0,00	0,00%	2.656.885,84	1.533.624,33	57,72%	4.455.411,98	3.220.824,05	72,29%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	302.416,06	0,00	0,00%	1.077.517,29	708.227,81	65,73%	3.870.856,39	2.974.157,54	76,83%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.521.174,19	1.521.174,19	100,00%	3.029.114,46	3.029.114,46	100,00%	4.516.485,25	4.516.485,25	100,00%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS									
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	789.311,91	789.311,91	100,00%	1.571.296,87	1.571.296,87	100,00%	2.429.770,70	2.429.770,70	100,00%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	7.329,69	7.329,69	100,00%	16.268,00	16.268,00	100,00%	25.246,74	25.246,74	100,00%
339059	PENSOES ESPECIAIS	5.702,33	5.702,33	100,00%	11.404,66	11.404,66	100,00%	17.106,99	17.106,99	100,00%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS							18.910,18	18.910,18	
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	72.897,20	72.897,20	100,00%	905.015,59	900.326,53	99,48%	975.901,29	952.680,36	97,62%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	863.541,96	863.541,96	100,00%	1.739.950,40	1.739.950,40	100,00%	2.674.597,65	2.674.597,65	100,00%
339139	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)									

NATUREZA DESPESA		JAN/2017			FEV/2017			MAR/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	509.918,59	195.102,55	38,26%	702.492,58	702.492,58	100,00%	1.531.998,62	1.531.998,62	100,00%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES									
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA							620,00	620,00	
449051	OBRAS E INSTALACOES									
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE									
TOTAL		54.568.947,44	53.010.171,70	97,14%	110.955.539,02	108.435.784,29	97,73%	171.769.554,51	168.743.588,05	98,24%

Fonte: PROPLAN

Quadro 50- Desempenho Financeiro ABR a JUN

NATUREZA DESPESA		ABR/2017			MAI/2017			JUN/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	44.151.016,21	44.151.016,21	100,00%	55.595.077,22	55.595.077,22	100,00%	72.847.746,01	72.847.746,01	100,00%
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	5.963.935,96	5.963.935,96	100,00%	7.464.145,95	7.464.145,95	100,00%	9.731.908,06	9.731.908,06	100,00%
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	1.742.574,25	1.742.574,25	100,00%	2.038.571,45	2.038.571,45	100,00%	2.493.050,84	2.493.050,84	100,00%
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	277.340,91	277.340,91	100,00%	352.841,03	352.841,03	100,00%	429.147,66	429.147,66	100,00%
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	117.783.504,74	117.783.504,74	100,00%	146.165.216,40	146.165.216,40	100,00%	183.728.899,91	183.728.899,91	100,00%
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	1.983,27	1.489,41	75,10%	2.477,13	1.983,27	80,06%	3.217,92	3.217,92	100,00%
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.511.547,62	2.511.547,62	100,00%	3.326.165,73	3.326.165,73	100,00%	4.232.529,54	4.232.529,54	100,00%
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	776.609,44	776.609,44	100,00%	970.587,66	970.587,66	100,00%	1.164.565,88	1.164.565,88	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	234.067,46	234.067,46	100,00%	253.225,30	253.225,30	100,00%	273.836,96	273.836,96	100,00%
319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS									
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	303.915,87	232.437,27	76,48%	360.826,98	303.915,87	84,23%	421.043,62	421.043,62	100,00%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	22.385.071,33	22.383.774,94	99,99%	27.950.592,88	27.949.296,49	100,00%	33.541.886,23	33.541.886,23	100,00%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES									
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	158.751,45	158.751,45	100,00%	186.852,47	186.852,47	100,00%	218.478,34	218.478,34	100,00%
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	688.519,43	688.519,43	100,00%	870.211,14	870.211,14	100,00%	1.042.660,50	1.042.660,50	100,00%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	72.443,42	69.042,20	95,30%	145.959,81	138.013,08	94,56%	238.771,76	229.693,89	96,20%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.131.276,01	2.444.092,70	78,05%	3.929.931,48	3.431.722,41	87,32%	4.642.526,00	3.939.020,74	84,85%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	55.832,52	42.474,39	76,07%	71.365,65	58.007,52	81,28%	91.741,48	74.821,35	81,56%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	237.075,76	156.969,21		402.872,45	250.267,75		506.865,94	413.426,31	
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.									
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	31.352,57	31.352,57		40.638,33	40.638,33		86.747,68	85.716,87	
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	114.876,63	114.876,63		153.816,04	153.816,04		193.027,11	193.027,11	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	367.063,40	367.063,40	100,00%	576.868,29	576.868,29	100,00%	765.050,66	763.149,41	99,75%

NATUREZA DESPESA		ABR/2017			MAI/2017			JUN/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.177.980,98	4.705.047,47	90,87%	6.951.823,92	6.459.579,00	92,92%	8.457.710,91	7.284.719,09	86,13%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.222.433,07	4.906.611,86	67,94%	12.092.111,74	9.632.819,63	79,66%	15.816.101,08	13.578.153,53	85,85%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	6.029.551,36	6.029.551,36	100,00%	7.523.119,14	7.523.119,14	100,00%	9.008.310,46	9.008.310,46	100,00%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS				1.445,55	1.445,55		1.625,05	1.445,55	
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	3.301.651,74	3.301.651,74	100,00%	4.167.302,64	4.167.302,64	100,00%	5.033.214,44	5.033.214,44	100,00%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	34.833,58	34.833,58	100,00%	44.149,79	44.149,79	100,00%	53.522,33	53.522,33	100,00%
339059	PENSOES ESPECIAIS	22.809,32	22.809,32	100,00%	28.511,65	28.511,65	100,00%	34.213,98	34.213,98	100,00%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	26.409,73	26.409,73		42.475,79	42.475,79		44.916,67	44.916,67	
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.005.857,87	976.790,29	97,11%	1.021.303,91	1.021.303,91	100,00%	1.023.872,73	1.023.872,73	100,00%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.653.771,93	3.653.771,93	100,00%	4.662.383,11	4.662.383,11	100,00%	5.578.021,78	5.578.021,78	100,00%
339139	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)							135.215,12		
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.043.480,12	1.738.939,74	85,10%	2.562.766,93	2.261.647,92	88,25%	3.175.885,79	3.175.885,79	100,00%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES				36.654,80			36.654,80	36.654,80	
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.240,00	620,00		2.480,00	2.480,00		6.100,00	6.100,00	
449051	OBRAS E INSTALACOES									
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103.000,00			103.555,00	103.000,00		122.026,41	103.799,92	
TOTAL		229.611.777,95	225.528.477,21	98,22%	290.098.327,36	286.077.641,53	98,61%	365.181.093,65	360.790.658,22	98,80%

Fonte: PROPLAN

Quadro 51- Desempenho Financeiro JUL a SET

NATUREZA DESPESA		JUL/2017			AGO/2017			SET/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	84.433.920,30	84.433.920,30	100,00%	96.384.513,65	96.384.513,65	100,00%	108.429.758,19	108.429.758,19	100,00%
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	11.222.616,76	11.222.616,76	100,00%	12.720.252,49	12.720.252,49	100,00%	14.236.394,91	14.236.394,91	100,00%
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	2.857.649,15	2.857.649,15	100,00%	3.399.753,73	3.399.753,73	100,00%	3.798.608,14	3.798.608,14	100,00%
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	507.587,38	507.587,38	100,00%	590.526,09	590.526,09	100,00%	685.402,64	685.402,64	100,00%
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	212.473.222,11	212.473.222,11	100,00%	241.129.622,36	241.129.622,36	100,00%	270.275.719,78	270.275.719,78	100,00%
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	3.711,78	3.217,92	86,69%	4.224,40	3.711,78	87,87%	4.737,02	4.224,40	89,18%
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	5.003.355,87	5.003.355,87	100,00%	5.856.805,41	5.856.805,41	100,00%	6.635.553,47	6.635.553,47	100,00%
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	1.357.980,08	1.357.980,08	100,00%	1.554.188,07	1.554.188,07	100,00%	1.756.195,31	1.756.195,31	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	276.483,48	276.483,48	100,00%	285.017,25	285.017,25	100,00%	291.652,79	291.652,79	100,00%
319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS									
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	498.258,96	421.043,62	84,50%	592.881,61	498.258,96	84,04%	676.734,44	592.881,61	87,61%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	39.109.527,17	39.108.230,78	100,00%	44.736.509,03	44.735.163,39	100,00%	50.409.086,97	50.407.741,33	100,00%

NATUREZA DESPESA		JUL/2017			AGO/2017			SET/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES									
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	266.425,62	266.425,62	100,00%	305.477,35	305.477,35	100,00%	352.361,18	352.361,18	100,00%
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.234.948,06	1.234.948,06	100,00%	1.411.889,54	1.411.889,54	100,00%	1.589.571,05	1.581.398,39	99,49%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	340.944,46	329.868,34	96,75%	453.425,31	418.304,41	92,25%	571.713,96	502.409,58	87,88%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.627.945,52	4.770.774,29	84,77%	6.470.127,55	5.639.532,40	87,16%	7.306.590,57	6.486.061,23	88,77%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	119.987,11	106.628,98	88,87%	153.336,78	138.278,65	90,18%	182.147,85	168.789,72	92,67%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	693.475,91	578.294,84		924.537,51	805.350,70		1.142.889,40	910.228,74	
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.									
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	107.945,42	107.945,42		151.647,42	148.914,80		197.902,76	197.902,76	
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	232.238,18	232.238,18		271.499,96	271.499,96		310.929,80	310.929,80	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.004.803,84	998.067,06	99,33%	1.210.719,01	1.207.741,81	99,75%	1.418.745,79	1.398.971,27	98,61%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.948.975,40	9.429.472,96	94,78%	11.375.302,73	11.079.873,02	97,40%	12.896.180,36	11.399.728,20	88,40%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	19.547.676,93	17.379.230,37	88,91%	21.733.774,93	20.172.708,63	92,82%	26.664.821,74	23.279.109,97	87,30%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	10.495.028,50	10.495.028,50	100,00%	11.975.423,92	11.975.423,92	100,00%	13.486.053,64	13.486.053,64	100,00%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.306,59	3.306,59		5.222,88	5.222,88		6.960,53	5.222,88	
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	5.895.795,81	5.895.795,81	100,00%	6.751.698,55	6.751.698,55	100,00%	7.592.998,44	7.592.998,44	100,00%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	62.652,78	62.652,78	100,00%	71.976,55	71.976,55	100,00%	83.130,34	83.130,34	100,00%
339059	PENSOES ESPECIAIS	39.916,31	39.916,31	100,00%	45.618,64	45.618,64	100,00%	51.320,97	51.320,97	100,00%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	44.916,67	44.916,67		44.916,67	44.916,67		44.916,67	44.916,67	
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.024.523,65	1.024.523,65	100,00%	1.028.315,27	1.028.315,27	100,00%	1.031.559,60	1.029.531,81	99,80%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.472.641,28	6.472.641,28	100,00%	7.408.160,68	7.408.160,68	100,00%	8.380.371,97	8.379.842,38	99,99%
339139	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	135.215,12	135.215,12		135.215,12	135.215,12		234.764,64	135.215,12	
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	3.699.375,39	3.394.515,33	91,76%	4.214.740,93	3.908.751,33	92,74%	4.732.704,07	4.421.843,36	93,43%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.654,80	36.654,80		36.654,80	36.654,80		36.654,80	36.654,80	
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	6.720,00	6.720,00		3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	
449051	OBRAS E INSTALACOES	173.279,34	173.279,34		193.237,68	193.237,68		193.237,68	193.237,68	
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	204.379,01	148.200,33		225.736,81	216.379,88		266.544,84	226.378,25	
TOTAL		425.164.084,74	421.032.568,08	99,03%	483.855.950,68	480.581.956,42	99,32%	545.977.916,31	539.391.369,75	98,79%

Fonte: PROPLAN

Quadro 52- Desempenho Financeiro OUT a DEZ

NATUREZA DESPESA		OUT/2017			NOV/2017			DEZ/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	120.572.993,17	120.572.993,17	100,00%	139.361.946,78	139.361.946,78	100,00%	151.763.120,44	151.763.120,44	100,00%
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	15.782.195,21	15.782.195,21	100,00%	18.103.675,41	18.103.675,41	100,00%	19.695.739,76	19.695.739,76	100,00%
319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	4.258.028,05	4.258.028,05	100,00%	4.977.806,27	4.977.806,27	100,00%	5.509.496,44	5.509.496,44	100,00%
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	781.348,25	781.348,25	100,00%	961.411,50	961.411,50	100,00%	1.058.613,48	1.058.613,48	100,00%
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	299.281.545,16	298.752.211,71	99,82%	344.302.037,99	344.302.037,99	100,00%	383.057.312,07	383.057.312,07	100,00%
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	5.249,64	4.737,02	90,24%	6.027,96	5.249,64	87,09%	6.796,89	6.796,89	100,00%
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.477.888,18	7.477.888,18	100,00%	8.361.185,21	8.361.185,21	100,00%	9.233.291,95	9.233.291,95	100,00%
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.947.099,63	1.947.099,63	100,00%	2.151.276,23	2.151.276,23	100,00%	2.353.054,14	2.353.054,14	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	298.313,90	298.313,90	100,00%	328.951,30	328.951,30	100,00%	2.395.823,52	2.395.823,52	100,00%
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS				15.484,18	15.484,18		20.163,30	20.163,30	
319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	771.866,97	675.388,80	87,50%	935.613,06	771.866,97	82,50%	1.049.022,99	1.049.022,99	100,00%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	56.089.707,84	56.088.362,20	100,00%	67.360.031,37	67.357.340,09	100,00%	73.218.157,74	73.218.157,74	100,00%
319192	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				121,32	121,32		121,32	121,32	
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	405.568,96	405.568,96	100,00%	464.560,26	464.560,26	100,00%	524.421,52	524.421,52	100,00%
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.785.195,01	1.785.195,01	100,00%	1.967.514,54	1.967.514,54	100,00%	2.155.014,87	2.155.014,87	100,00%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	749.980,42	685.699,01	91,43%	943.039,09	896.542,21	95,07%	1.063.075,15	1.063.075,15	100,00%
339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.020.664,05	7.450.527,52	82,59%	10.788.630,71	9.714.716,65	90,05%	12.294.360,97	12.282.360,97	99,90%
339020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	216.076,32	197.720,63	91,50%	269.919,41	249.427,28	92,41%	291.288,48	291.288,48	100,00%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.369.218,07	1.137.299,39		1.927.372,30	1.455.063,97		2.204.591,10	2.184.783,05	
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	690,00	690,00		690,00	690,00		690,00	690,00	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	280.701,29	280.701,29		362.988,86	362.988,86		544.558,41	499.074,91	
339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	350.359,64	350.359,64		376.683,71	376.683,71		416.444,78	416.444,78	
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.617.803,87	1.605.399,57	99,23%	1.843.472,38	1.823.303,68	98,91%	2.030.130,33	2.030.130,33	100,00%
339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	14.499.670,53	13.121.019,64	90,49%	16.000.210,23	15.498.468,78	96,86%	17.867.821,11	17.813.317,01	99,69%
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.317.979,62	28.351.663,13	93,51%	34.180.325,96	32.586.625,67	95,34%	38.411.306,81	38.293.476,67	99,69%
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.974.505,45	14.974.505,45	100,00%	16.454.411,73	16.454.411,73	100,00%	17.934.862,04	17.934.862,04	100,00%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.868,60	8.868,60		9.944,93	9.944,93		10.107,99	10.107,99	
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	8.427.679,87	8.427.679,87	100,00%	9.267.468,07	9.267.468,07	100,00%	10.106.368,17	10.106.368,17	100,00%
339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE	93.685,34	93.685,34	100,00%	104.301,36	104.301,36	100,00%	113.029,02	113.029,02	100,00%
339059	PENSOES ESPECIAIS	57.023,30	57.023,30	100,00%	62.725,63	62.725,63	100,00%	68.427,96	68.427,96	100,00%
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	44.916,67	44.916,67		44.916,67	44.916,67		44.916,67	44.916,67	
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.049.737,60	1.049.737,60	100,00%	1.053.297,51	1.053.297,51	100,00%	1.054.897,51	1.054.897,51	100,00%
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.228.389,57	9.228.389,57	100,00%	10.144.730,96	10.144.730,96	100,00%	11.089.877,05	11.089.877,05	100,00%
339139	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INTRA)	275.833,36	235.359,36		275.833,36	275.833,36		386.880,80	386.880,80	

NATUREZA DESPESA		OUT/2017			NOV/2017			DEZ/2017		
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESEMP. FINANC.
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.246.998,40	4.938.540,17	94,12%	5.923.209,46	5.451.516,51	92,04%	6.549.824,50	6.549.824,50	100,00%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.654,80	36.654,80		36.654,80	36.654,80		36.654,80	36.654,80	
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00		9.500,00	9.500,00	
449051	OBRAS E INSTALACOES	252.469,12	252.469,12		252.469,12	252.469,12		397.417,74	252.469,12	
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.278.737,45	328.277,64		2.674.849,64	2.301.906,43		3.098.471,62	3.098.471,62	
TOTAL		609.858.643,31	601.689.517,40	98,66%	702.298.789,27	697.558.115,58	99,32%	778.065.653,44	777.671.079,03	99,95%

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica

Considerando tratar de despesas obrigatórias e com vinculação específica da fonte de recursos, as despesas com pessoal foram integralmente empenhadas, liquidadas e pagas dentro do Exercício Financeiro, não sendo inscrito em restos a pagar, conforme informações contidas na tabela 1.

Quanto às despesas com investimentos, os quais representam 1,78% do total empenhado, temos que 75,68% foram inscritas em restos a pagar não processados, devido ao grande volume de empenhos emitidos nos últimos meses do Exercício. Apenas 4,14% (R\$ 144.948,62) do total liquidado não foi pago dentro do exercício, sendo que tal despesas foi liquidada na última semana do mês de DEZ/2017.

Quanto às despesas com custeio com representatividade de 18,02% do total empenhado, temos que 85,83% foram liquidados dentro do exercício. As inscrições em restos a pagar não processados importam em 14,17% do total empenhado, sendo que 74,44% são da natureza de despesa “Outros Serviços de Terceiros – PJ” e 12,56% de “Material de Consumo”. Apesar das liberações de recursos irregulares no decorrer do Exercício, os pagamentos realizados nesta categoria foram da ordem de 99,80% do total liquidado.

7.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício. No âmbito federal, os três instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) estão previstos no Art. 165 da CF do Brasil -1988 e são de iniciativa do Poder Executivo que os submete ao Congresso Nacional sob a forma de projetos de lei específicos para serem apreciados, discutidos e convertidos em lei.

Estes instrumentos de planejamento espelham as decisões políticas e estabelecem as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. Apresentam múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle, ao mesmo tempo, por serem instrumentos de administração das ações governamentais, cabe a eles mensurar as próprias condições internas necessárias para execução dos planos previstos. Ou seja, não só relatam o que pretendem cumprir como, também, estabelecem uma estrutura que dê capacidade de realização.

As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, como entes públicos vinculados ao Ministério de Educação – MEC, participam e são contempladas nos instrumentos de planejamento do Governo Federal (PPA, LDO e LOA) como agentes de políticas de governo para a alocação de serviços à sociedade, para distribuição de renda e para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

O orçamento destinado as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vem ao encontro do cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Governo decorrentes da interação entre o PPA, onde são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, e para as relativas aos programas de duração continuada; a LDO que, orienta a elaboração do orçamento anual, e onde são estabelecidas as metas e prioridades a ser contempladas no Orçamento, e a (LOA) onde são previstos os recursos para a execução dos programas de governo.

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

As receitas da UFMS são provenientes do tesouro nacional, da arrecadação própria, da descentralização de créditos orçamentários e da viabilização de convênios.

Os recursos provenientes do tesouro nacional são recebidos em função da proposta orçamentaria da UFMS que é elaborada com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação(MEC) através do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC), compreendendo as seguintes fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo Ministério da Educação, convênios e receita própria, ressaltando que, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas - chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de OCC - Outros Custeios e Capital, incorporando os programas, os projetos e as atividades, previstas na LOA.

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional têm como parâmetro a produtividade, que determina o percentual de recursos a ser transferido para as Instituições Federais de Ensino Superior

IFES. Anualmente, a Secretaria de Planejamento e Orçamento Ensino Superior – SPO/MEC divulga o Limite Orçamentário que se constitui em teto orçamentário para os gastos, e estabelece um prazo para que as IFES apresentem a Proposta Orçamentária, para o exercício

seguinte, para a aplicação dos recursos orçamentários.

A distribuição dos recursos de OCC – Outros Custeios e Capital (o montante destacado pelo MEC para as IFES) obedece à matriz de alocação de recursos que é denominada de “Matriz OCC” que leva em consideração o tamanho e a qualidade de cada IFES. Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição no que se refere ao número de alunos matriculados, formados, ingressantes e concluintes. Atualmente a referida matriz se encontra regulamentada pelo artigo 4º, Decreto no 7.233, de 19/07/2010. E adota os seguintes critérios para distribuição dos recursos:

- o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;
- a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;
- o número de registro e comercialização de patentes;
- a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; e
- a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

A receita própria provém dos recursos diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, arrecadação de taxas, emolumentos, pela utilização da infraestrutura universitária e demais arrecadações inerentes à área de atuação da Universidade que financiam as atividades da UFMS ou remuneram a utilização da sua imagem e infraestrutura, além da alienação de veículos e de material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa, serviços gráficos e serviços administrativos.

As receitas de Convênios ou Descentralizações de Créditos são provenientes das transferências de órgãos da esfera federal (descentralização de créditos) ou de entes públicos ou privados (convênio), com vistas a financiar o desenvolvimento de projetos, envolvendo mútua cooperação e objetivo recíproco.

No ano de 2017, conforme já demonstrado no Capítulo IV - Planejamento Organizacional e Resultados, as receitas captadas pela UFMS, provenientes do Orçamento Federal, da Descentralização de Créditos Orçamentários e Convênios e da Arrecadação de Recursos Próprios, tanto de capital como de custeio, possibilitaram o desenvolvimento das metas estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, relacionadas as diretrizes e objetivos estratégicos da UFMS.

Em síntese para o funcionamento e manutenção das atividades ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção da infraestrutura física e laboratorial das unidades, a UFMS contou com recursos diretamente em seu orçamento, referente a todas as fontes de financiamento num montante de R\$ 805.705.288,00. Este montante esteve assim distribuído: 80,97% destinado a pessoal e encargos social; 17,24% a Outras Despesas Correntes e 1,79% a Investimentos. Em relação a origem das receitas percebe-se que 95,37% é proveniente do Orçamento da UFMS destinado diretamente pelo Tesouro Nacional e 4,63% é proveniente da captação de recursos diretamente arrecadados ou de convênios (conforme detalhamento no quadro “Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2016”, abaixo).

Ressalta-se, ainda, que foram captadas receitas extra orçamentárias num montante de

R\$ 17.323.769,80 provenientes de Órgãos de Fomento que apoiam Programas Especiais de Fomento à Pesquisa, Pós-graduação e Extensão e/ou fomento e cooperação científica e tecnológica através do lançamento de editais com chamadas para financiamentos e as propostas aprovadas são oficializadas por meio de Termos de Outorga e/ou Termos de Execução Descentralizada. São concedidas bolsas aos alunos e pesquisadores e os demais recursos para o desenvolvimento das ações pactuados nos projetos.

No exercício de 2017 as despesas relacionadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção das infraestrutura física da Universidade, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nas ações orçamentárias previstas na LOA e nas receitas extra orçamentárias importaram num montante de R\$ 823.029.057,80 sendo 79,26% destinados as despesas do grupo Pessoal e Encargos; 18,99% a Outras Despesas Correntes e 1,75% ao grupo Investimentos (conforme detalhamento no quadro “Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2017”, abaixo). Observa-se que o quadro contempla inclusive a despesas provenientes de Termo de Execução Descentralizada.

Tendo em vista que a liberação dos recursos financeiros por parte do MEC passou a ocorrer de forma irregular (uma a duas vezes por mês), a UFMS adotou as seguintes ações:

Para os pagamentos de contratos de serviços terceirizados os gestores foram orientados através de comunicação interna a encaminhar os processos de pagamento conforme cronograma estipulado pela Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN com o objetivo de que todos os processos de pagamento estivessem apropriados até a data de referência utilizada pelo MEC para o envio dos recursos financeiros;

Com relação aos pagamentos de bolsas, os responsáveis pelo acompanhamento também foram orientados através de comunicação interna de forma a garantir a liquidação do pagamento de bolsas a encaminhar os processos de pagamentos e relatórios conforme cronograma estabelecido pela Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN.

Cumprir esclarecer que a UFMS envidou esforços no sentido de otimizar o empenho dos recursos orçamentários aos contratos vinculados deste órgão, haja vista a disponibilização parcial dos limites de empenho por parte do MEC. Foram reordenadas as datas de medição dos contratos de obra e de manutenção predial visando obter os relatórios de medição e os consequentes documentos fiscais ainda dentro do mês corrente de forma a garantir a liquidação dos mesmos.

Em relação as dificuldades encontradas no exercício de 2017 já mencionadas, destacamos o contingenciamento dos limites de crédito orçamentário, a liberação do total de limites orçamentários apenas no final do exercício, a frustração em processos licitatórios, e por fim o cenário de incerteza na economia que levou os Órgão de Fomento a disponibilizarem, em seus editais, menos recursos para serem captados.

Quadro 53- Demonstrativos da arrecadação de receita própria.

Realização das Receitas		Receita Arrecadada	
		2016	2017
RECEITA PATRIMONIAL	Aluguéis e Arredamentos	806.029,56	503.869,22
	Remuneração de Depósitos Bancários	5.212,51	5.793,45
RECEITA DE SERVIÇOS	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.406.782,82	1.836.748,62
	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.506.580,51	696.960,50
	Serv. Assist Saúde Suplementar	22.244.848,76	23.643.626,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Transferências dos Municípios e suas Entidades	0,00	28.359,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	Multas e Juros Previstos em Contrato	0,00	10.576,33
	Restit. de Despesas de Exercícios Anteriores	28.690,04	39.078,78
	Outras Restituições	115.107,41	191.702,60
ALIENAÇÃO DE BENS	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	99.838,80	88.295,72
TOTAL		26.213.090,41	27.045.010,80

Fonte: PROPLAN

Quadro 54- Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2017

GRUPO	FONTE									TOTAL
	100	112	118	188	250	280	281	6151	6153	
Pessoal e Encargos	340.659.490,00	311.697.282,00								652.356.772,00
Outras Despesas Correntes	15.866.005,00	87.441.147,00			35.395.648,00	51.301,00	180.000,00			138.934.101,00
Outras Despesas Correntes – TDCs	80.000,00	15.605.926,01	112.502,12		4.895,09			130.465,76	1.385.880,82	17.319.669,80
Investimentos	64.136,00	11.697.856,00		1.000.000,00	1.652.423,00					14.414.415,00
Investimentos - TDCs		4.100,00								4.100,00
Total	356.669.631,00	426.446.311,01	112.502,12	1.000.000,00	37.052.966,09	51.301,00	180.000,00	130.465,76	1.385.880,82	823.029.057,80

Fonte: PROPLAN

Quadro 55- Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2017

GRUPO	FONTE									TOTAL
	100	112	118	188	250	280	281	6151	6153	
Pessoal e Encargos	337.872.453,76	311.488.260,28								649.360.714,04
Outras Despesas Correntes	15.130.697,99	102.209.540,97	112.502,12		26.865.371,74		28.359,58	130.465,76	1.385.880,82	145.862.818,98
Investimentos	63.836,28	11.701.955,97		998.301,12	1.650.686,96					14.414.780,33
Total	353.066.988,03	425.399.757,22	112.502,12	998.301,12	28.516.058,70	0,00	28.359,58	130.465,76	1.385.880,82	809.638.313,35

Fonte: PROPLAN

Obs.: O valor de R\$ 1.652.682,00 computado no quadro Sustentabilidade Financeira – Receitas de 2017 refere-se às sentenças judiciais e curso e concurso e não constam no quadro que trata das Despesas 2017, pois apesar de serem do orçamento da UFMS foram empenhados (R\$ 1.651.742,46) em outra UG.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Item já abordado em outros tópicos, principalmente no Item 8.2.1, na seção que trata sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Com o módulo de depreciação implantado desde 2010 no sistema patrimonial do órgão e com a sua reestruturação em 2014 para que o mesmo tivesse o suporte para atender o início das reavaliações, foi dado início nessa época a reavaliação de três grupos de bens móveis por uma comissão. Retornado aos procedimentos somente em 2016, por motivos internos da Divisão de Patrimônio, vinculada a Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura, onde foram reavaliados quase que todo o restante dos grupos, faltando somente a reavaliação dos bens móveis mobiliários, que pelo montante de unidades, ficariam para o exercício de 2017. No entanto, devido novamente a problemas de trocas de chefias da referida divisão no exercício de 2017 e com a troca da chefia superior da mesma, não foi retornado os trabalhos, ficando para a nova administração a retomada das reavaliações do último grupo e das demais pelo tempo da conclusão das anteriores.

Os bens que estão sendo depreciados são os adquiridos a partir do exercício de 2010, utilizando-se do método das cotas constantes, segundo a metodologia do manual SIAFI, macro função 020330, com a tabela fornecida pelo Tesouro Nacional para estimar a vida útil econômica do ativo, as taxas e valor residual.

A depreciação dos bens imóveis estão sendo registrados mensalmente pela Coordenação Geral de Contabilidade do MEC, através de planilhas encaminhadas pelo SPU.

A amortização dos softwares de vida útil definida está sendo realizada mensalmente e os softwares de vida útil indefinida foram reavaliados pelo Diretor da Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação, mas não houve tempo hábil para os lançamentos no siafi antes do fechamento de dezembro, devido entrega após a data, ficando seus lançamentos contábeis no SIAFI para início de 2018.

A avaliação e mensuração de Ativos referentes créditos a receber por danos causados ao patrimônio, estão sendo atualizados pelo Sistema de Débito web do TCU e seus processos com tramitação judicial para seu recebimento. E como a partir do anexo do Ofício Circular 16/2017 - SPO/MEC solicita a constituição de ajuste para perdas em créditos a receber e devido a inadimplência de ressarcimento pela FAPEC e FADEMS desde 2012 e 2014 respectivamente, durante o exercício foi registrado todo o crédito a receber em ajustes de perdas, sendo sua atualização mensal também incluída.

O impacto da utilização das Normas Brasileiras de contabilidade contribui a cada dia com o real valor do ativo e passivo no balanço do órgão.

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Com a extinção da Divisão de Gestão de Custos - DIGC/CGO/PROPLAN e a vinculação da Coordenadoria de Gestão Financeira e Contábil (CFC) na Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN), a partir da Resolução COUN nº 2, de 20/01/2017, a Divisão de Contabilidade (DICON/CFC) teve como competência consolidação das informações de custo, acompanhando e efetuando os registros nos sistemas corporativos quando necessário, juntamente com a competência de desenvolver metodologias para o aprimoramento das informações sobre os custos, visando dar suporte ao processo decisório.

Nesse contexto, no início de março foram iniciadas as discussões internas, destinadas ao estudo do cenário exibido na extinta DIGC/CGO/PROPLAN, onde as informações estavam sendo obtidas a partir da despesa orçamentária liquidada (gastos), constatando falhas e deficiências nas informações obtidas.

Com isso, ficou decidido que seria implantado um sistema de informações de custos na UFMS a partir da contabilidade patrimonial, com registros efetuados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e Sistema de Custos do Governo Federal (criado através da Portaria STN nº 157/2011), tendo como principais objetivos:

- Obter informações analíticas e sintéticas em nível de unidade organizacional, a fim de buscar maior eficiência no uso dos recursos públicos;

- Identificar e mensurar os custos de cada unidade organizacional da UFMS, tendo como meta final obter informações do custo-aluno por área ou por curso;

- Subsidiar as unidades com informações de custos a fim de aperfeiçoar o planejamento e aprimorar a alocação de recursos, estabelecendo metas vinculadas;

- Disponibilizando informações a partir de uma única fonte de dados, destinadas ao planejamento orçamentário, tomada de decisão e controle; e

- Atender as normas vigentes e o princípio da transparência, evidenciando as informações de custos e resultados para a comunidade interna e externa.

As vantagens da operacionalização do sistema de informação de custo pelo SIAFI são:

- Não interfere no levantamento de outras informações;

- Não há custos para utilização do sistema;

- Não gera lançamentos contábeis, somente alimenta o sistema gerencial de custos;

- Possui uma aba específica para detalhamento do objeto de custos;

- O acompanhamento deverá ser realizado pelo Tesouro Gerencial.

Assim, foi expedida a Portaria UFMS nº 732, de 21 de junho de 2017, autorizando a implantação do Sistema de Informações de Custos no âmbito da UFMS e estabelecendo o prazo de seis meses para sua conclusão, contados a partir de 1º de julho de 2017.

Considerando a definição que o centro de custo seria a Unidade Organizacional, foi solicitado adequação dos sistemas internos com vistas a possibilitar a extração de relatórios que possibilitem obter dados de custos, como por exemplo saídas de materiais de consumo do almoxarifado, depreciação dos equipamentos e materiais permanentes, folha de pagamento de pessoal, dentre outros. Quanto as despesas de uso comum, foram realizadas várias reuniões para definição da metodologia de rateio de tais despesas.

Para fins de identificação da Unidade Organizacional, foram utilizadas as UGR's já cadastradas no SIAFI e os centros de custos a princípio foram cadastrados no SIAFI por serviços, o que final do exercício foi decidido pela mudança do centro de custos por unidade organizacional, o que facilitaria nos relatórios tirados por elemento de despesas.

Foi solicitado ao Tesouro Nacional a alteração na tabela de órgão do indicador “uso objeto de custo” para SIM, e em outubro foi permitido a utilização de custos para o órgão. Assim, iniciou-se a utilização da aba centro de custos nas liquidações de despesas que geram custos, nos lançamentos de fechamento mensal dos Relatórios de almoxarifado, depreciação e amortização.

Inicialmente foram registrados os custos das despesas sem a necessidade de rateio, as saídas do almoxarifado e as depreciações, ficando as despesas de uso comum (energia, água e esgoto, limpeza, dentre outras) em códigos genéricos para registro em janeiro/2018 após consolidação da metodologia de rateio.

Com as metas de implantação totalizadas a partir dos lançamentos de rateios no início de 2018, espera-se que até o final do primeiro semestre esteja as informações de custos dando suporte nas tomadas de decisões do órgão.

7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão inseridas como anexo I ao relatório de gestão.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

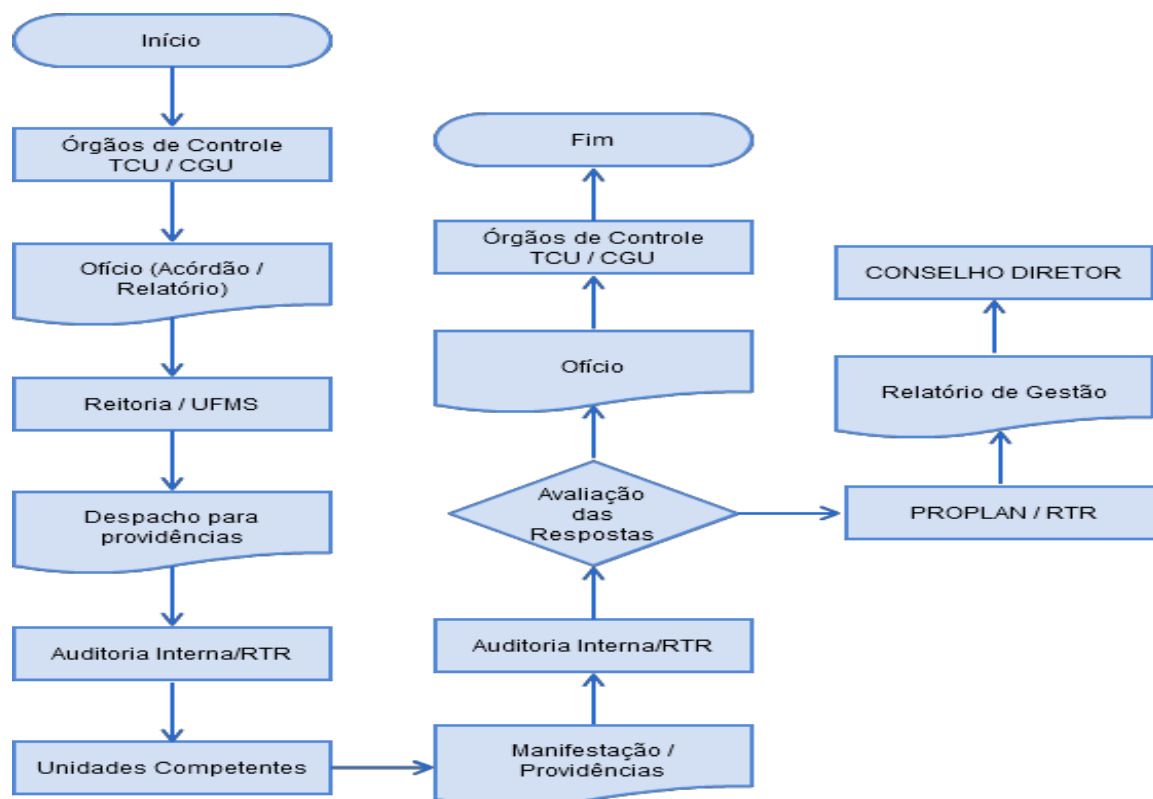
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As determinações dos órgãos de controle (TCU e CGU) são recebidas pelo Gabinete da Reitoria que, ao dar ciência do expediente, junto com o Assessor Jurídico, encaminha para conhecimento e providências à unidade de Auditoria Interna que, neste momento, fica encarregada da distribuição aos setores competentes para a adoção de providências ou esclarecimentos pertinentes, e, também, pelo acompanhamento da apresentação das respostas no prazo estabelecido.

Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS, o órgão demandante é formalmente notificado a respeito por meio de ofício emitido pela unidade de Auditoria Interna, encaminhando os documentos e esclarecimentos pertinentes.

Todas as determinações e recomendações pendentes de atendimentos são registrados em processo específico em processo eletrônico, com a ciência do Reitor da Universidade, e consolidadas no Relatório de Gestão, a ser apreciado em Reunião do Conselho Diretor e encaminhado aos órgãos de controle. O acompanhamento das recomendações não atendidas permanece no exercício seguinte.

Segue abaixo o fluxograma das recomendações e determinações dos órgãos de controle (TCU / CGU):



No exercício de 2017 houve uma quantidade menor de determinações e recomendações feitas pelo TCU em comparação aos exercícios anteriores, o que não significa, necessariamente, que a Corte de Contas atuou menos, uma vez que a UFMS respondeu a diversas diligências e audiências a respeito de trabalhos de fiscalização, ainda pendentes de julgamento, além do recebimento de diversos acórdãos emitidos sem determinações/recomendações, julgando legais atos de pessoal da UFMS, ou dando ciência a respeito de impropriedades encontradas.

As determinações e recomendações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência, e que foram atendidas pela UFMS, estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 56- Determinações e Recomendações feitas pelo TCU

Nº	Acórdão	Determinação
01	1125/2017 – TCU – 1ª Câmara	determinar à UFMS que: no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
02	8509/2017 – TCU – 1ª Câmara	determinar à UFMS que: faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela “opção de função” ao inativo, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte; dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao sr. Luis Landes da Silva Pereira, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Luis Landes da Silva Pereira teve ciência desta deliberação;
03	8511/2017 – TCU – 1ª Câmara	determinar à UFMS que: faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte; dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Luis Landes da Silva Pereira e Wilson Marques Barbosa, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
04	7866/2017 - TCU - 2ª Câmara	determinar à UFMS que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da notificação, informe ao Tribunal o resultado das providências adotadas para cumprir as recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno quanto a ressarcimentos ao erário em decorrência das constatações apontadas nos seguintes tópicos do relatório de auditoria das contas do exercício de 2015: pagamentos de plantões hospitalares em rubrica indevida com prejuízo de R\$ 816.875,26 e servidores com devolução ao erário interrompida com prejuízo potencial de R\$ 199.762,21 (subitem 2.1.1.1); ausência de informações necessárias ao correto local da obra a ser concluída, ocasionando um ônus à Administração no valor de R\$ 31.622,28 em virtude da concessão de reajustes (subitem 5.1.1.1); ausência da manutenção do desconto percentual entre o valor global contratado e o valor de referência constante do Edital, quando da celebração de aditivos, ocasionando potencial prejuízo de R\$ 3.103,19 (subitem 5.1.1.2); prejuízo de R\$ 56.637,95, sendo R\$ 16.289,70 por serviços pagos e não executados, R\$ 40.348,25 em virtude de serviços executados com especificações inferiores às contratadas (subitem 5.1.1.3); e sobreposição de serviços contratados: serviços unitários licitados na Concorrência nº 10/2013 apresentam duplicidade com serviços contratados e pagos em outro certame conduzido pela UFMS (subitem 5.1.1.5).

Fonte: Auditoria

Não há determinações e recomendações feitas em acórdão do TCU do exercício de 2017 pendentes de cumprimento, ou decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento no momento da finalização deste relatório de gestão.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu o sistema Monitor, que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização.

A ferramenta proporciona um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e os órgãos e entidades fiscalizados, além da redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real. No âmbito da UFMS, a Auditoria Interna é a unidade responsável pelo acesso e monitoramento e registro dos dados no sistema, a quem também cabe acompanhar e cobrar das unidades o cumprimento das recomendações pendentes de atendimento.

Apesar da CGU/MS ter atuado em diversas fiscalizações durante o exercício de 2015 e 2016, não foram emitidas recomendações no exercício de 2017. Com relação aos exercícios anteriores, 59 (cinquenta e nove) recomendações estão registradas no sistema Monitor com a situação “Monitorando”, sendo que 52 (cinquenta e duas) destas se encontram sob análise da CGU, e 07 (sete) para providências do gestor, com prazo limite no mês de julho do exercício de 2018 para apresentação das providências adotadas.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial pela UFMS no exercício de 2017. Os ressarcimentos ao erário são realizados pela Coordenadoria de Administração de Pessoal – CAP/PROGEP mediante instauração de processo administrativo, dando direito de ampla defesa ao servidor, e, em caso de se confirmar a necessidade de reposição ao erário, esta é feita através do SIAPE, em rubrica específica na ficha financeira do servidor envolvido.

Os casos abaixo referem-se a servidores e pensionistas que iniciaram a reposição ao erário no exercício de 2017, após o devido processo legal:

Quadro 57- Servidores Ativos e Inativos com Reposição ao Erário

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SIAPE	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
29782036	Acertos De Vacância	1.059,06	jan/17
18203285	Afastamento Para Pós-graduação	99.315,52	fev/17
10360241	Acertos De Vacância	4.058,55	mar/17
00076869	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.162,76	abr/17
00076869	Relatório De Auditoria	219,76	abr/17
11451143	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
14359949	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
13642736	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
11452301	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.237,80	abr/17
04332207	Relatório De Auditoria	112,41	abr/17
04332606	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.729,12	abr/17
12119592	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
11452492	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.428,35	abr/17
14671136	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
25642647	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.779,78	abr/17
16492760	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.509,02	abr/17
11717321	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.141,06	abr/17
11497984	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.095,53	abr/17

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SIAPÉ	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
04338388	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.471,64	abr/17
04335770	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.470,53	abr/17
04334714	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.436,10	abr/17
13578311	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.034,00	abr/17
11449068	Grat. Natalina Sobre PH 602	847,56	abr/17
13578515	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.576,68	abr/17
13723604	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
20637483	Grat. Natalina Sobre PH 602	823,92	abr/17
11449866	Grat. Natalina Sobre PH 602	678,00	abr/17
18020377	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.373,12	abr/17
04323089	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.677,68	abr/17
11451020	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.424,24	abr/17
04329354	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.356,00	abr/17
04334501	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
18371447	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
19989207	Dev. Da Dedicção Exclusiva	1.993,07	abr/17
31820918	Grat. Natalina Sobre PH 602	847,56	abr/17
04338167	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.184,34	abr/17
18371421	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
04318301	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.542,68	abr/17
04329028	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.838,71	abr/17
11452514	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.059,80	abr/17
16366012	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.712,00	abr/17
04331278	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.628,11	abr/17
04331278	Relatório De Auditoria	431,37	abr/17
14359451	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
05436502	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.407,12	abr/17
12028279	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
11448304	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.544,76	abr/17
14359078	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
18136502	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.149,38	abr/17
21709020	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.373,12	abr/17
11452158	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.089,64	abr/17
11795691	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
21451791	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.034,00	abr/17
11451551	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.585,60	abr/17
04339732	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.493,34	abr/17
23125530	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.695,12	abr/17
23789047	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.373,12	abr/17
04321060	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.089,52	abr/17
04327360	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.907,57	abr/17
11452964	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.368,74	abr/17
14360009	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
13597129	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
14581935	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
11452085	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.523,18	abr/17
13719682	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.949,34	abr/17
04326797	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
14360033	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.192,66	abr/17
11451038	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.612,28	abr/17
12048580	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.192,54	abr/17
23579271	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.593,68	abr/17
11452905	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.300,05	abr/17
12048555	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.707,52	abr/17
14360068	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SIAPÉ	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
14359493	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
11505561	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.677,68	abr/17
04320136	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	abr/17
15484992	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
11451071	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
04330549	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.956,78	abr/17
04333513	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.677,42	abr/17
11450180	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
04333921	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.838,71	abr/17
13719470	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.604,56	abr/17
11452662	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
04338248	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.883,60	abr/17
13643139	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
04333661	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.501,48	abr/17
15424736	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
11451640	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.295,62	abr/17
12132556	Grat. Natalina Sobre PH 602	6.441,36	abr/17
04319197	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.630,60	abr/17
25622999	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.237,68	abr/17
12076796	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
11449572	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.796,90	abr/17
4319952	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
4338752	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
4329737	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.761,78	abr/17
22181614	Grat. Natalina Sobre PH 602	847,56	abr/17
12047443	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
11037185	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.471,66	abr/17
15426119	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.695,12	abr/17
04337004	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.543,42	abr/17
15093276	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.729,24	abr/17
11452026	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
11644324	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.767,38	abr/17
4319341	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.265,72	abr/17
14395406	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
18136847	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.428,54	abr/17
23502392	Acertos De Vacância	5.093,87	abr/17
13643228	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.347,10	abr/17
16207828	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.237,80	abr/17
04336334	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	abr/17
13719496	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
13578787	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
04321302	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.838,71	abr/17
14671047	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.699,26	abr/17
04330107	Relatório De Auditoria	109,7	abr/17
11900461	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
15423764	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
11770397	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.017,04	abr/17
04327858	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.527,64	abr/17
14359540	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
04328609	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.271,34	abr/17
11772489	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
04332843	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.956,78	abr/17
04338442	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.368,68	abr/17
04334153	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.220,68	abr/17
04340056	Grat. Natalina Sobre PH 602	7.000,00	abr/17

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SLAPE	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
11451305	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
13581559	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.450,06	abr/17
04318298	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.192,60	abr/17
04328871	Grat. Natalina Sobre PH 602	528,53	abr/17
04339465	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.544,76	abr/17
04329362	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.976,42	abr/17
14357571	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.712,12	abr/17
11451453	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.347,04	abr/17
04324964	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.295,68	abr/17
14361609	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.059,74	abr/17
04338141	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
15424761	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.729,12	abr/17
22662272	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.271,34	abr/17
04325561	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
19957801	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.523,18	abr/17
14360181	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.162,70	abr/17
13719798	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.203,56	abr/17
04329966	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.761,78	abr/17
15423837	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.214,18	abr/17
11451518	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
04331847	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.626,20	abr/17
11451607	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.802,28	abr/17
13578876	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.214,18	abr/17
14360297	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.544,76	abr/17
12030311	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.192,60	abr/17
14360211	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.626,14	abr/17
11448053	Grat. Natalina Sobre PH 602	617,94	abr/17
13578906	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.441,80	abr/17
11450511	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.220,68	abr/17
04322635	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.994,82	abr/17
11452565	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.089,64	abr/17
04334706	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.734,49	abr/17
04335273	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.647,84	abr/17
11451950	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.398,52	abr/17
11497992	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.891,86	abr/17
11451151	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.729,10	abr/17
04333335	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.647,84	abr/17
15423845	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.051,12	abr/17
14357601	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.559,68	abr/17
04328013	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.486,36	abr/17
04328455	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.141,06	abr/17
13720851	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
41821895	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.695,12	abr/17
04338779	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
32654451	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.271,34	abr/17
14395791	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.898,76	abr/17
14359566	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.986,68	abr/17
13579465	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.956,72	abr/17
14360378	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.574,72	abr/17
11451399	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
04337110	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.758,07	abr/17
04338035	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.737,36	abr/17
11450406	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.707,58	abr/17
04332851	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.767,20	abr/17
04321221	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.907,57	abr/17

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SLAPE	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
04319758	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.471,70	abr/17
11450155	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.111,22	abr/17
04337918	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.441,80	abr/17
13581648	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.368,68	abr/17
04334790	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.624,07	abr/17
11451402	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.192,60	abr/17
04334676	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.999,06	abr/17
04334358	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.945,10	abr/17
04334846	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.382,14	abr/17
11452191	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.544,76	abr/17
11104192	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.244,08	abr/17
12047478	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	abr/17
11451879	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.046,36	abr/17
04318476	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
04330808	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
04331511	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.119,48	abr/17
12507461	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.192,60	abr/17
24188632	Grat. Natalina Sobre PH 602	7.000,00	abr/17
04334749	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.441,80	abr/17
15514034	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.677,62	abr/17
13644526	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.956,72	abr/17
11452051	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.368,68	abr/17
12119550	Grat. Natalina Sobre PH 602	772,38	abr/17
11450449	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.347,04	abr/17
11451348	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.746,24	abr/17
04328226	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.265,72	abr/17
04334498	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
21822039	Grat. Natalina Sobre PH 602	847,56	abr/17
04338175	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.132,86	abr/17
14360432	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.729,10	abr/17
13719518	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.604,56	abr/17
11045633	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.759,00	abr/17
11646912	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	abr/17
04327203	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.119,48	abr/17
04324794	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.544,76	abr/17
04330484	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.604,50	abr/17
04338574	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.363,21	abr/17
04335605	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.838,71	abr/17
05431861	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.097,90	abr/17
04332100	Grat. Natalina Sobre PH 602	6.187,14	abr/17
11499120	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.531,35	abr/17
04329575	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.634,46	abr/17
11450244	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
11448185	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
04320802	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.340,57	abr/17
04331481	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
04331821	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.647,84	abr/17
04321116	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.089,64	abr/17
04338329	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
04339210	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.707,52	abr/17
04322104	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.237,80	abr/17
04333351	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	abr/17
11449602	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.998,03	abr/17
13579481	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,88	abr/17
21926861	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.695,12	abr/17

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SLAPE	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
04320691	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.059,80	abr/17
14359582	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.699,26	abr/17
04334391	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
00768183	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
04322031	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
11448282	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
12030222	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.441,80	abr/17
20359921	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.130,00	abr/17
17969675	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
24984277	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.068,00	abr/17
04338892	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.574,66	abr/17
64337329	Grat. Natalina Sobre PH 602	7.000,00	abr/17
11452441	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.913,56	abr/17
11450333	Relatório De Auditoria	1.105,05	abr/17
11507645	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.373,12	abr/17
14361421	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
11451747	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.068,00	abr/17
11450473	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.265,72	abr/17
11451593	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.769,86	abr/17
11450139	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.501,60	abr/17
11451623	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.544,76	abr/17
14360483	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.956,78	abr/17
11104222	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	abr/17
11448461	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.501,54	abr/17
13579503	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
11448266	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.501,60	abr/17
19780405	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.935,08	abr/17
14360564	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
14364829	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.398,58	abr/17
13607213	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
11450961	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.486,36	abr/17
17917926	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
14360572	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.317,14	abr/17
11452221	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.317,14	abr/17
4326100	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.769,86	abr/17
4336181	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.574,60	abr/17
4321485	Dev. Da Dedicção Exclusiva	2.991,97	abr/17
13666228	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.265,72	abr/17
11451003	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.021,70	abr/17
4334315	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.376,94	abr/17
4332444	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.898,68	abr/17
31880104	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.051,12	abr/17
11449696	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.398,64	abr/17
18262532	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.162,76	abr/17
14359604	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
23232042	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.220,56	abr/17
11448452	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
4332754	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.413,46	abr/17
11717241	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.913,50	abr/17
4332142	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.029,84	abr/17
11451127	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.559,68	abr/17
4335354	Grat. Natalina Sobre PH 602	514,92	abr/17
4336385	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.055,28	abr/17
11451488	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.677,68	abr/17
11831191	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.695,12	abr/17

LISTA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SIAPÉ	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
13597358	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.695,12	abr/17
24136551	Grat. Natalina Sobre PH 602	847,56	abr/17
13571537	Acertos De Vacância	3.368,67	abr/17
4338108	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	abr/17
13581656	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.780,64	abr/17
11452425	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.853,76	abr/17
23625362	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.390,12	abr/17
11449432	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.057,07	abr/17
13610478	Grat. Natalina Sobre PH 602	926,88	abr/17
11449297	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.244,02	abr/17
4337039	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.898,68	abr/17
11242102	Acertos De Vacância	2.337,96	mai/17
4333131	Dev. Da Dedicção Exclusiva	63.414,21	jun/17
23232042	Adicional De Insalubridade	952,06	jun/17
11450881	Devolução Em Virtude De óbito De Familiar	876,43	jul/17
19768791	Incentivo à Qualificação	2.058,42	ago/17
12068840	Acertos De Vacância	4.147,77	ago/17
36371500	Afastamento Para Pós-graduação	79.662,48	set/17
11449611	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.405,71	out/17
4335311	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.596,78	out/17
11451437	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.647,84	out/17
11449955	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.476,16	out/17
4322112	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.767,26	out/17
4332177	Grat. Natalina Sobre PH 602	7.000,00	out/17
4338221	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.338,84	out/17
11452433	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.347,04	out/17
4325685	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.622,03	out/17
11450970	Grat. Natalina Sobre PH 602	919,36	out/17
11452701	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.612,76	out/17
4319006	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.265,72	out/17
4330107	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.604,56	out/17
11451461	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,82	out/17
11450228	Grat. Natalina Sobre PH 602	5.046,30	out/17
11447987	Grat. Natalina Sobre PH 602	3.474,82	out/17
4338183	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.750,80	out/17
64334788	Grat. Natalina Sobre PH 602	2.328,78	out/17
4338043	Grat. Natalina Sobre PH 602	1.235,82	out/17
11451704	Grat. Natalina Sobre PH 602	4.325,52	out/17
4326061	Exercícios Anteriores	126.994,00	nov/17
19993662	Dev. Da Dedicção Exclusiva	114.476,72	dez/17

Fonte: Auditoria Interna

Quadro 58- Pensionistas com Reposição ao Erário

LISTA DOS PENSIONISTAS COM REPOSIÇÃO AO ERÁRIO			
SIAPÉ	TIPO PROCESSO	VALOR	INÍCIO REPOSIÇÃO
6067034	Gratificação Natalina	849,44	jan/17
6104428	Divergência Cadastral	446,66	jan/17
4078667	47,94%	5.560,98	mar/17
4025440	47,94%	1.844,96	mar/17
6152929	47,94%	77.620,70	jun/17
3755771	47,94%	57.226,48	jul/17
5459443	47,94%	160.270,28	ago/17
6178880	47,94%	39.690,37	set/17
3973140	47,94%	25.996,40	out/17

Fonte: Auditoria Interna

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quadro 59- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos JAN a ABR

SALDO ACUMULADO (R\$)

NATUREZA DA DESPESA	JAN/2017		FEV/2017		MAR/2017		ABR/2017	
	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001 APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	10.764.065,17	10.764.065,17	21.706.391,54	21.706.391,54	32.886.079,76	32.886.079,76	44.151.016,21	44.151.016,21
319003 PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.477.598,51	1.477.598,51	2.971.020,08	2.971.020,08	4.471.631,06	4.471.631,06	5.963.935,96	5.963.935,96
319004 CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	422.280,49	422.280,49	897.196,66	897.196,66	1.280.988,94	1.280.988,94	1.742.574,25	1.742.574,25
319007 CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	66.277,47	66.277,47	133.304,32	133.304,32	204.319,41	204.319,41	277.340,91	277.340,91
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	29.918.902,96	29.918.902,96	58.721.326,46	58.721.326,46	89.173.800,36	89.173.800,36	117.783.504,74	117.783.504,74
319013 OBRIGACOES PATRONAIS	501,69		501,69	501,69	1.489,41	995,55	1.983,27	1.489,41
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	629.247,41	629.247,41	1.268.151,78	1.268.151,78	1.782.712,34	1.782.712,34	2.511.547,62	2.511.547,62
319091 SENTENCAS JUDICIAIS	194.674,78	194.674,78	388.653,00	388.653,00	582.631,22	582.631,22	776.609,44	776.609,44
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	210.854,43	210.854,43	212.569,69	212.569,69	220.404,42	220.404,42	234.067,46	234.067,46
319094 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS								
319104 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	69.095,96		69.095,96	69.095,96	232.437,27	232.437,27	303.915,87	232.437,27
319113 OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.642.497,36	5.641.180,40	11.202.462,92	11.202.462,92	16.798.743,12	16.798.743,12	22.385.071,33	22.383.774,94
319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
339004 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	44.661,18	44.661,18	90.359,06	90.359,06	133.860,57	133.860,57	158.751,45	158.751,45
339008 OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	169.369,45	169.369,45	344.842,78	344.842,78	520.986,16	516.744,38	688.519,43	688.519,43
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.470,30	2.470,30	22.841,44	20.164,34	53.597,20	53.597,20	68.877,06	65.475,84
339018 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	99.929,24		1.101.919,08	109.271,24	2.406.953,78	1.633.862,36	3.131.276,01	2.444.092,70
339020 AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	13.358,13		28.166,26	14.808,13	42.474,39	29.116,26	55.832,52	42.474,39
339030 MATERIAL DE CONSUMO			13.831,61		154.733,73	74.460,17	237.075,76	156.969,21
339031 PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.								
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO					11.714,92	11.714,92	29.792,00	29.792,00
339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA			38.939,41	38.939,41	77.878,82	77.878,82	114.876,63	114.876,63
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.529,32	13.529,32	34.019,59	34.019,59	214.815,94	214.815,94	364.241,90	364.241,90
339037 LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	757.341,66		2.656.885,84	1.533.624,33	4.455.411,98	3.220.824,05	5.177.980,98	4.705.047,47
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	302.416,06		1.077.517,29	708.227,81	3.870.856,39	2.974.157,54	7.222.433,07	4.906.611,86
339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.521.174,19	1.521.174,19	3.029.114,46	3.029.114,46	4.516.485,25	4.516.485,25	6.029.551,36	6.029.551,36
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS								
339049 AUXÍLIO-TRANSPORTE	7.329,69	7.329,69	16.268,00	16.268,00	25.246,74	25.246,74	34.833,58	34.833,58
339059 PENSOES ESPECIAIS	5.702,33	5.702,33	11.404,66	11.404,66	17.106,99	17.106,99	22.809,32	22.809,32
339091 SENTENCAS JUDICIAIS					18.910,18	18.910,18	26.409,73	26.409,73
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	72.897,20	72.897,20	905.015,59	900.326,53	975.901,29	952.680,36	1.005.857,87	976.790,29

NATUREZA DA DESPESA		JAN/2017		FEV/2017		MAR/2017		ABR/2017	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	863.541,96	863.541,96	1.739.950,40	1.739.950,40	2.674.597,65	2.674.597,65	3.653.771,93	3.653.771,93
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)								
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	352.056,20	37.240,16	388.099,98	388.099,98	1.045.911,26	1.045.911,26	1.382.878,23	1.078.337,85
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES								
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA					620,00	620,00	1.240,00	620,00
449051	OBRAS E INSTALACOES								
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE							103.000,00	
TOTAL		53.621.773,14	52.062.997,40	109.069.849,55	106.550.094,82	168.853.300,55	165.827.334,09	225.641.575,89	221.558.275,15

Fonte: PROPLAN

Quadro 60- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos MAI a AGO

SALDO ACUMULADO (R\$)

NATUREZA DA DESPESA		MAI/2017		JUN/2017		JUL/2017		AGO/2017	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	55.595.077,22	55.595.077,22	72.847.746,01	72.847.746,01	84.433.920,30	84.433.920,30	96.384.513,65	96.384.513,65
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	7.464.145,95	7.464.145,95	9.731.908,06	9.731.908,06	11.222.616,76	11.222.616,76	12.720.252,49	12.720.252,49
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	2.038.571,45	2.038.571,45	2.493.050,84	2.493.050,84	2.857.649,15	2.857.649,15	3.399.753,73	3.399.753,73
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	352.841,03	352.841,03	429.147,66	429.147,66	507.587,38	507.587,38	590.526,09	590.526,09
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	146.165.216,40	146.165.216,40	183.728.899,91	183.728.899,91	212.473.222,11	212.473.222,11	241.129.622,36	241.129.622,36
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	2.477,13	1.983,27	3.217,92	3.217,92	3.711,78	3.217,92	4.224,40	3.711,78
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.326.165,73	3.326.165,73	4.232.529,54	4.232.529,54	5.003.355,87	5.003.355,87	5.856.805,41	5.856.805,41
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	2.322.846,35	2.322.846,35	2.516.824,57	2.516.824,57	2.710.238,77	2.710.238,77	2.968.601,66	2.968.601,66
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	253.225,30	253.225,30	273.836,96	273.836,96	276.483,48	276.483,48	285.017,25	285.017,25
319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS								
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	360.826,98	303.915,87	421.043,62	421.043,62	498.258,96	421.043,62	592.881,61	498.258,96
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	27.950.592,88	27.949.296,49	33.541.886,23	33.541.886,23	39.109.527,17	39.108.230,78	44.736.509,03	44.735.163,39
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES								
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	186.852,47	186.852,47	218.478,34	218.478,34	266.425,62	266.425,62	305.477,35	305.477,35
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	870.211,14	870.211,14	1.042.660,50	1.042.660,50	1.234.948,06	1.234.948,06	1.411.889,54	1.411.889,54
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	121.553,41	116.786,20	183.158,40	180.923,59	232.476,88	228.939,42	266.202,83	263.756,21
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.920.736,48	3.423.412,41	4.631.331,00	3.929.325,74	5.611.700,52	4.756.029,29	6.440.259,05	5.621.663,90
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	69.190,65	55.832,52	83.113,78	69.755,65	96.471,91	83.113,78	113.314,54	99.956,41
339030	MATERIAL DE CONSUMO	402.872,45	250.267,75	506.865,94	413.426,31	689.480,65	574.299,58	916.381,85	797.355,44

NATUREZA DA DESPESA		MAI/2017		JUN/2017		JUL/2017		AGO/2017	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.								
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	39.077,76	39.077,76	73.312,60	73.139,01	83.548,54	83.548,54	107.781,81	106.311,01
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	153.816,04	153.816,04	193.027,11	193.027,11	232.238,18	232.238,18	271.499,96	271.499,96
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	564.073,86	564.073,86	745.868,58	745.868,58	956.369,56	953.261,28	1.141.783,38	1.139.803,88
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.951.823,92	6.459.579,00	8.449.097,01	7.284.719,09	9.931.747,60	9.412.245,16	11.349.461,03	11.054.031,32
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.092.111,74	9.632.819,63	15.815.774,46	13.577.920,23	19.547.350,31	17.378.903,75	21.685.051,27	20.124.101,62
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	7.523.119,14	7.523.119,14	9.008.310,46	9.008.310,46	10.495.028,50	10.495.028,50	11.975.423,92	11.975.423,92
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.445,55	1.445,55	1.625,05	1.445,55	3.306,59	3.306,59	5.222,88	5.222,88
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	44.149,79	44.149,79	53.522,33	53.522,33	62.652,78	62.652,78	71.976,55	71.976,55
339059	PENSOES ESPECIAIS	28.511,65	28.511,65	34.213,98	34.213,98	39.916,31	39.916,31	45.618,64	45.618,64
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	178.724,75	178.724,75	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.021.303,91	1.021.303,91	1.023.872,73	1.023.872,73	1.023.872,73	1.023.872,73	1.027.664,35	1.027.664,35
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.662.383,11	4.662.383,11	5.578.021,78	5.578.021,78	6.472.641,28	6.472.641,28	7.408.160,68	7.408.160,68
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)			135.215,12		135.215,12	135.215,12	135.215,12	135.215,12
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	1.728.738,45	1.427.619,44	2.168.674,95	2.168.674,95	2.519.648,27	2.214.788,21	2.863.585,48	2.557.595,88
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.654,80		36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	2.480,00	2.480,00	6.100,00	6.100,00	6.720,00	6.720,00	3.000,00	3.000,00
449051	OBRAS E INSTALACOES					173.279,34	173.279,34	193.237,68	193.237,68
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103.555,00	103.000,00	122.026,41	103.799,92	204.379,01	148.200,33	225.736,81	216.379,88
TOTAL		286.535.372,49	282.518.751,18	360.609.212,19	356.242.147,51	419.430.839,83	415.311.990,33	476.947.502,74	473.722.419,33

Fonte: PROPLAN

Quadro 61- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos SET a DEZ

SALDO ACUMULADO (R\$)

NATUREZA DA DESPESA		SET/2017		OUT/2017		NOV/2017		DEZ/2017	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	108.429.758,19	108.429.758,19	120.572.993,17	120.572.993,17	139.361.946,78	139.361.946,78	151.763.120,44	151.763.120,44
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	14.236.394,91	14.236.394,91	15.782.195,21	15.782.195,21	18.103.675,41	18.103.675,41	19.695.739,76	19.695.739,76
319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	3.798.608,14	3.798.608,14	4.258.028,05	4.258.028,05	4.977.806,27	4.977.806,27	5.509.496,44	5.509.496,44
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	685.402,64	685.402,64	781.348,25	781.348,25	961.411,50	961.411,50	1.058.613,48	1.058.613,48
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	270.275.719,78	270.275.719,78	299.281.545,16	298.752.211,71	344.302.037,99	344.302.037,99	383.057.312,07	383.057.312,07
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	4.737,02	4.224,40	5.249,64	4.737,02	6.027,96	5.249,64	6.796,89	6.796,89
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.635.553,47	6.635.553,47	7.477.888,18	7.477.888,18	8.361.185,21	8.361.185,21	9.233.291,95	9.233.291,95
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.170.608,90	3.170.608,90	3.361.513,22	3.361.513,22	3.565.689,82	3.565.689,82	3.767.467,73	3.767.467,73
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	291.652,79	291.652,79	298.313,90	298.313,90	328.951,30	328.951,30	2.395.823,52	2.395.823,52
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS					15.484,18	15.484,18	20.163,30	20.163,30
319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	676.734,44	592.881,61	771.866,97	675.388,80	935.613,06	771.866,97	1.049.022,99	1.049.022,99
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	50.409.086,97	50.407.741,33	56.089.707,84	56.088.362,20	67.360.031,37	67.357.340,09	73.218.157,74	73.218.157,74
319192	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					121,32	121,32	121,32	121,32
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	352.361,18	352.361,18	405.568,96	405.568,96	464.560,26	464.560,26	524.421,52	524.421,52
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.589.571,05	1.581.398,39	1.785.195,01	1.785.195,01	1.967.514,54	1.967.514,54	2.155.014,87	2.155.014,87
339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	314.735,97	278.520,62	412.024,64	377.713,69	519.401,60	496.240,51	590.029,07	590.029,07
339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.259.508,57	6.451.379,23	8.955.308,97	7.397.572,44	10.701.575,47	9.638.861,41	12.194.682,73	12.194.682,73
339020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	126.672,67	113.314,54	144.228,36	126.672,67	158.967,15	145.609,02	176.692,28	176.692,28
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.125.776,35	893.115,69	1.344.113,03	1.112.984,24	1.897.057,25	1.425.609,11	2.116.010,32	2.096.202,27
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.			690,00	690,00	690,00	690,00	690,00	690,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	130.903,11	130.903,11	167.934,50	167.934,50	224.539,03	224.539,03	300.576,56	286.658,56
339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	310.929,80	310.929,80	350.359,64	350.359,64	376.683,71	376.683,71	416.444,78	416.444,78
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.329.810,86	1.315.624,84	1.509.268,39	1.502.883,89	1.702.266,40	1.696.342,70	1.885.730,05	1.885.730,05
339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	12.861.724,76	11.373.886,50	14.456.601,03	13.077.950,14	15.932.621,25	15.430.879,80	17.572.048,53	17.517.544,43
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.574.383,08	23.188.671,31	30.227.540,96	28.261.224,47	34.078.948,64	32.485.248,35	37.896.059,65	37.778.229,51
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	13.486.053,64	13.486.053,64	14.974.505,45	14.974.505,45	16.454.411,73	16.454.411,73	17.934.862,04	17.934.862,04
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.960,53	5.222,88	8.868,60	8.868,60	9.944,93	9.944,93	10.107,99	10.107,99
339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE	83.130,34	83.130,34	93.685,34	93.685,34	104.301,36	104.301,36	113.029,02	113.029,02
339059	PENSOES ESPECIAIS	51.320,97	51.320,97	57.023,30	57.023,30	62.725,63	62.725,63	68.427,96	68.427,96
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54	278.195,54
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.030.908,68	1.028.880,89	1.049.086,68	1.049.086,68	1.052.646,59	1.052.646,59	1.054.246,59	1.054.246,59
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.380.371,97	8.379.842,38	9.228.389,57	9.228.389,57	10.144.730,96	10.144.730,96	11.089.877,05	11.089.877,05
339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	234.764,64	135.215,12	275.833,36	235.359,36	275.833,36	275.833,36	386.880,80	386.880,80

NATUREZA DA DESPESA		SET/2017		OUT/2017		NOV/2017		DEZ/2017	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
	(INTRA)								
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	3.212.695,82	2.901.835,11	3.560.053,87	3.251.595,64	4.068.307,29	3.596.614,34	4.527.142,31	4.527.142,31
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80	36.654,80
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.500,00	9.500,00
449051	OBRAS E INSTALACOES	193.237,68	193.237,68	252.469,12	252.469,12	252.469,12	252.469,12	397.417,74	252.469,12
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	266.544,84	226.378,25	2.278.737,45	328.277,64	2.674.849,64	2.301.906,43	3.098.471,62	3.098.471,62
TOTAL		537.854.474,10	531.327.618,97	600.535.986,16	592.416.840,40	691.722.878,42	687.038.979,71	765.608.341,45	765.257.332,54

Fonte: PROPLAN

Análise Crítica

O cronograma de pagamento das obrigações decorrentes da contratação de bens, locações, obras e prestações de serviços obedeceram ao estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/1993 e na Instrução Normativa MP nº 2/2016.

No decorrer do exercício as liberações financeiras efetuadas pelo Ministério da Educação não foram suficientes para quitação de todas as despesas mensais do órgão e, dessa forma, os pagamentos foram efetuados levando em consideração as categorias de contratos, os pequenos credores e as despesas com bolsas/auxílios e diárias. Os controles da ordem de pagamento são gerenciados por meio de planilhas, as quais são alimentadas após a regular liquidação da despesa e apropriação no SIAFI.

Apesar da liberação de recursos ocorrerem de forma intempestiva, o Órgão procurou manter em todos os casos sua obrigação contratual, não ultrapassando o prazo de 90 dias para realização dos pagamentos, conforme Art. 78 da Lei 8.666/1993.

Ao final do exercício constata-se que do total liquidado apenas 0,05% foram inscritos em restos a pagar processados (R\$ 351.008,91), os quais são decorrentes de apropriações efetuadas na última semana de 2017 e despesas decorrentes de Termo de Execução Descentralizada.

As planilhas acima referem-se apenas às despesas executadas com orçamento da Unidade Orçamentária 26283, não contabilizando a execução decorrente de descentralização de crédito de outros órgãos.

Ressalta-se que o financeiro destinado às despesas com a folha de pagamento de pessoal não concorre com o pagamento das demais despesas, tendo em vista tratar de recurso “carimbado” e que as referidas despesas foram liquidadas e totalmente pagas dentro do mês de sua competência. Quanto ao financeiro referente a execução de créditos de outros órgãos, os mesmos não competem com as demais despesas e na maioria dos casos são de fonte de recursos distintas.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013), combinada com o Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, alterou a forma de incidência da contribuição previdenciária, denominada “desoneração da folha de pagamento”.

Em atendimento às determinações legais retro mencionadas, quanto à revisão dos contratos celebrados com empresas contempladas pela desoneração, foram adotadas medidas pela UFMS, tais como o envio de Comunicado Interno nº 68-GAB/PRAD, de 13 de novembro de 2014 – Solicitando à Pró-Reitoria de Infraestrutura levantamento sobre contratos cuja Contratada tenha sido beneficiada pela desoneração na folha de pagamento.

Oportuno registrar que todos os esforços têm sido envidados pela área responsável, no sentido de acompanhar e dar cumprimento às normas legais por parte das unidades da UFMS.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 62- Despesas com publicidade

Publicidade	Programa / Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Funcionamento IFES	R\$ 31.512,00	R\$ 26.260,00
Legal	Funcionamento IFES	R\$ 16.500,00 (Correio do Estado - veículo de circulação regional - publicação de editais) R\$ 422.000,00 (Imprensa Nacional - DOU) Total em publicidade legal: R\$ 438.500,00	R\$ 16.257,10 (Correio do Estado - veículo de circulação regional) R\$ 386.880,80 (Imprensa Nacional - DOU) Total em publicidade legal: R\$ 403.137,90*
Mercadológica	-	-	-
Utilidade Pública	-	-	-

Fonte: SECOM e PROADI

Obs.:

- Os valores da Publicidade Institucional referem-se ao Contrato Administrativo 160/2013-Sociedade de Desenvolvimento Cultural, Ecológico e Social para prestação de serviços de exibição da programação da TV Universitária da UFMS no canal 14 da TV a Cabo NET, período de janeiro a dezembro de 2017.
- Os valores da Publicidade Legal referem-se ao Contrato Administrativo 44/2012- Correio do Estado, sob gestão da SECOM, período de janeiro a dezembro de 2017, e ao Contrato Administrativo Contrato 86/2014 - Imprensa Oficial, sob a gestão da PROADI (até novembro/2017), período de janeiro a novembro de 2017 (*devido ao fluxo de envio das faturas pela Imprensa Nacional e o pagamento das mesmas pela UFMS, não foi possível até a presente data contabilizar o montante referente ao mês de dezembro/2017).

Destacamos que a compreensão dos conceitos de Publicidade Institucional e Publicidade Legal utilizada toma como base a Instrução Normativa SECOM/SG-PR No. 1/2017, que diz:

- Publicidade Institucional: destina-se a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior;*
- Publicidade de Utilidade Pública: destina-se a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, com o intuito de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos;*
- Publicidade Mercadológica: destina-se a alavancar vendas ou promover produtos e serviços no mercado;*
- Publicidade Legal: destina-se à divulgação de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais.*

Informamos também que os demais contratos sob gestão da SECOM possuem como objeto os seguintes serviços: I) Contratação de serviço de manutenção de software para a Rádio Educativa UFMS (Contrato 023/2016); não mencionado na tabela por se referir a serviço de manutenção; II) Contratação de empresa responsável pela captação de Direitos Autorais para veiculação de músicas na Emissora de Rádio Educativa UFMS 99,9 - Direitos Autorais

(ECAD); não mencionado na tabela por referir-se à taxa obrigatória remetida aos artistas. Destacamos, outrossim, que em consulta ao Relatório de Gestão referente ao ano 2016, não se verificou, no item "Informações sobre ações de publicidade e propaganda", o montante referente ao Contrato Administrativo Contrato 86/2014 - Imprensa Oficial supramencionado. Todavia, a atual gestão da Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM) optou por inserir os dados na tabela, por entender que os mesmos dizem respeito ao conceito de Publicidade Legal presente na Instrução Normativa SECOM/SG-PR No. 1/2017.

8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, foram inseridas em todos os cursos de Licenciatura as disciplinas de Libras, no demais cursos a inserção foi como disciplinas optativas. Estão disponibilizadas na página oficial da UFMS as informações referentes matriz curricular de todos os cursos, onde consta as disciplinas de Libras com respectiva carga horária, e a relação dos docentes e sua qualificação. Já no Sistema de Controle acadêmico, consta também, o Plano de Ensino das Disciplinas de Libras, com respectivos conteúdos e critérios de avaliação.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I -DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	27.045.010,80	26.213.090,41	Despesas Orçamentárias	809.638.313,35	736.190.562,97
Ordinárias	204.819,69	165.041,07	Ordinárias	353.066.988,03	241.869.389,89
Vinculadas	26.910.296,64	29.267.194,76	Vinculadas	456.571.325,32	494.321.173,08
Educação	25.961,69	28.290,04	Educação	425.399.757,22	371.044.728,02
Alienação de Bens e Direitos	88.295,72	99.838,80	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.516.346,58	93.852.112,34
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	26.796.039,23	29.139.065,92	Operação de Crédito	998.301,12	5.100.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-70.105,53	-3.219.145,42	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	28.656.920,40	23.641.575,32
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		682.757,40
Transferências Financeiras Recebidas	827.016.013,79	767.553.715,80	Transferências Financeiras Concedidas	42.994.069,97	42.314.629,62
Resultantes da Execução Orçamentária	793.672.737,79	723.899.267,42	Resultantes da Execução Orçamentária	36.504.831,85	40.216.132,84
Repasse Recebido	774.887.199,43	707.506.109,35	Repasse Concedido	17.719.293,49	23.822.974,77
Sub-repasse Recebido	18.785.538,36	16.393.158,07	Sub-repasse Concedido	18.785.538,36	16.393.158,07
Independentes da Execução Orçamentária	33.343.276,00	43.654.448,38	Independentes da Execução Orçamentária	6.489.238,12	2.098.496,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	31.808.550,61	41.198.085,98	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	6.231.232,92	1.904.675,17
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.534.725,39	2.456.362,40	Demais Transferências Concedidas	9.583,40	
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	248.421,80	193.821,61
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	32.150.913,13	32.128.947,04	Despesas Extraorçamentárias	30.826.887,79	42.328.953,30
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	394.574,41	367.821,44	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.213.075,24	7.808.610,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	31.572.659,91	30.955.739,51	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	28.430.133,74	33.714.756,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	183.678,81	805.586,09	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	183.678,81	805.586,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	13.366.523,88	8.304.916,52	Saldo para o Exercício Seguinte	16.119.190,49	13.366.523,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.366.523,88	8.304.916,52	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.119.190,49	13.366.523,88
TOTAL	899.578.461,60	834.200.669,77	TOTAL	899.578.461,60	834.200.669,77


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 29/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	37.279.372,00	37.279.372,00	26.956.715,08	-10.322.656,92
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.090.831,00	1.090.831,00	509.662,67	-581.168,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.039.530,00	1.039.530,00	503.869,22	-535.660,78
Valores Mobiliários	51.301,00	51.301,00	5.793,45	-45.507,55
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	36.008.541,00	36.008.541,00	26.177.335,12	-9.831.205,88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.870.075,00	5.870.075,00	2.533.709,12	-3.336.365,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	30.138.466,00	30.138.466,00	23.643.626,00	-6.494.840,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	180.000,00	180.000,00	28.359,58	-151.640,42
Outras Receitas Correntes	-	-	241.357,71	241.357,71
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	10.576,33	10.576,33
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	230.781,38	230.781,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	88.295,72	88.295,72
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	88.295,72	88.295,72
Alienação de Bens Móveis	-	-	88.295,72	88.295,72
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	37.279.372,00	37.279.372,00	27.045.010,80	-10.234.361,20
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	37.279.372,00	37.279.372,00	27.045.010,80	-10.234.361,20
DEFICIT			782.593.302,55	782.593.302,55
TOTAL	37.279.372,00	37.279.372,00	809.638.313,35	772.358.941,35
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	757.086.346,00	806.330.786,00	795.223.533,02	774.560.264,08	774.310.638,29	11.107.252,98
Pessoal e Encargos Sociais	613.572.914,00	667.350.772,00	649.360.714,04	649.360.714,04	649.360.714,04	17.990.057,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	143.513.432,00	138.980.014,00	145.862.818,98	125.199.550,04	124.949.924,25	-6.882.804,98
DESPESAS DE CAPITAL	14.541.884,00	14.414.415,00	14.414.780,33	3.505.389,36	3.360.440,74	-365,33
Investimentos	14.541.884,00	14.414.415,00	14.414.780,33	3.505.389,36	3.360.440,74	-365,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	771.628.230,00	820.745.201,00	809.638.313,35	778.065.653,44	777.671.079,03	11.106.887,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	771.628.230,00	820.745.201,00	809.638.313,35	778.065.653,44	777.671.079,03	11.106.887,65
TOTAL	771.628.230,00	820.745.201,00	809.638.313,35	778.065.653,44	777.671.079,03	11.106.887,65

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.976.239,15	13.407.337,46	11.411.879,15	11.116.572,40	3.054.300,62	3.212.703,59
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.976.239,15	13.407.337,46	11.411.879,15	11.116.572,40	3.054.300,62	3.212.703,59
DESPESAS DE CAPITAL	4.580.033,97	17.548.402,05	17.313.561,34	17.313.561,34	2.003.906,23	2.810.968,45
Investimentos	4.580.033,97	17.548.402,05	17.313.561,34	17.313.561,34	2.003.906,23	2.810.968,45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.556.273,12	30.955.739,51	28.725.440,49	28.430.133,74	5.058.206,85	6.023.672,04

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	509.035,49	482.668,61	482.668,61	-	509.035,49
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	509.035,49	482.668,61	482.668,61	-	509.035,49
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.730.406,63	1.730.406,63	-	-
Investimentos	-	1.730.406,63	1.730.406,63	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	509.035,49	2.213.075,24	2.213.075,24	-	509.035,49


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 29/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	21.750.935,51	25.461.700,82	PASSIVO CIRCULANTE	5.942.361,53	2.966.385,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.119.190,49	13.366.523,88	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.583.449,35	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.232.682,37	11.693.763,03	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.054.062,57	2.594.363,15
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	399.062,65	401.413,91	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	59.518,86	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	245.330,75	372.021,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE	341.585.244,11	334.320.733,88	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.942.361,53	2.966.385,09
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	341.103.886,85	333.951.547,97			
Bens Móveis	107.567.013,59	100.484.080,40			
Bens Móveis	147.562.863,20	132.552.243,57			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-39.995.849,61	-32.068.163,17			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	233.536.873,26	233.467.467,57			
Bens Imóveis	235.850.337,51	233.907.589,59			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.313.464,25	-440.122,02			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	481.357,26	369.185,91			
Softwares	481.357,26	369.185,91			
Softwares	514.405,92	378.047,13			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-33.048,66	-8.861,22			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	363.336.179,62	359.782.434,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.336.179,62	359.782.434,70

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	16.119.190,49	13.366.523,88	PASSIVO FINANCEIRO	38.600.418,52	42.334.600,03
ATIVO PERMANENTE	347.216.989,13	346.415.910,82	PASSIVO PERMANENTE	4.642.968,21	143.797,69
			SALDO PATRIMONIAL	320.092.792,89	317.304.036,98

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	29.898.908,91	28.182.732,55	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	94.842.432,77	110.477.498,75
Execução dos Atos Potenciais Ativos	29.898.908,91	28.182.732,55	Execução dos Atos Potenciais Passivos	94.842.432,77	110.477.498,75
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	151.243,72	359.833,53	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	28.612.679,19	26.687.913,02	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.514.839,22	2.634.131,14
Direitos Contratuais a Executar	1.134.986,00	1.134.986,00	Obrigações Contratuais a Executar	92.327.593,55	107.843.367,61
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	29.898.908,91	28.182.732,55	TOTAL	94.842.432,77	110.477.498,75

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.241.192,40
Recursos Vinculados	-21.240.035,63
Educação	-24.362.006,99
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-2.530.378,90
Operação de Crédito	-998.301,12
Alienação de Bens e Direitos	188.134,52
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.762.958,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-300.441,30
TOTAL	-22.481.228,03


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	874.326.482,39	843.796.025,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	26.681.204,34	25.964.317,15
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.681.204,34	25.964.317,15
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	33.858,98	230.162,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	28.065,63	224.949,72
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.793,45	5.212,51
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	828.366.494,83	769.643.670,50
Transferências Intragovernamentais	827.016.013,79	767.553.715,80
Transferências Intergovernamentais	28.359,58	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.322.121,46	2.089.954,70
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	18.674.183,37	47.714.239,68
Reavaliação de Ativos	18.280.003,68	6.705.457,08
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	240.372,00	11.272.792,91
Ganhos com Desincorporação de Passivos	143.807,69	29.735.989,69
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	570.740,87	243.636,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	238.757,44	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	331.983,43	243.636,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	866.853.053,46	778.532.195,13
Pessoal e Encargos	511.244.671,62	459.451.939,93
Remuneração a Pessoal	400.946.963,93	356.216.305,40
Encargos Patronais	79.844.870,38	72.149.985,45
Benefícios a Pessoal	30.397.751,58	31.050.672,49
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	55.085,73	34.976,59
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	176.556.011,04	151.989.374,63
Aposentadorias e Reformas	156.169.680,66	133.424.160,73
Pensões	20.190.560,01	18.400.851,83
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	195.770,37	164.562,07
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	85.200.547,23	83.530.777,37
Uso de Material de Consumo	4.660.920,53	4.716.473,28
Serviços	70.700.047,70	71.472.833,94
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.839.579,00	7.341.470,15
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	19.060,29	413.124,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19.060,29	413.048,75
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	75,50
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	42.994.069,97	42.432.803,81
Transferências Intragovernamentais	42.994.069,97	42.314.629,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	51.939,82
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	9.730,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	56.504,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.481.985,02	17.070.107,88
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	952.427,27	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	2.880,92
Desincorporação de Ativos	23.529.557,75	17.067.246,96


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 29/01/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	2.044.935,81	2.219.749,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.172,89	13.989,86
Contribuições	2.022.762,92	2.205.759,78
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.311.772,48	21.424.317,62
Premiações	690,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	22.700.740,34	19.932.690,01
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	297.054,23	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.313.287,91	1.491.627,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	7.473.428,93	65.263.830,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 29/01/2018	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	25.068.779,60	33.617.812,87
INGRESSOS	854.156.407,68	794.472.553,50
Receitas Derivadas e Originárias	26.928.355,50	26.113.251,61
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	503.869,22	806.029,56
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	26.177.335,12	25.158.212,09
Remuneração das Disponibilidades	5.793,45	5.212,51
Outras Receitas Derivadas e Originárias	241.357,71	143.797,45
Transferências Correntes Recebidas	28.359,58	-
Intergovernamentais	28.359,58	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	28.359,58	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	827.199.692,60	768.359.301,89
Ingressos Extraorçamentários	183.678,81	805.586,09
Transferências Financeiras Recebidas	827.016.013,79	767.553.715,80
DESEMBOLSOS	-829.087.628,08	-760.854.740,63
Pessoal e Demais Despesas	-704.347.691,07	-642.897.365,50
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-174.512.404,36	-151.652.572,80
Saúde	-94.943,70	-2.201.587,00
Trabalho	-	-
Educação	-529.699.027,27	-489.038.216,96
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-258,60	-5.008,74
Encargos Especiais	-41.059,14	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-81.562.188,23	-74.837.159,42
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-81.442.896,31	-74.445.094,46
Outras Transferências Concedidas	-119.291,92	-392.064,96
Outros Desembolsos das Operações	-43.177.748,78	-43.120.215,71
Dispêndios Extraorçamentários	-183.678,81	-805.586,09
Transferências Financeiras Concedidas	-42.994.069,97	-42.314.629,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.316.112,99	-28.556.205,51
INGRESSOS	88.295,72	99.838,80
Alienação de Bens	88.295,72	99.838,80
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-22.404.408,71	-28.656.044,31
Aquisição de Ativo Não Circulante	-22.252.538,71	-28.609.390,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-151.870,00	-46.654,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.752.666,61	5.061.607,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	13.366.523,88	8.304.916,52
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	16.119.190,49	13.366.523,88

Nota Explicativa das Demonstrações contábeis

A UFMS é uma entidade de ensino superior, de natureza multicampus, vinculada ao MEC, com personalidade jurídica de direito público, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, sendo que a distribuição de recursos orçamentários e respectiva disponibilidade financeira para o custeio das Unidades da Administração Central, Setorial e Suplementares obedecem aos critérios estabelecidos pelo Conselho competente, conforme Estatuto da UFMS.

A base legal para preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis foi elaborada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCASP), Lei nº 4.320/64, Portaria STN nº 548/2015, Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017 e Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP).

Com a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais dispostos na Portaria STN nº 548/2015 e no Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017, foram adotadas as seguintes providências no Exercício de 2017:

- a) Foram realizados os registros mensais de ajuste para perdas em créditos a receber referente aos valores que se encontram para decisão do juiz: restituição pela FAPEC dos valores a serem ressarcidos por determinação do TCU (Acórdão 2282/11) e não pagos desde NOV/2012; e restituição dos valores a serem ressarcidos pela FADEMS por irregularidades no vestibular verão e inverno 2005, transferência e revalidação de diplomas, não pagos desde NOV/2014;
- b) Início das provisões relativas à folha de pagamento de pessoal (1/3 férias e adiantamentos) e provisões de riscos trabalhistas dos contratados;
- c) Não foi necessário implantar no setor de almoxarifado a avaliação pelo custo médio ponderado (nas saídas), pois conforme chefe da divisão de desenvolvimento de sistemas, o sistema já utiliza o custo médio ponderado;
- d) O diretor da área de tecnologia da informação realizou a reavaliação dos softwares de vida útil indefinida, no entanto não foi encaminhado em tempo hábil até o fechamento de 2017, sendo que o registro será efetuado no início de 2018;
- e) Os bens móveis são depreciados a partir da aquisição do exercício de 2010, sendo que os bens anteriores de alguns grupos foram reavaliados. Somente os bens mobiliários em geral ficaram programados para reavaliação em 2017, no entanto não ocorreu e não foi obtida resposta junto a unidade de gestão de materiais sobre o assunto;
- f) Os bens imóveis estão sendo depreciados pelo SPU e a reavaliação está em estudos;
- g) No exercício de 2017 teve início a implantação do sistema de informações de custos no órgão, sendo definido seu objeto e ajustado o cadastro no SIAFI no início do mês de outubro. A metodologia para o rateio das despesas de uso comum será concretizada no exercício de 2018, com perspectiva de no encerramento de 2018 o sistema de custos do órgão estar em perfeito funcionamento.

Com início da nova gestão em novembro de 2016, o ano de 2017 foi caracterizado por modificações na estrutura organizacional do órgão, com fusão e extinção de Coordenadorias, Pró- reitorias, Centros e Núcleos e a criação de 2 Agências: Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC) e Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais (AGINOVA); 4 Faculdades: Faculdade de Artes, Letras e Comunicação

(FAALC), Faculdade de Educação (FAED), Faculdade de Ciências Humanas (FACH) e Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN); 2 Institutos: Instituto de Biociências (INBIO) e Instituto Integrado de Saúde (INISA); 4 Secretarias Especiais vinculadas a Reitoria: Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI), Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados (SELOC), Secretaria Especial de Educação à Distância e Formação de Professores (SEDFOR), Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM).

As notas explicativas do Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixas seguem abaixo:

1. BALANÇO PATRIMONIAL

1.1 BALANÇO PATRIMONIAL: FORNECEDORES

Em 31/12/2017, o Órgão 26283 (UFMS) apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.054.062,57 referente a fornecedores a pagar, de obrigações a curto prazo, sendo os mesmos fornecedores nacionais. A seguir estão demonstrados os saldos de fornecedores em abertos no 4º trimestre de 2017 por unidade gestora do órgão.

Quadro 63- Fornecedores e Contas a Pagar – por Unidade Gestora Contratante

UNIDADE GESTORA	VALOR (R\$)	AV%
154054 - UFMS	606.667,34	57,56%
154357 - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	447.395,23	42,44%
TOTAL	1.054.062,57	100,00%

Fonte: PROPLAN

A unidade gestora 154054 detêm 57,56% dos fornecedores em aberto referente aos credores nacionais por ser a executora dos contratos de obras, reformas, energia, água, telefonia e despesas com materiais de consumo e permanentes.

Com a transferência de gestão da unidade gestora 154357 para o órgão Ebserh, ficaram pendentes alguns pagamentos por estarem em tramitação de encerramento e apuração de multa contratual, conforme abaixo discriminados. De acordo a ordenadora de despesas da referida UG, os fornecedores Biotronik e Construtora Cerrado ficarão pendentes para o próximo exercício.

Quadro 64- Fornecedores em aberto UG 154357

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR (R\$)
Construtora Cerrado	11.276.521/0001-92	265.146,25
Biotronik Comercial	50.595.271/0001-05	182.248,98
TOTAL		447.395,23

Fonte: PROPLAN

Quadro 65- Os oito maiores fornecedores em aberto da UG 154054

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR (R\$)	AV%
Meta Construtora LTDA	13.628.966/0001-10	132.120,68	21,78%
Netware Telecomunicações Inf.	04.674.092/0001-46	130.094,79	21,44%
H2L Equip. e Sistemas LTDA	73.505.349/0002-30	90.504,01	14,92%
Linkmais Teleinformatica LTDA	18.036.465/0001-68	70.560,00	11,63%
Organiza Prest. Serviços	14.309.464/0001-99	54.504,10	8,98%

FC Multiservice LTDA	09.602.208/0001-55	47.092,00	7,76%
Cartão Passagens Aéreas	00.000.000/0001-91	46.708,26	7,70%
Allper Comercial Eireli	24.547.906/0001-99	19.184,90	3,16%
Demais		15.898,60	2,63%
TOTAL		606.667,34	100,00%

Fonte: PROPLAN

Em relação aos fornecedores A, B, C e D, eles representam 69,77% do total a ser pago na Unidade Gestora 154054. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Fornecedor A: Obra CIPeBIO/CICLO das ciências biológicas
- Fornecedor B: Reforma da rede de dados no Campus de Coxim
- Fornecedor C: Fornecimento de serviços e pcs de reprografia
- Fornecedor D: Manutenção corretiva de sistema segurança no Campus de Três Lagoas

Em relação aos fornecedores A, B, C e D, na tabela a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 66- Data de Liquidação referente aos maiores credores

FORNECEDOR	CNPJ	LIQUIDAÇÃO	VALOR (R\$)
Meta Construtora LTDA	13.628.966/0001-10	28/dez/17	132.120,68
Netware Telecomunicações Inf.	04.674.092/0001-46	27/dez/17	130.094,79
H2L Equip. e Sistemas LTDA	73.505.349/0002-30	27/dez/17	90.504,01
Linkmais Teleinformatica LTDA	18.036.465/0001-68	26/dez/17	70.560,00

Fonte: PROPLAN

Pelo demonstrado acima, os valores pendentes de fornecedores foram liquidadas no final do exercício sem tempo hábil para novo repasse financeiro, sendo que durante o mês de dezembro foi repassados a este órgão um montante de R\$ 3.936.695,93 na fonte 0112 e R\$ 1.618.345,08 na fonte 0100 nos dias 14, 19 e 22, ocasionando os pagamentos das despesas até a competência de novembro/2017.

1.2 BALANÇO PATRIMONIAL: IMOBILIZADO

O ativo imobilizado do órgão 26283 é composto por bens imóveis e bens móveis, os quais foram reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição do bem.

Em 2014 foi reestruturado o sistema patrimonial para comportar a reavaliação dos bens móveis adquiridos anteriormente a 2010 e a revisão das depreciações, sendo que nesse período foram reavaliados três grupos de bens móveis por uma comissão instituída que enquadrou esses bens pelo valor de mercado.

Somente em 2016 foram retomados os trabalhos da comissão, reavaliando os demais grupos com exceção dos bens mobiliários que ficaram para o exercício de 2017 (por ser o maior grupo por elementos).

Obs.: Metodologia aplicada conforme a macro função SIAFI 020335.

Quanto aos bens imóveis, somente dois bens foram reavaliados pelo SPU no exercício de 2016, sendo sua depreciação registrada de forma automática pelo SPU.

Quadro 67- Bens Imóveis: composição

BENS IMÓVEIS	DEZ/2017	DEZ/2016	AH%
Bens de Uso Especial	202.269.937,62	183.782.945,79	10,06 %
Bens Imóveis em Andamento	32.986.237,67	49.223.450,57	-32,99 %
Estudos / Projetos	594.162,22	901.193,23	-34,07 %
Deprec. Acumulada - Bens Imóveis	(2.313.464,25)	(440.122,02)	425,64 %
TOTAL	233.536.873,26	233.467.467,57	0,03%

Fonte: PROPLAN

O crescimento da depreciação dos imóveis refere-se à incorporação de bens imóveis de uso educacional no final do exercício de 2016 e 2 reavaliações no mesmo período, aumentando a depreciação durante todo exercício seguinte.

O aumento nos bens de uso especial e consequentes quedas nos bens imóveis em andamentos e projeto referem-se às entregas de obras com incorporações ao patrimônio, o que gera no final do exercício um aumento insignificante de 0,03%, que na realidade seria 1,64% devido ao fato do valor de obras em andamento do exercício de 2016 estar sem a baixa de R\$ 3.700.444,12 das incorporações de 2016, tendo em vista que o registro de tal baixa ocorreu somente no exercício de 2017. No exercício de 2017 foi registrado decréscimo lançado no SPIUNET referente a desincorporação de móveis incorporados incorretamente em exercícios anteriores como parte da obra, no valor de R\$ 43.383,85, Código 9051000765000: Unidade Processadora de Alimentos – FAMEZ.

Quadro 68- Bens Imóveis de Uso Especial

BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	DEZ/2017	DEZ/2016	AV%*
Fazendas, Parques e Reservas	1.577.513,90	1.577.513,90	0,78%
Terrenos, Glebas	1.117.787,16	1.117.787,16	0,55%
Imóveis de Uso Educacional	199.453.889,44	180.966.897,61	98,61%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	120.747,12	120.747,12	0,06%
TOTAL	202.269.937,62	183.782.945,79	100,00%

Fonte: PROPLAN

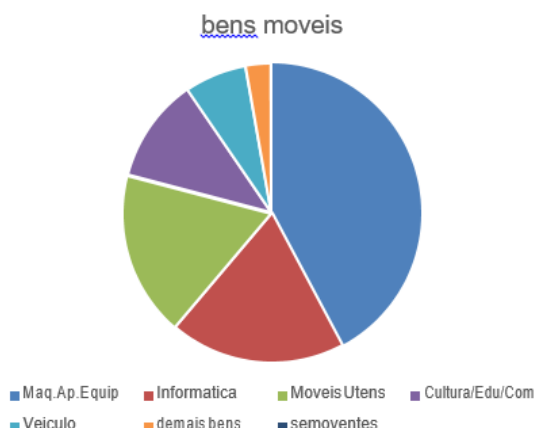
*A análise vertical da tabela acima refere-se à distribuição dos imóveis por categoria no final do exercício 2017.

Quadro 69- Bens Móveis: composição

BENS MÓVEIS	DEZ/2017	DEZ/2016	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	62.246.785,07	58.316.127,62	6,74%	42,18%
Bens de Informática	28.100.384,70	23.750.987,13	18,31%	19,04%
Móveis e Utensílios	26.321.442,65	21.562.247,53	22,07%	17,84%
Material Cultural, Edu. e de Comunicação	16.797.692,41	14.814.094,82	13,39%	11,38%
Veículos	9.977.109,49	9.862.309,59	1,16%	6,76%
Importação em Andamento	0,00	197.470,00	-100,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	64.999,00	1.000,00	6.399,90%	0,05%
Demais Bens Móveis	4.054.449,88	4.048.006,88	0,16%	2,75%
Depreciação / Amortização Acumulada	(39.995.849,61)	(32.068.163,17)	24,72%	
TOTAL	107.567.013,59	100.484.080,40	7,05%	100,00%

Fonte: PROPLAN

O maior crescimento nas aquisições de bens móveis em relação ao percentual entre os anos, foram bens semoventes, referente aquisição de 5 fêmeas acima 36 meses e 8 entre 24 a 36 meses (gado bovino para a fazenda Escola), conforme processo 23104.013265/2017-61.



O maior percentual de bens móveis está no grupo de máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas representando 42,18% do total grupo, por ser um grupo de aparelhos de medição, equipamentos de comunicação, equipamentos médicos e odontológicos, proteção e segurança, energéticos, gráficos e outros, sendo que nesse grupo 42,32% dos bens estão localizados no Hospital Universitário.

Do total geral dos bens móveis, 21,89% são os bens que estão em processo de cessão de comodatos para o órgão EBSEH (UG 155124: EBSEH HUMAP UFMS).

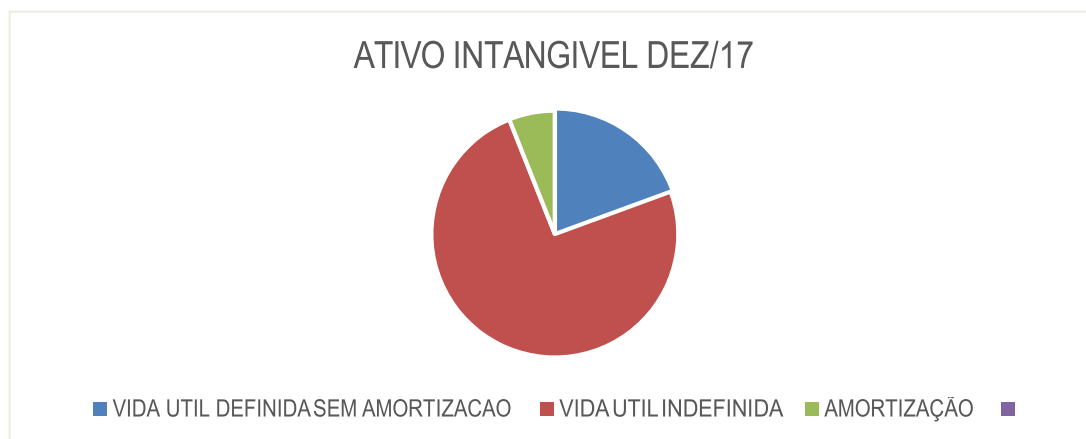
1.3 BALANÇO PATRIMONIAL: INTANGÍVEL

O Órgão 26283(UFMS), apresentou um saldo de intangível de R\$ 481.357,26 no final do 4º trimestre de 2017, conforme tabela abaixo:

Quadro 70- Composição do ativo intangível

ATIVO INTANGÍVEL	31/DEZ/17	31/DEZ/16
Softwares com Vida Útil Definida	106.250,00	13.651,21
Softwares com Vida Útil Indefinida	408.155,92	364.395,92
Amortização Acumulada	-33.048,66	-8.861,22
TOTAL	481.357,26	369.185,91

Fonte: PROPLAN



Quadro 71- Software de vida útil definida

FORNECEDOR	31/DEZ/17	31/DEZ/16	AH%
Colibri Informática Eireli – Epp	3.000,00	2.875,00	4,35%
Esyworld Sistemas e Informática LTDA	103.250,00	0,00	100,00%
Optecnica Comercio de Equip. Eletro Eletrônico	0,00	10.776,21	-100,00%
TOTAL	106.250,00	13.651,21	678,32%

Fonte: PROPLAN

Ocorreu a aquisição de um software super. Professor web Escola para o cursinho pro Enem no valor de R\$ 3.000,00 e apurado valor liquido e revertido a amortização do software adquirido em 01/06/16, motivo da porcentagem de 4,35 do software da empresa Colibri.

Termo da vida útil do software do fornecedor Optécnica no campus do interior- 154064-154065 e 154067, não sendo adquirido outro.

Ocorreu no 1 trimestre a aquisição de antivírus contrato 134/2016 da empresa Eyworld.

Quadro 72- Software de vida útil indefinida

FORNECEDOR	DEZ/17	DEZ/16	AV%	AH%
Software Importado	30.091,83	30.091,83	7,37%	0,00%
Colibri Informática Eireli	2.400,00	2.400,00	0,59%	0,00%
Sas Institute Brasil Ltda	1.500,00	1.500,00	0,37%	0,00%
Alex Pato Hoffmann	576,00	576,00	0,14%	0,00%
Seca Consultoria em Clima e Meio Ambiente	5.265,00	5.265,00	1,29%	0,00%
Sia Sistemas de Informática e Automação	3.199,00	3.199,00	0,78%	0,00%
Statsoft South America Com. Software	10.800,00	10.800,00	2,65%	0,00%
Cellsystem Ltda	1.196,89	1.196,89	0,29%	0,00%
MN Tecnologia e Treinamento Ltda	44.300,00	37.800,00	10,85%	17,20%
Omnes do Brasil Ltda	17.370,00	17.370,00	4,26%	0,00%
Geocenter Com. Equip Ópticos Eletr.	5.770,00	5.770,00	1,41%	0,00%
Jaime Guimarães da Costa Informática	4.083,00	4.083,00	1,00%	0,00%
Mapdata Assessoria e Treinamentos Ltda	19.047,00	19.047,00	4,67%	0,00%
Smartwave Networks do Brasil Ltda	25.000,00	25.000,00	6,13%	0,00%
Targetware Informática Ltda	965,00	965,00	0,24%	0,00%
Saldit Informática Eireli-Epp	1.749,00	1.749,00	0,43%	0,00%
Eudora Energia Empreendimentos e Particip.	14.289,67	14.289,67	3,50%	0,00%
BC Comercio de Prod. Tecnologia Assistiva	8.200,00	8.200,00	2,01%	0,00%
Lam-Ti Tecnologia Ltda	13.559,00	13.559,00	3,32%	0,00%
Arkisoft Tecnologia e Comercio Ltda	7.800,00	7.800,00	1,91%	0,00%
Pro-Info Energia Inint. e Informática	3.800,00	3.800,00	0,93%	0,00%
3a Soluções em Tecnologia Ltda	113.602,68	113.602,68	27,83%	0,00%
M L da S do Carmo- Me	1.700,00	1.700,00	0,42%	0,00%
Editora Metha Ltda Me	1.275,00	1.275,00	0,31%	0,00%
Editora Pini Ltda	14.680,00	14.680,00	3,60%	0,00%
Imagem Geosistemas e Comercio Ltda	2.861,85	2.861,85	0,70%	0,00%
Informa Consultoria e Sistemas Ltda	11.745,00	12.365,00	2,88%	-5,01%
Cesar Augusto Machado Pelicioni - Epp	3.450,00	3.450,00	0,85%	0,00%
Telematica Sistemas Inteligentes Ltda	37.880,00	0,00	9,28%	100,00%
TOTAL	408.155,92	364.395,92	100,00%	12,01%

Fonte: PROPLAN

O decréscimo de 5,01% do software da empresa Informa Consultoria e Sistemas LTDA refere-se à correção do lançamento incorreto das manutenções do software adquirido em 19/06/2016, conforme o Contrato nº 23/2016.

O aumento de 17,20% do software da empresa MN Tecnologia trata da aquisição em dez/2017 de um software para a AGETIC/UFMS no valor de R\$ 6.500,00.

Nos exercícios de 2014 e 2015 os softwares eram amortizados anualmente, com valor residual 10% para os perpétuos e os de contrato determinados. Obs.: no término do contrato fazia-se a reversão da amortização.

Com as novas normas a partir de janeiro de 2016, os softwares foram divididos em contas distintas, sendo somente amortizados os com vida útil definida. Com essa mudança as amortizações dos perpétuos foram revertidas.

Conforme anexo do Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017, item 1.4, foram reavaliados os softwares de vida útil indefinida, mas o inventário não chegou em tempo hábil para os registros antes do fechamento do exercício, sendo que os valores serão registrados no SIAFI 2018, conforme abaixo:

Quadro 73- Reavaliação

SOFTWARE VIDA ÚTIL INDEFINIDA	DEZ/17	REAVALIAÇÃO	AH%
Software Importado	30.091,83	18.082,15	-39,91%
Colibri Informática Eireli	2.400,00	0,00	-100,00%
Sas Institute Brasil Ltda	1.500,00	1.500,00	0,00%
Alex Pato Hoffmann	576,00	576,00	0,00%
Seca Consultoria em Clima e Meio Ambiente	5.265,00	526,50	-90,00%
Sia Sistemas de Informática e Automação	3.199,00	319,90	-90,00%
Statsoft South America Com. Software	10.800,00	1.080,00	-90,00%
Cellsystem Ltda	1.196,89	119,69	-90,00%
MN Tecnologia e Treinamento Ltda	44.300,00	44.300,00	0,00%
Omnes do Brasil Ltda	17.370,00	1.737,00	-90,00%
Geocenter Com. Equip Ópticos Eletr	5.770,00	577,00	-90,00%
Jaime Guimarães da Costa Informática	4.083,00	4.083,00	0,00%
Mapdata Assessoria e Treinamentos Ltda	19.047,00	1.904,70	-90,00%
Smartwave Networks do Brasil Ltda	25.000,00	25.000,00	0,00%
Targetware Informática Ltda	965,00	965,00	0,00%
Saldit Informática Eireli - Epp	1.749,00	174,90	-90,00%
Eudora Energia Empreendimentos e Particip	14.289,67	14.289,67	0,00%
BC Comercio de Prod. Tecnologia Assistiva	8.200,00	8.200,00	0,00%
Lam-Ti Tecnologia Ltda	13.559,00	13.559,00	0,00%
Arkisoft Tecnologia e Comercio Ltda	7.800,00	7.800,00	0,00%
Pro-Info Energia Inint. e Informática	3.800,00	3.800,00	0,00%
3a Soluções em Tecnologia Ltda	113.602,68	113.602,68	0,00%
M L da S do Carmo - Me	1.700,00	1.700,00	0,00%
Editora Metha Ltda Me	1.275,00	127,50	-90,00%
Editora Pini Ltda	14.680,00	14.680,00	0,00%
Imagem Geosistemas e Comercio Ltda	2.861,85	1.580,43	-44,78%
Informa Consultoria e Sistemas Ltda	11.745,00	11.745,00	0,00%
Cesar Augusto Machado Pelicioni - Epp	3.450,00	3.450,00	0,00%
Telematica Sistemas Inteligentes Ltda	37.880,00	37.880,00	0,00%
TOTAL	408.155,92	333.360,12	-18,33%

Fonte: PROPLAN

O software da segunda linha da tabela 4 (Colibri Informática) é uma locação de software de 12 meses, lançado indevidamente como indefinido, e como foi adquirido em 15/07/2015, a licença de uso já não é mais válida, motivo da queda de 100%.

As quedas de 90% ocorreram por serem softwares de uso na UFMS, mas não disponível no mercado, ficando reavaliado pelo valor residual devido ao tempo de uso.

Em relação à software e patentes gerados pela UFMS, no momento não há nenhum item gerando recursos para a UFMS, conforme informado pela Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais (AGINOVA) ao diretor da Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC).

1.4 BALANÇO PATRIMONIAL: OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2017, o Órgão 26283 (UFMS) possuía um saldo de R\$ 92.327.593,55 relacionados a obrigações contratuais, com parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximos trimestres e no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 74- Obrigações Contratuais: Composição.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	DEZ/2017	01/2016	AH%
Aluguéis	15.541,40	37.299,36	-58,33%
Fornecimento de Bens	3.388.744,63	4.724.655,91	-28,28%
Seguros	37.783,07	35.996,02	4,96%
Serviços	88.885.524,45	103.045.416,32	-13,74%
TOTAL	92.327.593,55	107.843.367,61	-14,39%

Fonte: PROPLAN

Queda de 58,33% foi o termino do contrato de aluguel da FADIR, não sendo renovado pela mudança física da pratica jurídicas para o campus da UFMS e ficando o saldo para baixa do cronograma no SIASG pela divisão de contratos.

A baixa de 28,28% das obrigações com fornecimento de bens refere-se em 96,43% na execução do cronograma 18/2014 da S.H. Informática Ltda.

A queda nos contratos de serviços refere-se a regularizações de saldos pendentes de contratos vencidos.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras do órgão contratantes com valores na data base de 31/12/2017, de acordo com o sistema de administração financeira-SIAFI.

Quadro 75- Obrigações Contratuais: Unidade Gestora Contratante.

UG	SEGUROS	BENS	ALUGUEIS	SERVIÇOS	AV%*
154054	37.783,07	3.388.744,63	15.541,40	61.481.439,00	69,17%
150160	0,00	0,00	0,00	14.710.010,78	16,55%
150161	0,00	0,00	0,00	525.914,83	0,59%
150162	0,00	0,00	0,00	134.924,47	0,15%
154064	0,00	0,00	0,00	1.884.887,27	2,12%
154065	0,00	0,00	0,00	4.019.833,19	4,52%
154067	0,00	0,00	0,00	5.054.726,30	5,69%
151068	0,00	0,00	0,00	359.191,28	0,40%
151069	0,00	0,00	0,00	366.149,87	0,41%
151070	0,00	0,00	0,00	218.560,78	0,25%
151071	0,00	0,00	0,00	129.886,68	0,15%
TOTAL	37.783,07	3.388.744,63	15.541,40	88.885.524,45	100,00%

Fonte: PROPLAN

Obs:* A análise vertical refere-se aos contratos de serviços.

A UG 154054 detém todos os contratos de seguros, bens e alugueis do órgão, e 69,17% dos contratos de serviços.

O valor correspondente a 16,55% do total de contrato de serviços refere-se à UG do Programa de Assistência à Saúde, cuja finalidade é prestação de serviços de saúde aos seus beneficiários, diferenciando-se dos restantes dos contratos do órgão.

Como podemos verificar, a maior concentração contratual é na UG 154054, tendo em vista a descentralização de apenas alguns contratos para as unidades do interior (Campus), ficando a execução centralizada na UG matriz de despesas com obras, manutenção predial, aquisição de bens, entre outras.

Quadro 76- Os dez maiores contratados do Órgão registrados no SIAFI

CONTRATADA	CNPJ	VALOR (R\$)	AV%
Transamérica Const. Serv. Ltda	07.417.370/0001-78	13.474.658,53	15,16%
Energisa MS – Distrib. Energia	15.413.826/0001-50	7.059.154,53	7,94%
Rondai Segurança Ltda	10.398.803/0001-08	4.691.453,98	5,28%
Elektro Redes S.A.	02.328.280/0001-97	3.555.403,24	4,01%
Oi S.A. - Em Recuperação Judicial	76.535.764/0001-43	3.333.764,77	3,75%
Clínica de Campo Grande S/A	00.860.841/0001-79	3.300.000,00	3,71%
Guatos Prest. de Serv. Eireli	03.703.179/0001-31	3.220.781,12	3,62%
S.H. Informática Ltda	06.048.539/0001-05	3.114.578,70	3,50%
H2L Equip. e Sistemas Ltda	73.505.349/0002-30	2.924.583,22	3,29%
Tita Eventos	17.467.753/0001-04	2.814.776,92	3,17%
Demais		41.396.369,44	46,57%
TOTAL		88.885.524,45	100,00%

Fonte: PROPLAN

Quadro 77- Saldo real dos contratos vigentes do órgão com exceção da ug 150160

FORNECEDOR	CNPJ	CRONO-GRAMA	VALOR CONTRATADO	SALDO
Banco Central do Brasil	00038166000440	72/2015	3.360,00	3.360,00
Life Tecnologia e Consultoria	00660928000100	91/2015	4.525.989,69	2.082.739,90
Sobral-Chaves e Carimbos	01088055000168	39/2017	157.547,85	157.547,85
Sociedade de D. Cultural, Ecolog	01746087000103	87/2013	147.758,04	31.526,04
Roney Soares Casimiro	03356964000165	46/2017	13.749,90	13.749,90
Gomes & Azevedo Ltda	03688640000124	43/2017	137.993,10	137.993,10
Guatos Prestadora de Serviços	03703179000131	90/2015	10.099.175,38	3.220.781,12
Netware Telecomunicações e Inf	04674092000146	56/2013	5.752.460,00	961.032,72
Bruker do Brasil Comercio	04755378000156	44/2017	11.925,00	11.925,00
Belter Construções	05442641000110	60/2014	2.237.260,33	884.866,46
S.H. Informática	06048539000105	18/2014	7.294.598,00	3.114.578,70
Carlos Jose Polvora	06124949000180	42/2017	8.000,00	8.000,00
W L H - Construções Eireli	07406686000164	58/2016	970.000,00	414.750,36
Prisma Engenharia Ltda	08472949000104	31/2017	148.991,65	148.991,65
Engelec - Engenharia Eletr	08594071000171	110/2013	8.081.002,78	695.149,95
Vasconcelos & Cia Ltda	08943578000193	36/2017	350.491,79	350.491,79
Mercado Cenico	09184879000143	49/2017	34.200,00	34.200,00
Elevaenge Comercio e Assist.	09283075000100	83/2015	237.069,00	30.650,33
Elevaenge Comercio e Assist.	09283075000100	45/2015	559.498,68	36.041,56
Connect Fast Comercio e Serviço	09551402000159	27/2017	508.301,29	508.301,29
Rondai Segurança	10398803000108	7/2017	2.131.624,80	462.728,56
Rondai Segurança	10398803000108	9/2017	2.036.745,79	1.162.408,48
Rondai Segurança	10398803000108	47/2017	2.282.078,16	2.282.078,16
E.L.D. Arquitetura e Construções	10726163000100	86/2013	2.478.103,76	54.900,55
Fundo de Imprensa Nacional	110245	26/2014	2.000.000,00	878.134,83
Bravocast Comercio e Serviços	11936338000176	24/2017	36.490,38	36.490,38
Bravocast Comercio e Serviços	11936338000176	34/2017	167.165,12	167.165,12
Bravocast Comercio e Serviços	11936338000176	30/2017	90.662,85	90.662,85
Meta Construtora	13628966000110	57/2014	6.586.370,70	456.473,00
Mario Gomes da Silva	14534979000192	23/2017	2.880.000,00	2.298.315,92
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	83/2013	648.287,33	182.537,63
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	82/2013	144.000,00	75.660,43
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	45/2014	556.928,33	352.204,46
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	75/2013	841.002,70	435.121,10
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	96/2013	722.265,78	282.442,31
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	93/2013	236.322,24	109.335,13
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	4/2014	474.505,67	5.700,38

FORNECEDOR	CNPJ	CRONO-GRAMA	VALOR CONTRATADO	SALDO
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	2/2014	397.194,00	235.138,92
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	81/2013	241.920,00	159.472,42
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	74/2013	137.121,60	70.785,67
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	71/2013	54.848,64	-15.130,34
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	05/2014	1.700.551,96	406.835,70
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	7/2014	509.052,60	147.285,56
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	39/2014	567.916,43	255.712,68
Energisa Mato Grosso do Sul	15413826000150	51/2015	617.836,39	95.515,86
Fundação de Apoio a Pesquisa	15513690000150	3/2016	1.394.528,86	573.652,60
Fundação de Apoio a Pesquisa	15513690000150	20/2017	394.006,83	0,00
Fundação de Apoio a Pesquisa	15513690000150	32/2017	930.000,00	930.000,00
Fundação de Apoio a Pesquisa	15513690000150	35/2017	415.000,00	415.000,00
Fundação de Apoio a Pesquisa	15513690000150	111/2013	2.847.000,00	0,00
Pietro Lara Falcão	15660150000107	50/2017	34.200,00	34.200,00
Tita Eventos Eireli	17467753000104	104/2015	4.557.338,11	2.814.776,92
Herbert Tadayuki Fuj	21225551000123	45/2017	8.000,00	8.000,00
Modifik - Serviços de Eng.	23467651000191	38/2017	124.430,47	124.430,47
Suprimed Comercio de Mat.	24660664000145	20/2016	70.800,00	26.550,00
Suprimed Comercio de Mat.	24660664000145	100/2013	204.653,06	38.500,15
Ebct	34028316000960	53/2015	600.000,00	375.455,94
Ebct	34028316000960	3/2014	720.000,00	398.581,05
Ebct	34028316000960	56/2015	566.400,00	443.727,95
Oxinal Oxigênio	36781037000303	28/2017	66.850,00	13.767,54
Claro S.A.	40432544000147	68/2015	453.895,11	414.303,87
Sapra Landauer Serviços	50429810000136	7/2016	1.872,36	348,32
Suporte Serviços de Segurança	67803726001024	48/2017	1.121.707,20	1.121.707,20
H2L Equipamentos e Sistemas	73505349000230	14/2015	7.090.992,93	1.504.690,63
Oi S.A.	76535764000143	66/2015	1.930.741,53	1.526.172,06
Oi S.A.	76535764000143	106/2013	2.602.586,99	593.695,99
Associação Paranaense de Cult.	76659820000151	63/2015	43.536,56	5.118,64
Plansul Planejamento	78533312000158	10/2017	7.238.910,48	2.247.932,93
TOTAL REAL				37.628.612,42

Fonte: PROPLAN

Quadro 78- Saldo real dos contratos de serviços vigentes na ug 150160

FORNECEDOR	CNPJ/CPF	CRONO-GRAMA	VALOR CONTRATADO	SALDO
Laboratório Bioclinico MS Ltda	01563691000102	2/2016	1.000.000,00	427.786,52
Clínica de Olhos Dr Javan - Epp	01640560000173	6/2017	100.000,00	76.972,96
Centro Radiológico Campo Grande Ltda	01944057000101	1/2017	150.000,00	106.893,17
Laboratório An Cl Oswaldo Cruz Ltda	03350899000160	8/2017	100.000,00	91.445,63
Uniodonto de C Grande	03511888000115	7/2017	600.000,00	431.809,47
Labminei Lab Patologia Clinica Ltda	03907110000120	17/2017	40.000,00	33.359,26
Medicina Lab Renato Arruda Ltda	05513982000139	18/2017	100.000,00	45.769,90
Ccor Clinica Do Coração	05522704000148	16/2017	50.000,00	21.114,03
Terra Odonto Clinica Odontológica	06068111000116	14/2017	90.000,00	50.469,57
Radius Terapia Oncologica	06107397000100	1/2016	200.000,00	120.886,91
Vidalar Assistência Domiciliar em Saúde	06938779000177	15/2017	100.000,00	13.209,80
Diagnosticare Lab Anatomia	07023303000179	3/2017	50.000,00	32.363,29
Laboratório Costa Rosa	07333605000143	9/2017	15.000,00	14.919,39
Ortodontica Clinica Odontológica	08843000000165	2/2017	15.000,00	8.078,02
Sat Serv. Anestesia Três Lagoas	10896321000170	4/2017	150.000,00	148.996,14

FORNECEDOR	CNPJ/CPF	CRONO-GRAMA	VALOR CONTRATADO	SALDO
Hospital de Olhos de Res Lagoas	12865738000109	5/2017	50.000,00	43.740,25
Unidade de Diagnostico por Imagem	14312160000180	6/2015	300.000,00	180.985,30
Denise Aparecida De Almeida	23053224100	1/2015	197.141,76	42.039,56
Djalmer Seixas Cesar	36782890100	4/2014	264.639,48	87.464,00
Rene Sayegh	48899372187	11/2015	154.171,08	128.542,30
Maysa Gutierrez Vilela	51911442104	6/2014	264.639,48	87.464,00
Marco Antonio de Melo Fonseca	52951871791	10/2015	154.171,08	126.600,70
Ana Cristina Camargo de Castro	56190530168	3/2015	194.358,00	39.789,56
Herberto Cristovam Dias Gomes	59194260800	9/2015	154.171,08	126.600,70
Andreia Barbosa	63882990163	8/2014	132.313,80	43.728,00
TOTAL				2.531.028,43

Fonte: PROPLAN

Como representado nas tabelas 4 e 5 os saldos vigentes de contratos de serviços no órgão 26283 são de R\$ 40.159.640,85 aproximadamente 45,18% do valor registrado de saldo no siafi, devido a não encerramento do cronograma vencido no SIASG pelo setor de contratos do órgão.

1.5 BALANÇO PATRIMONIAL: PROVISÃO

Em 31/12/2017 o Órgão 26283 apresentou um saldo de R\$ 59.518,86 relacionados a provisões das obrigações de curto prazo. Na tabela a seguir é apresentada a composição das provisões no 4º trimestre.

Quadro 79- Provisões: Composição

CONTA CONTÁBIL	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	59.518,86	0,00	100%
Total a Curto Prazo	59.518,86	0,00	100%

Fonte: PROPLAN

No exercício de 2016 não estava sendo realizada a provisão para indenizações trabalhistas da folha de pagamento dos contratados, motivo da ausência de valores. A tabela acima representa os contratos pendentes de depósitos vinculados com saldo do passivo na conta de provisão depósitos vinculados (encerrando o ano sem depósitos a serem efetuados) e provisão da folha de pagamento dos contratados.

Quadro 80- Acumulado do exercício 2017 dos depósitos nas contas vinculadas referentes riscos trabalhistas:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR	AV%
Life Tecnologia e Consultoria Ltda - ME	00.660.928/0001-00	151.953,55	10,27%
Guatos Prestadora de Serviços Eireli	03.703.179/0001-31	596.969,65	40,35%
Blitzem Segurança Ltda	04.731.108/0001-05	94.482,13	6,39%
Rondai Segurança Ltda	10.398.803/0001-08	154.357,18	10,43%
Organiza Prest. de Serviços Eireli - ME	14.309.464/0001-99	128.031,57	8,66%
Plansul Planej. e Consultoria Eireli	78.533.312/0001-58	353.534,48	23,90%
TOTAL		1.479.328,56	100,00%

Fonte: PROPLAN

1.6 BALANÇO PATRIMONIAL: DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Refere-se adiantamento de 13 salário, férias e salários e créditos por danos ao patrimônio.

1.7 BALANÇO PATRIMONIAL: AJUSTE PERDAS

Lançamento em cumprimento ao Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017 referente a inadimplência da Fapex e Fadems por irregularidades e parcelas de ressarcimento não pagas desde 2012 e 2014 respectivamente. Obs.: Processos em tramite judicial.

1.8 BALANÇO PATRIMONIAL: PESSOAL A PAGAR

Início em 2017, conforme Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017, dos registros das provisões relativas a folha de pagamento de pessoal (13º salário e férias dos servidores ativos), motivo do aumento de 100%.

1.9 BALANÇO PATRIMONIAL: FORNECEDORES

Houve uma queda de 59,37% em relação ao mesmo período do exercício anterior devido a várias liberações financeiras em dezembro pelo MEC, tendo como consequência a diminuição de restos pagar processados, além de uma queda de 34,05% nas demais obrigações a curto prazo que são os valores retidos na fonte dos fornecedores, como tributos federais, issqn, previdência e depósitos retidos.

1.10 BALANÇO PATRIMONIAL: PROVISÃO CURTO PRAZO

Início em 2017 das provisões dos contratados, conforme Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017.

1.11 BALANÇO PATRIMONIAL: ESTOQUE

O sistema de almoxarifado calcula o valor do material pela média ponderada a cada entrada e saída do estoque, exatamente como ao exemplificado no anexo do Ofício Circular SPO/MEC nº 16/2017. No almoxarifado central não há perda de estoque, motivo do não registro de perdas.

1.12 BALANÇO PATRIMONIAL: VALORES EM TRANSITO

Entrada no sistema SIAFI em NOV/2017 de doação de equipamentos de sistemas fotovoltaicos do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios, pela UG 320004/00001. Os bens serão incorporados assim que a Diretora do Instituto de Física recebê-los.

2. BALANÇO FINANCEIRO

2.1 BALANÇO FINANCEIRO: RESTOS A PAGAR

Em 31/12/2017 o Órgão 26283 apresentou um saldo em aberto de Restos a Pagar processados de exercícios anteriores a 2017 de R\$ 509.035,49 e restos a pagar não processados no valor de R\$ 6.023.672,04 (sendo não processados a pagar R\$ 295.306,75 e a liquidar R\$ 5.728.365,29). A seguir, apresenta-se a tabela:

Quadro 81- Restos a Pagar Processados do órgão durante o exercício.

ELEM.	RPP INSCR.	RPP REINSCR.	RPP INSC/REINSC	RPP PAGOS	RPP A PAGAR	AH%	AV%
30	0,00	193.573,00	193.573,00	0,00	193.573,00	100,00%	38,03%
33	5.821,96	0,00	5.821,96	5.821,96	0,00	0,00%	0,00%
39	477.466,65	315.462,49	792.929,14	477.466,65	315.462,49	39,78%	61,97%
51	356.896,63	0,00	356.896,63	356.896,63	0,00	0,00%	0,00%
52	1.372.890,00	0,00	1.372.890,00	1.372.890,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	2.213.075,24	509.035,49	2.722.110,73	2.213.075,24	509.035,49	18,70%	100,00%

Fonte: PROPLAN

Do montante de restos a pagar processados inscritos e reinscritos no órgão, foram pagos 81,30%, ficando 18,70% a serem pagos, sendo eles os reinscritos do ano de 2013 da UG 154357 (Hospital Universitário) que se encontram com processos de multas contratuais, pendentes de pagamentos. Abaixo discriminamos por unidade gestora e por ano de inscrição:

Quadro 82- Restos a pagar processados por unidade gestora

UNIDADE GESTORA: 154054					
EXERC.	ELEMENTO	RPP INSCR.	RPP REINSC.	RPP PAGOS	RPP A PAGAR
2014	39	41.200,05	0,00	41.200,05	0,00
2015	39	76.298,18	0,00	76.298,18	0,00
2015	51	355.065,57	0,00	355.065,57	0,00
2016	33	5.821,96	0,00	5.821,96	0,00
2016	39	240.676,50	0,00	240.676,50	0,00
2016	51	1.831,06	0,00	1.831,06	0,00
SUBTOTAL		720.893,32	0,00	720.893,32	0,00
UNIDADE GESTORA: 154357					
EXERC.	ELEMENTO	RPP INSCR.	RPP REINSC.	RPP PAGOS	RPP A PAGAR
2012	52	1.372.890,00	0,00	1.372.890,00	0,00
2013	30	0,00	193.573,00	0,00	193.573,00
2013	39	0,00	315.462,49	0,00	315.462,49
2016	39	119.291,92	0,00	119.291,92	0,00
SUBTOTAL		1.492.181,92	509.035,49	1.492.181,92	509.035,49
TOTAL GERAL		2.213.075,24	509.035,49	2.213.075,24	509.035,49

Fonte: PROPLAN

Quadro 83- Restos a Pagar Não Processados do órgão

Ano	ED	RPNP inscritos	RPNP reinscrito	RPNP cancelados	RPNP pagos	RPNP a pagar	AH% canc	AH% a pagar	AV% a pagar
2013	30	0,00	279.080,91	0,00	0,00	279.080,91	0,00%	100,00%	4,63%
2013	39	0,00	13.878,03	13.878,03	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00%
2013	51	0,00	461.450,12	461.450,12	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00%
2014	30	0,00	858.013,79	0,00	0,00	858.013,79	0,00%	100,00%	14,24%
2014	37	0,00	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00%
2014	39	0,00	496.376,56	304.216,52	192.160,04	0,00	61,29%	0,00%	0,00%
2014	51	0,00	464.341,54	0,00	5.259,93	459.081,61	0,00%	98,87%	7,62%
2015	30	0,00	212.387,93	87.285,32	88.583,10	36.519,51	41,10%	17,19%	0,61%
2015	39	0,00	2.078.800,95	251.201,98	1.468.873,85	358.725,12	12,08%	17,26%	5,96%
2015	51	0,00	3.258.108,60	0,00	2.443.970,38	814.138,22	0,00%	24,99%	13,52%
2015	52	0,00	337.883,71	5.284,15	236.609,63	95.989,93	1,56%	28,41%	1,59%
2015	93	0,00	15.950,98	0,00	0,00	15.950,98	0,00%	100,00%	0,26%
2016	30	2.943.748,06	0,00	196.115,70	2.365.395,07	382.237,29	6,66%	12,98%	6,35%
2016	33	356.197,11	0,00	247.036,59	109.160,52	0,00	69,35%	0,00%	0,00%

Ano	ED	RPNP inscritos	RPNP reinscrito	RPNP cancelados	RPNP pagos	RPNP a pagar	AH% a cancel	AH% a pagar	AV% a pagar
2016	35	38.939,41	0,00	0,00	38.939,41	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
2016	36	488.249,10	0,00	229.332,25	258.916,85	0,00	46,97%	0,00%	0,00%
2016	37	146.840,75	0,00	146.840,75	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00%
2016	39	9.266.760,30	0,00	1.275.900,06	6.708.684,25	1.282.175,99	13,77%	13,84%	21,29%
2016	47	91.487,42	0,00	85.577,11	5.910,31	0,00	93,54%	0,00%	0,00%
2016	51	5.260.019,94	0,00	205.310,30	3.659.659,70	1.395.049,94	3,90%	26,52%	23,16%
2016	52	12.146.632,11	0,00	1.273.611,66	10.826.311,70	46.708,75	10,49%	0,38%	0,78%
2016	91	106.839,59	0,00	106.839,59	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00%
2016	93	110.025,72	0,00	88.326,72	21.699,00	0,00	80,28%	0,00%	0,00%
TOTAL		30.955.739,51	8.556.273,12	5.058.206,85	28.430.133,74	6.023.672,04	12,80%	15,25%	100,00%

Fonte: PROPLAN

A análise horizontal refere-se:

A porcentagem dos restos dos restos a pagar não processados cancelados em relação aos inscritos e reinscritos;

Os não processados a liquidar e a pagar em relação aos inscritos e reinscritos.

Enquanto a análise vertical é a porcentagem dos rnp a liquidar e a pagar para cada elemento por ano de inscrição.

Pela análise acima mostra que 12,80% do total inscritos e reinscritos foram cancelados por não entrega dos materiais e estão com processos sancionadores de multa aos fornecedores, por não cumprimento do objeto.

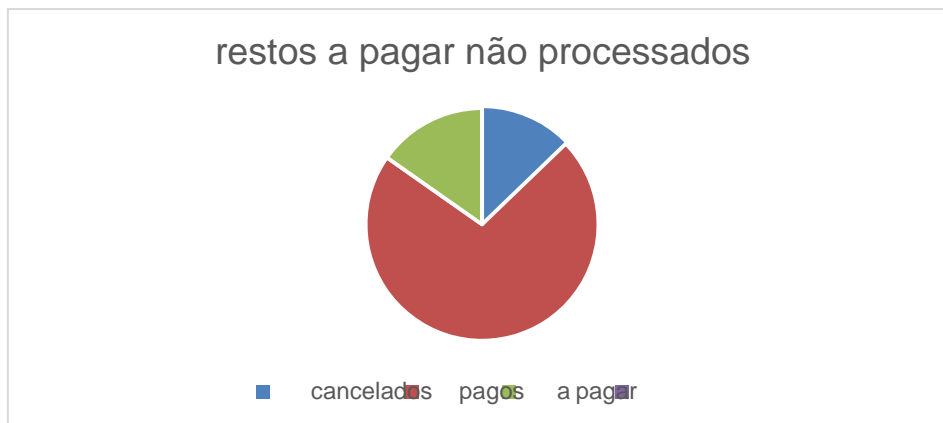
Do montante inscritos e reinscritos até o fechamento do 4º trimestre foram pagos 71,95%.

Quadro 84- Restos a pagar não processados por unidade gestora

	154054	154357	150160	Total
Inscritos	28.174.458,36	0,00	2.781.281,15	30.955.739,51
Reinscritos	7.316.983,80	1.239.289,32	0,00	8.556.273,12
Cancelados	4.024.534,94	98.534,62	935.137,29	5.058.206,85
Pagos	26.580.329,88	3.660,00	1.846.143,86	28.430.133,74
A liquidar/a pagar	4.886.577,34	1.137.094,70	0,00	6.023.672,04

Fonte: PROPLAN

Percentual da execução de RP não processados durante o exercício 2017



Os valores cancelados da UG 154054 refere-se a materiais não entregues pelos

fornecedores e valores estimados a maior referente a contratos de prestação de serviços e aditivos de supressão de obras.

Os valores cancelados da UG 150160 refere-se a estimativas a maior de gastos médicos e hospitalares referente aos meses de novembro de dezembro/2016.

No fechamento do exercício de 2017, os saldos de restos a pagar processados e não processados ficaram conforme abaixo:

Quadro 85- Restos a pagar processados (rpp) e não processados (rpn) inscritos e reinscritos para o exercício de 2018.

Ano	UG	RPP Inscr.	RPP Reinsc	RPP A pagar	RPNP Inscritos	RPNP Reinscr	RPNP A pagar
2013	154357		509.035,49	509.035,49		279.080,91.	279.080,91
2014	154054					459.081,61	459.081,61
2014	154357					858.013,79	858.013,79
2015	154054					1.321.323,76	1.321.323,76
2016	154054	295.306,75		295.306,75		2.810.865,22	2.810.865,22
2017	150160				5.522.063,31		5.522.063,31
2017	154054	394.574,41		394.574,41	26.050.596,60		26.050.596,60
TOTAL		689.881,16	509.035,49	1.198.916,65	31.572.659,91	5.728.365,29	37.301.025,20

Fonte: PROPLAN

2.2 BALANÇO FINANCEIRO: DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIAS

O percentual de 74,84% são retificações referentes valores de exercícios anteriores devolvidos ao tesouro e o restante restituições de cancelamentos de eventos. A queda entre os exercícios se deve a execução em 2016 de 98,25% de retificação de GRU do Programa de Assistência à Saúde, alterando o código do recolhimento.

2.3 BALANÇO FINANCEIRO: RECEITAS ORÇAMENTARIAS ORDINARIAS

Referem-se às devoluções de despesas de salários, diárias e auxílios da fonte 0112 e 0100 do exercício anterior para o tesouro.

2.4 BALANÇO FINANCEIRO: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS – MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS

São valores de restituição para a STN, umas com retificas e outras diretamente arrecadada com código específico para tesouro, referente devolução salários de servidores cedidos, devoluções de diárias e auxílios.

2.5 BALANÇO FINANCEIRO: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS – MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS

Refere-se a recolhimentos de tributos federais, municipal e previdenciário com cota de restos a pagar e devolução de taxas de inscrições de eventos do exercício anterior, para o depositário.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: RECEITAS DE SERVIÇOS REFERENTES À SAÚDE

Foi constatado uma queda de 21,55% do valor previsto para o realizado, devido estimativa a maior para as contribuições do Programa de Assistência à Saúde da UFMS. Foi previsto a maior, mas durante o exercício não houve necessidade de aumento das mensalidades, devido ao fato das despesas com saúde terem diminuído ocorrendo uma reserva técnica.

3.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: RECEITAS PATRIMONIAIS – VALORES MOBILIÁRIOS

Foram realizados apenas 11,30% do previsto, devidas inadimplências cujos processos sancionadores estão em andamento.

3.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO : RECEITAS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Foi efetivado somente 43,17% do previsto, devido o recolhimento de taxas de inscrição referente aos editais de seleção das residências médicas e multiprofissionais e concursos serem operacionalizados através da FAPEC.

3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A diferença negativa de R\$ 6.882.804,98 que ultrapassa a dotação atualizada na realidade refere-se à não execução de R\$ 10.436.864,90, isto é, não foi empenhado da dotação atualizada o referido valor. No total das despesas empenhadas estão registrados os empenhos com dotação de outros órgãos que foram descentralizados para a UFMS em um montante de R\$ 17.319.669,80.

3.5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: DESPESAS DE CAPITAL

O valor empenhado ultrapassa a dotação atualizada devido ao empenho do valor R\$ 4.100,00 ser decorrente da descentralização de outro órgão, sendo que o valor empenhado de dotação do nosso órgão da ordem de R\$ 14.410.680,33, restando o valor não executado de R\$ 3.734,67.

4. DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

4.1 DVP: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Houve uma queda de 85,29% em relação 2016 devido esse ser o ano de início de registros de atualização monetária dos valores a serem ressarcidos pela Fapec e Fadems.

4.2 DVP: REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Registrou um aumento de 172,76% devido incorporação das obras nos Campus de Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba e Corumbá.

4.3 DVP: VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Ocorreu uma queda de 60,86% em relação a 2016, mesmo com aumento das incorporações de reavaliação dos ativos teve queda nos ganhos com incorporações de ativos e desincorporação de passivos (que ocorreram em 2016 devido à baixa de diferido).

4.4 DVP: RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

Analisando os exercícios de 2016 e 2017 nota-se uma queda de 88,55% do 2017 para 2016, por diversos fatores como por exemplo as baixas de obras em andamento realizadas em 2017 das incorporações do ano de 2016, aumento de auxílios e o início das provisões de riscos trabalhistas.

4.5 DVP: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

A queda de 95,39% foi devida a redução de multas e juros pagos pelo órgão.

4.6 DVP: DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Houve um aumento de 43,42% devido o início de provisão de perdas referente aos valores a serem ressarcidos pela Fapec e Fadems e não pagos desde 2012 e 2014, registrando como perdas somente no exercício e também pela desincorporação do ativo, representando 37,86% dos 43,42% referente a baixa das obras em andamento que foram incorporadas no exercício de 2016 e somente em 2017 ocorreu sua baixa.

4.7 DVP: OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Houve um aumento de 134,26% devidos os lançamentos de reversão de provisões e ajustes de perdas.

5. DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

As Receitas Derivadas e Originárias do Órgão 26283 (UFMS) tiveram um decréscimo em relação ao mesmo período do exercício anterior, em consequência da queda de 37,49% nas receitas patrimoniais que são de aluguéis, visto que no mesmo período do exercício anterior ocorreu um acordo com um banco localizado no campus na qual foi antecipado 2 anos de aluguéis, ficando no início do exercício uma estimativa a maior, não sendo significante por representar somente 1,87% do total das receitas.

As receitas de serviços representam 97,21% do total das receitas, sendo desses 90,32% são receitas oriundas do Programa de Assistência à Saúde da UFMS, referente participação dos servidores no programa, o que representa no montante total das receitas derivadas e originárias 87,80% com receitas referentes a saúde.

O aumento de outras receitas derivadas em 67,85% refere-se a 95,62% com devoluções de salários do mês de dezembro e outras devoluções salários com atualizações com devolução diretamente ao Tesouro Nacional e com controle no órgão e 4,38% referente a multas contratuais.

Quadro 86- Receitas derivadas e originárias - comparativo

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	DEZ/17	DEZ/16	AH%	AV%
Receita Patrimonial	503.869,22	806.029,56	-37,49%	1,87%
Receita de Serviços	26.177.335,12	25.158.212,09	4,05%	97,21%
Remuneração das Disponibilidades	5.793,45	5.212,51	11,15%	0,02%
Outras Receitas	241.357,71	143.797,45	67,85%	0,90%
TOTAL	26.928.355,50	26.113.251,61	3,12%	100,00%

Fonte: PROPLAN

As entradas advindas da LOA, com acréscimo de 7,66% são resultantes a maioria de despesas de pessoal. Quanto a outras transferências correntes, trata de convênio municipal deste exercício.

Quadro 87- Entradas advindas da LOA

	Dez/17	Dez/16	AH%
Transferências Correntes Recebidas	28.359,58	0,00	100,00%
Intergovernamentais	28.359,58	0,00	100,00%
Dos Municípios	28.359,58	0,00	100,00%
Outros Ingressos das Operações	827.199.692,60	768.359.301,89	7,66%
Ingressos Extra orçamentários	183.678,81	805.586,09	-77,20%
Transferências Financ. Recebidas	827.016.013,79	767.553.715,80	7,75%

Fonte: PROPLAN

Como podemos verificar abaixo, as despesas com Saúde tiveram uma queda de 95,69% em relação ao período anterior, devido ao contrato 251/2013 do órgão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, onde as despesas do Hospital Universitário estão sendo executadas na unidade gestora 155124 do órgão 26443 Ebserh.

Quadro 88- Desembolsos

	Dez/17	Dez/16	AH%
DESEMBOLSOS	-829.087.628,08	-760.854.740,63	8,97%
Pessoal e Demais Despesas	-704.347.691,07	-642.897.365,50	9,56%
Previdência Social	-174.512.404,36	-151.652.572,80	15,07%
Saúde	-94.943,70	-2.201.567,00	-95,69%
Educação	-529.699.027,27	-489.038.216,96	8,31%
Desporto e Lazer	-256,60	-5.008,74	-94,88%
Encargos Especiais	-41.059,14	0,00	100,00%
Transferências Concedidas	-81.562.188,23	-74.837.159,42	8,99%
Intragovernamentais	-81.442.896,31	-74.445.094,46	9,40%
Outras Transferências	-119.291,92	-392.064,96	-69,57%
Outros Desembolsos	-43.177.748,78	-43.120.215,71	0,13%
Dispêndios Extra orçamentários	-183.678,81	-805.586,09	-77,20%
Transferências Financ. Concedidas	-42.994.069,97	-42.314.629,62	1,61%

Fonte: PROPLAN

O total de desembolsos como informado em notas explicativas no 3º trimestre teve um aumento de 8,97% devido a relação entre a queda das despesas com saúde, outras transferências concedidas e o aumento das despesas com transferências concedidas (referente transferência do SUS para a UG do Hospital) e outras. No 3º trimestre iniciou-se a movimentação com Cartão de Pagamento (suprimento de fundos), no geral não ocorreram aumentos ou quedas significativas de despesas além das mencionadas.

O Fluxo de Caixa de Investimentos refere-se a aquisições de ativo permanente e ativo intangível, ocorrendo uma queda entre os exercícios de 11,56% nos leilões de móveis, ocorrendo também uma queda em relação ao período anterior de 21,82% dos recursos financeiros para aquisição de bens móveis, imóveis e softwares, mesmo tendo um aumento de

225,52% em outros desembolsos, o que pelo montante não teve alta relevância.

Quadro 89- Fluxo de Caixa

	Dez/17	Dez/16	AH%
FLUXOS CX ATIV INVESTIMENTO	-22.316.112,99	-28.556.205,51	-21,85%
INGRESSOS	88.295,72	99.838,80	-11,56%
Alienação de Bens	88.295,72	99.838,80	-11,56%
DESEMBOLSOS	-22.404.408,71	-28.656.044,31	-21,82%
Aquisição Ativo Não Circulante	-22.252.538,71	-28.609.390,10	-22,22%
Outros Desembolsos	-151.870,00	-46.654,21	225,52%

Fonte: PROPLAN

Na Geração líquida de Caixa ocorreu, conforme abaixo, uma queda de 45,62% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido a porcentagem do início do caixa de 2016 para o final da UG 150160 ter aumentado 2 vezes mais que o inicial, devido aumento das mensalidades, a reserva técnica do programa, aumentando a geração líquida e em consequência a queda entre os exercícios, mesmo com o aumento de 20,59% no caixa final, sendo que do total do caixa final, 52,19% refere-se a recursos próprios do programa de assistência à saúde da UFMS - UG 150160.

Quadro 90- Geração de Caixa

Geração de Caixa	Dez/17	Dez/16	AH%
Geração Líquida Cx E Equivalentes	2.752.666,61	5.061.607,36	-45,62%
Caixa E Equivalentes De Caixa Inicial	13.366.523,88	8.304.916,52	60,95%
Caixa E Equivalente De Caixa Final	16.119.190,49	13.366.523,88	20,59%

Fonte: PROPLAN

**PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE
AUDITORIA INTERNA**

Parecer ou relatório da unidade de Auditoria Interna

Cumprе ressaltar que, de acordo com o art. 8º da Decisão Normativa-TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, o parecer da unidade de Auditoria Interna é peça suplementar integrante do relatório de gestão do órgão ou entidade em que se insere a unidade prestadora da conta, devendo contemplar a síntese das avaliações e dos resultados que fundamentaram a opinião.

A unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art. 15, do Decreto nº 3.591/2000, tendo como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito da UFMS aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Instrução Normativa/SFC nº 03/2017 estabelece que “a auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos”.

A unidade de Auditoria Interna (AUD/Coun) da UFMS possui regulamento próprio e específico aprovado pela Resolução Coun nº 70, de 25 de setembro de 2014, que define sua missão, responsabilidades, atribuições, composição e estrutura, bem como a formalização de políticas de funcionamento da unidade de auditoria interna, podendo ser consultada na Internet a partir do Boletim de Serviços da UFMS, disponível em <https://bse.ufms.br/>, e na página da unidade em <https://www.ufms.br/universidade/auditoria-interna/>.

Atualmente, a unidade está subordinada ao Conselho Universitário, preservando a independência dos trabalhos desenvolvidos, que é uma das diretrizes das normas internacionais de auditoria e em conformidade com o Decreto nº 3.591/2000.

Dentre suas atribuições, cabe à AUD/Coun elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint do exercício seguinte, que contém a programação das ações desenvolvidas pela Unidade baseada em análise das maiores áreas de risco da universidade bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2016.

Os trabalhos realizados pela AUD/Coun da UFMS foram de grande relevância no exercício de 2017, resultando no fortalecimento na melhoria dos controles internos desta Instituição.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UFMS IDENTIFICAREM, EVITAREM E CORRIGIREM FALHAS E IRREGULARIDADES, BEM COMO DE MINIMIZAREM RISCOS INERENTES AOS PROCESSOS RELEVANTES

Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem, por força constitucional, implantar, manter, monitorar e revisar controles internos institucionais, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

O fortalecimento dos controles internos dentro da Universidade é essencial para a atual

gestão e vem aumentando ao longo dos anos, decorrente de vários processos internos. O nível de aprendizado organizacional, diante dos preceitos da transparência, responsabilidade social, responsabilização do agente público e ética administrativa tem sido evidente.

A administração vem mostrando proatividade diante das recomendações da Auditoria Interna e dos órgãos de controle, fazendo uso de sistemas de gerenciamento de informação em todas as áreas operacionais, elaborando normativos para controlar a execução de atividades institucionais, e disponibilizando, com bastante transparência, dados para o acompanhamento da gestão da coisa pública no âmbito da Universidade.

Destaca-se como pontos fortes dos componentes de controles internos avaliados a informação e a comunicação. Observa-se, também, que existe na UFMS um nível razoável de segregação de funções, sobretudo na distribuição de competências entre as Coordenadorias e suas respectivas Divisões ou setores, que são responsáveis por controlar e executar pontualmente determinadas ações institucionais.

No entanto, ressalta-se que a principal ausência diagnosticada na estrutura de controle está relacionada à identificação, avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades institucionais pelos setores envolvidos, de modo que necessita de pronto melhoramento para minimizar a ocorrência de riscos.

Outro desafio diagnosticado na estrutura de controle avaliada está relacionada à ausência de formalização das rotinas e atividades de controle de alguns setores, por meio de documento formal que estabeleça o mapeamento dos processos desenvolvidos nas unidades, e a sua ampla divulgação.

Contudo, é importante mencionar que uma quantidade expressiva de recomendações relacionadas ao fortalecimento dos controles internos sobre projetos de pesquisa, agenciamento de viagem, e produções editoriais, ainda carecem de implementação pela Administração, o que ensejará acompanhamento no exercício de 2018, para que as fragilidades sejam devidamente sanadas.

De maneira geral, observou-se que os controles internos atualmente existentes na UFMS se reputam adequados, com ressalvas, tendo em vista a existência de falhas sanáveis, responsáveis por danos ao erário.

DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA AUDITORIA INTERNA

Durante a elaboração dos relatórios de auditoria são feitas algumas recomendações, as quais são encaminhadas para cada setor analisado para conhecimento e para a adoção de providências, e, também, à Reitoria e à Controladoria Geral da União – CGU para conhecimento. Almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a Auditoria Interna orienta a implementação de algumas medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas no decorrer dos trabalhos, dando prazo para a adoção das providências mediante Plano de Ação, onde a unidade informa quando e quais medidas serão implementadas para mitigar as falhas apontadas, ainda que parcialmente, bem como justificativas a respeito do que não venha a ser integralmente implementado.

Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS durante o exercício, as recomendações atendidas e as pendentes de atendimento são consolidadas no Relatório Anual da Auditoria Interna a ser apreciado em Reunião do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhados à CGU/MS.

No início dos trabalhos de auditoria é iniciado um processo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI com todos os papéis de trabalho, inclusive o relatório, e as respostas das Unidades auditadas, disponível a quem se interessar ou necessitar de mais esclarecimentos

sobre os documentos que fundamentaram as opiniões ali exaradas.

A Auditoria Interna tem direito a voz nas reuniões do Conselho Universitário para tratar dos Relatórios de Auditoria realizados, dando conhecimento a todos os seus membros sobre o teor dos trabalhos desenvolvidos e orientações preventivas quanto aos Achados de Auditoria registrados.

O acompanhamento das recomendações não atendidas, ou de cumprimento futuro, permanece no exercício seguinte e é verificado nas fiscalizações posteriores, e são atualizadas no Relatório Gerencial, publicado mensalmente no site da Auditoria Interna.

Apesar de inexistir sistema específico, o controle das recomendações é feito através de planilhas de Excel, onde são observadas as recomendações implantadas e as pendentes de implantação. Por meio dessa planilha também é possível acompanhar os prazos concedidos para os setores tomarem as providências necessárias para sanar as fragilidades encontradas nas auditorias.

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA REALIZADAS

Entre as auditorias e fiscalizações realizadas no Paint/2017, e das competências da unidade previstas no regulamento da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução COUN nº 70, de 25 de setembro de 2014, merecem destaques o acompanhamento das recomendações e determinações da CGU e TCU, e a atuação da AUD/COUN como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, avaliando as respostas, no ponto de vista técnico, orientando quanto às providências a serem adotadas em atendimento às recomendações ou determinações.

Quanto ao assessoramento à Administração, a AUD/COUN presta orientações acerca da jurisprudência e decisões do TCU, mediante consultas formalizadas ou não, e o apoio técnico a reuniões, propondo-se a adoção de medidas corretivas ou preventivas, e de modo a evitar futuras penalidades de gestores ou máculas nas contas da Universidade, além da manifestação em processos ou consultas formalizadas sobre normativos em construção ou fatos enfrentados pela gestão, com a finalidade de prestar orientações sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos, gestão de riscos e demais assuntos afetos a sua competência. Também confere ampla divulgação às unidades da UFMS acerca das atualizações legais e assuntos de interesse institucional publicados no Diário Oficial da União e nos informativos do Tribunal de Contas da União – TCU.

Na área de correição, compete à AUD/COUN coordenar o registro das informações referentes aos processos disciplinares e sindicâncias da UFMS no Sistema CGU-PAD, acompanhando os prazos estabelecidos e os resultados finais dos processos, bem como prestar orientações relevantes à eficiência e efetividade dos trabalhos realizados pelas comissões e autoridades competentes.

Durante o exercício de 2017, foram realizadas auditorias nas áreas de gestão acadêmica, gestão de pessoas, gestão de risco, e gestão operacional, onde foram desenvolvidos exames e avaliação das ações do PNAES, acumulações de cargos e impedimentos, concessão de adicional noturno, projetos de pesquisa com fomento, agenciamento de viagens, controle e uso dos espaços físicos, inscrição dos restos a pagar, e produção editorial e gráfica, consubstanciados em 09 (nove) Relatórios de Auditoria.

Para o levantamento dos dados, escopo e amostra analisada, foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, com destaque para a vinculação finalística desta fundação educacional.

INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PAINT E RESULTADOS OBTIDOS

Das 21 ações planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – Paint 2017, 81% foram realizadas, ou seja, 17 ações. Sendo que os 19% restantes não foram realizados devido a execução de outros trabalhos, de igual importância e a pedido da Administração Superior, que demandaram maior tempo e pessoal.

Quadro 91- Ações planejadas no PAINT 2017

AÇÕES PLANEJADAS NO PAINT 2017			
Nº Ação	Ação	Situação	Objetivo e síntese dos resultados obtidos
1. Área de Controle da Gestão			
1.1	Elaboração e apresentação PAINT 2016	Realizada	Cumprimento da IN/CGU nº 24, DE 17/11/2015, para dar conhecimento à CGU/MS das ações de auditoria planejadas na UFMS.
1.2	Apresentação PAINT 2017	Realizada	Cumprimento da IN/CGU nº 24, DE 17/11/2015, para subsidiar a melhoria na execução das atividades de auditoria.
1.3	Relatório de Gestão 2016	Realizada	Cumprimento da DN 146/2015 na elaboração do Relatório de Gestão de 2015.
1.4	Atuação da Controladoria Geral da União - CGU	Realizada	Acompanhamento das recomendações da CGU no sistema monitor, e atuação como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, quando demandada.
1.5	Atuação do Tribunal de Contas da União - TCU	Realizada	Acompanhamento das diligências, recomendações e determinações do TCU, e a atuação como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, quando demandada.
1.6	Relatórios de Auditoria	Realizada	Revisão, Análise e encaminhamento dos Relatórios de Auditorias elaborados pela equipe de auditoria.
1.7	Avaliação das Recomendações dos Relatórios de Auditoria Interna	Realizada	Acompanhamento das providências adotadas pela UFMS por meio de verificação de plano de ação sugerido e reuniões periódicas quando demandas.
1.8	Publicações no Diário Oficial da União e Boletim de Serviços da UFMS	Realizada	Encaminhamento de assuntos de interesse institucional, publicados no Diário Oficial da União, a fim de dar ampla divulgação às unidades interessadas; e verificação da regularidade das publicações do Boletim de Serviços da UFMS, bem como dos prazos dos atos oficiais, solicitando correções quando necessário.
1.9	Leitura e Estudo de Normativos Legais Selecionados e Ementário De Gestão Pública	Realizada	Estudo e registro de ementário de Acórdãos e legislações publicadas no DOU, revistas e informativos dos Tribunais, e encaminhamento de orientações às unidades interessadas.
1.10	Cadastro de Procedimentos Disciplinares no CGU-PAD	Realizada	Registro das informações referentes aos processos disciplinares e sindicâncias da UFMS no Sistema CGU-PAD; acompanhamento dos prazos estabelecidos e dos resultados finais dos processos; emissão de orientações relevantes à eficiência e efetividade dos trabalhos realizados pelas comissões e autoridades competentes.
2. Área de Ensino			

2.1	Avaliação das ações do PNAES	Realizada	Quanto à auditoria nas ações do PNAES, foram avaliados se os Editais de seleção, renovação e de acompanhamento dos anos de 2016 e 2017 estavam de acordo com a Política Nacional de Assistência Estudantil e o Decreto nº 7234/2010, se os alunos beneficiados cumprem as exigências dos Editais, e se os controles da PROAES são eficientes. De modo geral, verificou-se que os Editais são bastante criteriosos para a seleção dos beneficiários, as Normas da Assistência Estudantil objeto de deliberação do Conselho Diretor em julho/2017 passaram pela avaliação da AUD, e refletem a preocupação da gestão em sistematizar os auxílios em um único normativo, e de aperfeiçoar a execução dessa política pública na UFMS. No entanto, o acompanhamento mais eficiente depende do aumento do quadro de servidores que atuam nessa área, e a integração de sistemas institucionais, tais como o Siscad, Reggio, GRP (Sistema de Gestão de Bolsas), que podem auxiliar nesta missão. Com relação à avaliação dos resultados do PNAES na evasão estudantil, a unidade estuda possibilidade de parcerias com as Unidades Setoriais para estudar as causas da evasão. A falta de pessoal bem como a falta de sistemas integrados prejudica maiores estudos sobre o assunto.
3. Área de Pesquisa e Pós-Graduação			
3.1	Afastamento para qualificação	Não realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria nos afastamentos para qualificação devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal. No entanto, na área de pesquisa foi realizada auditoria em projetos de pesquisa com fomento, por ser considerado mais relevante e oportuno para o exercício, e por ser uma ação do Paint/2016 que não foi executada.
4. Área de Gestão de Contratos			
4.1	Contratações de serviços de limpeza	Não realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria nos contratos de serviço de limpeza devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal. No entanto, na área de Gestão de Contratos, foi realizada auditoria no contrato de agenciamento de viagens, por ser considerado mais relevante e oportuno para o exercício.
5. Área de Pessoal			
5.1	Acumulação de cargos e impedimentos	Realizada	A razão que motivou este trabalho foi o recebimento do Ofício nº 278-181/2016- TCU/SEFIP/Diaup, de 13/10/2016, no qual o Tribunal de Contas da União diligenciou a esta Auditoria Interna o preenchimento de planilhas eletrônicas e a avaliação de situações que, em tese, estão em desconformidade com os critérios de fiscalização adotados nas folhas de pagamento de servidores vinculados a esta IFE. Oportunamente, aproveitando a identificação de algumas irregularidades nas situações funcionais citadas nas planilhas encaminhadas pelo TCU, esta unidade de Auditoria Interna procedeu às avaliações solicitadas consolidando-as no presente relatório. Constatou-se, por meio do presente trabalho, as seguintes irregularidades: 1) servidores atuando na gestão de sociedade privada; 2) servidores aposentados com acumulação ilícita de cargos públicos; 3) servidor acumulando cargos sem compatibilidade de jornada de trabalho; 4) docente com dedicação exclusiva exercendo atividades em empresa privada; e 4) servidores aposentados por invalidez exercendo atividades públicas e privadas na atualidade. Dos 100 servidores que apresentavam irregularidades na amostra, 27 permanecem com pendências de acumulação ou gerência privada, sendo que os demais regularizaram ou apresentaram as justificativas para afastá-las. Os resultados foram apresentados ao TCU, e aguarda-se análise sobre as justificativas apresentadas.
5.2	Regularidade dos encargos do regime do docente	Não realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria nos encargos docentes devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal.
6. Área de Políticas Administrativas			
6.1	Gestão de Resíduos	Não realizada	Os trabalhos de auditoria na área de gestão de resíduos da UFMS foram prorrogados para o exercício de 2018, em razão da necessidade de visita in loco

			de todos os laboratórios e entrevistas com os responsáveis.
7. Gestão de Riscos			
7.1	Avaliação da Gestão de Riscos – Adicional Noturno	Realizada	<p>A iniciativa de avaliar a gestão da concessão do Adicional Noturno (acréscimo de 25% em relação ao serviço prestado entre 22 e 5 horas) partiu de um pedido da Reitoria de verificação de denúncias de descumprimento dos encargos docente de um Campus da UFMS, em que foi verificado que docentes que não estavam no Campus, inclusive, em alguns casos não estavam sequer na cidade, estariam recebendo os Adicionais Noturnos diariamente, por todos os dias letivos do mês. Diante desse fato, com base na amostra do mês de dezembro/2016 avaliamos todos os adicionais recebidos pelos docentes das UAS e verificamos algumas situações irregulares quanto aos pagamentos: 1) docentes que não ministram aula após as 22 horas; 2) docentes que não ministram aulas no dia em que estavam recebendo o adicional; 3) falta de controle da Direção na concessão, pela dificuldade de atestar a veracidade das informações das folhas; Em consulta às orientações do SIPEC (MP e MEC), a quem cabe orientar a execução da legislação na área de pessoal do serviço público federal, verificamos que a situação é ainda mais grave, uma vez que se encontra consolidado o entendimento de que servidores em dedicação integral (que recebem FG, CD, FCC) e docentes sob o regime de D.E. não podem receber os adicionais, pois a peculiaridade destes cargos não enseja o pagamento de qualquer complemento. Nesse sentido, verificou-se que 99% das situações avaliadas estavam em dissonância às orientações desse órgão. Consultamos algumas universidades e Institutos, a exemplo do IFMS, UFPR, IFSC, que fizeram consultas formais e recentes ao MEC e ao MP, a respeito do assunto, e todas as respostas foram no sentido de não se admitir o pagamento dos adicionais a estes casos. Ao solicitar Parecer da PROJUR, esta manifestou-se que, apesar de possuir entendimento divergente do SIPEC, pelo menos em relação aos docentes D.E., concordando, no entanto, com a vedação aos cargos de chefia, recomendou que a UFMS adotasse as orientações do MP, órgão competente para orientar sobre legislação de pessoal, e submeteu o seu Parecer ao órgão consultivo da AGU no MP, para emissão de Parecer definitivo sobre o assunto no âmbito do SIPEC. Não obstante, o Adicional Noturno foi regulamentado pelo Conselho Diretor, autorizando o pagamento somente aos docentes que efetivamente ministrarem aulas no período noturno, nas aulas cadastradas no SISCAD, e impedindo pagamento aos ocupantes de cargos de direção ou função gratificada.</p>
7.2	Avaliação da Gestão de Riscos – Projetos de pesquisa com fomento	Realizada	<p>Tanto o RA 05 quanto o 06 tratam-se de acompanhamento das providências adotadas por ocasião das auditorias realizadas pela CGU, que culminaram no Relatório das Contas de 2015 da UFMS, aguardando julgamento das Contas pelo TCU. Em ambos os trabalhos, ampliou-se a amostra de itens que não foram verificados pela CGU, e também foi avaliado o nível de maturidade dos controles das unidades envolvidas, tanto na aprovação e execução de projetos de pesquisa, quanto nas ações da Assistência Estudantil. A escolha do assunto baseou-se principalmente pelos critérios de oportunidade e relevância, já que a atual gestão criou duas unidades para fortalecer o controle dessas áreas: AGINOVA e PROAES. Com relação aos projetos de pesquisa (com fomento), o objetivo foi fazer um levantamento dos principais riscos de forma a subsidiar a tomada de decisões e rever antigos procedimentos e normativos sobre o assunto. Das recomendações e sugestões levantadas pela AUD, verificou-se, em reuniões e discussões sobre os riscos identificados, que a atual gestão se mostrou bastante preocupada, tanto que já está dando prioridade na transparência das bolsas e dados dos projetos/convênios/contratos (um dos grandes destaques do Relatório da CGU), para melhorar o controle das unidades envolvidas, além da elaboração de mapeamento de processos, estudo de alteração de normativos para melhorar os fluxos de aprovação de projetos e execução dos mesmos, e dar maior segurança e eficiência destes atos.</p>

7.3	Avaliação da Gestão de Risco – Agenciamento de Viagens	Realizada	O trabalho teve por objetivo verificar a execução e os controles administrativos do Contrato nº 212/2015 desenvolvidos pelas diversas unidades da UFMS, com o intuito de avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade, e ao final elaborar um Mapa de Riscos com base nos Achados de Auditoria, que servirá de subsídio para os Estudos Preliminares às futuras contratações. Verificou-se também, nesta oportunidade, se o atual contrato de agenciamento de viagens firmado pela UFMS atendeu às recomendações da Controladoria-Geral da União, sob os aspectos legais e de controle. Os riscos identificados referem-se, principalmente, à deficiência do planejamento da contratação e seleção do fornecedor e à fragilidade nos controles da gestão do contrato, cujas recomendações, caso atendidas, garantirão maior eficiência e economicidade aos objetivos da missão institucional.
8. Reserva Técnica			
8.1	Orientação / Assessoramento	Realizada	Participação de reuniões de busca de soluções e emissão de pareceres técnicos da unidade em processos ou consultas formalizadas pelas unidades da Administração, em assuntos sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos, gestão de riscos, normativos e demais assuntos afetos a sua competência.
8.2	Capacitação e Treinamento da Equipe da Auditoria Interna	Realizada	Participação da equipe da AUD/Coun em treinamentos e capacitações: 8 cursos presenciais, 6 cursos à distância, e 2 fóruns técnicos relacionados a área de atuação da AUD/Coun. E ainda, a AUD/Coun capacitou servidores de outras unidades em um curso presencial.

Fonte: Auditoria Interna

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS, SEM PREVISÃO NO PAINT

Ações Realizadas e Não Planejadas no Paint 2017		
Nº Ação	Ação	Objetivo e síntese dos resultados obtidos
01	Controle dos espaços físicos (Relatório 02/2017)	A fiscalização teve como objetivo verificar os controles de uso dos espaços físicos no âmbito da UFMS, sobretudo em relação aos auditórios anfiteatros e salas de aulas, com escopo nas arrecadações pela autorização de uso por terceiros, considerando o fato levantado pela Auditoria Interna de que unidades da Administração têm autorizado gratuitamente o uso dos espaços físicos sob a gestão destes, sem as cautelas devidas quanto aos aspectos legais e operacionais. De forma geral, concluiu-se que não há um controle efetivo do uso dos espaços físicos pelas unidades da Administração, em especial com relação às arrecadações devidas pela autorização do uso por terceiros, limitando-se, apenas, na maioria dos casos, à reserva do espaço prioritariamente para as atividades institucionais.
02	Avaliação da inscrição dos restos a pagar (Relatório 03/2017)	Trata-se da avaliação dos saldos das inscrições, pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar - RP de despesas processadas e não processadas da UG 154054 (UFMS). O assunto foi escolhido em razão da necessidade de enxugamento das contas públicas, considerando-se a atual situação de contingenciamento que nosso país enfrenta, especialmente as IFES. Dessa forma, considerou-se os critérios de oportunidade e relevância. Verificou-se que a inscrição das despesas em Restos a Pagar no encerramento de 2015 foi no montante de R\$ 35.235.977,31 e em 2016 de R\$ 28.422.787,88. Foram emitidas recomendações para que a gestão acompanhe as inscrições, verifique a condição de validade dos empenhos com mais de 2 anos, anule empenhos de pequena monta e de obrigações que não poderão ser cumpridas, bem como evite as prorrogações perenes das inscrições. Em consulta ao Siafi em 18/01/2018, constatou-se significativa redução do saldo em RP durante o exercício de 2017, conforme consulta ao SIAFI em agosto de 2017, com valor aproximado de onze milhões de reais, reflexo do comprometimento dos responsáveis, e a preocupação da gestão com o assunto. Em 31/12/2017, o exercício de 2017 encerrou-se com o saldo de R\$ 26.445.171,01 (excluindo o Programa de Assistência à Saúde), valor consideravelmente alto, se levarmos em consideração os esforços e resultados apresentados durante o exercício, mas ainda menor que dos exercícios anteriores. Todas as recomendações emitidas pela AUD foram atendidas ou estão sendo implementadas e serão monitoradas até o final do exercício.
03	Avaliação dos Controles da Editora Universitária (Relatório 08/2017)	O trabalho teve como principal objetivo a avaliar os controles da Editora Universitária, destacar os principais riscos encontrados, e recomendar a adoção de medidas preventivas e corretivas, garantindo maior eficiência e transparência nos atos praticados pela Administração, e o cumprimento da legalidade. Durante os trabalhos, foram avaliados: os controles relativos à produção editorial e gráfica; os controles de estoque e de vendas das obras produzidas e vendidas pela Editora UFMS; os procedimentos de arrecadação e emissão de GRU; a infraestrutura da Unidade; os sistemas operacionais utilizados; a gestão dos contratos de serviço gráfico e de manutenção; gestão de recursos humanos; outras atividades desenvolvidas pela Unidade. As principais constatações estão relacionadas, principalmente, a: - inventário de estoque de material e de livros; definição de uma política de governança da Editora da UFMS; execução da despesa orçamentária pública; consignação de livros; - Orçamentos elaborados pela Editora para o atendimento das demandas institucionais que não correspondem aos reais gastos com a demanda;

		<p>□ □ Pagamento a empresas externas sem que houvesse contraprestação de serviços;</p> <p>ia da gestão, decorrentes de contratos de recursos humanos, serviços gráficos externos, manutenção de equipamentos e suprimentos.</p> <p>Considerando que a versão preliminar do relatório somente foi encaminhado em janeiro de 2018 às Unidades, para conhecimento e providências, o atendimento será acompanhado no exercício de 2018.</p>
04	Auditoria Operacional: Centro Tecnológico de Eletrônica e Informática – CTEI (Relatório 09/2017)	<p>O trabalho de auditoria operacional no Centro Tecnológico de Eletrônica e levantamento realizado pela Auditoria Interna, sobre gestão de resíduos de laboratórios da UFMS, quando foi verificado que não havia subordinação definida quanto a esse espaço nas Unidades Setoriais da UFMS. As seguintes impropriedades/irregularidades foram constatadas durante os trabalhos: ausência de definição da subordinação administrativa do CTEI; ausência de controle efetivo dos bens adquiridos por meio dos convênios e acordos efetuados pelo CTEI. Os principais riscos identificados: ausência de subordinação administrativa resulta em ausência de amparo orçamentário para a unidade; descontrole das atividades exercidas pelo CTEI; perda, extravio ou roubo de bens patrimoniais; subutilização de bens e espaço físico. Considerando que o relatório somente foi encaminhado em dezembro de 2017 às Unidades, para conhecimento e providências, o atendimento será acompanhado no exercício de 2018.</p>
05	Parcelamento de Créditos Públicos - FAMEZ (Nota de Auditoria 01/2017)	<p>Consulta sobre a possibilidade de parcelamento de créditos públicos oriundos de serviços prestados pelo Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária desta Universidade que gerou a recomendação para que se abstenha de parcelar os créditos públicos de pequeno valor sem que haja normativo interno que regulamenta o assunto no âmbito da UFMS.</p>
06	Alteração de Edital de Concurso – Documentos para Posse (Nota de Auditoria 02/2017)	<p>Para a definição de rotinas de verificação de acumulação ilícita de cargos públicos, recomendou-se estabelecer nos próximos Editais a lista de documentos que serão exigidos para a posse, ou indicação de link de consulta pelo candidato na internet, incluindo os seguintes documentos, a ser apresentado no ato de posse: a) Declaração do órgão público a que esteja vinculado, quando houver acumulação lícita de cargos públicos; b) Comprovante de desligamento de vínculo com o serviço público; c) Comprovante de desligamento de vínculo com a iniciativa privada.</p> <p>Enquanto não houver a publicação de novos Editais de Concurso Público, solicitar aos candidatos nomeados a entrega dos documentos de desligamento ou vínculos com instituições públicas ou privadas antes da posse no cargo; alterar o nome do formulário “Declaração de Acúmulo de Cargos” para “Declaração de Outras Atividades”, exigindo do candidato, além das informações já existentes, o número do CNPJ da empresa declarada.</p>
07	Editais de Seleção de Professores Substitutos (Nota de Auditoria 03/2017)	<p>Devido à ausência de informação nos Editais de Seleção de Professores Substitutos da UFMS sobre os documentos exigidos na contratação, e ausência de rotinas de verificação de acumulação de cargos foi recomendado estabelecer nos próximos Editais a lista de documentos que serão exigidos para a contratação, ou indicação de link de consulta pelo candidato na internet, incluindo os seguintes documentos, a ser apresentado no ato de posse: a) Declaração do órgão público a que esteja vinculado, quando houver acumulação lícita de cargos públicos, indicando o cargo ocupado, jornada, dias e horários de trabalho; b) Comprovante de desligamento de vínculo com o serviço público (nos casos em que for aplicável): cópia da publicação ou solicitação de exoneração, com indicação da data em que se dará a vacância, protocolada no órgão com carimbo do recebedor, nos casos em que não for possível acumulação de cargos; c) Comprovante de desligamento de vínculo</p>

		com a iniciativa privada (nos casos em que for aplicável): Carteira de Trabalho com a baixa da empresa, ou declaração da empresa constando a data do desligamento. Excluir dos próximos Editais, no item “4. DOS IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO COMO PROFESSOR SUBSTITUTO”, os subitens: 4.1; 4.7; 4.8; 4.10. Estabelecer rotina de consulta às bases de dados da RAIS, Portais da Transparência do Governo Federal, do Estado e do Município, e CNPJ, como forma de mitigar os riscos de impedimentos legais da função pública, independente se o servidor declarar a existência de impedimento, deixando registrado no processo da contratação a pesquisa realizada, a ser submetida à Progep.
08	Retribuição Pecuniária e Colaboração Esporádica (Nota de Auditoria 04/2017)	A nota de auditoria respondeu às consultas feitas por meio dos Ofícios 198/2017 e 203/2017 – FAPEC/DCAP onde esclareceu que Resolução n.º 19 do Conselho Diretor, de 23 de março de 2016 é clara ao determinar que a autorização e o controle dos limites previstos de participação e colaboração esporádica (8 horas semanais) deverá ser de responsabilidade da Direção da Unidade de Administração Setorial de lotação do docente. Nota-se que o dispositivo acima prevê concessão de bolsa apenas em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, não havendo previsão dessa modalidade de pagamento para projeto de desenvolvimento institucional, devendo, portanto, ser feito por meio de RPA. A Resolução n.º 135 determina ser de responsabilidade da Direção da Unidade de Administração Setorial de lotação do docente a autorização e o controle dos limites previstos de participação e colaboração esporádica (oito horas semanais).
09	Aproveitamento de Concurso (Nota de Auditoria 05/2017)	Demanda decorrente de recurso administrativo interposto por candidato aprovado em concurso do Campus de Três Lagoas, interessado no aproveitamento pelo Campus do Pantanal, ante a negativa da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD à Direção desse Campus. Em consulta formulada, por meio do Despacho 0177979, a PROGRAD solicitou manifestação da Auditoria Interna acerca do Acórdão 9.066/2012 TCU - 2ª Câmara, que determina à UFMS "se abster de nomear servidores para unidades distintas das que foram aprovadas", questionando se esta decisão ainda está vigente, ou se existe norma mais recente tratando deste assunto. A Auditoria Interna, como instância consultiva, firmou o entendimento, baseado na vasta jurisprudência do TCU consultada, no sentido de que o aproveitamento de candidatos aprovados em concurso em outro Campus da UFMS somente poderá ocorrer para provimento de cargo idêntico àquele para o qual se pretende ocupar, observadas as seguintes condições: 1) que tenha as iguais denominação e descrição, e envolva os mesmos requisitos de habilitação acadêmica e profissional; 2) que sejam observadas a ordem de classificação e a finalidade ou destinação prevista no edital; 3) o edital deverá antever a possibilidade desse aproveitamento para outro Campus; e 4) o órgão colegiado do Curso deverá ser consultado sobre o interesse na ocupação da vaga.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DAS UNIDADES AUDITADAS

RELATÓRIO Nº 01/2017 – ACUMULAÇÃO ILEGAL E GERÊNCIA PRIVADA			
NIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
REITORIA	Revogar a Portaria nº 18, de 7 de janeiro de 2003 e publicar nova Portaria instituindo a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Impedimentos (CPACI), estabelecendo atribuições de verificação de administração de sociedade privada e desrespeito ao regime de dedicação exclusiva, além das já existentes na Portaria nº 18, de 7 de janeiro de 2003.	Publicação da Portaria 540, de 9 de maio de 2017, instituindo a CPACI e os procedimentos para a atuação da comissão.	Atendida
	Publicar portaria constituindo novos membros à CPACI, evitando indicar servidor lotado no Gabinete do Pró-Reitor para compor a presidência da comissão, e indicando ao menos um docente entre os seus membros.	Publicação da Portaria nº 716, de 16 de junho de 2017, constituindo Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Impedimentos da UFMS.	Atendida
	Abster de publicar portaria de alteração de regime de servidores técnicos e docentes antes de verificar eventuais acumulações de cargo e outros impedimentos pelas unidades competentes.	Adoção de procedimento de consulta às bases da RAIS, CNES e Portais da Transparência do Estado e do Município para instruir o processo de alteração de regime, antes da autorização pelo Reitor.	Atendida
PROGEP	Elaborar mapeamento do processo de acompanhamento de pessoal, com a posterior elaboração de normativo interno, o qual contemple a previsão de rotinas de verificação e acompanhamento e procedimentos definidos para verificar e tratar casos de acumulações ilegais de cargos e outros impedimentos.	Adoção de rotinas pelas unidades da PROGEP (CAP e CDR) de verificação de acúmulo de cargos, por ocasião da admissão, alteração de regime e aposentadoria de servidores.	Atendida
	Estabelecer rotina de consulta às bases de dados da RAIS, CNES, CAGED e CNPJ, como forma de mitigar os riscos de impedimentos legais da função pública, independente se o servidor declarar a existência de impedimento.		Atendida
	Condicionar a entrega do formulário de pedido de alteração de regime ao preenchimento da Declaração de Acúmulo de Cargos e Outros Impedimentos, abstando-se de prosseguir com o processo antes de realizada as consultas pertinentes de acumulação de cargos, compatibilidade de horários com atividades externas, e gerência privada exercida pelo servidor.		Atendida

	Estabelecer rotina de consultar a base de dados oficiais da RAIS e CAGED antes de proceder à aposentadoria de servidores da UFMS, e em caso de acumulação ilícita de cargos públicos, solicitar a opção pelo servidor por um dos cargos.		Atendida
	Convocar periodicamente os servidores aposentados por invalidez para avaliação das condições que ensejaram a aposentadoria.	Recomendação acatada pela unidade (DIAS/CAS/PROGEP).	Em monitoramento
	Notificar o servidor de matrícula 0050293 para que este opte por um dos cargos acumulados, sob pena de responder a processo administrativo disciplinar sob o rito sumário, com a finalidade de aplicar a cassação da aposentadoria.	O servidor foi notificado e apresentou pedido de exoneração ao Estado do Mato Grosso do Sul. Em consulta ao Portal da Transparência do Estado, verificamos que o servidor não percebe mais vencimentos desde o mês de março/2017.	Atendida
RELATÓRIO Nº 02/2017 – CONTROLE DOS ESPAÇOS FÍSICOS			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
REITORIA	Elaborar proposta de normativo, a ser aprovado pelo Conselho Diretor, estabelecendo normas gerais sobre o uso e a utilização dos espaços físicos, e definindo valores para a autorização do uso de acordo com a capacidade e natureza de cada local.	Publicação da Resolução nº 134, de 25 de julho de 2017, que estabelece normas e valores de uso do espaço físico no âmbito da UFMS	Atendida
	Revisar e unificar os valores contidos nas tabelas anexas à Resolução nº 54, de 29 de dezembro de 2008, com relação aos demais bens e serviços.	Constituição de GT para a revisão dos valores dos serviços prestados pela UFMS.	Em monitoramento
RELATÓRIO Nº 03/2017 – AVALIAÇÃO DA INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
	Elaborar rotina de análise das inscrições, a fim de evitar comprometimento da dotação orçamentária, para que este somente ocorra para ações que sejam mais viáveis;	Com a finalidade de reduzir a inscrição em restos a pagar de despesas que não pertençam ao exercício financeiro, a Coordenadoria de Gestão Orçamentária (CGO/PROPLAN) está realizando acompanhamento mensal da execução das despesas contratuais. Quanto a aquisição de materiais, a Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGM/PROADI) tem realizado cobrança junto aos fornecedores para que a entrega dos materiais ocorra no prazo previsto nos editais. Quando há atraso na entrega e não é acatada justificativa do fornecedor deve abrir processo sancionador e providenciar anulação da nota de empenho para que o crédito orçamentário seja reaproveitado.	Atendida
	Averiguar a condição de validade dos empenhos com mais de 02 (dois) anos da inscrição em RPNP, e proceder ao cancelamento de RPNP em caso de prescrição da validade ou ausência de instrumento legal de prorrogação;	Segundo informações da CFC/Proplan, os saldos existentes dos empenhos com mais de 02 anos estão enquadrados no §3º do Art. 68 do Decreto nº 93.872/86	Atendida

PROPLAN	Evitar a prorrogação perene dos instrumentos que amparam a manutenção dos restos a pagar inscritos na condição de não processados não liquidados;	Esta Auditoria Interna por meio do Sistema Tesouro Gerencial, monitorou os saldos da execução de restos a pagar, evidenciando sua redução, resultado do encaminhamento da CI nº 013/2017-CFC/Proplan que solicitou aos gestores para que procedessem, com prioridade, à liquidação de restos a pagar.	Atendida
	Priorizar os pagamentos de RP já inscritos com a finalidade de auxiliar na redução do montante de reinscrições de RP;	A CFC/Proplan informou que os pagamentos devem seguir a ordem cronológica de exigibilidade. E para fins de redução do montante inscrito em restos a pagar foram encaminhados comunicados aos gestores para que priorizem a liquidação dos mesmos, estabelecendo um cronograma de execução (CI Circular 002/2017 – CFC/Proplan).	Atendida
	Anular os empenhos cujos valores foram considerados de pequena monta, resultantes de descontos e/ou arredondamentos realizados pelos fornecedores, bem como aqueles resultantes de obrigações que não serão cumpridas, ressalvados os valores inscritos em uma das hipóteses previstas nos incisos I ou II do art. 35, do Decreto nº 93.872/86, que deverão permanecer inscritos até o adimplemento por parte dos fornecedores.	A CFC/Proplan informou que os saldos relativos a descontos e/ou arredondamentos são anulados logo após o pagamento do valor liquidado. Justificando que na gestão anterior as notas de empenhos destinadas a aquisição de materiais de consumo estavam sendo emitidas individualmente para cada unidade administrativa, gerando diversos empenhos com valores inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), por exemplo.	Atendida
RELATÓRIO Nº 04/2017 – VERIFICAÇÃO DA GESTÃO DA CONCESSÃO DO ADICIONAL NOTURNO			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
PROGEP	Abster-se de efetuar pagamento de adicional noturno a docentes sob o regime de dedicação exclusiva e servidores em dedicação integral, conforme orientação do órgão central do SIPEC.	Até que haja manifestação definitiva sobre o assunto no âmbito da Consultoria Jurídica da AGU no MP, manterá o pagamento aos docentes D.E., com vedação aos cargos de chefia. No entanto, o Conselho Diretor aprovou a Resolução nº 245, de 7/11/2017, estabelecendo critérios para o recebimento de adicional noturno por docentes somente quando estes ministrarem, efetivamente aulas após às 22 horas, e desde que estas estejam cadastradas no Siscad.	Atendim ento

	Expedir CI-Circular aos Diretores das Unidades da Administração Setorial com a orientação de que é indevido o pagamento de adicional noturno aos docentes submetidos ao regime de dedicação exclusiva e servidores em dedicação integral, dispensando-se o preenchimento do controle de frequência a esses docentes enquanto não houver a edição de normativo com revogação expressa da Resolução (CD) nº 31, de 23 de abril de 2015, e que o pagamento de adicional noturno aos docentes sob o regime de 20 horas e 40 horas, sem dedicação exclusiva, é devido somente nos dias em que o docente ministrar aulas com encerramento após as 22 horas, e nas hipóteses em que os encargos da docência sejam imprescindíveis após esse horário, mediante justificativa.	O Conselho Diretor aprovou a Resolução nº 245, de 7/11/2017, que revogou a Resolução (CD) nº 31, de 23 /04/2015.	Atendida
CONSELHO DIRETOR	Normatizar as hipóteses de concessão de adicional noturno, revogando-se a Resolução (CD) nº 31, de 23 de abril de 2015.		
RELATÓRIO Nº 05/2017 – LEVANTAMENTO DE RISCOS DOS PROJETOS DE PESQUISA COM FOMENTO			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
AGINOVA	Estabelecer a atuação preliminar da Agência de Desenvolvimento, Inovações e Relações Internacionais – AGINOVA, tão logo a proposta de projeto de pesquisa tenha sido cadastrada, como forma de melhor orientar e avaliar as atividades entre Universidade, empresas, governo e sociedade para a promoção da inovação e do empreendedorismo, evitando assim o retrabalho em fases posteriores do processo.	A atuação preliminar já vem sendo realizada, bastando o ajuste final junto a PROPP para readequação nas competências estabelecidas para a AGINOVA. Faltava adequar o sistema de cadastramento de projetos, SigProj, para que, nos casos que envolvam a AGINOVA, o projeto logo após cadastrado seja primeiramente encaminhado para a Agência e não para a comissão setorial de pesquisa. Fomos informados que tal medida depende do MEC.	Atendida Em monitora
PROPP AGINOVA	Elaborar o mapeamento do processo de aprovação de projetos de pesquisa, de acordo com o novo fluxo processual a ser definido, com a posterior elaboração de normativo interno, revogando-se os atuais, o qual contemple a previsão de rotinas de verificação, comunicação, acompanhamento e procedimentos definidos às unidades envolvidas no processo.	O mapeamento do processo foi elaborado, permanecendo pendente a elaboração de normativo pela PROPP. Conforme justificativas da PROPP, após a publicação deste novo normativo, será elaborado um novo mapeamento de processos, mais abrangente. Esses novos documentos serão divulgados no site da PROPP assim como em reuniões que estão sendo planejadas junto às comissões setoriais de pesquisa em cada unidade administrativa da UFMS durante o ano de 2018.	Parcialmente Atendida Em monitora

UNIDADES SETORIAIS	Estabelecer rotinas que proporcionem o fortalecimento dos controles e a transparência dos atos, com descrição detalhada, nos pareceres, dos itens avaliados, observando principalmente a carga horária dos docentes, equipe vinculada à UFMS (docentes e discentes), caracterização de prestação de serviço e pagamento de bolsas.	Conforme justificativas da PROPP, o novo normativo a ser feito identificará claramente os itens da proposta a serem avaliados pela comissão setorial de pesquisa e os passos para a homologação, pela direção da Unidade Setorial, do parecer emitido por essa comissão. Um item do normativo também indicará a necessidade de que os pareceres sejam os mais detalhados possíveis. No caso de projetos com fomento, é papel da direção da Unidade Setorial fazer todas as verificações necessárias, inclusive no que diz respeito à caracterização de prestação de serviços (hipótese em que se sugere a elaboração de ação de extensão em vez de pesquisa) e pagamento de bolsas. Além disso, o formulário de avaliação utilizado pelos pareceristas ad hoc foi atualizado e agora será acompanhado de uma descrição dos critérios de avaliação mais claros. Tais critérios serão publicados como anexo do novo normativo, mas já estão em uso na aprovação de projetos de pesquisa sem fomento. Vale notar que a UFMS instituiu, como instrumento essencial a todo este contexto, o Plano de Governança de Bolsas e Auxílios em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, estímulo à inovação e em programas de assistência estudantil no âmbito da UFMS, documento que tem por objetivo normatizar, orientar e disciplinar de forma eficiente as ações relacionadas à concessão de bolsas e auxílios no âmbito da UFMS, de forma a assegurar transparência no uso de recursos públicos no alcance de sua missão institucional.	Parcialmente Atendida Em monitoramento
PRÓ-REITORIAS AGINOVAS AGETIC	Estabelecer rotinas de transparência ativa com relação às atividades de pesquisa dos instrumentos celebrados, e incluir informações relativas aos convênios na Resolução nº 09, COUN de 20 de fevereiro de 2017, que aprovou o Plano de Dados Abertos 2017/2018.	Lista com projetos de pesquisa aprovados no âmbito da PROPP já se encontram disponibilizados no site de dados abertos da UMS. No entanto, estratégias de divulgação sistematizada serão estabelecidas pela AGINOVA e PROPP, incluindo informações sobre laboratórios utilizados nas pesquisas em quais os instrumentos jurídicos foram celebrados em cada caso.	Parcialmente Atendida Em monitoramento
REITORIA	Realizar levantamento de todas as normas que tratam de pagamento de bolsas pela instituição, ou pela fundação de apoio, com a consequente uniformização de normativo que discorra, de forma detalhada, dos valores e dos critérios objetivos para a concessão de bolsas em projetos acadêmicos, estabelecendo, também, como será realizado o monitoramento da regularidade das concessões.	Publicação da Resolução nº 133, de 25 de julho de 2017, que aprovou o Plano de Governança da Concessão de Bolsas e Auxílios.	Atendida

CD AGINOVA	Providenciar a alteração da Resolução do Conselho Diretor nº 47 de 21 de setembro de 2011, adequando o normativo à Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, quanto ao impedimento do recebimento de bolsas pela prestação de serviços.	A Resolução nº 47/2011 não foi expressamente revogada, no entanto a nova norma que institui o Plano de Governança na concessão de bolsas veda expressamente o recebimento de bolsas pela prestação de serviços.	Parcialmente atendida.
PROPP	Estabelecer critérios objetivos para a definição de prestação de serviços em projetos de pesquisa ou extensão, de forma que a unidade responsável pela aprovação ou recomendação da proposta do projeto analise com maior segurança a caracterização destes projetos, com o pagamento de retribuição pecuniária, e não de bolsas.	Os três documentos já mencionados, Plano de Governança de Bolsas e Auxílios, Edital UFMS/Propp/ Aginova nº 155/2017 e Resolução do Conselho Diretor nº 278, de 15/12/2017, contemplam os critérios objetivos para a definição de prestação de serviços em projetos de pesquisa ou extensão.	Atendida
PROPP	Definir as obrigações específicas enquanto CONVENIENTE, e não como EXECUTORA, para a UFMS no âmbito dos convênios com a FINEP.	A UFMS não possui competência para determinar à FINEP alterações nos dispositivos contratuais, cujas responsabilidades já são predefinidas pela FINEP.	Recomendação Anulada por impossibilidade de cumprimento pela UFMS
PROPP	Proceder à devida instrução processual dos documentos relativos ao remanejamento de valores ou alterações no Plano de Trabalho, e consequente aprovação das mudanças pela FINEP ou a pedido da UFMS, aprovado pelas instâncias competentes, quando houver.	A AGINOVA informou que a Divisão de Acompanhamento de Convênios já está orientada a assim proceder quando se apresentarem situações dessa natureza. Conforme justificativas da PROPP, está sendo conduzida pela CPQ/PROPP uma atualização da situação de todos os Projetos FINEP vigentes, principalmente visando a garantia da completude de seus objetos. A regra atualmente é a de que as alterações e remanejamentos são consultados e comunicados à FINEP. O novo relacionamento com a FAPEC a partir da AGINOVA, proporcionará a aplicação de práticas mais seguras quanto à execução dos projetos, evitando alteração do plano de trabalho sem anuência prévia.	Atendida. Em monitoramento
PROPP AGINOVA PROADI	Estabelecer competências de acompanhamento das atividades de desenvolvimento institucional por intermédio de fundação de apoio, preferencialmente, à unidade responsável pelo acompanhamento de convênios, com o envolvimento da CPO/PROADI.	A Resolução do Conselho Diretor nº 278, de 15/12/2017, que regulamenta o relacionamento da UFMS com sua fundação de apoio, estabelece a competência de acompanhamento da Aginova em todos os instrumentos celebrados com as fundações de apoio. No entanto, não há menção sobre o acompanhamento de obras pela PROADI.	Parcialmente atendida
PROPLAN	Definir unidade da UFMS responsável pela análise e emissão de parecer nas prestações de contas das fundações.	A Resolução do Conselho Diretor nº 278, de 15/12/2017 estabelece competência do Ordenador de Despesas da UFMS a aprovação da prestação de contas de instrumentos celebrados com as fundações de apoio, após a emissão de relatórios técnicos da Aginova e da Proplan.	Atendida

CD AGINOA PROPLAN	Estabelecer critérios objetivos de ressarcimento pelo uso de recursos públicos da UFMS de acordo com as características de cada projeto, bem como os critérios de isenção destes.	A Resolução do Conselho Diretor nº 278, de 15/12/2017 estabelece critérios de ressarcimento para cada tipo de projeto e de acordo com os elementos de despesas previstos no Plano de Trabalho.	Atendida
AGINOA	Regulamentar institucionalmente uma Política de Inovação, estabelecendo regras relativas à apropriação da propriedade intelectual e produção científica gerada no âmbito da UFMS.	Conforme justificativas da CEI/AGINOA, está em fase de elaboração proposta da Política Institucional de Inovação, dependendo apenas da regulamentação da lei de Inovação pelo Congresso Nacional, para não haver incompatibilidades e evitar o retrabalho.	Em monitoramento
PROPP	Regulamentar a destinação financeira decorrente de prêmios recebidos por projetos institucionais mediante repartição de recursos entre o coordenador e a Administração, para fomentar novos projetos.	Conforme justificativas da PROPP, existem estudos em conjunto com a AGINOA para a regulamentação do assunto.	Em monitoramento
AGINOA PROPP	Nos contratos de inovação em que a UFMS seja responsável pela entrega de produto, software ou propriedade intelectual, estabelecer critérios de permanência mínima do pesquisador na Instituição, mediante assinatura de Termo de Compromisso.	A AGINOA informou que esses critérios serão definidos e alinhados com a Política Institucional de Inovação.	Em monitoramento
AGINOA	Que a AGINOA acompanhe a gestão dos contratos de inovação em que a UFMS figure como contratada para desenvolver atividades de inovação e propriedade intelectual, e não apenas dos convênios e acordos congêneres celebrados por essa unidade.	Contemplado na Resolução do Conselho Diretor nº 278, de 15/12/2017, que normatiza a relação entre a UFMS e as Fundações de Apoio, e também no Edital UFMS/Propp/Aginova n. 155/2017.	Atendida
RELATÓRIO Nº 06/2017 – AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PNAES NA UFMS			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
PROGEP PROAES	Priorizar a contratação de profissionais para atuar na área da assistência estudantil, com vistas a aprimorar as ações do PNAES na UFMS;	O Edital PROGEP nº 56, de 04/09/2017, prevê contratação de Assistente Social e Psicólogo para atender a assistência estudantil na UFMS, nos Campus que possuem deficiência de pessoal nesta área.	Atendida
AGETIC PROAES	Seja priorizado o desenvolvimento de sistema computacional que contemple as informações referentes ao PNAES, com o objetivo de identificar falhas e riscos decorrentes da sua execução e de aperfeiçoar as ações de assistência estudantil na UFMS;	Está em fase de planejamento pela AGETIC um Sistema que integre todas as informações acadêmicas dos beneficiários (bolsas, auxílios, desempenho acadêmico, perfil sócio-econômico). Enquanto isso não ocorre, PROAES informou que o trabalho é realizado manualmente com base nos dados de diversos outros sistemas institucionais (SISCAD, REGGIO, SGB).	Em monitoramento
PROAES	Estabelecer rotina de checagem amostral das informações declaradas pelos beneficiários e verificação da necessidade de diligências amostrais a fim de confirmar as condições socioeconômicas declaradas pelo beneficiário;	A PROAES acatou a recomendação mas não demonstrou um plano de ação de amostragem porque depende de pessoal disponível para atender todas as demandas da unidade.	Em monitoramento

PROAES	Publicar lista de classificação acompanhada dos respectivos índices organizados em ordem decrescente a fim de propiciar real classificação possibilitando ao discente obter certeza quanto a sua posição geral no processo seletivo;	Recomendação será adotada no próximo Edital.	Em monitoramento
PROAES	Implementar a segregação de funções no processo de análise documental com o objetivo de que o mesmo servidor não participe da análise de todo o processo, evitando que o servidor que deferiu o benefício no ingresso seja o mesmo que fará a análise do recurso eventualmente interposto;	A PROAES informou que o atendimento da recomendação depende da contratação de mais pessoal para atuar na área.	Em monitoramento
Conselho Diretor	Alterar as normas que tratam do pagamento de bolsas a discentes, de forma a permitir a acumulação de bolsa de caráter assistencial com outras bolsas de caráter acadêmico.	Publicação da Resolução nº 133, de 25 de julho de 2017, que aprovou o Plano de Governança da Concessão de Bolsas e Auxílios., contendo dispositivo que permitem a acumulação de bolsas acadêmicas e assistenciais.	Atendida
RELATÓRIO Nº 07/2017 – LEVANTAMENTO DE RISCOS DO CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS (PASSAGENS, SEGURO, HOSPEDAGEM)			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS	SITUAÇÃO
PROADI	Fazer constar nos processos de contratação de bens e serviços Estudos Preliminares, que visem atender às necessidades das unidades da UFMS, conforme as diretrizes constantes do Anexo III da IN nº 05, de 25/05/2017	PROADI acatou a recomendação, a ser cumprida nos termos do Anexo III da IN 05/2017, e informou que já há estudos atuais, nos moldes da IN 05/2017, para contratações em andamento, citando exemplos de processos que constam tais informações.	Atendida
Reitoria/PROADI	Estabelecer, por meio de normativo ou de editais de contratação, categorias ou valores limites a serem gastos com hospedagens e refeições, a pessoas em deslocamento por interesse da instituição, adotando-se os valores das diárias praticadas aos servidores da Administração Pública Federal como parâmetro.	PROADI informou que o assunto será submetido à Reitoria para deliberação.	Monitorando
PROADI	Abster-se de renovar o Contrato 212/2015 firmado com a empresa Tita Eventos Eireli - EPP e promova, com a devida antecedência, nova licitação para contratação dos respectivos serviços, com vistas a cumprir a não prorrogação do Contrato e evitar a contratação emergencial;	PROADI celebrou o 4º Termo Aditivo com a empresa Tita, concedendo desconto no valor da reserva e na forma de remuneração, em atendimento à Recomendação da AUD. Prorrogou-se, também, o contrato por mais seis meses, tempo necessário para a celebração de nova licitação.	Atendida
PROADI	Definir no próximo edital de contratação de agência de viagens que o fato gerador da remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de hospedagem será a reserva (por hotel) efetivamente utilizada, independente da quantidade de hóspede/quartos/apartamentos, ou que gere ônus em seu cancelamento.		

PROPLAN	Elaborar mapeamento do processo eletrônico de pagamentos recebidos, na nova sistemática adotada pelo SEI, com ampla divulgação aos setores e agentes envolvidos.	O mapeamento do processo de pagamento foi elaborado pela CFC/PROPLAN, descrevendo as competências de cada setor por onde tramita o processo. Foi solicitado pela AUD/COUN ampla divulgação, principalmente aos gestores de contratos.	Atendida
PROADI	Adotar o procedimento de registrar após o pregão se há documentos pendentes de conferência pela unidade responsável pela formalização de contratos antes da sua assinatura.	Unidade não se manifestou	Aguardando Manifestação
PROADI	Nos próximos editais de contratação de agência de turismo, avaliar se há a necessidade de se exigir que a empresa mantenha escritório ou posto de atendimento na cidade de Campo Grande/MS, uma vez que todos os serviços prestados são on line, de forma a ampliar a concorrência e buscar preços mais vantajosos para a Administração.	PROADI informa que, como forma de reduzir a oneração contratual e aumentar a competitividade, será analisada a necessidade real de exigir que a empresa mantenha escritório ou posto de atendimento na cidade de Campo Grande.	Monitorando
PROADI	Nos próximos editais, avaliar a possibilidade de se exigir a garantia contratual em porcentagem incidente sobre os valores que compõe efetivamente a proposta, limitada a 5% do valor deste, e não dos itens que apenas constituam repasse de recursos.	PROADI informa que a necessidade de garantia se trata de forma de garantir o cumprimento da avença, visto que uma baixa valorização da garantia poderá acarretar queda na qualidade de prestação de serviço ou até mesmo o seu descumprimento.	Recomendação não adotada
PROADI	Fortalecer os mecanismos de controles administrativos para não permitir que a empresa deixe de apresentar a garantia contratual, ou a sua renovação, que constituem motivos para a rescisão do contrato.	PROADI informa que nos contratos futuros, a exigência de manter vigente a garantia em toda a vigência do contrato será fiscalizada com atenção, evitando o descumprimento de obrigações por parte do fornecedor.	Monitorando
PROADI	Nos próximos editais, exigir detalhamento nas faturas/notas fiscais que compõe efetivamente o serviço prestado, para subsidiar a comprovação da despesa faturada.	Visando padronização de procedimentos de gestão e fiscalização de contratos, foi solicitado à Reitoria a constituição de Comissão para elaboração do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da UFMS, CI 157/2017 (0097683) - Processo SEI nº 23104.020251/2017-02. Serão elaborados procedimentos para acompanhamento da execução dos serviços e de ateste de Notas Fiscais.	Monitorando
PROADI	Adotar o procedimento de ateste das faturas/notas fiscais, para fins de liquidação da despesa, por quem solicitou o serviço em conjunto com o gestor/fiscal do contrato.		
PROADI/GESTOR	Solicitar a anulação das Notas de Empenho antes do encerramento do exercício, mediante controle das obrigações que não serão adimplidas com a contratada, de forma que não haja inscrição em restos a pagar em desacordo com o disposto no art. 35, do Decreto nº 93.872/86.		
RELATÓRIO Nº 08/2017 – AVALIAÇÃO DOS CONTROLES DA EDITORA UNIVERSITÁRIA			
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES (Em monitoramento)		
	Caso mantenha os estoques de papéis e insumos na própria Unidade, implantar controle eficiente de entrada e saída de material da Editora, ou solicitar à AGETIC o desenvolvimento de sistema de		

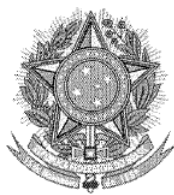
DIEDU/SECOM/RTR	almoxarifado próprio.
	Fazer constar nos processos de aquisição de materiais estudos preliminares, que visam atender às necessidades institucionais, com base no estoque que a Unidade já possui.
	Destinar o descarte de material reciclável da Editora: 1) às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; por meio de sistema de logística reversa, em obediência à Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; ou 2) por forma diversa que reverta em benefício à Instituição.
	Elaborar formulário próprio, a ser utilizado pelas Unidades da Administração, como forma de controle das solicitações de serviços gráficos.
	Criar pastas de arquivos compartilhados para o controle cronológico dos documentos emitidos pela Unidade.
	Por ocasião da produção de livros com recursos externos, consultar formalmente a agência de fomento ou órgão financiador quanto à impossibilidade legal da comercialização de obras da Editora UFMS, sobretudo quando o Edital não prever tal vedação.
	Fazer constar nos orçamentos e nas Ordens de Serviço os cálculos utilizados para a composição dos insumos utilizados e serviços contratados na produção do material, abstendo-se de prever em orçamento insumos que não serão adquiridos para atender a demanda.
	Informar data de validade no orçamento elaborado, de modo a aceitar eventuais alterações no projeto sob o mesmo orçamento somente na vigência deste.
	Utilizar os estoques de papel da Unidade para atender as demandas atuais antes de solicitar novas aquisições.
	Emitir GRU individualmente para cada recolhedor, com posterior pagamento pela Unidade.
	Abster-se de efetuar despesas de custeio das atividades administrativas com recursos recebidos em dinheiro, a exemplo das vendas de livros.
	Elaborar estudo técnico para a elaboração e Termo de Referência e pesquisa de preço com a finalidade de se contratar serviços para atender a manutenção preventiva ou corretiva dos materiais permanentes da Editora.
	Efetuar o cálculo do frete, oriundo da venda ou distribuição de livros, com interesses particulares, de acordo com a tabela de preços vigente do contrato celebrado entre a UFMS e os Correios.
	Atualizar o catálogo de livros disponíveis para a venda e publicar no site da Editora.
	Estudar a possibilidade de vendas virtuais, ou centralizar a distribuição de vendas on-line no e-mail institucional da Editora.
	Implantar controles de tiragem das obras pelos autores, de forma que os limites estabelecidos no art. 18 da Resolução COUN nº 63, de 25 de julho de 2017, que aprovou o Regimento Interno da Editora da UFMS, sejam respeitados.
	Implantar controles de prazos para a prestação de contas de vendas consignadas, devendo a Unidade encaminhar ao responsável GRU no valor total da Nota de Consignação, e notificar o responsável para efetuar o pagamento ou devolver os exemplares retirados, no prazo estipulado.
	Elaborar Termo de Referência para a aquisição de material de acabamento para banner, devendo a licitação ocorrer por item, e não por lote, em respeito ao §1º, do art. 23, da Lei nº 8.666/1993.
	Abster de realizar serviços gráficos sem vinculação aos objetivos institucionais.
	Estabelecer rotina de autorização de patrocínio de serviços gráficos pela Editora aprovada pela Reitoria, com o processo instruído, contendo a motivação e as justificativas pertinentes.
	Autorizar a produção de livros da Editora UFMS com recursos financiados externamente, desde que recolhidos em conta única da UFMS.

SECOM/RTR	Realizar estudos acerca da viabilidade de alienação de impressoras, considerando a onerosidade da manutenção destas, optando-se pela locação de máquinas menores que atendam as demandas institucionais, ou a terceirização dos serviços gráficos, mediante procedimento licitatório. Proceder a estudos preliminares e ampla pesquisa de mercado para decidir se existe vantagem em contratar a Assistência Técnica com fornecimento de bobinas de papel para a impressão de banner, considerando que a aquisição do material diretamente pela Administração pode constituir medida mais econômica.
AGETIC	Desenvolver sistema de almoxarifado para o controle de estoque, venda, doação e consignação de obras disponíveis nos estoques da Editora e da Livraria Universitária.
PROADI	Adequar ou reformar instalações para um arquivo de acervo bibliográfico, observando, na medida do possível, as recomendações do CONARQ pertinentes ao planejamento e à construção de novas instalações, com vistas a incorporar melhorias operacionais e econômicas do material. Disponibilize uma impressora à Livraria da UFMS, seja de patrimônio da UFMS, seja objeto de aluguel dos contratos vigentes, ante a necessidade de impressão diária de GRU para a venda dos livros. Orientar os gestores e fiscais de contratos terceirizados de mão-de-obra exclusiva que não permitam que funcionários exerçam atividades diversas para as quais foram contratados, e atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão.
REITORIA	Verificar se há pertinência na prestação de serviços gráficos à comunidade acadêmica, além das Unidades da Administração, com estabelecimento de tabela de valores a ser aprovada pelo Conselho Diretor. Estabelecer junto à Fundect procedimentos de prestação de contas que autorizem a comprovação de despesas com produção de livros mediante apresentação de Guia de Recolhimento da União, considerando a omissão dessa possibilidade nas orientações daquela fundação; Apresentar estudos sobre a viabilidade de terceirização da produção gráfica da UFMS, mediante estimativa de custos e uso do material já adquirido em estoque.
PROPLAN	Não emitam empenhos em nome das empresas constantes das ARP gerenciadas pela Editora Universitária sob a alegação de inviabilidade de execução orçamentária temporal, em especial em proximidade de final de exercício, ou para a prestação de serviços gráficos desvinculados aos itens contratados. Conceder acesso ao Sistema de Arrecadações da UFMS aos servidores responsáveis pela emissão de GRU e controle dos recolhimentos, para que haja análise permanente dos lançamentos para fins de regularização e controle daquela Unidade. Verificar a possibilidade de concessão do Cartão de Pagamentos do governo Federal, denominado “Cartão Gestão UFMS”, a um representante da Administração Central, para o caso de despesas de pequeno vulto, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, considerando que a Resolução (CD) nº 5, de 20 de janeiro de 2017, permite apenas a concessão do Cartão às Unidades da Administração Setorial.
CONSELHO EDITORIAL	Somente permitir a publicação de obras pela Editora da UFMS após aprovação do Conselho Editorial, mediante publicação de Resolução no Boletim de Serviços Eletrônicos; Definir Política Editorial, estabelecendo os objetivos estratégicos, indicadores e metas alinhadas às políticas institucionais, e considerando os anseios das partes interessadas: a sociedade e a comunidade acadêmica. Estabelecer, por meio de editais públicos, quantas obras serão financiadas com recursos do orçamento da UFMS, de acordo com cada área de conhecimento, e os critérios para apreciação das propostas, de forma que haja tratamento isonômico e transparente quanto às obras selecionadas. Definir quais as obras produzidas pela Editora UFMS não poderão ser comercializadas, e estabelecer a obrigatoriedade de constar na capa dos livros e obras a proibição de venda destes exemplares. Emitir Resolução estabelecendo rotinas de ressarcimento à UFMS pela publicação de obras da Editora com recursos externos, de forma que os orçamentos apresentem o custo da produção editorial, e a contabilização como forma de contribuição pelos recursos públicos indiretos relacionados ao

	serviço prestado.
	Estabelecer, por meio de Resolução, procedimentos que deverão ser adotados para a doação de livros, mediante ampla divulgação pelas mídias institucionais.
	Estabelecer possibilidade de descontos na aquisição de livros por distribuidoras de livros, discentes e servidores da UFMS.
	Estabelecer, por meio de Resolução, procedimentos que deverão ser adotados na consignação de livros, a exemplo dos prazos de devolução, e quem está autorizado a retirar os livros sob consignação.
	Deliberar sobre a possibilidade de contratação, por inexigibilidade, da Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura da Biblioteca Nacional, responsável pela prestação de serviços de atribuição de ISBN, aos livros publicados pela Editora da UFMS, ou encaminhar ao autor da obra o boleto para pagamento da taxa administrativa da solicitação, caso em que deverá ser comprovada a quitação antes da entrega do material produzido.
	Padronizar a solicitação de registro de ISSN somente pela Editora UFMS, de forma que as publicações da Editora UFMS estejam devidamente registradas em um único controle.
	Estabelecer política de editoração e publicação de E-Books.
RELATÓRIO Nº 09/2017 – Auditoria Operacional: Centro Tecnológico de Eletrônica e Informática - CTEI	
UNIDADE	RECOMENDAÇÕES (Em monitoramento)
FACOM	Oficializar a subordinação do CTEI à FACOM; Determinar, por meio de Resolução do Conselho de Faculdade da FACOM, o Regulamento Interno do CTEI, estabelecendo as competências e atividades desenvolvidas pelo Centro; Disponibilizar o espaço físico para que seja melhor aproveitado pela Unidade; Regularizar as situações dos bens patrimoniais do CTEI, apresentadas pelo grupo de trabalho, constituído pela Portaria nº 977, de 15/08/2017, atualizando os Termos de Responsabilidade dos bens patrimoniais.

Fonte: Auditoria Interna

PARECER DO COLEGIADO



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Relatório de Gestão da UFMS, ano base 2017

O processo ora em análise trata do Relatório de Gestão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ano base 2017, no qual são analisados os aspectos relevantes da gestão.

Ao examinar o processo, verifica-se que o relatório preenche as exigências do Tribunal de Contas da União no que tange à apresentação das informações. O conteúdo apresentado evidencia a totalidade e a abrangência da gestão da UFMS no período de 2017, demonstrando ainda os requisitos de visão sistêmica e análise de resultados, conforme determinado pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, com complementação pela DN 161/2017 e pela DN 163/2017.

O Relatório de Gestão tem como objetivo consolidar informações compiladas a partir dos relatórios setoriais das Unidades da UFMS e dos sistemas de informações gerenciais disponíveis, com vistas a relatar todas as práticas de gestão, para efeito de prestação de contas aos Órgãos de Controle Interno e Externo e da transparência dos serviços que são entregues à sociedade.

O documento está estruturado em capítulos, conforme a ordem estabelecida no Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, com nove capítulos e um conjunto de anexos e apêndices referenciados pelo TCU, envolvendo os tópicos aqui destacados:

- **Visão Geral da Universidade** – esse tópico engloba itens tais como: finalidades e competência; macroprocessos finalísticos; normas e regulamentos de criação e funcionamento; e ambiente de atuação, incluindo o conjunto de atividades relacionadas ao ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, empreendedorismo, extensão, assistência estudantil, cultura e desporto.
- **Planejamento Organizacional e Resultados** – neste tópico são evidenciados o planejamento organizacional, com ênfase nas Diretrizes e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2015-2019, e posterior realinhamento feito no ano de 2017 e seus resultados; desempenho orçamentário e sua execução física e financeira; além da apresentação e análise dos indicadores de desempenho. Os resultados alcançados no ano de 2017 demonstram, por exemplo, o crescimento do número de alunos de graduação e pós-graduação.
- **Governança, Gestão de Risco e Controles Internos** – neste item estão contempladas a estrutura de governança, a atuação da Auditora Interna, as atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos, além da gestão de riscos.
- **Áreas Especiais da Gestão** - no capítulo 5 é destacado o detalhamento das ações referentes à gestão de pessoas; gestão de patrimônio financeiro e infraestrutura; gestão da frota de veículos, gestão da tecnologia de informações e gestão ambiental e sustentabilidade.

O Relacionamento com a Sociedade está descrito no capítulo 6, onde estão demonstrados: os canais de acesso e a carta de serviços ao cidadão; mecanismos de transparência das informações;



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



e medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. Neste capítulo fica evidenciada a importância da Ouvidoria como ferramenta indispensável na interlocução entre as demandas apresentadas pela comunidade externa e as diversas áreas da UFMS. Os mecanismos de transparência também são destacados, em especial o portal Transparência.

- **Desempenho Financeiro e Informações Contábeis** - neste capítulo são apresentados o desempenho financeiro de 2017; além de medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior; tratamento contábil do patrimônio e de ativos e passivos; sistemática de apuração dos custos na universidade e demonstrativos contábeis. Está registrado o volume de liquidação e pagamento das despesas no ano de 2017, e o desempenho orçamentário diante do contingenciamento, especialmente em investimento.

A Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle é relatada a partir do tratamento dado às determinações e recomendações do TCU e do Controle Interno; das medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações; e das informações sobre publicidade e propaganda. As ações apresentadas demonstram o esforço de verificações, avaliações e assessoramento, elementos que contribuem para o aprimoramento da gestão.

Por fim, O Anexo e os Apêndices trazem demonstrações contábeis, pareceres, além do rol de responsáveis e declarações de integridade e informações sobre projetos desenvolvidos com a Fundação de Apoio.

O relatório de gestão demonstra o exame de desempenho e os principais resultados apresentados às folhas 18 a 21, destacando a expansão qualitativa da graduação e da pós-graduação, a consolidação da assistência estudantil, as ações de extensão universitária, da Pesquisa, da Extensão, da Inovação e da Integração Nacional e Internacional e o fortalecimento institucional. Destaque também é dado para a Reestruturação administrativa da UFMS com a extinção dos Centros e criação das Faculdades e Institutos e o fortalecimento e expansão da transparência das ações desencadeadas no âmbito da UFMS. Os desafios para a realização dos objetivos são apresentados as folhas 21 a 22.

Conforme disposto no artigo 3º da Resolução nº 78, de 22 de setembro de 2011 do CONSELHO UNIVERSITÁRIO, que aprova o REGIMENTO GERAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, compete ao Conselho Diretor deliberar sobre o processo de prestação de contas anual da UFMS.

Dessa forma, de acordo com orientação do Tribunal de Contas da União, a manifestação do Conselho Diretor da UFMS, instância deliberativa sobre o processo de prestação de contas, deve ser incorporada ao relatório.

Considerando o aqui exposto, nos manifestamos favoravelmente à aprovação do Relatório de Gestão da UFMS, ano base 2017.

Nalvo Franco de Almeida Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

CGU-PAD**Controladoria-Geral
da União****RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2017 A 31/12/2017****Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	3
Assédio moral	3
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	6
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	0
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	10
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0
Descumprimento de Regime de Dedicação Exclusiva	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
e-OUV - A Classificar	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	11
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou	2

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 3

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2017 A 31/12/2017

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Favorecimento próprio ou de terceiros	0
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	11
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	9
Monitor - A Classificar	0
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	0
Total de procedimentos sem assunto	0
Total	55

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 3

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

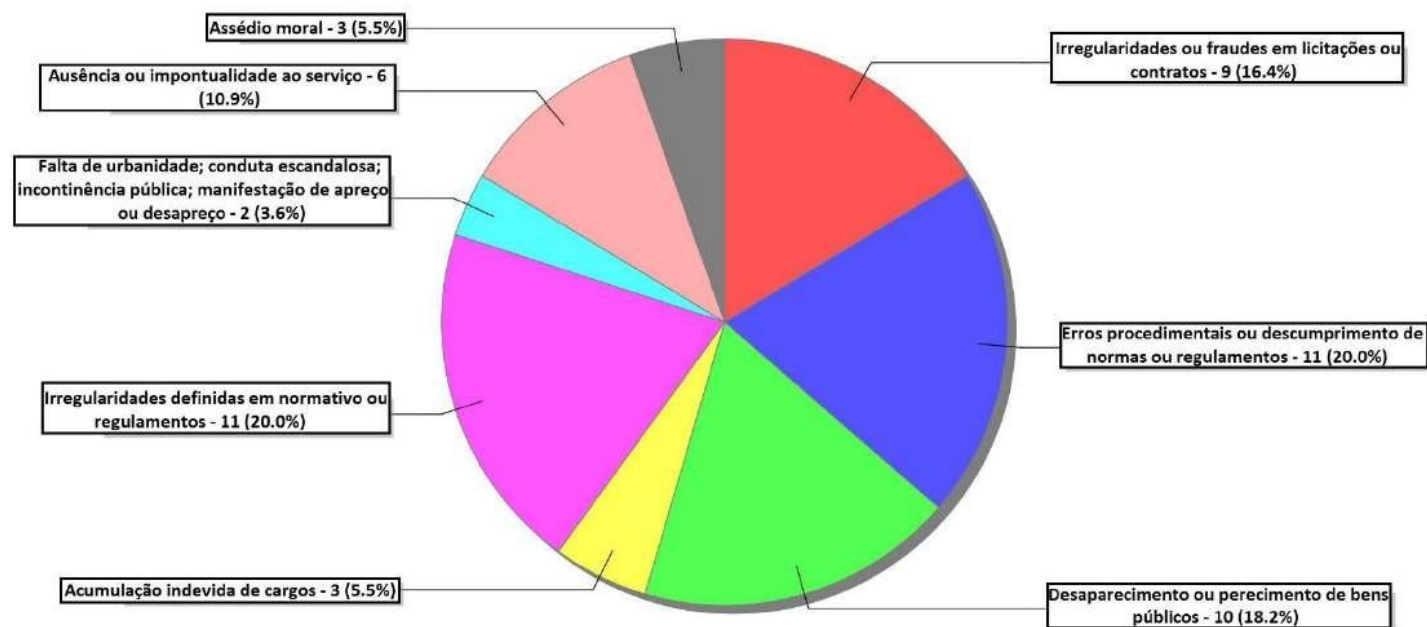
CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2017 A 31/12/2017

Gráficos

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 3

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	11
Total de Ritos Sumários	2
Total de Sindicâncias	33
Total de Procedimentos	46

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104000729201770	02/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104004644201418	06/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002972201561	16/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002086201707	24/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104006404201377	24/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002373201717	28/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104006496201212	28/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23449000474201663	04/05/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002350201702	03/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005157201715	09/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104026979201730	16/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005491201779	20/10/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23104005157201715	08/12/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23104000095201755	10/01/2017	Sindicância
23448000021201728	20/01/2017	Sindicância
23448000024201761	23/01/2017	Sindicância
23104000050201781	31/01/2017	Sindicância
23104000785201712	20/02/2017	Sindicância
23104009317201614	20/02/2017	Sindicância
23104001683201714	01/03/2017	Sindicância
23104001724201764	23/03/2017	Sindicância
23449000409201719	31/03/2017	Sindicância
23449000425201710	06/04/2017	Sindicância
23104002819201703	11/04/2017	Sindicância
23448000231201716	08/05/2017	Sindicância
23104004227201718	31/05/2017	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 7

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104004674201777	01/06/2017	Sindicância
23104005073201781	13/06/2017	Sindicância
23104006143201719	13/07/2017	Sindicância
23104003801201711	19/07/2017	Sindicância
23104005965201782	20/07/2017	Sindicância
23104006439201730	22/07/2017	Sindicância
23104006440201764	22/07/2017	Sindicância
23104013754201713	22/07/2017	Sindicância
23104016804201714	22/07/2017	Sindicância
23104006441201717	24/07/2017	Sindicância
23104006443201706	24/07/2017	Sindicância
23104017133201717	01/08/2017	Sindicância
23449000961201715	23/08/2017	Sindicância
23104013488201729	30/08/2017	Sindicância
23104014377201730	05/09/2017	Sindicância
23448000978201774	18/09/2017	Sindicância
23104010888201782	04/10/2017	Sindicância
23104005790201711	10/10/2017	Sindicância
23104005791201758	10/10/2017	Sindicância
23104023139201715	01/11/2017	Sindicância

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	17
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	30
Total de Procedimentos	48

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104002084201629	03/01/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005030201615	16/01/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000083201578	01/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000931201530	08/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001993201135	31/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001767201669	04/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104007885201681	04/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002972201561	24/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000759201603	31/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104004644201418	07/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104008144201617	08/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000972201615	20/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104009039201603	21/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23449000474201663	02/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104006496201212	16/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003480201592	31/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002350201702	22/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005491201779	18/12/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23104007796201634	07/01/2017	Sindicância
23104000095201755	23/01/2017	Sindicância
23104007983201618	06/02/2017	Sindicância
23449000408201693	07/02/2017	Sindicância
23448000021201728	14/02/2017	Sindicância
23448000024201761	15/02/2017	Sindicância
23448000586201624	16/02/2017	Sindicância
23456000187201664	20/02/2017	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 7

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104006838201610	23/02/2017	Sindicância
23104007904201679	23/02/2017	Sindicância
23104008946201627	24/02/2017	Sindicância
23104003442201611	01/03/2017	Sindicância
23104005295201613	24/03/2017	Sindicância
23104000050201781	29/03/2017	Sindicância
23449000425201710	05/05/2017	Sindicância
23104007575201585	09/05/2017	Sindicância
23104001724201764	28/06/2017	Sindicância
23104007681201640	29/06/2017	Sindicância
23104004227201718	27/07/2017	Sindicância
23104005073201781	02/08/2017	Sindicância
23104006439201730	04/08/2017	Sindicância
23104002819201703	10/08/2017	Sindicância
23104005965201782	18/08/2017	Sindicância
23448000231201716	19/09/2017	Sindicância
23104003801201711	26/09/2017	Sindicância
23104017133201717	09/10/2017	Sindicância
23104006143201719	10/10/2017	Sindicância
23449000961201715	29/11/2017	Sindicância
23104010888201782	21/12/2017	Sindicância
23104023139201715	22/12/2017	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 4 de 7

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	11
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	28
Total de Procedimentos	39

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104003479201568	23/02/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005030201615	20/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002084201629	21/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000931201530	29/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000083201578	13/04/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104008144201617	17/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000759201603	08/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002972201561	22/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104009039201603	07/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001448201491	07/12/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002350201702	07/12/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104006496201212	13/01/2017	Sindicância
23104002778201666	17/01/2017	Sindicância
23448000076201657	30/01/2017	Sindicância
23104007983201618	06/02/2017	Sindicância
23449000474201663	15/02/2017	Sindicância
23448000586201624	17/02/2017	Sindicância
23448000021201728	20/02/2017	Sindicância
23448000024201761	21/02/2017	Sindicância
23104000095201755	22/02/2017	Sindicância
23104007904201679	01/03/2017	Sindicância
23449000529201635	15/03/2017	Sindicância
23104005295201613	10/04/2017	Sindicância
23457000138201450	22/04/2017	Sindicância
23104007575201585	09/05/2017	Sindicância
23104000050201781	31/05/2017	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 5 de 7

Data da emissão do relatório: 08/02/2018

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23449000425201710	14/06/2017	Sindicância
23456000187201664	04/07/2017	Sindicância
23104001724201764	14/07/2017	Sindicância
23104004227201718	04/08/2017	Sindicância
23104007681201640	04/08/2017	Sindicância
23104002819201703	11/08/2017	Sindicância
23104006838201610	15/08/2017	Sindicância
23104005965201782	18/08/2017	Sindicância
23104003801201711	26/10/2017	Sindicância
23104007796201634	13/11/2017	Sindicância
23104008946201627	29/11/2017	Sindicância
23449000483201654	30/11/2017	Sindicância
23104023139201715	28/12/2017	Sindicância

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	2
Total de Procedimentos	5

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104003479201568	27/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005194201308	01/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23449000474201663	02/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000785201712	10/03/2017	Sindicância
23104009317201614	10/03/2017	Sindicância

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2017 A 31/12/2017

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Não-Indiciado:	16

Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Carmen Regina Coldebella	63751712100	23104003480201592	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Carolina Monteiro Santee	17747538120	23104000931201530	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
David Alex Arancibia Suarez	23211525831	23104003801201711	Faculdade de Engenharias, Arquitetura e	MS	
Edson Rodrigues Carvalho	36238317868	23104006496201212	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Joao Onofre Pereira Pinto	05271734870	23104003442201611	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Marcelo Alessandro Rigotti	18506490812	23448000083201578	Campus de Três Lagoas	MS	
Marcelo Carretoni Lescano	51957680130	23104001767201669	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Marcelo Carretoni Lescano	51957680130	23104007885201681	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Maria Angelica Biroli Ferreira da Silva	15884209819	23449000425201710	Campus do Pantanal	MS	
Maria Isabel Azevedo da Silva	79114954834	23104000759201603	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Paulo Zarate Pereira	40446212172	23104003480201592	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Rodolfo Wellington Pedraca de Oliveira	87856204168	23448000024201761	Campus de Três Lagoas	MS	
Rogério Mayer	44613431115	23104004644201418	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Silvio Ribeiro de Resende	65347960159	23104007885201681	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Tulio Marcos Kalife Coelho	87658844691	23104008144201617	Faculdade de Odontologia	MS	

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 08/02/2018
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2017 A 31/12/2017

Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017					
Quadro Consolidado				Nº Agentes Alcançados	
Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Waleska Mendoza	40828689172	23104001993201135	Secretaria Administrativa	MS	

Total Absolvido ou Arquivado: 0

Total Submetido a outro processo disciplinar: 6

Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Angela Maria Costa	28520670130	23104007681201640	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Camila Rondon Lamounier	01259005119	23104006838201610	Secretaria Acadêmica	MS	
Celso Benites	05150736104	23104002972201561	Coordenação de Fazenda Escola	MS	
Daniilo Vegini de Matos	01500664146	23104006838201610	Secretaria Acadêmica	MS	
Iandara Schettter Silva	41939980020	23104001724201764	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
João Onofre Pereira Pinto	05271734870	23104003479201568	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	

Total Apenado: 6

Advertência: 0

Suspensão: 5

Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Anísio Neto da Silva Junior	28743520634	23104003479201568	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 08/02/2018
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2017 A 31/12/2017

Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017					
Quadro Consolidado					Nº Agentes Alcançados
Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Ariel Ortiz Gomes	01746427175	23104003479201568	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Eduardo Ferrufino Guzman	97551732187	23104002084201629	Campus do Pantanal	MS	
Ronaldo Rodrigues Teixeira Junior	04720534694	23104009039201603	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Teresa Cristina Abranches Rosa	06974420633	23104005030201615	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Suspensão Convertida em Multa:					1
Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Sergio Massafumi Okano	51372541853	23104003479201568	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Demissão de Cargo Efetivo:					0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 08/02/2018
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

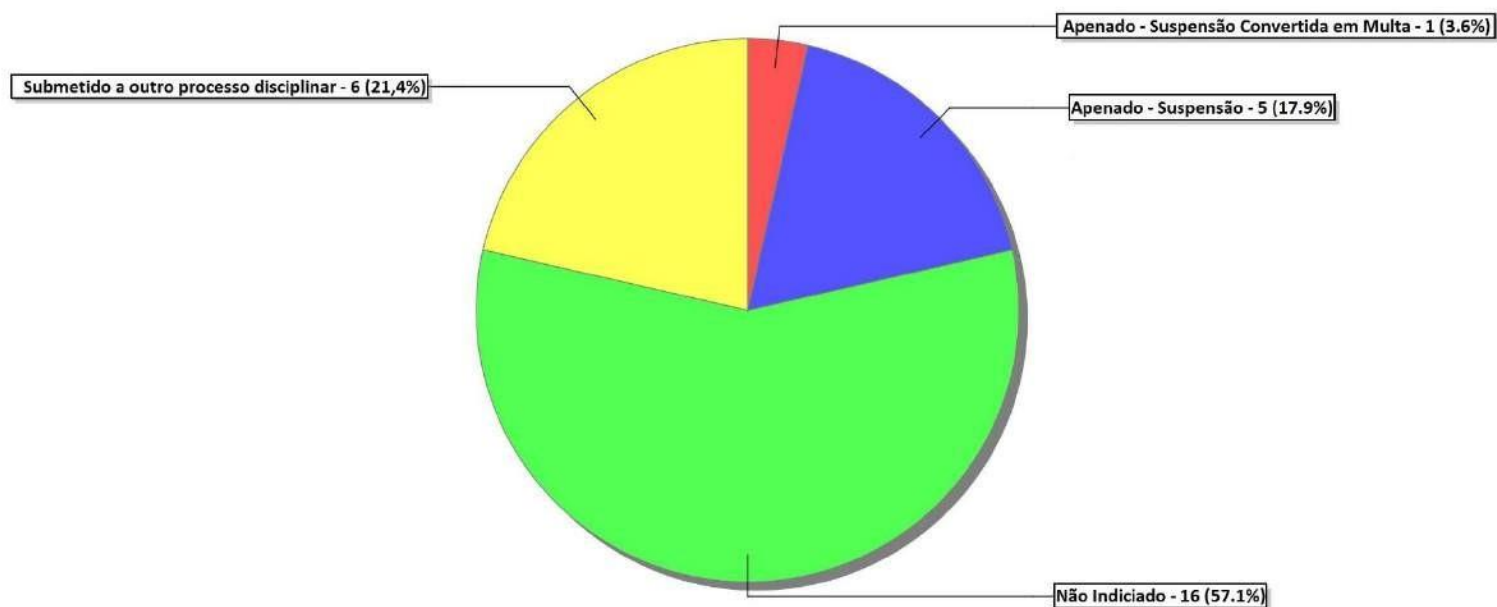
CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2017 A 31/12/2017

Gráficos

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 08/02/2018
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

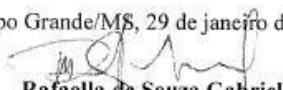
DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, RAFAELLA DE SOUZA GABRIEL, CPF nº 018.461.691-35, Chefe da Divisão de Contratos, exercido na UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção daqueles demonstrados no quadro abaixo.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2018.


Rafaela de Souza Gabriel
CPF nº 018.461.691-35

Chefe da Divisão de Contratos – DICT/CGM/PROADI



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



DECLARAÇÃO

Eu, Marco Antonio de Oliveira Mattos, CPF nº 013.926.261-02, Chefe de Coordenadoria, exercido na Coordenadoria de Gestão de Convênios da Agência de Desenvolvimento, Inovação e de Relações Internacionais – Aginova/RTR, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referente a convênios e instrumentos congêneres (exceto contratos) firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande (MS), 19 de fevereiro de 2018.

Marco Antonio de Oliveira Mattos

CPF: 013.926.261-02

Chefe da Coordenadoria de Gestão de Convênios – CGC/Aginova
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Coordenadoria de Gestão de Convênios – CGC/AGINOVA
Cidade Universitária s/nº Bairro Universitário
Fone: 67-3345-7288 – Fax: 67-3345-7242
79070-900 – Campo Grande – MS

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Campo Grande - MS, 15 de fevereiro de 2018.


 Gislene Walter da Silva
 Coordenadora em exercício da Coordenadoria de
 Administração de Pessoal

Gislene Walter da Silva
 Assistente em Administração
 Matr. SIAPE 1232270
 CAP/Progep/RTR
 Ch. da Coord. de Adm. de Pessoal em exercício
 Progep/RTR

Informações adicionais

Quadro 92- Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados ate 31/12/2017	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	1166	163
1.1. Voluntária	1093	158
1.2. Compulsória	1	0
1.3. Invalidez Permanente	72	5
1.4. Outras	0	0
2. Proporcional	345	11
2.1. Voluntária	226	6
2.2. Compulsória	36	0
2.3. Invalidez Permanente	83	5
2.4. Outras	0	0
3. Totais (1+2)	1511	174

Fonte: PROGEp

Quadro 93- Instituidores de Pensão

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada ate 31/12/2017	Iniciadas no Exercício de Referência
1. Aposentado	234	8
1.1. Integral	143	6
1.2. Proporcional	91	2
2. Em Atividade	260	2
3. Total (1+2)	494	10

Fonte: PROGEP

Quadro 94- Atos Sujeitos ao Registro do TCU

Tipos de Atos	Quantidade de Atos sujeitos ao registro do TCU		Quantidade de Atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2017	2016	2017	2016
Admissão	146	268	146	268
Concessão de aposentadoria	174	107	189	141
Concessão de pensão civil	10	22	25	22
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal do ato concessório				
Totais	330	397	360	309

Fonte: PROGEP

Quadro 95- Atos Sujeitos a Comunicação do TCU

Tipos de Atos	Quantidade de Atos sujeitos a comunicação do TCU		Quantidade de Atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2017	2016	2017	2016
Desligamento	262	183	262	183
Cancelamento de Concessão	16	20	16	20
Cancelamento de Desligamento	19	22	19	22
Totais	297	225	297	225

Fonte: PROGEP

Quadro 96- Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2017			
	Ate 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3				
Admissão	0	146	0	0
Concessão de Aposentadoria	0	189	0	0
Concessão de pensão civil	0	25	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	360	0	0
Atos Sujeitos a Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	262			
Cancelamento de concessão	16			
Cancelamento de desligamento	19			
Total	297	0	0	0


Fonte: PROGEP

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a Divisão de Registro e Movimentação, desta Coordenadoria de Administração de Pessoal para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Campo Grande - MS, 15 de fevereiro de 2018.


 Gislene Walter da Silva
 Coordenadora em exercício da Coordenadoria de
 Administração de Pessoal

Gislene Walter da Silva
 Assistente em Administração
 Matr. SIAPE 1232270
 CAP/PROGEP/RTTR
 Ch. da Coord. de Adm. de Pessoal em exercício
 PROGEP/RTTR

Quadro 97- Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação as Exigências da Lei n 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1 da Lei n 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	24	-	-
	Entregaram a DBR	24	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: PROGEP

Justificativa: A partir da publicação da Instrução Normativa - TCU n 67, de 6 de julho de 2011, (publicada as páginas 137 a 139, seção 1, DOU n 13, de 8.7.2011), os servidores da UFMS passaram a assinar o FORMULARIO DE AUTORIZACAO DE ACESSOAS DECLARACOES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FISICA, com a seguinte redação, sem a necessidade da entrega anual da copia das referidas Declarações: *"Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei 8.429, de 1992, e no art. 1 da Lei 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a acesso aos dados de Bens e Rendas exigidos nas mencionadas Leis, das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil".*

Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

A UFMS não tem responsabilidade sobre o monitoramento do PPA, portanto não acessa o módulo de monitoramento temático do SIOP.

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)		Código da UO
UFMS		26283
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e MCASP, relativos ao exercício de 2017 do órgão 26283, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:</p> <p>Ressalvas:</p> <p>Saldo divergente do Relatório de Bens Móveis com o SIAFI;</p> <p>Contas de controle de obrigações contratuais não espelham a realidade do órgão;</p> <p>Contas de controle de bens móveis em trânsito;</p> <p>Não lançamento no SIAFI da Reavaliação de Bens Intangíveis;</p> <p>Reavaliação de Bens móveis</p> <p>Justificativas para a permanência dos saldos acima no exercício de 2017:</p> <p>Embora os saldos contábeis da conta do ativo imobilizado- bens móveis durante todo o exercício, tenha ocorrido divergências entre o relatório de bens móveis mensais, ocasionando a restrição contábil 640(SD a- contábeis bens moveis não confere com/RMB), seu saldo está devidamente conciliado, sendo essas divergências somente de processos que incorporados no mês não chegaram em tempo hábil para liquidação da despesa antes do fechamento mensal.</p> <p>As contas de controle de contratos não espelham a realidade do órgão por problemas de registros no SIASG das conclusões de cronogramas, mas seus saldos reais estão conciliados e serão informados em notas explicativas do final do 4 trimestre.</p> <p>O valor registrado em bens móveis em trânsito na conta de controle, refere-se a bens recebidos em doação pelo Ministério de Minas e Energia para o Laboratório de Energias Renováveis no Instituto de Física, cujo recebimento dar-se-á após incorporação dos bens no sistema patrimonial conforme processo 23104.025682/2017-57.</p> <p>O diretor da Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação, através do processo 23104.000359/2018- 51 encaminhou a reavaliação dos softwares de vida útil indeterminada, em cumprimento ao anexo do ofício circular 16/2017-SPO/MEC, posterior a data de fechamento do exercício, na qual os referidos valores serão informados em notas explicativas e inseridas no SIAFI no início do exercício de 2018.</p> <p>Foi solicitado justificativas do não cumprimento do item do anexo ofício circular 16/2017-SPO/MEC referente a reavaliação dos bens móveis do órgão, uma vez que não houve totalização da reavaliação para todos os bens, mas não obtivemos resposta do coordenador de gestão de material até o fechamento do exercício.</p>		
Local	Campo Grande- MS	Data 30/12/2017
Contador Responsável	Sandra Regina Camargo	CRC nº MS 4043

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A conformidade contábil tem como base princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, plano de contas e a conformidade registro de gestão, efetuadas pelas unidades gestoras do órgão. No nosso órgão 26283 temos 12 unidades gestoras executoras.

A conformidade consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, conforme a IN/STN nº 6 de 31/10/2007.

Durante o exercício de 2017 não houve segregação de função no processo do registro da conformidade, efetuada pela contadora responsável do órgão.

Algumas unidades tiveram a restrição de alerta 315 (falta de conformidade registro de gestão) durante o exercício, por deixarem de fazer alguns dias durante o ano, porém, todos justificaram na prestação de contas mensais informando que mesmo não ocorrendo o registro, foi efetuada a conferência posterior, dos documentos que geraram registros.

Na unidade gestora matriz (setorial) ocorreu durante todo o exercício a restrição 640 (saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens Móveis) e como justificado na declaração do contador, embora tenha ocorrido divergências seus saldos estão conciliados, sendo essas divergências somente de processos que incorporados no mês não chegaram em tempo hábil para a liquidação da despesa antes do fechamento mensal.

As demais restrições não ocorreram no órgão 26283, devido as regularizações contábeis serem efetuadas de acordo com o surgimento do lançamento indevido, através da observação diária das normas aplicadas na execução, permanecendo somente a restrição dentro do mês como por exemplo, as ordens bancárias canceladas que ficam por alguns dias até a localização das respectivas contas bancárias, nunca ultrapassando o mês.

Durante todo o exercício de 2017 o órgão 26283 (UFMS) não teve nenhuma restrição contábil registrada pelo Órgão Superior (26000- MEC).

No mês de março/2017 o órgão teve uma restrição lançada pelo BGU a restrição 697 (saldo invertido - classe 6), registrada indevidamente, mas sem tempo hábil para contestação.

Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Quadro 98- Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Fundação de Apoio													
Nome: FAPEC						CNPJ: 15.513.690/0001-50							
Projeto								Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2/3	256/2013	Formação Professores CFP/PREG	Dez/2013	Dez/2018	2.847.000,00	2.847.000,00						
2	2/3	183/2014	Apoio ao projeto PRO PET Saúde	Dez/2014	Jul/2017	82.449,73	38.622,05						
3	1/2/3	200/2014	Apoio ao projeto “Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.	Dez/2014	Dez/2017	834.950,00	834.950,00						
4	2/3	132/2015	Realização pela UFMS através do laboratório de transportes da FAENG - do projeto de pesquisa intitulado “Estudo do comportamento mecânico dos solos estabilizados quimicamente “.	Out/2015	Mar/2018	610.555,39	Captação						
5	1/2/3	7/2016	Ação 20RJ SEB e SECADI - Apoio à capacitação e Formação Inicial e continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	Fev/2016	Dez/2018	1.394.528,86	845.543,05						
6	1	144/2016	Oferta e a Implementação dos cursos no âmbito do Sistema UAB-UFMS	Dez/2016	Dez/2017	579.701,40	99.068,58						
7	3	23/2017	Apoio, gestão Administrativa e financeira dos serviços necessários à execução do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos efetivos do Quadro Permanente de Professor da UFMS, conforme Editais PROGEF/UFMS nº 104/2016, 105/2016 e 13/2017.	Jun/2017	Jul/2018	394.006,83	394.006,83						
8	3	62/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução da realização do CONCURSO DE PROVAS para provimento de vagas para cargos Técnico-Administrativo em Educação para o quadro permanente da UFMS, conforme Edital Progep nº 56, de 05 de setembro de 2017.	Out/2017	Fev/2018	930.000,00	930.000,00						
9	3	66/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução da realização dos processos seletivos de Residência Médica 2018	Nov/2017	Abr/2018	415.000,00	415.000,00						

Fundação de Apoio													
Nome: FAPEC				CNPJ: 15.513.690/0001-50									
Projeto								Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
10	3	82/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução da realização do Processo Seletivo - Vestibular UFMS 2018 para preenchimento de vagas em cursos de graduação	Dez/2017	Mar/2018	1.190.000,00	1.190.000,00						
11	3	100/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias para execução do Programa de Avaliação Seriada Seletiva – PASSE/UFMS, a partir de 2018.	Dez/2017	Mai/2018	500.000,00	500.000,00						
12	½	101/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias ao atendimento do Plano de Trabalho do projeto de “Oferta e a implementação dos cursos no âmbito do Sistema UAB-UFMS”	Dez/2017	Dez/2021	831.328,00	-						
13	1/2	102/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias a execução financeira para atender as ações da FASE III Desenvolvimento do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde).	Dez/2017	Dez/2018	77.592,76	-						
14	2	103/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução financeira para atender o projeto de pesquisa Avaliação da Atenção Básica do Terceiro Ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, conforme Anexo I, Plano de Trabalho.	Dez/2017	Dez/2018	1.385,880,82	-						
15	2	104/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução financeira para atender ao Projeto “Instrução Técnica do Registro do Banho de São João Corumbá/Ladário – MS como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro”.	Dez/2017	Nov/2018	80.000,00	-						
16	2	118/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução financeira para atender o Programa Segundo Tempo Universitário, conforme Anexo I, Plano de	Dez/2017	Dez/2019	112.502,12	-						

Fundação de Apoio													
Nome: FAPEC				CNPJ: 15.513.690/0001-50									
Projeto								Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
			Trabalho.										
17	2	137/2017	Apoio na gestão administrativa e financeira necessárias à execução financeira para atender a Ação Saberes Indígenas na Escola, conforme Anexo I, Plano de Trabalho.	Dez/2017	Jul/2018	350.000,00	-						
Total						11.229.615,09	8.094.190,51	Total					

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
1	2/3	-	Equipamentos e Infraestrutura(Auditório)	13.000,00*	68	70.434,00*
2	2/3	-	Laboratório	-	-	-
3	1/2/3	-	Laboratório	-	9	293.760,00*
4	2/3	-	Laboratório	-	13	56.000,00*
5	1/2/3		Laboratório	-	59	-
6	1		Laboratório	-	12	-
7	3		Salas de aula	-	127	84.132,09
8	3		E-mail institucional; Sala Progep	-	-	-
9	3		Salas de aulas	-	1	-
10	3		Computadores, impressora, Salas de reuniões; Salas de aula.	-	-	-
11	3		Computadores, impressoras; salas de reunião, salas de aula	-	-	-
12	1		Equipamentos da SEDFOR/RTR e dos polos de apoio presencial; Salas de aula nos polos de apoio presencial e instalações da SEDFOR/RTR	-	42	-
13	2/3		Computadores, data show, sala de aula e multimídia	-	6	-
14	1		Salas de aula e auditório		7	212.000,00
15	2/3		Câmeras fotográficas e de filmagem, notebooks, aparelhos de som; Alojamentos do Campus do Pantanal - CPAN e salas de reuniões - FACH.	-	3	22.000,00
16	1/2/3		Equipamentos de musculação, quadras poliesportivas; quadra de voleibol, academia de musculação, piscina.	-	2	39.900,00
17	1/2/3		Notebooks, Datashows, caderno de atividades, agenda, Aparelhos de som, livros, cadernos de formação, salas de aula	-	6	-
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: PROADI

Obs.: * Valores não financeiros

Cálculo estimado dos valores referentes aos salários dos docentes ligados a execução das atividades neste contrato, bem como dos equipamentos e infraestrutura desta IES para execução das ações planejadas nos Planos de Trabalho. Não há envolvimento de recursos financeiros e sim, uma estimativa dos recursos envolvidos, caso estas atividades fossem desenvolvidas fora desta IES.

Não houve formalização de instrumento (Convênios e Congêneres) entre UFMS figurando-se como CONCEDENTE DE RECURSOS à sua Fundação de Apoio.

Quadro 99 - Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UFMS, tendo a UFMS como Executora/Anuente e não enquanto concedente de recursos as referidas Fundações.

Ordem	Nº de registro na UFMS	Tipo	Concedente	Objeto	Vigência		Valores
					Início	Fim	Bruto sobre responsabilidade execução da Fundação
1	025/2016	Acordo de Cooperação	PETROBRÁS	Montagem e instalação do MIBio – Museu Interativo da Biodiversidade do Aquário do Pantanal.	20/03/2014	15/03/18	14.693.555,68
2	001/2014	Convênio	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS 2013”	12/12/2013	12/12/17	5.599.388,00
3	003/2012	Convênio	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS”	21/11/2012	21/11/18	4.887.507,00
4	018/2012	Acordo de Cooperação	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Desenvolvimento de Tecnologias e Procedimentos Eficientes para gestão Hidro energética em Sistemas de Abastecimento de Água”	27/02/2012	28/02/18	3.732.369,26
5	050/2010	Acordo de Cooperação	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Projeto de Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa e Pós-graduação da UFMS”	15/01/2010	15/05/18	3.331.204,00
6	003/2013	Acordo de Cooperação	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS”	28/06/2012	28/06/18	2.581.400,00
7	055/2016	Acordo de Cooperação	FINEP	Conclusão de construções anteriormente apoiadas nas chamadas públicas especificadas no edital carta convite MCTI/FINEP 01/2014, REF. 0239/15	19/05/2016	19/05/18	2.489.222,00
8	-	Convênio	EMPRESA MCM CONTROLES ELETRÔNICOS LTDA	Criação de um Programa de Cooperação e Intercâmbio Tecnológico, Científico e Educacional na área de Tecnologia da Informação.	05/01/2013	05/01/18	1.276.365,71
9	019/2012	Acordo de Cooperação	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Técnicas Experimentais e de Modelagem Aplicadas à Redução de Perdas em Sistemas de Abastecimento Público de Água”	06/03/2012	06/03/18	1.122.990,00
10	01/2018	Convênio	COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS, COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA, E COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR	Execução do Projeto de P&D denominado: “Projeto e Desenvolvimento de Tecnologia para Identificação de Sujidade e Limpeza Automática em Sistemas Fotovoltaicos”	16/01/2018	16/01/2020	1.143.723,00
11	002/2013	Convênio	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Manutenção Preditiva (Diagnóstico e Prognóstico) de Equipamentos Utilizados na Exploração de Petróleo na Camada do Pré-Sal”	11/03/2013	11/03/2018	1.138.263,00
12	003/2013	Convênio	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Desenvolvimento de Plantas Resistentes a Insetos Praga”	21/06/2013	21/12/2017	498.832,68
13	070/2015	Acordo de Cooperação	FINEP	Execução do Projeto intitulado “Rede Nacional de Tratamento de Esgotos Descentralizados”	05/04/2012	05/04/2018	407.089,79

14	078/2016	Acordo de Cooperação	TJ/MS	Capacitação e Qualificação de Profissional Interdisciplinar a Graduados de Direito em áreas afins no âmbito do TJ/MS, contribuindo para a oferta do Curso de Especialização Latu Sensu em Gestão Judiciária.	18/08/2016	18/08/2019	348.559,20
15	058/2016	Acordo de Cooperação	SEBRAE/MS	Execução do Edital 01/2015, Modalidade Tipo 1, Pantanal Incubadora Mista de Empresa da Universidade Federal do MS	07/04/2016	07/04/2018	230.000,00
16	008/2017	Convênio	RNP - REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	Execução de parte do Projeto de P&D intitulado "Researching Internet Routing Security in the Wild"	02/10/2017	02/10/2019	278.306,32
17	005/2013	Convênio	FUNASA	Desenvolvimento em pesquisas na área de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental no âmbito do Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento, visando modelo de gestão de serviços de saneamento para comunidades isoladas	30/12/2011	16/01/2018	100.000,00

Fonte: Sistema de Convênios – SICON - Planilha emitida pela FAPEC em 26/01/2018 - Ofício n.º 064/2018 – DCAP/FAPEC Compilado por: DIACC/CGC/AGINOVA

Obs: O referido quadro foi apresentado de modo complementar, a fim de demonstrar os instrumentos firmados entre diversos entes concedentes de recursos, a UFMS e as Fundações de Apoio da UFMS, as quais recebem os recursos diretamente, e que a UFMS atua apenas como executora/anuente. Não foram formalizados Convênios e Congêneres com Fundação de Apoio em que a UFMS atua como concedente de recursos.

Equipe de Elaboração

Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Dulce Maria Tristão

Coordenação:

Coordenadoria de Planejamento Institucional/PROPLAN

Homero Scapinelli – CPI/PROPLAN

Claudia Freire da Silva Kishi – DIAV/CPI/PROPLAN

Jean Paulo de Sá Ajala – DINS/CPI/PROPLAN

Marcel da Silva Lopes – DIGE/CPI/PROPLAN

Consolidação:

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN

Unidades que subsidiaram a elaboração do Relatório:

Reitoria

Auditoria Interna

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação

Agência de Desenvolvimento, de Inovação e de Relações Internacionais

Secretaria Especial de Órgãos Colegiados

Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica

Secretaria Especial de Avaliação Institucional

Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores